



ISFIC

**INSTITUTO SUPERIOR DE FORMAÇÃO,
INVESTIGAÇÃO E CIÊNCIA**

REVISTA ESPECIALIZADA EM INVESTIGAÇÃO E CIÊNCIA

ALBA

ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL

ONDE NASCE A CIÊNCIA

MENSAGEM DE
ARMINDA DA CONCEIÇÃO JANFAR
ADMINISTRADORA GERAL



Estimados Leitores, Saudações Académicas.

O Instituto Superior de Formação, Investigação e Ciência (ISFIC), nesta madrugada incarnada na publicação do Terceiro (III) número da Revista Científica, Alba - ISFIC Research and Science Journal e na sequência do lançamento dos números 1 e 2, congratula-se pelo facto de ter recebido diversas mensagens incentivando à contínua cultura deste veículo, que mais não é afinal, a comunhão de todos quanto abraçam a arte do saber.

Ilustres: quando uma Revista do jaez da "ALBA" atinge um categorizado estágio, ainda no amanhecer do seu nascimento, com indexação e ISSN, os seus autores e colaboradores por mais modestos que sejam, devem orgulhar-se de tamanha conquista. Uma conquista que ao alvorecer, desperta com predisposição de continuar a trilhar por este labirinto rumo à socialização da massa intelectual. E não só, confessamos, pois, esse "artefacto" de arremesso científico ser de todos e para todos, porque "ALBA" simboliza sobretudo o querer, a abnegação, e o entrosamento que se pretende à todos os níveis do domínio da Ciência.

Este número é também resultado dos artigos submetidos ao V Simpósio Internacional de Economia e Gestão da Lusofonia que nós ISFIC organizamos em Maputo – Moçambique no passado mês de Novembro de 2023.

A nossa Gratidão. Bem-haja à todos.

MENSAGEM DE
RODRIGUES ZICAI FAZENDA
DIRECTOR GERAL



Estimados leitores da nossa Revista Científica, cordiais saudações.

O Instituto Superior de Formação, Investigação e Ciência (ISFIC), comprometido com a socialização do conhecimento científico, coloca à vossa disposição este Número 3 da ALBA – ISFIC Research and Science Journal, com artigos apresentados no V Simpósio Internacional de Economia e Gestão da Lusofonia, um evento organizado pela RIAL (Rede Internacional Académica da Lusofonia) e realizado na Cidade de Maputo – Moçambique entre 21 e 23 de Novembro de 2023.

Este Número 3, conta com vinte e um (21) artigos, devidamente verificados no antiplágio (Plagius - Detector de Plágio 2.8.6) e com a colaboração de revisores de pares de diferentes Países (Angola, Brasil, Moçambique e Portugal), em modo duplo cego, que auxiliaram e contribuíram para a materialização deste número da ALBA – ISFIC Research and Science Journal, sobretudo depois de termos conseguido ter os ISSN, através da ISSN Internacional, para edições impressas e edições online.

Com as formações contínuas dos nossos revisores de pares em áreas como Investigação Quantitativa, Investigação Qualitativa, Técnicas de Análise de Dados, Escrita Científica e Escrita de Artigos Científicos para além de sessões de treino no uso de gestores bibliográficos, casos do Mendeley, e aplicativos estatísticos, caso do SPSS e R, objectivamos um crescimento sustentado para os próximos números, como já vínhamos tendo.

Convido a sí para que venha publicar o seu artigo científico, resumo expandido ou resumo da sua tese de doutoramento em futuras edições da ALBA – ISFIC Research and Science Journal.

Vamos crescer juntos.

Fundadores da Revista ALBA-ISFIC

Research and Science Journal



Marca ALBA-Licenciada pelo Instituto de Propriedade Industrial. Processo número 49248

FICHA TÉCNICA

NÚMERO 3, VOLUME 1, 1ª EDIÇÃO, 2024

ISFIC Research and Science Journal “ALBA” é uma publicação semestral de carácter científico - académico, propriedade do Instituto Superior de Formação, Investigação e Ciência (ISFIC), com sede na Av. Emília Daússe, 1990, Bairro do Alto Maé 1100, Casa da Educação da Munhuana, na Cidade de Maputo - Moçambique Os artigos publicados são da inteira responsabilidade dos seus autores.

EQUIPA EDITORIAL

Administradora Geral: Arminda da Conceição Janfar

Director Geral: Rodrigues Zicai Fazenda

Editor: Alexis García Ponce de León

Desenho Gráfico: Alexis García Ponce de León

Alba Ciana Milan

Jaqueline Maria Janfar

Revisores: Jose Elias Machado, Amélia Arlindo Timba Bambo,

Valentim Isidro Raposo

Gestora Financeira: Soraia Janfar

Assessor Científico: RIAL (Rede Internacional Académica da Lusofonia)

LINK: <https://alba.ac.mz>

Revisores de Pares

Professor Catedrático Pedro Vita - Universidade Kimpa Vita-Angola

Prof. Doutor Fidele Mampuya Kinda- Universidade Kimpa Vita- Angola

Prof. Doutor João Samartinho- Universidade Politécnica de Santarém- Portugal

Prof. Doutor Gilmar Conceição- Universidade Licungo- Moçambique

Prof. Doutor Tomé Chicombo - Instituto Superior Politécnico de Gaza- Moçambique

Prof^a. Doutora Sheyla Ratan Rodrigues Cassy- Universidade Eduardo Mondlane- Moçambique

Prof. Doutor Alberto Chicafo Mulenga -Universidade Eduardo Mondlane- Moçambique

Prof. Doutor. Roberto Martins Souza - Instituto Federal do Paraná, Brasil

Prof. Doutor. Cleber Fernando Serafin - Instituto Federal do Paraná- Brasil

Prof. Doutor. Nelson de Castro Neto - Instituto Federal do Paraná - Brasil

Prof. Doutor. Agostinho Macane - Universidade Católica de-Moçambique

ÍNDICE		Páginas
Editorial		1
CONTABILIDADE		
1	A responsabilidade dos governantes da Autoridade Tributária de Moçambique. Autores: David Armando Ernesto Jovo e Raimundo Alfândega Mateco	3-12
2	Os efeitos da Covid-19 na gestão: o Downsizing na empresa J&J Transportes-Moçambique. Autores: Holen Dama, Imraan Bahadur e Nicolau Armando	13-20
3	Análise do peso relativo e do eixo total dos indicadores/dimensões do sistema de controlo interno nas instituições do ensino superior em moçambique, no período de 2018 a 2020. Autora: Natália Graziano	21-32
4	Influência de auditoria interna no desempenho organizacional das pequenas e médias empresas (PME'S) em Moçambique. Autores: Hermenegildo Maria Tinosse Muvale, Pedro José Miguel e Adija Micaela Alfredo	33-39
ECONOMIA		
5	A sustentabilidade das Pequenas e Médias Empresas (PMEs) como ferramenta para o crescimento económica de Moçambique. Autor: Stélio Bila	40-53
6	Avaliação do nível de reembolso do fundo de desenvolvimento distrital em Marracuene. Autores: Márcia Paulino Chirime e Zaida Matola	54-63
7	Informalidade vs modo de vida dos membros de placas de táxi em Luanda Autor: Paulo António Lucas	64-72
8	A nova economia institucional na lusofonia estudo comparativo entre Angola, São Tome e Príncipe e Moçambique. Autora: Maria Helena Catarina Bicudo Abdul	73-82
9	Impacto do Absentismo Laboral dos trabalhadores na prestação de serviços de qualidade nas organizações: um estudo de caso do Corredor Logístico e Integrado de Nacala. Autores: Nelson Daniel da Silva Mussa e Dércio dos Santos Teresa Abreu	83-94
10	Causas da mortalidade das Micro, Pequenas e Médias Empresas em Moçambique. Autores: Augusto Chipenembe, Fabião Paulo Liasse e Isaías Siteo	95-101
11	O sector informal e qualidade de serviços prestados ao consumidor na Província de Manica. Autores: David Chadreque Chale e Apoio Romão Bacalhane	102-113
INOVAÇÃO E TECNOLOGIA		
12	Como as Cervejarias Artesanais de Belo Horizonte (MG) Inovam? Autores: João Francisco Sarno Carvalho, Sheldon William Silva, João Leandro Cássio de Oliveira e Wesley Rodrigues Bergue	114-126
13	Dados sensíveis e a segurança de informação. Autores: Katy Fernandes e Nsitukemba Vieira Viegas	127-136
14	Transformação do modelo de gestão de empresas Moçambicanas com Inteligência Artificial desafios e perspectivas. Autor: José Elias Machado	137-143
15	Análise do Grau da Gestão do Conhecimento na Electricidade de Moçambique Autores: Anacleto João Albino e Fernando Hausse Chachaia	144-154
EDUCAÇÃO		
16	USTM – 19 anos depois: realizações, desafios e perspectivas no processo de Ensino e Aprendizagem. Autor: Stélio Bila	155-169
17	Preparação docente no desenvolvimento das competências no Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais Luanda. Autor: Sebastião Sozinho Domingos	170-176

ENGENHARIA		
18	Gestão da reactivação do laboratório público de técnica de alta tensão da Universidade Eduardo Mondlane. Autores: Anacleto João Albino e Fernando Hausse Chachaia	177-184
19	Análise da viabilidade da gestão automática de energia eléctrica na Capital Star Steel, SA. Autores: Anacleto João Albino e Fernando Hausse Chachaia	185-192
SUSTENTABILIDADE		
20	Gestão dos Recursos Hídricos e do Saneamento em Angola, Caso de Estudo Província de Luanda, Período 2020-2022 Autor: Olívio João Sacaia Fernando	193-206-
21	Impacto da gestão de eventos académicos sustentáveis: desafios e perspectivas Autor: José Elias Machado	207-213

EDITORIAL

O presente editorial espelha uma interação entre cientistas e investigadores da RIAL, rede Internacional Académica da Lusofonia, uma agremiação extensa ligada pela pesquisa científica, inovação e bem-estar das comunidades lusófonas. Esta organização realiza conferências científicas periódicas como forma de valorizar a sua identidade, promover o uso racional dos seus recursos humanos e financeiros. Esta prática concorre para a redução de pesquisas desnecessariamente repetitivas sobre os mesmos objectos, em diferentes localizações geográficas da lusofonia. Mercê das características económicas, administrativas e históricas comuns entre os lusófonos, experiências e resultados de investigação aqui partilhados, tornam-se mais aplicáveis no contexto de desenvolvimento social, científico, académico e económico.



O presente número 3 da Revista Alba espelha resultados do V Simpósio Internacional de Economia e Gestão da Lusofonia sob o lema **“Por um ensino superior integrado, inovador e orientado para o Desenvolvimento”**. Espelha igualmente uma magnitude, horizontalidade e inclusão de pesquisas focadas ao desenvolvimento das comunidades da RIAL. Os resultados de pesquisa emanados nesta Revista oferecem linhas mestras cuja implementação pode e com sucesso conduzir ao bem-estar socioeconómico dos países envolvidos.

A interação temática entre diferentes cientistas nesta plataforma, culminou com a formulação e apresentação de artigos científicos sujeitos a uma revisão minuciosa por especialistas experientes por área alvo de pesquisa, facto que justifica a alta qualidade dos trabalhos científicos apresentados. Prevê-se que este processo impulse um ensino superior, inovação e investigação de qualidade ao mesmo tempo que oferece uma progressão colectiva de forma qualitativa e quantitativa, rumo ao desenvolvimento socioeconómico. Prevê-se ainda que este processo estimule um desenvolvimento integrado da RIAL, ao mesmo tempo que estimula as mentes mais jovens pelo ensino, pesquisa e inovação em todas as áreas do saber.

A RIAL janela de colaboração científica, promotora de inovação, aprendizagens e supervisão académicas, que transforma desafios laborais da lusofonia em oportunidades de investigação e desenvolvimento. Porque nesta Rede participam instituições académicas e de investigação, os resultados de pesquisa aqui apresentados são de actualidade com aplicação prática e transversal. Por isso somos todos convidados a ler e a partilhar este marco histórico e plataforma onde todos os pensadores, agregados de forma digital partilham e valorizam os recursos em sua volta.

Prof. Doutor Francisco Salomão Maússe

(Doutorado e Professor de Biotecnologia de Reprodução)

Investigador

ARTIGOS
Originais

31 - 03 | 2024

A RESPONSABILIDADE DOS GOVERNANTES DA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA DE MOÇAMBIQUE

The responsibility of the rulers of the Mozambique Tax Authority

La responsabilidad de los gobernantes de la Autoridad Fiscal de Mozambique

David Armando Ernesto Jovo¹, Raimundo Alfândega Mateco²

¹ Universidade São Tomás, Moçambique, <https://orcid.org/0009-0009-4807-327X>, davidjovo@gmail.com.

² Universidade Joaquim Chissano, Moçambique, raimundomateco@gmail.com.

Autor para correspondência: davidjovo@gmail.com

Data de recepção: 15-11-2023

Data de aceitação: 12-02-2024

Como citar este artigo: Jovo, D. A., & Alfândega, R. (2024). A responsabilidade dos governantes da Autoridade Tributária de Moçambique. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 1(3), pp. 3-12. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/3>.

RESUMO

A pesquisa é acerca da responsabilidade dos governantes da Autoridade Tributária de Moçambique. Constitui problema de pesquisa: será que há responsabilização dos governantes da Autoridade Tributária de Moçambique de 2015 a 2019? O objectivo geral é, analisar a responsabilidade dos governantes; são objectivos específicos: identificar os governantes da Autoridade Tributária de Moçambique, compreender a responsabilidade dos governantes e analisar a responsabilidade dos governantes. A pesquisa é qualitativa, quanto aos fins é descritiva, que consistiu na busca de limites do conhecimento perante uma lacuna teórica, serviu-se de pesquisa bibliográfica usando a técnica de entrevistas a quinze governantes da Autoridade Tributária Moçambique o que contribuiu para obter informações acerca de: se o fiscal tem de fazer corrupção para alimentar alguns dirigentes e sobre se os sujeitos passivos cometem fraude e evasão fiscal por haver espaço para negociar. Concluiu-se que os governantes da Autoridade Tributária de Moçambique recebem gorjetas ilícitas dos fiscais contribuindo para a perda de receitas fiscais em detrimento do erário público. Outrossim, a corrupção é endémica. A

Procuradora-Geral da República manifesta a necessidade de o Estado ser pujante na neutralização e punição dos criminosos económicos e financeiros contra o erário público e; reparação dos prejuízos provocados a nação demonstrando que a situação atingiu proporções alarmantes. Aos governantes prevaricadores, que lhes sejam responsabilizados administrativa e criminalmente.

Palavras-chave: Autoridade Tributária, Crimes, Governantes, Punição, Responsabilidade.

ABSTRACT

The research concerns the responsibility of those governing the Mozambican Tax Authority. It constitutes a research problem: is there accountability for those governing the Mozambique Tax Authority from 2015 to 2019? The general objective is to analyse the responsibility of governments; are specific objectives: identify the rulers of the Mozambican Tax Authority, understand the responsibility of the rulers and analysed the responsibility of the rulers. The research is qualitative, in terms of purposes it is descriptive, which consisted of searching for limits of knowledge in the face of a theoretical

gap, using bibliographical research using the interview technique with fifteen governors of the Mozambican Tax Authority, which contributed to obtaining information about: whether the inspector has to commit corruption to feed some leaders and whether taxpayers commit fraud and tax evasion because there is room to negotiate. It was concluded that those in charge of the Mozambican Tax Authority receive illicit tips from inspectors, contributing to the loss of tax revenue to the detriment of the public treasury. Furthermore, corruption is endemic. The Attorney General of the Republic expresses the need for the State to be vigorous in neutralizing and punishing economic and financial criminals against the public treasury and; reparation for the damage caused to the nation, demonstrating that the situation has reached alarming proportions. To the prevaricating governments, be held administratively and criminally responsible.

Keywords: Tax Authority, Crimes, Governments, Punishment, Responsibility.

RESUMEN

La investigación se refiere a la responsabilidad de quienes gobiernan la Autoridad Fiscal de Mozambique. Constituye un problema de investigación: ¿existe responsabilidad para quienes gobernaron la Autoridad Fiscal de Mozambique de 2015 a 2019? El objetivo general es analizar la responsabilidad de los gobiernos; Son objetivos específicos: identificar a los gobernantes de la Autoridad Fiscal de Mozambique, comprender la responsabilidad de los gobernantes y analizar la responsabilidad de los gobernantes. La investigación es cualitativa, en cuanto a sus propósitos es descriptiva, que consistió en la búsqueda de límites del conocimiento frente a un vacío teórico, mediante una investigación bibliográfica utilizando la técnica de entrevistas a quince gobernadores de la Autoridad Tributaria de Mozambique, lo que contribuyó a obtener información sobre: si el inspector tiene que cometer corrupción para alimentar a algunos líderes y si los contribuyentes cometen fraude y evasión fiscal porque hay espacio para negociar. Se concluyó que los responsables de la Autoridad Fiscal de Mozambique reciben pistas ilícitas de los inspectores, lo que contribuye a la pérdida de ingresos fiscales en detrimento del erario público.

Además, la corrupción es endémica. El Procurador General de la República expresa la necesidad de que el Estado sea vigoroso en neutralizar y sancionar a los delincuentes económicos y financieros contra el erario público y; reparación por el daño causado a la nación, demostrando que la situación ha alcanzado proporciones alarmantes. A los gobiernos prevaricatos, responsabilizarse administrativa y penalmente.

Palabras clave: Autoridad Fiscal, Delitos, Gobiernos, Castigo, Responsabilidad.

INTRODUÇÃO

Os governantes da Autoridade Tributária de Moçambique têm a responsabilidade de captar receitas fiscais para o orçamento geral do Estado.

Perante o panorama de corrupção endémica os governantes da Autoridade Tributária têm recebido gratificações ilícitas dos fiscais como forma de lhes manter na fiscalização em detrimento das atribuições inerentes aos cargos que ocupam.

Constitui preocupação desta pesquisa analisar a responsabilidade dos governantes da Autoridade Tributária de Moçambique e os objetivos específicos são identificar os governantes da Autoridade Tributária, compreender a responsabilidade dos governantes e analisar a responsabilidade dos governantes.

No concernente aos fins a pesquisa é descritiva na procura de busca do limite do conhecimento, para a identificação de uma lacuna teórica serviu-se de pesquisa bibliográfica.

Por ser uma pesquisa qualitativa, recorreu-se a entrevista a quinze governantes da Autoridade Tributária de Moçambique de onde se recolheu dados primários, esta técnica de entrevistas proporcionou a obtenção de informações relativamente a; se o fiscal tem de fazer corrupção para alimentar alguns dirigentes e sobre se os sujeitos passivos cometem fraude e evasão fiscal por haver espaço para negociar.

As entrevistas permitiram constatar que os governantes da Autoridade Tributária de Moçambique recebem gorjetas ilícitas dos

fiscais contribuindo para a perda de receitas fiscais em detrimento do erário público. Outrossim, a corrupção é endémica.

A Procuradora-Geral da República manifesta a necessidade de o Estado ser pujante na neutralização e punição dos criminosos económicos e financeiros contra o erário público e; reparação dos prejuízos provocados a nação demonstrando que a situação atingiu proporções alarmantes. Aos governantes prevaricadores, que lhes sejam responsabilizados administrativa e criminalmente.

Enquadramento teórico/Estado da arte

Responsabilidade dos governantes

A responsabilidade dos governantes consiste no cumprimento das funções atribuídas para a satisfação dos governados (Urbano, 2020). A responsabilidade civil provém de ilícito contratual pelo não cumprimento de um dever plasmado na relação jurídica, no qual o prevaricador deve ressarcir pelos danos, perdas, juros compensatórios e correção monetária. A falta de cumprimento de uma obrigação pode ser total ou absoluta, quando for extemporânea (nos casos em que expira o prazo de validade) ou parcial, quando o cumprimento do dever for incompleto (Immich et al., 2016).

Para os governantes da Autoridade Tributária de Moçambique a responsabilidade é o cumprimento integral e integrado das atribuições do cargo, que consistem na alocação eficiente quantitativa e qualitativamente de técnicos capazes de reduzir a diferença entre o imposto declarado pelos sujeitos passivos e o imposto previsto na legislação fiscal, o combate a fuga e evasão fiscal e tributação dos rendimentos ilícitos com visa a satisfação das necessidades públicas e reeducação da pobreza e dependência externa que resvala na entrega à bandeja dos recursos minerais, energéticos, faunísticos, culturais, marítimos, técnicos e acima de tudo, intelectuais nacionais às multinacionais e outras nações.

Competência dos governantes

As competências são a capacidade de resolver problemas com base nos conhecimentos obtidos (o saber sobre os assuntos a sua alçada), habilidades (saber fazer que são acções concretas e práticas que materializam os conhecimentos) e atitude (saber ser, que é a operacionalização das competências através da posição e escolhas tomada em função dos acontecimentos) (Machado et al., 2019). É atribuição dos governantes preservar e proteger o Estado que governam e representam (Maquiavel, 2012).

Para uma boa governação e representação do Estado os governantes têm de cumprir as normas emanadas pelos órgãos competentes atendendo a justiça justa e não somente a justiça emanada pelos órgãos de justiça, que por vezes sem conta, deixam muito a transparecer injustiça devido a dualidade de critério, numa demonstração clara e inequívoca de favorecer interesses partidários e de tomadores de decisão ou de influenciar a tomada de decisões e; a interesses empresariais, onde há parcerias entre a nomenclatura e dirigentes dos partidos políticos da oposição.

Consciência cidadã

Os pilares da vida numa sociedade são a consciência cidadã e a inclusão social por combaterem a pobreza e a miséria (Merlo & Pertuzatti, 2005).

Para o combate da pobreza e da miséria é imprescindível haver inclusão social através da consciência cidadã que são alicerces de convivência harmoniosa de qualquer sociedade, para se alcançar é fundamental que haja responsabilidade dos governantes da Autoridade Tributária de Moçambique.

Necessidade da eficiência e transparência na fiscalização

Por a administração fiscal usar a fiscalização na obtenção de receitas para financiar o erário público, tem de ser eficiente e transparente atendendo que a evasão fiscal é uma doença social, que para o combate é preciso envolver a sociedade, tendo em conta que existem interesses ocultos que procuram afastar a

sociedade, como se os cidadãos não tivessem interesse na realização de despesas públicas (Merlo & Pertuzatti, 2005).

Por a evasão fiscal e fuga ser endémica, para o seu controlo e captação de receitas fiscais os governantes da Autoridade Tributária devem alocar fiscais que garantam a eficiência e transparência no controlo da fuga e evasão fiscal e transferência ilícita de capitais, sendo necessário envolver a sociedade tendo em conta a existência de interesses ocultos que tentam afastar a sociedade como se não tivesse interesse no orçamento do Estado.

Momento da prática do crime dos governantes da Autoridade Tributária

O cometimento do crime dos governantes pode ser por omissão, se não agir em situações que devia agir ou pela acção contrária as atribuições do cargo. Se o crime for a nível de gestão da fiscalização pode ser o não ordenar a fiscalização ou não exarar despacho a nota de constatações ou nota conclusiva ou mandar notificar invalidamente ao sujeito passivo, podendo ainda formar uma equipa de fiscais carente de conhecimentos e; a nível decisório, alocar de forma ineficiente qualitativa e quantitativamente o capital humano, meios circulantes, informáticos e de comunicação com vista a limitar a acção dos técnicos (Jovo & Mateco, 2023).

Há que considerar que além dos crimes de omissão e acção, pode postergar a atuação até a caducidade o que cria campo fértil para receber gratificações ilícitas.

Crime por acção e por omissão

A falta de fiscalização desonera o sujeito passivo podendo desaguar na caducidade do direito a liquidação, que pode ser forma de proteger ao infrator para puder receber gratificações a margem da lei (Jovo & Mateco, 2023).

Os governantes da Autoridade Tributária devem mandar fiscalizar tempestivamente, de modo que não haja espaço para desoneração dos sujeitos passivos protegidos indevidamente por haver indícios de se valer da caducidade como forma de receber

benefícios patrimoniais e não patrimoniais indevidos.

Níveis de corrupção

A corrupção desvia recursos que seriam aplicados na produção e satisfação das despesas públicas em benefício da nação, através de criação e manutenção de empresas e emprego, por isso que a corrupção limita o desenvolvimento dum país devido a contração das transações comerciais e baixa o nível de vida da sociedade (Pereira, 2022). A globalização iniciada nos anos dois mil fez com que os níveis de corrupção em Moçambique atingissem proporções alarmantes à escala mundial. O mais inconveniente que os da “geração da viragem” transmitiram além do roubo, é dar a entender aos jovens que o sucesso na vida não tem relação com o trabalho e sacrifício ou se interesse pelo sofrimento das pessoas com quem vivi, mas sim, com a esperteza, o engano e malandrices financeiras (Ngoenha, 2019).

Por os adultos enveredarem pelas artimanhas e esquemas ilícitos para a obtenção de poder económico e financeiros, acompanhado do exibicionismo exacerbado, os mais novos crescem com a percepção de que o mais importante na vida não é o sentimento de pertença a sociedade, mas pertencer a alta burguesia instalada nas grandes cidades e vilas e viver de ostentação a todo custo e sem pensar nas possíveis consequências.

Que vergonha para a nação por ensinar através de escândalos económicos e financeiros, criminalidade, venda de drogas, venda de órgãos humanos, sequestros de empresários, abate e venda de animais selvagens, árvores, plantas, recursos marinhos e fluviais, viciação de sistemas informáticos nos pleitos eleitorais tomando como exemplo as eleições autárquicas de 11 de Outubro do corrente ano que os órgãos de comunicação social relatam pagamento de valores a vários níveis.

Caducidade do direito a liquidação

A caducidade do direito a liquidação provém da relação jurídica, que concede o direito de a administração fiscal exigir o cumprimento da

obrigação fiscal, dentro do prazo estipulado, caso não exigir, perde esse direito em benefício do sujeito passivo (Marques, 2016). A caducidade do direito a liquidação do imposto ocorre quando verificados os elementos constitutivos da autoliquidação, o sujeito passivo não o fazer, a administração fiscal tem um período para validamente notificar o faltoso, caso contrário, perde esse direito, isto é, o sujeito passivo fica desonerado da obrigação fiscal (Sanches, 2007).

Os governantes da Autoridade Tributária devem exercer a sua opção fundamental de fiscalizar e notificar validamente dentro do prazo (plasma a legislação moçambicana o prazo de cinco anos), de modo a evitar a perda de receitas fiscais em benefício dos infratores e nos casos de reclamação ou contestação deve haver celeridade de despacho ou sentença. Também é preciso analisar os processos de contas e notificar validamente aos sujeitos passivos, porque pode se notificar de forma inválida ou errada, por falha ou desleixo dos funcionários, ou mesmo de forma deliberada, o Estado perder receitas podendo, o agente que não liquidou adicional ou oficiosamente o imposto ou notificar validamente, obter vantagens patrimoniais ou não patrimoniais imerecidos.

Condescendência criminosa

Constitui condescendência criminosa o funcionário superior deixar de sancionar o subordinado pela prática de infração no exercício das atribuições dele, e no caso de não ter competências para sancionar, não participar a quem de direito (Abreu & Classe, 2021). A falta de penalização ao transgressor perdoando por bondade, sendo devida a penalização e tendo sido atribuído competências para o efeito, nem comunicar ao superior hierárquico, no caso de não ter poderes para penalizar, comete condescendência criminosa. Ademais, o código penal moçambicano não faz menção, criando espaço fértil para que a condescendência criminosa seja praticada pelos governantes da Autoridade Tributária de Moçambique com a benevolência do Tribunal Administrativo (Jovo, 2023).

A condescendência criminosa ocorre quando o superior hierárquico, tendo conhecimento da infração cometida pelo seu inferior hierárquico, não penalizar e nos casos em que não tenha competência para penalizar, não dar a conhecer a quem tenha poder de penalizar.

Há que referenciar a não criminalização ser do agrado dos detentores do poder decisório e de influenciar a toada de decisões, de modo que os interesses empresariais deles, sejam devidamente protegidos pela falta de instrumento legal que lhes atinja. Isso faz com que continuem fora da jurisdição fiscal ou estejam em espécie zonas não tributáveis. Outrossim, poderem beneficiar as multinacionais ilegais e continuarem a exportar capitais para os offshore como forma de nunca estarem sujeitas a justa tributação, aumentando desse modo o poder económico e financeiro que lhes proporciona a manutenção de cargos políticos e partidários, religiosos e sociais.

Ao procederem desta maneira, conseguem com facilidade colocar os filhos, afilhados e amigos nas melhores escolas e universidades nacionais e internacionais, porque tem dinheiro suficiente sacrificando a sociedade principalmente aos mais carenciados, que perdem oportunidades de colocar filhos nas escolas públicas por serem obrigados ao trabalho infantil devido a dificuldades para obter bens básicos para a subsistência.

Criminosos económicos e financeiros devem compensar o Estado pelos prejuízos

Os agentes económicos violam a lei quando os benefícios financeiros forem superiores ao potencial prejuízo que possam advir das sanções legais. Por isso irão infringir as normas se os benefícios forem superiores em relação aos possíveis prejuízos, tanto na esfera pública ou privada (contrato ou perda de fama) (Deodato *et al*, 2021). Segundo Buchili (2017), em entrevista concedida ao Jornal Notícias (2017, Novembro, 24, n° 30.213, p. 7), em Maputo, defendeu na qualidade de Procuradora-Geral da República de Moçambique, que os agentes de crimes económicos e financeiros devem ressarcir ao

Estado pelos danos causados, para isso há necessidade de o Estado ser mais decidido de modo a neutralizar e punir severamente aos criminosos; acrescenta ainda que é preciso criar-se regimes especiais de recolha de provas, quebra de barreiras de segredo profissional e recuperar os activos do Estado.

Para o enfraquecimento de crimes graves e organizados é preciso instituir uma agenda nacional de recuperação de património obtidos ilicitamente à semelhança do que acontece nos países de tradição democrática, não obstante no Brasil ainda não levar em conta (Comploeir, 2019).

Ainda bem que a Procuradora-Geral da República incentiva a criação de mecanismos mais atuante na neutralização e punição aos criminosos que prejudicam a sociedade devido ao egoísmo exorbitante. É responsabilidade dos governantes da Autoridade Tributária encetar diligências junto a Procuradora-Geral da República e tribunais para obter a relação dos criminosos económicos e financeiros e os valores em causa atendendo que existem meios circulantes, bens moveis e imoveis além de activos financeiros e não financeiros espalhados à escala nacional e internacional com origem duvidosa.

Salientar que cabe-lhes fazer diligências junto aos poderes executivo, judicial e legislativo de modo a se quebrar as barreiras de segredo profissional e bancário para a realização da fiscalização aos indiciados de crimes económicos e financeiros. Relembrar que existe o Banco Central como aliado natural que pode usar do poder legal sobre os bancos comerciais para facilitar o acesso as contas bancarias dos visados.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a concepção do presente artigo elegeu-se o método qualitativo, sendo a pesquisa um estudo de caso em virtude da amplitude profunda que tem.

Ao se enveredar pela pesquisa qualitativa se tem em conta a investigação de eventos concretos, procurando perceber e interpretar as

informações obtidas nos entrevistados concernente ao assunto abordado. Por ter em consideração que a pesquisa qualitativa está vocacionada as pesquisas de aspectos críticos e ou de interpretação que obtém no ambiente natural, os dados provêm da convivência do dia a dia na qual os pesquisadores, por serem figuras incontornáveis, buscam a vida real dos entrevistados através de abordagem indutiva de análise e interpretação de dados recolhidos.

As entrevistas nos locais do estudo aos governantes da Autoridade Tributária de Moçambique, proporcionaram a obtenção de dados primários, tendo se recorrido também aos dados secundários através de leituras de artigos, livros, revistas, publicações avulsas, dissertações, teses, conferencias nacionais e internacionais.

Recorre-se a técnica de entrevistas em pesquisas qualitativas por proporcionarem a intersecção dos pesquisadores e os respondentes, podendo se ouvir em primeira mão pela oralidade aos entrevistados, relembrando as diversas experiências pessoais e familiares da vida diária, assim como nos convívios profissionais, académicas, económicas e sociais.

Daí a importância capital dos pesquisadores na colecta, análise dos dados e respectivas interpretações em função das percepções, experiências e convicções do evento em causa.

Para a selecção da amostra valeu-se da amostragem intencional com vista a conseguir obter a verdade pela experiência profissional relativa ao evento pesquisado. Com a entrevista efectuadas a 15 (quinze) governantes da Autoridade Tributária de Moçambique, foi possível alcançar o objectivo.

Os governantes entrevistados foram um Director de Controlo, Inspeção e Auditoria a nível Central, um Director Operativo a nível Provincial, um chefe de Repartição do Controlo Interno a nível Provincial, um Director da Unidade de Grandes Contribuintes, dois Directores das Áreas Fiscais de nível “A”,

um Director da Área Fiscal de nível “B”, dois Directores das Áreas Fiscais de nível “C”, um Director Adjunto da Área Fiscal de nível “A”, um Substituto da Directora da Área Fiscal de nível “C”, um chefe de Divisão da Unidade de Grandes Contribuintes, dois chefes de Divisão da Unidade de Auditoria a nível Central e dois chefes de Divisão da Área Fiscal de nível “A”

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As respostas das 15 entrevistas aos governantes da Autoridade Tributária obtiveram-se o seguinte:

(1) sobre se o fiscal tem de fazer corrupção para alimentar alguns dirigentes. Apontam que a corrupção de fiscais não é necessariamente para alimentar dirigentes, apesar de em algum momento ter esse propósito. Por vezes o fiscal envereda por via corrupta ao governante para garantir continuar na fiscalização por obter ganhos à margem da lei e; por o governante receber passa sentir necessidade de proteger quem lhe proporciona ganhos indevidos e assim fica estabelecida a relação de “uma mão lava a outra e as duas mãos, lavam a cara”.

(2) sobre se os sujeitos passivos cometem fraude e evasão fiscal por haver espaço para negociar. Referiram que no panorama nacional a corrupção é endémica que abrange o sujeito passivo e o fiscal, por isso a fraude e evasão fiscal estão sujeitos a realidade moçambicana. Outrossim a ineficiência da Autoridade Tributária no controlo das importações e nas operações internas contribuem para a evasão fiscal e corrupção dos fiscais. Sabido do egoísmo humano, o agente económico procura formas de escapar ao fisco, optando por assumir o risco contando também, que caso seja descoberto poderá negociar fora dos trâmites legais.

Ao afirmarem que em algum momento a corrupção visa satisfazer o egoísmo dos governantes isso contraria Urbano em 2020 que tem a visão de o governante como quem cumpre as atribuições do cargo para a satisfação da sociedade. O governante ao receber suborno do fiscal está a prevaricar e

deve ser sancionado conforme defendem Immich, Braga Júnior e Bem em 2016.

Este comportamento contradiz Maquiavel em 2012, porque este tipo de governante não protege e nem preserva os interesses do Estado que representa, enveredando pela incompetência enquanto Machado et al., em 2019 clamam pela competência, atitude e habilidades para a resolução de problemas da jurisdição deles que é orientar os fiscais na captação de receitas fiscais.

Estes dirigentes contribuem para a perda de consciência cidadã avançada por Merlo e Pertuzatti em 2005, criando disparidades sociais entre ricos pela via corrupta e os pobres e miseráveis, o que constitui exclusão social.

O fiscal ao dar gorjeta ao gestor a qualquer nível é indício de corrupção e o gestor de base ao não sancionar ou participar ao gestor sénior, está a enveredar pela condescendência criminosa denunciada por Jovo em 2023.

Referiram que no panorama nacional a corrupção é endémica que abrange o sujeito passivo e o fiscal, por isso a fraude e evasão fiscal estão sujeitos a realidade moçambicana. Outrossim a ineficiência da Autoridade Tributária no controlo das importações e nas operações internas contribuem para a evasão fiscal e corrupção dos fiscais. Sabido do egoísmo humano, o agente económico procura formas de escapar ao fisco, optando por assumir o risco contando também, que caso seja descoberto poderá negociar fora dos trâmites legais.

A corrupção é cultural por os governantes pactuarem ao receberem gratificações indevidas dos fiscais e Buchili em 2017 defende a necessidade de o Estado ter pujança suficiente para neutralizar e punir os que cometem crimes contra o erário público inclusive recuperar os danos provocados a nação.

Por os governantes da Autoridade Tributária enveredarem pela recepção de dinheiro dos fiscais (que cometem crime de omissão na

fiscalização), estão a praticar crime atacado por Jovo e Mateco em 2023. Ademais, os governantes permitem a omissão de receitas fiscais em detrimento do orçamento geral, apesar de Pereira em 2022 denunciar a corrupção como desvio de recursos financeiros do erário público e assevera Ngoenha em 2019, o ensinamento que se está a proporcionar aos jovens de o enriquecimento ilícito ser o mais importante que a solidariedade e convivência harmoniosa na sociedade moçambicana, ser o pior legado.

Por sua vez Comploeir em 2019 aconselha a se criar mecanismos eficientes de recuperação do património obtido por via ilegal à semelhança dos países eminentemente democráticos porque Deodato, Mascarenhas e Carvalho em 2021 alertam que se os benefícios forem superiores aos prejuízos haverá prevaricação das leis.

Por isso que há necessidade de haver medidas drásticas para desencorajar a perda de receitas fiscais por instituir a obrigatoriedade de os governantes ressarcirem os crimes por omissão e acção dos fiscais devido a colaboração deles.

CONCLUSÕES

A pesquisa traz a ribalta que os governantes da Autoridade Tributária de Moçambique recebem gorjetas ilícitas dos fiscais contribuindo para a perda de receitas fiscais em detrimento do erário público. Outrossim, a corrupção é endémica e os adultos estão a transmitir aos jovens o legado de que o mais importante na vida é ter dinheiro, sem medo de praticar crime, porque sempre há formas de contornar os trâmites legal para puder usufruir de boa vida e atingir níveis sociais acima da média.

O facto de a Procuradora-Geral da República manifestar a necessidade de o Estado ser pujante na neutralização e punição os criminosos económicos e financeiros contra o erário público inclusive a recuperação dos danos provocados a nação demonstra que a situação atingiu proporções alarmantes. Para

não ficar atrás Comploeir revela que é preciso ter mecanismos robustos para a recuperação do património delapidado a semelhança dos países iminentemente democráticos.

Recomenda-se aos governantes da Autoridade Tributária de Moçambique a enveredar pelo cumprimento rigoroso das atribuições deles de orientar os fiscais a captarem receitas fiscais para o orçamento geral em obediência a legislação fiscal e demais leis.

Aos governantes prevaricadores, que lhes sejam responsabilizados administrativa e criminalmente.

A Procuradora-Geral da República deve exigir que os governantes que delapidam a economia nacional sejam levados a barra do tribunal de forma célere além de restituir com juros e correção monetária.

É preciso ter em conta que por a corrupção ser doentia, os governantes da Autoridade Tributária de Moçambique criminosos vêm praticando a corrupção a muito tempo por isso deve-se investigar o património deles, da família e amigos mais próximos por o enriquecimento ilícito servir-se de vários mecanismos de branqueamento de capitais

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, V. S. & Classe, T. M. (2021). Análise dos principais crimes de corrupção no Brasil: uma busca sistemática pelo Google Trends. Relatórios Técnicos do Departamento de Informática Aplicada da UNIRIO n° 0003/2021, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Exatas e Tecnologia. file:///C:/Users/lenovo/Downloads/11481Texto%20do%20Artigo-59545-1-10-20211116.pdf. Acesso em 15/10/2023.

Aguiar, M. R. (2018). Avaliação do risco de desvios de conduta de dirigentes de Fundos de Pensão: um estudo de caso de análise multicritério aplicada à teoria da Agência. Dissertação

- apresentada como requisito parcial para conclusão do Mestrado Profissional em Computação Aplicada. Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Exatas, Departamento de Ciência da Computação. file:///C:/Users/lenovo/Desktop/Dia%2014%20de%20Outubro%20de%202023/2018_ManoelRobsonAguiar.pdf. Acesso em 17/10/2023.
- Buchili, B. (2017). Estado deve ser compensado pelos prejuízos dos infractores: defende Beatriz Buchili. *Jornal Noticias* de 24 de Novembro de 2017, n.º 30.213, p. 7. Maputo.
- Comploir, M. (2019). O papel da actividade de inteligência financeira na prevenção e repressão aos crimes praticados por organizações criminosas. Tese de Doutoramento em Direito Político e Económico, Universidade Presbiteriana Mackenzie. file:///C:/Users/lenovo/Desktop/Responsabilidade%20dos%20governantes/Dia%2020%20de%20Outubro%20de%202023/Mylene%20Comploir.%20Tese.pdf. Acesso em 21/10/2023.
- Deodato, F. A. F. N., Mascarenhas, I. L. & Carvalho, P. L. (2021). Crime e compensação: uma análise do insider trading no Brasil. *Revista de Direito Económico e Socioambiental*. file:///C:/Users/lenovo/Desktop/Responsabilidade%20dos%20governantes/Dia%2020%20de%20Outubro%20de%202023/Crime_e_compensacao_uma_analise_do_insider.pdf. Acesso em 20/10/2023.
- Jovo, D. A. E. (2023). A fiscalização da Autoridade Tributária de Moçambique e o contributo no incremento de receitas fiscais –2015 a 2019. *Revista da UI IPSantarém*. Edição Temática Unificada. Número Especial: III Simpósio de Economia e Gestão da Lusofonia.11(2),31-43. <https://doi.org/10.25746/ruiips.v11.i2.32784revistauips@ipsantarem.ptComplexo>. Acesso em 17/10/2023.
- Jovo, D. A. E. & Mateco, R. A. (2023). A fiscalização da Autoridade Tributária e o papel do código penal moçambicano no combate à corrupção. *Revista da UNIKIVI*. Edição Temática: Ciências Sociais e Humanas. Número Especial: IVº Simpósio de Economia e Gestão da Lusofonia 2023. 01(01), 01-12. file:///C:/Users/lenovo/Desktop/Dia%2014%20de%20Outubro%20de%202023/Artigo+completo12%20(3).pdf. Acesso em 18/10/2023.
- Immich, M. F. P., Braga Júnior, A. & Bem, L. P. (2016). A responsabilidade civil de dirigentes pela gestão de clubes de futebol. *Rev. Intercon. Gest. Desport.*, Rio de Janeiro, 6 (1): 26 - 54, jan-jun/2016. file:///C:/Users/lenovo/Desktop/op/Geral/Doutoramento%20em%20Gestao%20de%20Empresas/Simposio/B rincadeiras/2399-8168-1-PB.pdf. Acesso em 15/10/2023.
- Machado, et al. (2019). Competência digital de idosos: mapeamento e avaliação. *ETD-Educação Temática Digital Campinas*, SP v.21 n.4 p.941-959 out./dez. 2019. file:///C:/Users/lenovo/Desktop/Responsabilidade%20dos%20governantes/Dia%2020%20de%20Outubro%20de%202023/1676-2592-etd-21-04-941.pdf. Acesso em 20/10/2023.
- Maquiavel. (2012). *O Príncipe*. Escolar Editora. Lisboa.
- Marques, R. (2016). A caducidade do direito de liquidação de imposto. *Vida Económica*, 2ª ed. file:///C:/Users/lenovo/Desktop/Dia%2014%20de%20Outubro%20de%202023/9789897684920.pdf. Acesso em 18/10/2023.
- Merlo, R. A. & Pertuzatti, E. (2005). Cidadania e responsabilidade social do contador como agente da conscientização

tributária das empresas e da sociedade. file:///C:/Users/lenovo/Desktop/Geral/Doutoramento%20em%20Gestao%20de%20Empresas/Simposio/Artigos%20por%20elaborar/Compet%C3%AAscias%20essenciais%20dos%20fiscais%20da%20Autoridade%20Tribut%C3%A1ria%20de%20Mo%C3%A7ambique/Novos/371.pdf. Acessado em 21/09/2023.

Ngoenha, S. E. (2019). Lomuko. Publifix – Edições. Maputo.

Pereira, J. M. (2022). Reforma do estado e controle da corrupção no Brasil. *Revista de Administração Mackenzie*. Ano 4, n.1, p. 39-58. file:///C:/Users/lenovo/Desktop/Responsabilidade%20dos%20governantes/Dia%2020%20de%20Outubro%20de%

2023/download%20(7).pdf. Acesso em 21/10/2023.

Sanches, J. L. S. (2007). *Manual de Direito Fiscal*. Coimbra Editora. 3ª ed. Lisboa.

Urbano, M. B. (2020). Apontamentos esparsos sobre a responsabilidade dos governantes. *Revista Populus Salvador* n. 9. file:///C:/Users/lenovo/Desktop/Geral/Doutoramento%20em%20Gestao%20de%20Empresas/Simposio/Principio%20de%20Prudencia%20e%20de%20responsabilidade/Adjuvante%20do%20principio%20de%20responsabilidade/art%208%20Maria%20Benedita%20Malaquias%20Pires%20Urbano%20revista%20populus%20vol.%209%20dez%202020.pdf. Acesso 09/07/2023.

1.

31 – 03 | 2024

OS EFEITOS DA COVID-19 NA GESTÃO: O DOWNSIZING NA EMPRESA J&J TRANSPORTES - MOÇAMBIQUE

The Effects of the Covid-19 on Management: The Downsizing at the Company J&J Transports – Mozambique

Los Efectos de la Covid-19 en la Gestión: Downsizing en la Empresa J&J Transportes - Mozambique

Holen Dama¹, Imraan Bahadur², Nicolau Armando³

¹Universidade Licungo, Moçambique, holenjulius@gmail.com.

²Universidade Licungo, Moçambique, <https://orcid.org/0009-0002-9156-3062>,
ibahadur@unilicungo.ac.mz.

³Universidade Licungo, Moçambique, <https://orcid.org/0009-0001-8121-6115>,
narmando@unilicungo.ac.mz.

Autor para correspondência: narmando@unilicungo.ac.mz

Data de receção: 15-11-2023

Data de aceitação: 12-02-2024

Como citar este artigo: Dama, H., Bahadur, I., & Armando, N. (2024). Os efeitos da Covid-19 na gestão: o Downsizing na empresa J&J Transportes-Moçambique. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 2(3), pp. 13-18. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/3>.

RESUMO

A presente pesquisa visa analisar um dos efeitos que a Pandemia da Covid-19 trouxe ao mundo empresarial, especificamente a adoção da estratégia do Downsizing, pela empresa privada J&J Transportes, Lda, como uma das respostas para minimizar as consequências económicas na mesma. Com a adoção da reestruturação por meio do Downsizing ocorreram despedimentos, e congelamento de contratações, afectando a produtividade da empresa, e as condições financeiras dos colaboradores. Nesse contexto, a pesquisa pretende objectivamente, analisar os efeitos positivos e negativos decorrentes da implementação da estratégia do downsizing na J&J Transportes-Beira. Metodologicamente, a pesquisa é qualitativa, e os dados foram colectados por meio de entrevistas semi-estruturadas. Os resultados indicam que a estratégia de downsizing trouxe efeitos positivos como a possibilidade de crescimento profissional e a adaptação a novos papéis, enquanto os efeitos negativos, foram o menor

suporte profissional, ansiedade sobre a permanência na empresa e a falta de transparência na comunicação. A pesquisa sugere a melhoria da comunicação interna, para reduzir a ansiedade e incerteza entre os colaboradores, fortalecendo a confiança na gestão; garantir que os colaboradores tenham o suporte necessário para lidar com as mudanças, por meio de treinamentos, e programas de desenvolvimento.

Palavra-chave: COVID-19, Downsizing, J&J Transporte, Moçambique.

ABSTRACT

This research aims to analyze one of the effects that the Pandemic brought to the business world, specifically the adoption of the Downsizing strategy, by the private company J&J Transportes, Ltd, as one of the responses to minimize the economic consequences of the COVID-19 pandemic. With the adoption of

restructuring through Downsizing, layoffs and hiring freezes occurred, affecting the company's productivity and the financial conditions of employees. In this context, the research aims to objectively analyze the positive and negative effects resulting from the implementation of the downsizing strategy at J&J Transportes-Beira. Methodologically, the research is qualitative, and data was collected through semi-structured interviews. The results indicate that the downsizing strategy brought positive effects such as the possibility of professional growth and adaptation to new roles, while the negative effects were less professional support, anxiety about remaining in the company and lack of transparency in communication. The research suggests improving internal communication to reduce anxiety and uncertainty among employees, strengthening trust in management; ensure that employees have the necessary support to deal with changes, through training and development programs.

Keywords: COVID-19, Downsizing, J&J Transport, Mozambique.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo analizar uno de los efectos que la Pandemia trajo al mundo empresarial, específicamente la adopción de la estrategia Downsizing, por parte de la empresa privada J&J Transportes, Lda, como una de las respuestas para minimizar las consecuencias económicas del COVID-19 pandemia. Con la adopción de la reestructuración mediante Downsizing, se produjeron despidos y congelaciones de contrataciones, afectando la productividad de la empresa y las condiciones financieras de los empleados. En este contexto, la investigación tiene como objetivo analizar objetivamente los efectos positivos y negativos derivados de la implementación de la estrategia de reducción de personal en J&J Transportes-Beira. Metodológicamente la investigación es cualitativa y los datos se recolectaron mediante entrevistas semiestructuradas. Los resultados indican que la estrategia de reducción de personal trajo efectos positivos como la

posibilidad de crecimiento profesional y adaptación a nuevos roles, mientras que los efectos negativos fueron menor apoyo profesional, ansiedad por permanecer en la empresa y falta de transparencia en la comunicación. La investigación sugiere mejorar la comunicación interna para reducir la ansiedad y la incertidumbre entre los empleados, fortaleciendo la confianza en la dirección; asegurar que los empleados cuenten con el apoyo necesario para afrontar los cambios, a través de programas de formación y desarrollo.

Palabras clave: COVID-19, Reducción de personal, J&J Transporte, Mozambique.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa intitulada "Os Efeitos da Covid-19 na Gestão: O Downsizing na empresa J&J Transportes - Moçambique". Desde a eclosão da pandemia da COVID-19, em Dezembro de 2019, na China, o mundo viveu momentos sem precedentes. Esta doença de alta transmissibilidade fez milhões de óbitos a nível mundial, e trouxe consigo inúmeras implicações de âmbito social, económico e político. Em Moçambique, após o anúncio do primeiro caso da doença, no dia 22 de Março de 2020, quatro meses após o seu surgimento na China, várias foram as medidas adoptadas pelo Governo, com vista à mitigação dos efeitos da doença, (Decreto no 69/2020 de 11 de Agosto). No entanto, apesar desses esforços, é visível o impacto da pandemia na estrutura social e económica do País, que ficou grandemente afectada, com muitas empresas a optarem em reestruturar o seu capital humano, com o propósito de estabilizarem a sua condição financeira bem como a competitividade no mercado. Segundo Okano et al. (2020), a pandemia da Covid-19 se tornou uma crise global crescente e sem precedentes, com impacto devastador na saúde, na economia e na sociedade, atingindo fortemente os países e mergulhando a economia mundial em uma recessão de dimensões históricas. O mundo viverá com esse vírus por anos, enquanto a luta para mantê-lo sob controlo será contínua. As

empresas, os trabalhadores, os consumidores e as comunidades se adaptarão a essas mudanças progressivamente.

Segundo Lemos et al. (2020), para adequar-se a essas directrizes, muitas empresas suspenderam total ou parcialmente suas actividades ou, quando foi possível, passaram a operar na modalidade de homeoffice. A interrupção de diversas actividades produtivas teve efeitos imediatos na força de trabalho, Escudero (2020), argumentou que as organizações em todo o mundo passaram por uma interrupção sem precedentes da força de trabalho. As empresas foram determinando o trabalho no curto e no longo prazo, conforme a força de trabalho e as comunidades buscaram funcionar e desempenhar, enquanto lutaram para lidar com o que estava acontecendo em suas vidas diárias.

Podemos ver o downsizing como um processo específico de mudança organizacional que merece uma discussão mais detalhada. As organizações têm buscado novos padrões de competitividade e isto implica, muitas vezes, em diminuição de tamanho e redução de custos, à análise dos processos de downsizing torna-se pertinente. A competitividade não é adquirida exclusivamente através de diminuição de tamanho e redução de custos, mas sim de um conjunto de elementos que envolve, igualmente, características do ambiente organizacional, inovações tecnológicas, gerenciais, dentre outros (Mendonça & Vieira, 1998).

De acordo com Chiavenato (2008), o downsizing é a primeira ferramenta utilizada para iniciar processos de horizontalização nas empresas e reestruturação dos recursos humanos. É orientado no sentido do emagrecimento da organização pela redução de custos com pessoal. Empresas com muitos níveis hierárquicos dificultam a comunicação e aumentam os ruídos na comunicação. Com o downsizing é possível diminuir os níveis hierárquicos da empresa para 2 ou 3, melhorando assim a comunicação e agilizando as tomadas de decisão, ou seja, é uma forma de minimizar a distância até o cliente.

Freeman (1993) definem o downsizing como um conjunto de actividades empreendidas por uma parte da gerência de uma organização, desenhadas para melhorar a eficiência organizacional, a produtividade e a competitividade. Representa uma estratégia implementada pelos gerentes, a qual afecta o tamanho da força de trabalho da empresa e os processos de trabalhos utilizados. Parafrazeando Alvarez (2001), Downsizing é um processo que promove e incentiva a maior responsabilidade dos funcionários, provocando o achatamento da pirâmide hierárquica, ou seja, funcionando com menos funcionários que possuem maiores responsabilidades e autoridade.

Kocakulâh (2021), investigou o impacto do Covid-19 nas empresas na Turquia. O autor descobriu que o downsizing foi uma das estratégias adoptadas pelas empresas para lidar com os efeitos económicos da pandemia. Não bastando, a pesquisa de Millet (2021), examinou a relação entre a pandemia e o downsizing em empresas francesas. Os autores descobriram que as empresas que enfrentavam dificuldades financeiras durante a pandemia foram mais propensas a adoptar o downsizing para sobreviver. Nos Estados Unidos da América, Cascio (2020), descobriu que as empresas responderam à pandemia por meio do downsizing, demissões, redução de horas de trabalho e cortes salariais.

A literatura empírica sobre o impacto da Covid-19 no downsizing em África e em Moçambique em particular ainda é limitada, uma vez que a pandemia continua sendo uma ameaça constante. No entanto, há alguns estudos e relatórios que abordam essa questão. O BAD (2020) analisou o impacto económico da Covid-19 em África e como as empresas estavam lidando com a crise. O estudo concluiu que muitas empresas na região estavam enfrentando dificuldades financeiras e precisavam reduzir seus custos, o que poderia levar a demissões em massa. No entanto, o estudo também observou que muitas empresas estavam tentando evitar o downsizing, adoptando outras medidas, como redução de salários e horas de trabalho, para preservarem

os empregos dos colaboradores. A Organização Internacional Trabalho (2020) analisou o impacto da Covid-19 no mercado de trabalho na África Subsaariana. O estudo constatou que a pandemia havia causado uma queda significativa no número de empregos na região, com muitas empresas sendo forçadas a reduzir seus custos e adoptar medidas de downsizing. Abor (2020) fez um estudo sobre o impacto da pandemia na gestão financeira das empresas Ganesas. Os resultados mostraram que muitas empresas tiveram que adoptar medidas de redução de custos, incluindo demissões e redução de salários, para sobreviver.

A pesquisa visa identificar no contexto específico de Moçambique, e de uma empresa especializada no ramo de transporte de cargas fraccionadas, a J &J Transportes, que igualmente optou pela estratégia de Downsizing, os efeitos positivos e negativos que surgiram da decisão implementada. A pesquisa preenche determinadas lacunas, tais como, a expansão da literatura sobre os efeitos positivos e negativos da Covid-19, resultantes da adopção da estratégia de Downsizing, na J&J Transportes.

O artigo está estruturado em cinco secções: a primeira é a introdução. A segunda secção aborda os métodos. A terceira secção os resultados encontrados. A quarta discute os resultados. A última secção traz as considerações finais

MATERIAIS E MÉTODOS

De acordo com Marconi & Lakatos (2003) a pesquisa é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico de modo a conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais. Os mesmos autores definem método como o conjunto das actividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar os objectivos, e detectam erros e auxiliam as decisões dos pesquisadores. Neste contexto, esta pesquisa sustentou-se de procedimentos científicos de modo a perceber os efeitos positivos e

negativos da implementação da estratégia de downsizing na J&J Transportes.

Quanto a abordagem, recorreu-se a pesquisa qualitativa, que segundo Marconi & Lakatos (2003), neste tipo de pesquisa há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objectivo e a subjectividade do sujeito que não pode ser traduzida em números. A pesquisa é bibliográfica quanto aos procedimentos, que parafraseando Marconi & Lakatos, (2003), é elaborada a partir de material já publicado, como livros, artigos e periódicos. E para reforçar a pesquisa, recorreu-se ao estudo de caso, que ocorre quando envolve o estudo pormenorizado de um ou poucos objectos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento (Silva & Menezes, 2005). Nesta pesquisa, o caso de estudo foi a empresa J&J Transportes, e para melhorar o entendimento da mesma, foram pesquisadas informações em artigos científicos e livros, que permitiram uma abordagem qualitativa, em que foram obtidas opiniões, percepções e sentimentos dos respondentes em relação aos efeitos positivos e negativos da implementação da estratégia de downsizing.

A técnica de pesquisa usada foi a entrevista semi-estruturada. De acordo com Marconi & Lakatos (2003), esta técnica é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte. Para colectar as respostas, foi elaborado um formulário contendo questões fechadas e abertas, onde o entrevistado poderia responder com base no seu conhecimento. O formulário continha 7 questões, sendo 1 geral sobre o tempo de serviço dos entrevistados, e as restantes 5 questões visavam identificar os efeitos positivos e negativos da implementação da estratégia de downsizing, e a última questão pretendia obter a opinião dos mesmos sobre a pesquisa.

Em relação à população e amostra da pesquisa, Gil (2008) considera universo ou população como um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características, e amostra como um subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se identificam-se as características da população. O tipo de

amostragem usada, foi a não probabilística, por acessibilidade ou conveniência, que para o mesmo autor, é aquela que não apresenta fundamentação matemática ou estatística, dependendo somente dos critérios definidos pelos pesquisadores. Sendo assim, nesta pesquisa, no universo de 402 colaboradores existentes na empresa J&J Transportes foram escolhidos 51 colaboradores, dos quais 50 da área operacional e 1 Director de Recursos Humanos para obter informações mais precisas e fiáveis.

A pesquisa não desenvolveu práticas anti-éticas, por não ter envolvido experiências com seres humanos ou animais. Os entrevistados responderam com base no anonimato e seguros da confidencialidade das suas respostas. Os dados foram processados por meio do software MSEXcel 2010, do qual foram obtidas as tabelas referentes aos efeitos positivos e negativos. Os dados foram analisados por meio interpretativo, com base no suporte literário já existente.

Tabela 1. Efeitos positivos

Variáveis	Categorias	Frequência	Porcentagem
Benefícios Corporativos	Oportunidade de Crescimento	35	70
	Novos papéis na empresa	10	20
	Responsabilidade	5	10
Benefícios Pessoais	Crescimento na carreira e cuidar da família	35	70
	Nenhum Benefício	4	8
	Sem respostas	11	22
Efeito no Desempenho	Aumentou	20	40
	Neutro	20	40
	Reduziu	10	20

Fonte: Elaboração própria (2023)

Efeitos negativos do Downsizing

Em relação as consequências negativas da implementação da estratégia de downsizing, a maioria dos entrevistados (50%) mencionaram a redução do desempenho, e a insegurança no emprego. A ansiedade no decorrer do processo foi citado por 20% dos colaboradores, e outros 20% lamentaram a falta de transparência do processo de downsizing. Somente 10% disseram não terem tido nenhum suporte por parte da empresa ou da liderança em frente do processo de reestruturação. Os entrevistados mencionaram igualmente alguns desafios enfrentados no processo de downsizing, tais

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Efeitos positivos do Downsizing

Os entrevistados indicaram os seguintes benefícios corporativos da estratégia de downsizing, onde 70% dos colaboradores afirmaram que tiveram oportunidade de crescimento, 20% passaram a desempenhar novos papéis ou tarefas, e 10% passaram a ter mais responsabilidades. Quanto aos benefícios pessoais, 70 % considerou o crescimento na carreira, atribuição de novos desafios, e mais disponibilidade para cuidar da família nos tempos de trabalho rotativo. Por fim, em relação aos efeitos que a estratégia de downsizing teve no desempenho, 40% dos entrevistados sentiram um aumento após a implementação da mesma. A tabela 1 resume os efeitos positivos da estratégia de downsizing na J&J transportes. Por outro lado, o chefe dos recursos humanos, afirmou o seguinte em relação aos efeitos positivos da estratégia de Downsizing: “houve contenção de custos com o pessoal”.

como: trabalho rotativo (70%), trabalho excessivo (20%) e receio de perderem o emprego (10%). De acordo com o gestor de RH, o maior efeito negativo foi “a ansiedade sobre a permanência no posto de trabalho”. A tabela 2 apresenta os principais efeitos negativos.

Tabela 2. Efeitos negativos

Variáveis	Categorias	Frequência	Porcentagem
Consequências	Ausência de Transparência	10	20
	Ansiedade	10	20
	Ausência de suporte profissional	5	10
	Redução desempenho, insegurança no emprego	25	50
Desafios enfrentados	Medo de Demissão	5	10
	Trabalho excessivo	10	20
	Trabalho rotativo	35	70

Fonte: Elaboração própria (2023)

Efeitos positivos do Downsizing

De acordo com os respondentes, a implementação da estratégia do downsizing permitiu alguns benefícios corporativos, tais como o crescimento profissional de alguns colaboradores, que passaram a ocupar posições de maior responsabilidade, habilidades, competências e poder de decisão na empresa, maior eficiência organizacional, maior foco em funções essenciais e ao desenvolvimento da equipe que permaneceu. Para fundamentar, Martins (2021), afirma que a adaptação a novos papéis, as oportunidades de crescimento e aumento de responsabilidade podem surgir após o downsizing. Pesquisa de Charernnit et al. (2022) confirma que a pandemia obrigou os colaboradores a novos aprendizados e a assumirem novos desafios, que antes não se manifestavam na zona de conforto.

Quanto aos benefícios pessoais, a maioria dos colaboradores percebeu algum benefício pessoal decorrente da estratégia do downsizing implementada pela empresa. Como afirma Santos (2019), embora o downsizing possa ser visto como uma medida de redução de pessoal, muitas vezes pode proporcionar oportunidades para o crescimento profissional e pessoal dos colaboradores remanescentes. Segundo Charernnit et al. (2022), durante a pandemia da Covid-19, os colaboradores foram forçados a optarem pela auto-capacitação para transformarem os desafios em oportunidades. Esta situação gera oportunidades de crescimento profissional para os colaboradores.

Em relação ao desempenho profissional, o downsizing manteve a equipa empenhada, com incremento no foco dos colaboradores, levando a um aumento de produtividade e eficiência, embora tenha também reduzido o

desempenho de uma parte dos colaboradores. De acordo com Oliveira (2020), o downsizing pode levar a melhorias na eficiência organizacional, assim como pode gerar impactos negativos no desempenho individual dos colaboradores.

Efeitos negativos

Os colaboradores da J&J transportes, afirmaram que os efeitos negativos da implementação de estratégia de downsizing, manifestaram-se na ausência de transparência na comunicação, ansiedade sobre a permanência na empresa e ausência de suporte profissional. Para embasar, Silva (2021) diz que a ansiedade, a falta de suporte e a comunicação inadequada podem ser efeitos negativos comuns durante o downsizing. Na Suécia, o estudo de Blomqvist et al. (2023), descobriu que, a perda de emprego e o downsizing durante a pandemia de COVID-19 estavam associados à depressão e à ansiedade. Nos EUA, a insegurança no trabalho devido à ameaça da COVID-19 teve um impacto significativo na ansiedade Blomqvist et al. (2023).

Os respondentes indicaram outros desafios associados a implementação da estratégia de downsizing, tais como o aumento do trabalho rotativo, o aumento das tarefas e responsabilidades, levando a uma carga de trabalho maior, e medo de demissão. Para embasar, Almeida (2021), diz que o medo de demissão, trabalho excessivo e trabalho rotativo foram alguns dos principais desafios enfrentados pelos colaboradores durante o período de Covid-19. De acordo com Roy & Parambil (2021) um dos problemas que os gestores enfrentam no processo de downsizing é a escolha entre os colaboradores que permanecem e os que devem sair. Esta situação

é potencial geradora de medo nos colaboradores. Para Sun et al. (2022), o medo da COVID-19 tem uma influência positiva e significativa na insegurança no trabalho, e na perda de emprego e numa relação negativa e significativa com o desempenho no trabalho

CONCLUSÃO

A pesquisa concluiu que a estratégia de downsizing foi adoptada pela empresa como uma resposta à pandemia da Covid-19, buscando enfrentar os desafios económicos e organizacionais impostos pelo cenário da crise. Os efeitos positivos da implementação do downsizing na empresa manifestaram-se nas oportunidades de crescimento dos colaboradores, nas responsabilidades assumidas, na execução de novas tarefas, na comunicação e suporte profissional. Os efeitos negativos resumem-se a ansiedade, medo de perder o emprego, excesso de trabalho, na adaptação aos trabalhos rotativos, e na falta de transparência da implementação do processo de downsizing.

A pesquisa apresenta as seguintes limitações: i) a natureza qualitativa, que não permite a generalização dos resultados; ii) pesquisa realizada numa única entidade; e iii) ausência de pesquisas que abordam os efeitos positivos e negativos da adopção da estratégia de downsizing no contexto moçambicano.

Em termos de contribuição, a pesquisa trouxe informações importantes sobre a decisão da empresa em adoptar o downsizing durante a pandemia, os motivos que a impulsionaram a tomar essa medida, e os efeitos positivos e negativos decorrentes da implementação da estratégia. Por outro lado, conhecendo os efeitos positivos e negativos, a empresa estará em melhores condições de tomar uma decisão similar em contextos pandémicos.

As futuras pesquisas sobre os efeitos da pandemia do Covid-19 nas empresas, poderiam abordar outras estratégias adoptadas pelas empresas tais como a diversificação ou integração. Pode-se igualmente fazer uma abordagem mais representativa das empresas com um enfoque quantitativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abor, J. (2020). The impact of covid-19 pandemic on businesses: implications for financial management in ghana. *Journal of economics, business and management*.
- Almeida., R. (2021). Impacto da Pandemia da Covid-19 no Trabalho e Bem-estar dos Colaboradores. *Revista de Psicologia Organizacional*, 28, 90–105.
- Alvarez, M. E. (2001). Administração da qualidade e da produtividade: abordagens do processo administrativo (S. P. Atlas (ed.)).
- Bad. (2020). Covid-19: Impact on African economies and mitigating measures.
- Blomqvist, S., Virtanen, M., Westerlund, H., & Magnusson Hanson, L. L. (2023). Associations between COVID-19-related changes in the psychosocial work environment and mental health. *Scandinavian Journal of Public Health*, 51(5), 664–672. <https://doi.org/10.1177/14034948231160633>
- Cascio, W. F. (2020). How the COVID-19 pandemic is forcing CHROs to redefine the workplace. *Harvard Business Review*.
- Charernnit, K., Trerattanaset, P., & Guzikova, L. (2022). Emotional Intelligence after Corporate Downsizing during Covid-19 Era: a Case Study of Thai Airways' Flight Attendants. *Transportation Research Procedia*, 63, 2473–2484. <https://doi.org/10.1016/j.trpro.2022.06.284>
- Chiavenato, I. (2008). *Gestão de Pessoas* (R. Actual (ed.)).
- Decreto no 69/2020 de 11 de Agosto, (2020). <https://www.afro.who.int/pt/news/orga-nizacao-mundial-da-saude-caso-da-covid-19-confirmado-em-mocambique>
- Escudero, C. (2020). Os impactos da pandemia de Covid-19 nas organizações da

- sociedade civil: conjuntura, desafios e perspectivas.
- Freeman, S. C. (1993). Organizational downsizing: a convergence and reorientation framework. *Organization Science*, 4, 10–29.
- Gil, C. A. (2008). Métodos e técnicas de pesquisa social (E. Atlas (ed.)).
- Kocakulâh, M. C. (2021). The impact of COVID-19 on human resource practices in Turkey. *Journal of Management Development*.
- Lemos, A. H., Barbosa, A. O., & Monzato, P. P. (2020). Mulheres em home office durante a pandemia da covid-19 e as configurações do conflito trabalho-família. São Paulo: RAE.
- Marconi, M., & Lakatos, E. (2003). Fundamentos de metodologia científica. In Editora Atlas S. A. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100005>
- Martins, L. M. (2021). Comunicação e Sociedade: Comunicar em saúde em tempos de pandemia. Portugal, Lisboa: Centros de Estudo de Comunicação e Sociedade. <https://journals.openedition.org/cs/5728> ISSN: 2183-3575
- Mendonça, J. R., & Vieira, M. N. (1998). O Downsizing como um Processo de Mudança Organizacional Planejada: o caso de uma agência de comunicação.
- Millet, M. G. (2021). Covid-19 and downsizing: Evidence from France. *Economics Letters*.
- Okano, M. T., Santos, H. C., Honorato, W. J., Viana, A. M., & Ursini, E. L. (2020). Impactos da pandemia Covid-19 em empresas de grande porte: avaliação das mudanças na infra-estrutura de tecnologia para o teletrabalho sob as ópticas das teorias das capacidades dinâmicas e estrutura adaptativa. *Research, Society and Development*, 9.
- Oliveira, F. (2020). Impacto do Downzing no Desempenho Organizacional e Satisfação dos Colaboradores. *Revista Gestao de Pessoas*, 22, 56–68.
- Roy, J. C., & Parambil, G. D. (2021). Covid-19 Impact: Is Downsizing the Need of the Hour? Identifying Your Best Employees While Downsizing. *Academy of Strategic Management Journal*, 20(5). <https://www.abacademies.org/articles/covid19-impact-is-downsizing-the-need-of-the-hour-identifying-your-best-employees-while-downsizing-13462.html>
- Santos. (2019). Efeitos Organizacionais do Downzing e suas Implicações para os Indivíduos. 25.
- Silva, E. L., & Menezes, E. M. (2005). Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. Revisada. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância/UFSC.
- SILVA, S. (2021). Impactos Psicossociais do Downzing nas Organizações Lusófonas. *Revista de Psicologia Organizacional*. *Revista de Psicologia Organizacional*, 29, 120–135.
- Sun, J., Sarfraz, M., Khawaja, K. F., Ozturk, I., & Raza, M. A. (2022). The Perils of the Pandemic for the Tourism and Hospitality Industries: Envisaging the Combined Effect of COVID-19 Fear and Job Insecurity on Employees' Job Performance in Pakistan. *Psychology Research and Behavior Management*, Volume 15(May), 1325–1346. <https://doi.org/10.2147/PRBM.S365972>
- Trabalho, O. I. de. (2020). COVID-19 and the world of work: Impact and policy responses in Sub-Saharan Africa.

31 - 03 | 2024

ANÁLISE DO PESO RELATIVO E DO EIXO TOTAL DOS INDICADORES/DIMENSÕES DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO NAS INSTITUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR EM MOÇAMBIQUE, NO PERÍODO DE 2018 A 2020

Analysis of the Relative Weight and Total Axis of Indicators/Dimensions of the Internal Control System in Higher Education Institutions in Mozambique, from 2018 to 2020

Análisis del peso relativo y eje total de indicadores/dimensiones del sistema de control interno en instituciones de educación superior en Mozambique, de 2018 a 2020

Natália Graziano¹

¹ *Universidade Pedagógica de Maputo, Nataliavb77@gmail.com.*

Autor para correspondência: Nataliavb77@gmail.com

Data de recepção: 16-11-2023

Data de aceitação: 13-02-2024

Como citar este artigo: Graziano, N. (2024). Análise do peso relativo e do eixo total dos indicadores/dimensões do sistema de controlo interno nas instituições do Ensino Superior em Moçambique, no período de 2018 a 2020. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 2(3), pp. 21-32. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/3>.

RESUMO

O presente estudo buscou investigar o peso relativo e o eixo total dos indicadores/dimensões, do sistema de controlo interno, objectivando determinar a influência de cada variável em cada dimensão e o tipo de arranjo que seria observado relativamente aos feitos dos requisitos do controlo interno. Para o efeito, um total de 59 sujeitos (39 masculinos e 20 femininos), representando três universidades de Moçambique, nomeadamente a Universidade Pedagógica de Maputo, com 21 sujeitos, a Universidade Eduardo Mondlane, com 20 sujeitos e a Universidade Licungo, com 18 sujeitos, participou do estudo. Para a recolha de dados foi administrado um inquérito por questionário de perguntas fechadas. Para o

efeito, foi usada a escala de medida de Likert de cinco pontos. Os dados foram analisados no programa estatístico SPSS, 21.0, com o nível de significância de 5%. Os pressupostos da normalidade de dados foram verificados através do teste de Kolmogorov-Smirnov. As análises foram feitas usando médias, desvios padrão e percentagens. Do trabalho concluiu-se que a informação e comunicação, bem como a monitorização e controlo, foram consideradas ferramentas com influência bastante positiva e que, por isso, deviam ser exercidos de forma eficiente e eficaz por especialistas da instituição em suas actividades do dia-a-dia.

Palavras-Chave: Controlo Interno, Indicadores/dimensões, Sistema de Controlo Interno, Administração Pública.

ABSTRACT

The present study sought to investigate the relative weight and the total axis of the indicators/dimensions of the internal control system, aiming to determine the influence of each variable in each dimension and the type of arrangement that would be applied in relation to the achievements of the control requirements. Internal. For this purpose, a total of 59 subjects (39 male and 20 female), representing three universities in Mozambique, namely the Pedagogical University of Maputo, with 21 subjects, the Eduardo Mondlane University, with 20 subjects and the Licungo University, with 18 subjects, participated in the study. To collect data, a questionnaire survey with closed questions was applied. For this purpose, a five-point Likert measurement scale was used. The data were analyzed using the SPSS statistical program, 21.0, with a significance level of 5%. Data normality assumptions were checked using the Kolmogorov-Smirnov test. Analyzes were performed using means, standard deviations and percentages. From the work it was concluded that information and communication, as well as monitoring and control, were considered tools with a very positive influence and that, therefore, they must be exercised efficiently and effectively by specialists from the institution in their day-to-day activities. -a-daily -day.

Keywords: Internal Control, Internal Control Performance Indicators, Internal Control System. Public Administration.

RESUMEN

El presente estudio buscó investigar el peso relativo y el eje total de los indicadores/dimensiones del sistema de control interno, con el objetivo de determinar la influencia de cada variable en cada dimensión y el tipo de ordenamiento que se observaría en relación a los logros de requisitos de control interno. para ello, se contó con un

total de 59 sujetos (39 hombres y 20 mujeres), en representación de tres universidades de Mozambique, a saber, la Universidad Pedagógica de Maputo, con 21 asignaturas, la Universidad Eduardo Mondlane, con 20 asignaturas y la Universidad Licungo, con 18 asignaturas, participó en el estudio. para la recolección de datos se aplicó una encuesta tipo cuestionario con preguntas cerradas. para ello se utilizó la escala de medición likert de cinco puntos. los datos fueron analizados mediante el programa estadístico spss, 21.0, con un nivel de significancia del 5%. los supuestos de normalidad de los datos se verificaron mediante la prueba de Kolmogorov-Smirnov. los análisis se realizaron utilizando medias, desviaciones estándar y porcentajes. del trabajo se concluyó que la información y la comunicación, así como el seguimiento y control, fueron consideradas herramientas con una influencia muy positiva y que, por tanto, deben ser ejercidas de manera eficiente y efectiva por los especialistas de la institución en sus actividades del día a día.

Palabras clave: Control interno, Indicadores/dimensiones, Sistema de control interno, Administración pública.

INTRODUÇÃO

É inegável que actualmente a administração pública, particularmente das instituições de ensino superior em Moçambique, passa por um momento bastante delicado, em que muito se questiona a capacidade e o nível de gestão dos recursos públicos. Entretanto, para o efectivo controlo do erário público é necessário que as instituições públicas tenham um departamento de controlo interno eficiente, nos mesmos moldes que as empresas privadas.

Controlar, direccionando para uma correcta utilização dos recursos públicos, evitando o desperdício, o favoritismo e o benefício próprio foram e continuarão sendo um desafio a ser vencido. Mudam os legisladores, mas as

acções continuam a transparecer que na realidade mudanças não ocorreram, e se houver tendem a ser excepções.

Segundo a Federação Internacional de Contadores (IFAC, 2012), a administração normalmente tem três objectivos amplos ao projectar um sistema de controlo interno (SCI) eficaz. Primeiro, a administração é responsável pela preparação de demonstrações financeiras para investidores, credores e outros usuários. Portanto, a fiabilidade dos relatórios financeiros é o primeiro objectivo básico de um SCI. Em segundo lugar, os controlos destinam-se a incentivar a eficiência e a eficácia das operações, ou seja, a utilização eficaz dos recursos para otimizar os objectivos da empresa. Terceiro, o controlo interno incentiva o cumprimento de leis e regulamentos.

Por isso, a capacidade das instituições públicas cumprirem seus objectivos depende em grande parte das políticas e estratégias, bem como da eficácia dos procedimentos estabelecidos para salvaguardar suas operações. Originários da teoria da agência e sustentados pela teoria da contingência estão os SCI que garantem a gestão eficaz dos recursos, além de operações eficazes e eficientes (Jokipii, 2009). Em essência, o SCI está entrelaçado com as actividades operacionais da entidade e é fundamental para o sucesso da operação do empreendimento (Steinberg, 2011).

Diante do exposto, o presente estudo tem como objectivo investigar o peso relativo e o eixo total dos indicadores/dimensões, do SCI, objectivando determinar a influência de cada variável em cada dimensão e o tipo de arranjo que seria observado relativamente aos feitos dos requisitos do controlo interno.

MATERIAIS E MÉTODOS

Local de recolha de dados

A recolha de dados foi feita em três universidades públicas, nomeadamente, na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), na

Universidade Pedagógica de Maputo (UPM) e na Universidade Licungo (Uni Licungo). A escolha destas três universidades residiu no facto destas instituições de ensino possuírem actualmente maior universo estudantil comparativamente às demais. Outrossim, de acordo com os dados disponíveis em plataformas nacionais e internacionais, as três universidades aparecem mais bem posicionadas no Ranking nacional e internacional como melhores universidades de Moçambique. Igualmente, a qualificação de “melhores universidades” foi determinada também tomando em consideração vários indicadores tais como a qualidade de ensino prestado, nível de qualificação do corpo docente, cursos com um desenho padrão e acreditados, unidades orgânicas, entre outros.

Amostragem

A amostra seleccionada para o presente estudo foi composta por um total de 59 sujeitos representando as três universidades, sendo 21 da UPM, 20 sujeitos da UEM e 18 sujeitos da Uni Licungo. Dentre eles alguns estavam afectos aos serviços de Finanças, Património, Recursos Humanos, Gabinete do Reitor e serviços de Registo Académico, com experiência profissional e que habitualmente trabalham com o sistema de controlo interno. A escolha dos sujeitos da amostra foi realizada com base nos seguintes critérios: i) ser funcionário efectivo da instituição e ii) estar a trabalhar na área do sistema do controlo interno. Para o efeito, caracterizou-se a amostra de acordo com a idade, sexo, nível de experiência, tempo de serviço e especialidade.

Procedimentos éticos

Todos os sujeitos da amostra foram informados sobre os procedimentos de recolha de dados, dos objectivos da pesquisa, dos riscos esperados e da importância dos resultados. Por outro lado, um termo de consentimento livre informado foi assinado por todos eles, no qual afirmaram que estavam cientes e de acordo com os procedimentos. Os respondentes receberam ainda garantia de anonimato e confidencialidade dos dados e também foram informados do carácter voluntário do processo de colecta de dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas tabelas 1, 2, 3, 4 e 5 são apresentados os valores médios e o peso relativo dos indicadores/dimensões do sistema de controlo interno.

Com relação ao peso relativo, da actividade de controlo, conforme se pode observar na tabela 1, constatou-se que o valor médio do peso relativo, do eixo total desta dimensão, atingiu 68,20%, tendo a variável três (se a função de auditoria interna como ferramenta era exercida por especialistas da instituição.) ocupada o primeiro lugar, com o peso relativo de 76,60%.

Entretanto, a sexta variável (a autoridade competente da instituição segregava funções incompatíveis e, quando tal segregação não era prática, seleccionava e desenvolvia actividades alternativas de controlo.) ocupou a última posição, com o peso relativo de 64,80%. Destes resultados atribui-se grande importância a auditoria interna como uma ferramenta importantíssima para qualquer instituição. Outrossim, a auditoria interna deve ser exercida por especialistas da instituição. Todavia, é necessário enaltecer e deixar claro que, no nosso entender, todas as questões desta componente representam os procedimentos básicos de controlo interno.

Tabela 1. Valores médios e peso relativo da dimensão actividade de controlo

Dimensão Actividade de Controlo						
Nº	Questão	Media	Desvio padrão	Peso relativo%	Ordem	Grau de influência
1	O princípio da segregação de funções era considerado em todas as transacções/actividades.	3.36	1.21	67.20	7	Alta
2	A instituição tinha suas informações de orçamento detalhadas e bem preparadas que ilustrava a fonte de financiamento e que era uma ferramenta para controlo interno.	3.81	1.15	76.20	2	Alta
3	A função de auditoria interna como ferramenta era exercida por especialistas da instituição.	3.63	1.20	76.60	1	Alta
4	A instituição avaliava os seus funcionários, como ferramenta de controlo interno, que podia auxiliar a autoridade competente para monitorar, seguir e comparar com o objectivo alvo.	3.54	1.10	70.80	3	Alta
5	A instituição possuía procedimentos para recuperar os dados ou programas perdidos.	3.02	1.30	60.4	9	Alta
6	A autoridade competente da instituição segregava funções incompatíveis e, quando tal segregação não era prática, seleccionava e desenvolvia actividades alternativas de controlo.	3.24	1.16	64.80	10	Alta
7	A administração da instituição seleccionava e desenvolvia actividades de controlo sobre a aquisição, desenvolvimento e manutenção de tecnologia e sua infraestrutura para atingir os seus objectivos.	3.41	1.14	68.20	5	Alta
8	A instituição possuía um processo que requeria <i>backup</i> regular de arquivos de	3.25	1.25	65.00	8	Alta

	computador e teste dos arquivos de <i>backup</i> que garantia a funcionalidade adequada.					
9	A instituição possuía políticas e procedimentos que tratavam da segregação adequada de tarefas entre a autorização e manutenção de registos para as seguintes tarefas, se era aplicável: dinheiro, equipamentos, desembolsos ou compras e folha de pagamento.	3.46	1.15	69.20	4	Alta
10	Os gestores da instituição realizavam revisões periódicas de políticas e procedimentos para determinar sua relevância contínua e actualizava-as quando necessário.	3.39	1.14	67.80	6	Alta
Eixo total da dimensão actividade de controlo		3.41	1.18	68.20		Alto

Fonte: Graziano (2020)

O peso relativo, da dimensão actividade de risco, conforme a tabela 2, foi de 66.51%, tendo a primeira questão (A instituição possuía um plano estratégico.) ocupada o primeiro lugar com peso relativo de 81.60%. Este resultado se deve ao facto das instituições (sejam elas de ensino ou não) terem que funcionar com base em planos estratégicos (ferramentas estratégicas) de modo a identificarem qualquer tipo de risco e, também, com base em planos alternativos para qualquer acção urgente. A terceira questão (A instituição tinha planos B para qualquer surpresa de mudanças que pudessem afectar o seu trabalho.) ocupou a última posição com o peso relativo de 58.00%. Conforme dissemos, a instituição, mesmo funcionando com um plano

estratégico, deve possuir um outro plano (plano B) para qualquer eventualidade.

A tabela 2 mostra também que os inquiridos atribuíram a mesma pontuação as questões cinco (A instituição definia controlos internos para toda a entidade e avaliava os riscos de que esses controlos não pudessem impedir distorções, erros ou omissões relevantes nas demonstrações financeiras.) e sete (A instituição desenvolvia indicadores de desempenho para os principais objectivos e monitorava o status dos indicadores.), com peso relativo de 65.00%. O pesquisador atribuiu isso a todos os tipos de riscos que podem desviar dos objectivos.

Tabela 2. Valores médios e o peso relativo da dimensão actividade de risco.

Nº	Questão	Dimensão Actividade de Risco				
		Media	Desvio padrão	Peso relativo%	Ordem	Grau de influência
1	A instituição possuía um plano estratégico.	4.08	1.14	81.60	1	Alta
2	A instituição possuía um processo de análise de risco que incluía orçamento e mensalmente reunião para identificar esses riscos e como devia corrigir qualquer risco resultante.	3.37	1.14	67.40	3	Alta
3	A instituição tinha planos B para qualquer surpresa de mudanças que pudessem afectar o seu trabalho.	2.90	1.10	58.00	8	Muito boa
4	A instituição especificava objectivos com clareza suficiente, que lhe permitisse identificar e avaliar de riscos	3.20	1.22	64.00	6	Alta

	que pudessem ameaçar a consecução desses objectivos.					
5	A instituição definia controlos internos para toda a entidade e avaliava os riscos de que esses controlos não pudessem impedir distorções, erros ou omissões relevantes nas demonstrações financeiras.	3.25	1.13	65.00	5	Alta
6	A autoridade competente da instituição garantia que a identificação de riscos considerava factores internos e externos e seu impacto na consecução dos objectivos.	3.42	1.02	68.40	2	Alta
7	A instituição desenvolvia indicadores de desempenho para os principais objectivos e monitorava o <i>status</i> dos indicadores.	3.25	1.13	65.00	5	Alta
8	A instituição possuía mecanismos para identificar e reagir aos riscos apresentados por mudanças nas condições governamentais, regulatórias, económicas, operacionais ou outras que podiam afectar a consecução dos objectivos.	3.32	1.10	66.40	4	Alta
9	Existia uma consciência geral da importância de criar um perfil de risco para todos os aspectos na instituição.	3.14	1.26	62.80	7	Alta
Eixo total da dimensão actividade de risco		3.33	1.14	66.51		Alto

Fonte: Graziano (2020)

No que diz respeito ao peso relativo total, da dimensão ambiente de controlo, é de 66.80%, conforme ilustra a tabela 3. Constatou-se que a questão sete (O conselho de direcção já entendia sobre a importância dos controlos internos, incluindo a divisão de responsabilidades.) ocupou a primeira posição, com o peso de 76.00%, enquanto a quinta questão (Existiam processos para avaliar o desempenho da equipa e dos prestadores de serviços terceirizados em relação aos padrões

de conduta esperados.) ocupou a 12^a posição, com o peso de 59.00%.

Embora a sétima questão tenha tido um efeito significativo e alto peso relativo, pensamos ser importante que as instituições tenham um controlo de ambiente positivo como a integridade e moral que a autoridade competente e funcionários devem salvaguardar o património de modo a apoiarem o controlo administrativo.

Tabela 3. Valores médios e peso relativo da dimensão ambiente de controlo.

DIMENSÃO AMBIENTE DE CONTROLO						
Nº	Questão	Media	Desvio padrão	Peso relativo%	Ordem	Grau de influência
1	A instituição tinha um controlo de ambiente positivo como a integridade e moral que a autoridade competente e funcionários salvaguardavam o património para apoiar o controlo administrativo.	3.46	1.05	69.20	7	Alta
2	As actividades de controlo auxiliaram na implementação da orientação de gestão e que tais actividades de controlo foram	3.56	1.02	71.20	4	Alta

	eficazes e eficientes para alcançar os objectivos traçados.					
3	A instituição possuía ferramentas de controlo interno em recursos humanos para avaliar a nível de produtividade, eficácia e eficiência de seus recursos humanos.	3.53	1.16	70.60	5	Alta
4	A instituição demonstrou um compromisso com a integridade e os valores éticos.	3.66	1.15	73.20	2	Alta
5	Existiam processos para avaliar o desempenho da equipa e dos prestadores de serviços terceirizados em relação aos padrões de conduta esperados.	2.95	1.20	59.00	12	Muito boa
6	Os gestores definiam, mantinham e avaliavam periodicamente as habilidades e os conhecimentos necessários entre seus membros, para que pudessem questionar e fiscalizar a administração e apresentar visões alternativas.	3.27	1.15	65.40	10	Alta
7	O conselho de direcção entendia sobre a importância dos controlos internos, incluindo a divisão de responsabilidades.	3.80	1.06	76.00	1	Alta
8	As avaliações regulares dos funcionários eram documentadas e partilhadas com os funcionários.	3.64	1.29	72.80	3	Alta
9	A instituição oferecia continuamente oportunidades de monitorização e treinamento, necessárias aos seus funcionários para atrair, desenvolver e reter pessoal suficiente e competente.	3.34	1.15	66.80	9	Alta
10	A instituição realizava treinamentos periódicos para garantir que os funcionários estivessem cientes de suas funções relacionadas ao controlo interno, e as necessidades de treinamento eram continuamente reavaliadas.	3.22	1.23	64.40	11	Alta
11	A moral e a atitude dos funcionários, em relação ao trabalho, contribuíram para a conquista e eficiência no trabalho.	3.47	1.23	69.40	6	Alta
12	A filosofia, estilo e atitude de apoio da administração contribuíram para a conquista de objectivos e metas.	3.44	0.98	68.80	8	Alta
13	A estrutura organizacional da instituição era clara e promovia a prestação de contas.	3.66	1.26	73.20	2	Alta
Eixo total da dimensão ambiente de controlo		3.45	1.17	68.90		Alto

Fonte: Graziano (2020)

No concernente ao peso relativo do foco total, da dimensão informação e comunicação, a tabela 4 indica que foi de 72.75%, enquanto a sexta questão (Existia comunicação entre a reitoria e os sectores para que ambos tivessem

informações necessárias para cumprir suas funções com relação aos objectivos da instituição.) ocupou a primeira posição com um peso relativo de 81.36%.

A primeira questão (As informações eram gravadas e relatadas a todas as partes interessadas dentro do prazo e bases apropriadas para executar a responsabilidades

de controlo interno e outros deveres.) ficou posicionada em último lugar com um peso 64.75%.

Tabela 4. Valores médios e peso relativo da dimensão informação e comunicação.

Dimensão Informação e Comunicação						
Nº	Questão	Media	Desvio padrão	Peso relativo%	Ordem	Grau de influência
1	As informações eram gravadas e relatadas a todas as partes interessadas dentro do prazo e bases apropriadas para executar a responsabilidades de controlo interno e outros deveres.	3.24	1.05	64.75	11	Alta
2	A instituição passava as informações e deveres para com funcionários de forma clara e sem problemas.	3.29	1.13	65.76	10	Alta
3	Havia uma boa comunicação entre a equipa e seus departamentos que lhes permitissem executar suas tarefas de maneira sadia e correctamente.	3.73	1.15	74.58	4	Alta
4	As regras ou regulamentos eram revisados com um ou mais dos seguintes itens: conselho de direcção, auditoria, finanças ou outro.	3.71	1.19	74.24	5	Alta
5	A instituição mantinha e seguia procedimentos para arquivamento, retenção e descarte de registos contábeis e documentação de suporte, de acordo com os regulamentos aplicáveis.	3.83	1.11	76.61	2	Alta
6	Existia comunicação entre a reitoria e os sectores para que ambos tivessem informações necessárias para cumprir suas funções com relação aos objectivos da instituição.	4.07	1.09	81.36	1	Alta
7	A instituição possuía processos que foram implementados para comunicar informações relevantes e oportunas a terceiros.	3.76	1.17	75.25	3	Alta
8	Existiam canais de comunicação eficientes em toda a instituição.	3.58	1.22	71.53	7	Alta
9	A reitoria e a equipa usavam os canais de comunicação disponíveis para comunicar informações relevantes para as pessoas certas no momento certo.	3.59	1.16	71.86	6	Alta
10	Os funcionários usavam os canais de comunicação disponíveis para fornecer sugestões para melhoria na gestão	3.37	1.24	67.46	9	Alta
11	A instituição estabeleceu uma comunicação eficiente com seus fornecedores e clientes.	3.44	3.44	68.81	8	Alta
Eixo total da dimensão informação e comunicação		3.64	1.17	72.75		Alto

Fonte: Graziano (2020)

Também, para dimensão monitorização e controlo, foi calculado o peso relativo, e conforme se pode observar na tabela 5, o valor médio do peso relativo, do eixo total desta dimensão, atingiu 71.75%, o que quer dizer que a função da auditoria foi concluída. A primeira posição foi ocupada pela primeira questão (A reitoria da instituição prestava

atenção ao ambiente de controlo e as actividades para além de realizar reuniões regulares com auditores internos e externos sobre as actividades de controlo.) com um peso relativo 78.64%. Entretanto, a sexta questão (Todos os funcionários apreendiam suas responsabilidades e os níveis de tolerância a riscos relacionados.) ocupou a última posição, com peso relativo de 66.10%.

Tabela 5. Valores médios e o peso relativo para a componente de monitorização e controlo.

Dimensão Monitorização e Controlo						
Nº	Questão	Media	Desvio padrão	Peso relativo%	Ordem	Grau de influência
1	A reitoria da instituição prestava atenção ao ambiente de controlo e as actividades para além de realizar reuniões regulares com auditores internos e externos sobre as actividades de controlo.	3.93	1.12	78.64	1	Alta
2	A reitoria da instituição auditava periodicamente os regulamentos/normas para determinar se as políticas e procedimentos estavam sendo seguidos.	3.64	1.01	72.88	3	Alta
3	A instituição avaliava periodicamente os controlos internos e comunicava os resultados a autoridade competente.	3.73	0.96	74.58	2	Alta
4	Os controlos internos eram avaliados e revistos periodicamente para garantir sua efectividade.	3.41	1.03	68.14	5	Alta
5	Todos os funcionários entendiam a missão e os objectivos da instituição.	3.51	1.30	70.17	4	Alta
6	Todos os funcionários apreendiam suas responsabilidades e os níveis de tolerância a riscos relacionados.	3.31	1.26	66.10	6	Alta
Eixo total da componente actividade de controlo		3.59	1.11	71.75		Alto

Fonte: Graziano (2020)

Relativamente aos efeitos dos requisitos do controlo interno, o peso relativo dos efeitos de controlo do eixo total atingiu 69.60%, com pontuação alta. A dimensão informação e comunicação ficou em primeiro lugar com o peso de 72.75%, seguida da dimensão monitorização e controlo com o peso 71.71, com uma diferença mínima de 1.04%. A dimensão actividade de risco ficou em último lugar com um peso relativo 66.51%, o que contrasta com o resultado apresentado por Theofanis, Drogalas e Giovanis (2011), quando afirmaram que esta dimensão foi importante dado que podia ser vista como um componente importante do SCI. Isso porque permitiria que as organizações corporativas

identificassem, avaliassem e mitigassem tempestivamente os riscos controláveis e não controláveis que podiam afectar as operações (Woolf, 2013). Neste trabalho destaca-se um ambiente de controlo forte (68.90%). Corroborando com Gyasi (2013), as instituições alcançaram um desempenho favorável, tendo o compromisso com o crescimento das instituições sido aprimorado.

Em outras palavras diríamos que os funcionários consideraram a informação, bem como a monitorização e controlo, como ferramentas com influência bastante positiva e que, por isso, deviam ser exercidos de forma eficiente e eficaz por especialistas da instituição em suas actividades do dia-a-dia.

Entretanto, Ayyash (2017) notou que o peso relativo dos efeitos de controlo do eixo total, no seu estudo, atingiu 82.05%, superior ao resultado encontrado no nosso estudo, tendo a dimensão monitorização e controlo se posicionado em primeiro lugar com um peso de 86.59%, e a dimensão informação e comunicação ocupado último lugar com um peso relativo 81.08%. Este resultado também foi encontrado por Okol (2021) quando concluiu que a informação e comunicação e monitorização foram bastante significativos na Companhia de Transmissão da Nigéria. Outro estudo, como o de Mushtaha (2015, citado por Ayyash, 2017) distribuiu de forma diferente, tendo dado maior peso as dimensões ambientes de controlo, actividade de controlo, informação e comunicação e monitorização e controlo, respectivamente, tal como Ramos (2004), quando referiu que o ambiente de controlo é a base do SCI, pois dá o tom no topo, influenciando a consciência de controlo de todos os funcionários de uma organização. Segundo Ramos, o ambiente de controlo é visto como aquele aspecto dos controlos internos que oferece a estrutura e a disciplina para a realização dos principais objectivos do SCI, além do clima que afecta toda a qualidade dos sistemas de controlo interno. Já os estudos de Onumah et al. (2012), de acordo com Ayyash (2017), posicionaram as dimensões de ambiente de controlo, actividade de risco e informação e comunicação com pontuação alta. Entretanto, Muhunyo (2018) deu maior importância ao ambiente de controlo, avaliação de riscos, actividade de controlo e de informação e comunicação, ao ter dito que estas dimensões apresentavam uma influência significativa sobre o desempenho financeiro das instituições de ensino superior, como indicadores de sistemas de controlo interno, comparativamente a dimensão monitorização e controlo. Araya (2018) demonstrou que o ambiente de controlo, o procedimento de avaliação de risco, actividades de controlo, informação e comunicação e monitorização do controlo interno tiveram uma relação positiva e significativa com o desempenho das ONGs que operavam em Addis Abeba. Como se pode observar, o arranjo difere de estudo para

estudo, mas com valores altos. A ideia é de que todas as dimensões devam estar integradas e conseguirem um controlo interno eficaz. Esta ideia é corroborada por Ndungu (2013), quando, no seu estudo, referiu que os sistemas de controlo interno (no seu todo) influenciaram a geração de receita, embora as dimensões do controlo interno tenham sido estatisticamente insignificantes para o desempenho financeiro. Muhunyo e Jagongo (2018) e Muhunyo (2018) fortaleceram esta ideia ao terem concluído que o ambiente de controlo, actividade de risco, actividade de controlo, informação e comunicação e monitorização do controlo, como indicadores dos sistemas de controlo, tiveram uma influência significativa no desempenho financeiro das instituições de ensino superior em Nairobi. Por sua vez, Ayyash (2017) concluiu que os resultados do seu estudo revelaram que todos os componentes do sistema de controlo interno, a semelhança dos resultados obtidos no presente estudo, tiveram um grau de cumprimento bastante alto.

CONCLUSÕES

Em relação aos pesos relativos, o nosso estudo mostrou que, na dimensão actividade de controlo, a função de auditoria interna como ferramenta teve maior peso. Na dimensão actividade de risco, atribuiu-se maior peso a questão se autoridade competente da instituição garantia que a identificação de riscos considerava factores internos e externos e seu impacto na consecução dos objectivos. No ambiente de controlo o maior peso foi atribuído a importância dos controlos internos, incluindo a divisão de responsabilidades dada pelos conselhos de direcção. Na dimensão informação e comunicação a maior parte da amostra atribuiu maior peso a comunicação entre a reitoria e os sectores para que ambos tivessem informações necessárias para cumprir suas funções com relação aos objectivos da instituição e, finalmente, na dimensão monitorização e controlo a questão relacionada com prestação de atenção pela reitoria ao ambiente de controlo e as actividades para além de realizar reuniões regulares com

auditores internos e externos sobre as actividades de controlo teve maior peso. Com relação ao tipo de arranjo que seria observado relativamente aos feitos dos requisitos do controlo interno, a maior parte dos sujeitos da amostra consideraram a informação e comunicação, bem como a monitorização e controlo, como ferramentas com influência bastante positiva e que, por isso, deviam ser exercidos de forma eficiente e eficaz por especialistas da instituição em suas actividades do dia-a-dia. A dimensão actividade de risco foi considerada uma ferramenta menos influente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Araya, T. B. (2018). O efeito do controlo interno na performance de uma ONG. (Dissertação de mestrado). Universidade de Economia e Biznesse, Departamento de contabilidade e finanças. Addis Abeba, Jan.
- Arwinge, O. (2013). Internal control: A study of concept and themes. Heidelberg, Germany: Physica-Verlag Heidelberg.
- Ayyach, M. (2017). The impact of internal control requirements on profitability of Palestinian shareholding companies Palestinian Banking Sector. (Thesis of Master degree). Palestine.
- Coso (1992) elements of internal control (pdf). Available from ([http:// www.coso.org/ internal control.pdf](http://www.coso.org/internal_control.pdf)).
- Davies, M., & Aston, J. (2010). Auditing fundamentals. Harlow, United Kingdom: Pearson Education, 2010.
- Di Napoli, T. P. (2007). Standards for internal control. Retrieved from [http://osc.state.ny.us/agencies/ictf/docs/ in control STDS. PDF](http://osc.state.ny.us/agencies/ictf/docs/in_control_STDS.PDF).
- Gyasi, K. A. (2013). Comprehensive approach to auditing: An invaluable guide for the auditing profession. Accra, Ghana: Kwabotwe Hill Publishers.
- Intosai (2004). Guidelines for internal control standards for the public sector. Disponível em: <http://www.issai.org/media/13341/intosai.gov.9100.e.pdf>.
- Jokipii, A. (2009). Determinants and consequences of internal control in firm: A contingency theory based analysis. *Journal of Management and Government*, 14(2), 115-144.
- Muhunyo, B. M. & Jagongo, A. O. (2018). Effect of internal control systems on financial performance of public institutions of higher learning in Nairobi City County, Kenya. *International Academic Journal of Human Resource and Business Administration*, 3(2), 273-287.
- Muhunyo, B. M. (2018). Efeito da performance do sistema de controlo interno no sistema financeiro das instituições públicas de ensino superior na cidade de Nairobi, Quênia. (Master's dissertation). kenyatta universidade, May.
- Ndungu, H. (2013). The effect of internal controls on revenue generation: A case study of the University of Nairobi Enterprise and Services Limited. (Master's dissertation). University of Nairobi, Kenya). Retrieved from <http://chss.uonbi.ac.ke/sites/default/files/chss>.
- Noel, W. M. (2010). Control environment and liquidity levels in indigenous Ugandan commercial banks. (Master's thesis). Makerere University, Uganda. Retrieved from [http:// news.mak.ac.ug/document ts/makfile s/wathowan_marcelo_noel.pdf](http://news.mak.ac.ug/documents/makfiles/wathowan_marcelo_noel.pdf)
- Okol, E. (2021). Internal Control Systems and Financial Performance of Institutions of Higher Learning: a case of Uganda

Graziano, N. (2024). *Análise do peso relativo e do eixo total dos indicadores/dimensões do sistema de controlo interno nas instituições do Ensino Superior em Moçambique, no período de 2018 a 2020*

colleges of commerce. A dissertation submitted to Kyambogo University Graduate School in partial fulfillment of the requirements for the award of a masters degree of business administration of Kyambogo University.

- Onumah, J.; Kuipo, R. e Obeng, V. (2012). Effectiveness of Internal Control systems of Listed Firms in Ghana. *Accounting in Africa*, pp. 31-49.
- Ramos, M. (2004). Evaluate the control environment: Documentation is only a start, now it's all about asking questions. *Journal of Accountancy*, 197(5), 75-79.
- Siayor, A. D. (2010). Risk management and internal control systems in the financial sector of the Norwegian economy: A case study of DnB NOR ASA. (Master`s dissertation). University of Tromsø, Norway. Retrieved on from <http://munin.uit.no/bitstream/handle/10037/thesis>.
- Steinberg, R. M. (2011). *Governance, risk management, and compliance: It can't happen to us, avoiding corporate disaster while driving success*. Hoboken, New Jersey: John Wiley & Sons.
- Theofanis, K., Drogalas, G. & Giovanis, N. (2011). Evaluation of the effectiveness of internal audit in Greek hotel business. *International Journal of Economic Sciences and Applied Research*, 4(1), 19-34.
- Woolf, E. (2013). *Governance, risk and ethics: P1 study text*. Berkshire, England: Emile Publishing Limited.

31 - 03 | 2024

INFLUÊNCIA DE AUDITORIA INTERNA NO DESEMPENHO ORGANIZACIONAL DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (PME'S) EM MOÇAMBIQUE

Influence of Internal Audit on the organizational performance of Small and Medium Enterprises-SMEs in Mozambique

Influencia de la Auditoría Interna en el desempeño organizacional de las Pequeñas y Medianas Empresas-Pymes en Mozambique

Hermenegildo Maria Tinosse Muvale¹, Pedro José Miguel², Adija Micaela Alfredo³

¹*Instituto Superior de Contabilidade e Auditoria de Moçambique, Moçambique, hermenegildo.muvale@gmail.com.*

²*Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique, <https://orcid.org/0009-0001-4977-140X>, muendanepedro@gmail.com.*

³*Universidade São Tomás de Moçambique, mica.alfredo@yahoo.com.br.*

Autor para correspondência: muendanepedro@gmail.com

Data de recepção: 16-11-2023

Data de aceitação: 13-02-2024

Como citar este artigo: Muvale, H. M., Miguel, P. J., & Alfredo, A. M. (2024). Influência de auditoria interna no desempenho organizacional das pequenas e médias empresas (PME's) em Moçambique. *ALBA – ISFIC Research and Science Journal*, 2(3), pp. 33-39.

RESUMO

A auditoria interna é uma ferramenta estratégica voltada para trazer confiabilidade e credibilidade às informações e movimentações contabilísticas da empresa, no entanto, é muito utilizada na prevenção de erros e fraudes. O estudo visa analisar a influência de auditoria interna no desempenho organizacional. A viabilização tornou-se possível por meio de métodos documental, bibliográfico, estatístico que também serviram de método de análise. Foi igualmente utilizada uma abordagem exploratória e um delineamento de estudo de caso com ênfase na abordagem qualitativa baseado na aplicação do questionário a 7 colaboradores e entrevista a 2 gestores da empresa Jacofil, Lda (2020-2021). E os resultados mostram que a auditoria interna contribui fortemente no desempenho organizacional, uma vez que devidamente implementada, ajuda a examinar a integridade, a eficácia e a adequação dos controlos internos e dos dados financeiros, contábeis e

operacionais da empresa, evitando ou combatendo fraudes, erros e irregularidades praticadas por colaboradores da empresa.

Palavras-Chave: Auditoria interna, Desempenho organizacional, PME's.

ABSTRACT

Internal auditing is a strategic tool aimed at bringing reliability and credibility to the company's accounting information and movements, however, it is widely used to prevent errors and fraud. The study aims to analyze the influence of internal auditing on organizational performance. The feasibility became possible through documentary, bibliographic and statistical methods that also served as an analysis method. An exploratory approach and a case study design were also used with an emphasis on the qualitative approach based on the application of the questionnaire to 7 employees and interviews with 2 managers from the company Jacofil, Lda (2020-2021). And the results show that

internal audit contributes strongly to organizational performance, since properly implemented, it helps to examine the integrity, effectiveness and adequacy of internal controls and the company's financial, accounting and operational data, avoiding or combating fraud, errors and irregularities committed by company employees.

Keywords: Internal audit, Organizational performance, SMEs.

RESUMEN

La auditoría interna es una herramienta estratégica encaminada a brindar confiabilidad y credibilidad a la información y movimientos contables de la empresa, sin embargo, es ampliamente utilizada para prevenir errores y fraudes. El estudio tiene como objetivo analizar la influencia de la auditoría interna en el desempeño organizacional. La viabilidad fue posible a través de métodos documentales, bibliográficos y estadísticos que sirvieron también como método de análisis. También se utilizó un enfoque exploratorio y un diseño de estudio de caso con énfasis en el enfoque cualitativo basado en la aplicación del cuestionario a 7 empleados y entrevistas a 2 gerentes de la empresa Jacofil, Lda (2020-2021). Y los resultados muestran que la auditoría interna contribuye fuertemente al desempeño organizacional, ya que, correctamente implementada, ayuda a examinar la integridad, eficacia y adecuación de los controles internos y de los datos financieros, contables y operativos de la empresa, evitando o combatiendo fraudes, errores e irregularidades cometidos por empleados de la empresa.

Palabras clave: Auditoría interna, Desempeño organizacional, Pymes.

INTRODUÇÃO

Falar de auditoria interna é necessário entender procedimentos utilizados para analisar e conferir os controles internos de uma empresa, observando os aspectos que são mais relevantes para a manutenção da qualidade do trabalho da organização. Dessa forma, a

auditoria interna funciona como um controlo administrativo cuja função é observar, questionar, conferir e recomendar alterações e procedimentos para verificação a qualidade e segurança dos registos da organização/empresa.

No mundo globalizado, em que a concorrência faz parte da vida diária das organizações e onde uma contínua e progressiva necessidade de informação atempada e útil é cada vez mais um requisito imprescindível para a tomada de decisões que concorrem para um melhor desempenho organizacional, a auditoria interna, tem vindo a afirmar-se e a assumir um papel muito relevante, como função de apoio à gestão, com atribuições amplas, com responsabilidades numa gestão eficaz contribuindo assim no desenvolvimento da sociedade em geral (Ribeiro, 2020).

A função auditoria interna é contínua, actua numa organização para garantir e preservar a saúde da mesma, pois somente através de exames periódicos e sucessivos é que poderá ser possível apresentar um parecer ou relatório confiável, seguro, completo, com uma visão geral da organização, suportado por uma autonomia adequada de actuação, livre acesso a todas as áreas e departamentos, com planeamentos estratégicos e operacionais, com constante controlo e vigilância, fornecendo dados e informações para colaboração no desempenho da organização (Duarte, 2017).

O artigo tem como objectivo geral analisar a influência de auditoria interna no desempenho organizacional, e tem como objectivos específicos os seguintes: (i) Identificar os procedimentos de auditoria interna usados pelas empresas; (ii) Demonstrar de que forma a auditoria interna pode agregar valor a uma organização; Demonstrar os desafios enfrentados pela auditoria interna e tudo o que envolve o seu trabalho, a partir de um estudo de caso.

O sistema de controlo interno é fundamental para assegurar a fidedignidade e integridade dos registos, bem como fornecer relatórios

eficientes para o suporte nas rotinas desenvolvidas diariamente e para a correcta tomada de decisões, minimizando erros, corrigindo falhas, facilitando os procedimentos já realizados internamente.

O presente artigo encontra-se subdividido em cinco partes onde na primeira debruça-se sobre a introdução, com destaque para os objectivos do presente artigo, bem como a estrutura do mesmo, na segunda abordar-se a metodologia utilizada para a elaboração do artigo, na terceira parte destaca-se a revisão da literatura, na quarta, refere-se aos resultados e à discussão dos dados e, por fim, na quinta apresenta-se as conclusões.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente artigo apresenta uma revisão bibliográfica relativa auditoria interna nas pequenas e médias empresas.

Após o levantamento bibliográfico, foi realizada uma leitura exploratória com o objectivo principal de verificar a relevância das pesquisas científicas consultadas. Em seguida, fez-se uma leitura selectiva das informações, de modo a responder aos objectivos da pesquisa. Posteriormente, realizou-se a leitura analítica, com o intuito de sistematizar as informações obtidas nas fontes de pesquisa para a compreensão das informações sobre auditoria interna nas organizações. Por fim, procedeu-se a leitura crítica, com a finalidade de relacionar as ideias dos autores consultados e o problema da pesquisa.

Foi um estudo quantitativa e qualitativa que para além da pesquisa bibliográfica, baseou-se no estudo documental suportado pela leitura e análise de relatórios e demonstrações financeiras da empresa pesquisada. Para confrontar os documentos escritos, foi feita uma entrevista e questionário aos colaboradores da empresa Jocofil, Lda por forma a compreender a auditoria interna dentro da empresa pesquisada. Os resultados foram tratados por métodos estatísticos, para facilitar a análise e compreensão dos fenómenos.

O estudo contou com uma amostra de 9 colaboradores da empresa Jocofil, Lda., distribuídos pelos sectores de Contabilidade e Auditoria Interna, ocupam os cargos de assistente de contabilidade, contabilista júnior, contabilista sénior, assistente de informação estratégica, assistente de auditoria e dois auditores Internos sendo estes que lidam com a matéria de interesse no estudo. Os que não lidam com a matéria financeira foram excluídos do estudo por se entender que a sua contribuição seria mínima.

Auditoria interna

A auditoria interna desempenha um papel crucial nas pequenas e médias empresas (PME) na melhoria dos processos de tomada de decisão, no reforço da competitividade e na garantia do cumprimento das normas de qualidade. É importante que as PME disponham de pessoal qualificado e procedimentos eficazes para maximizar os benefícios da auditoria interna.

No entanto, existe um desconhecimento e implementação da auditoria de gestão nas PME, destacando-se a necessidade de uma abordagem sistémica às auditorias de gestão. A abordagem de risco de auditoria é utilizada para analisar o processo de auditoria nas PME, com enfoque na redução dos riscos através de um planeamento e consideração cuidadosos dos factores únicos associados às PME's.

Em geral, a auditoria interna nas PME é essencial para melhorar o desempenho, gerir os riscos e garantir a exactidão e fiabilidade das demonstrações financeiras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta secção, são apresentados os resultados da pesquisa baseada em análise das referências bibliográficas, documentos da empresa, entrevista aplicada aos gestores e questionário aplicado aos técnicos da área financeira e de auditoria interna.

Em relação da implementação da auditoria interna na empresa, os resultados da pesquisa provaram que os colaboradores da empresa sentem os efeitos positivos da implementação

da auditoria interna, pois, desde que este sector foi implantado, a empresa reduziu o índice de desvios e fraudes e melhorou os procedimentos de actuação uma vez que passou a ser observado o princípio de racionalização dos custos. Estes resultados vão ao encontro dos autores Batubara; Harahap; Nursidin (2022), que afirmam que auditoria interna e o controlo interno afectam significativamente o desempenho da empresa. A falta de informação em auditoria interna é um constrangimento para a empresa. Deste modo, aconselha-se que as empresas devem investir na implementação efectiva da auditoria interna significando investimento nas infraestruturas, na elaboração dos procedimentos e na formação do capital humano para garantir o sucesso.

Procedimentos de auditoria interna

Os procedimentos de auditoria interna são um instrumento eficaz para avaliar e melhorar o sistema de gestão da qualidade de uma organização. Ajudam a avaliar o nível de cumprimento dos requisitos e a assegurar a conformidade com as normas relevantes. A auditoria interna é um procedimento eficiente, livre e documentado para recolher provas de auditoria e avaliá-la objectivamente, a fim de determinar em que medida os critérios de auditoria são cumpridos. (Audit, 2022)

Os dados de pesquisa revelam que a empresa tem manual de procedimentos de auditoria interna alinhado com o plano standard, o mesmo está divulgado no seio da empresa e é aplicado na integra pelos auditores da empresa. Para garantir o domínio e aplicação efectiva, a empresa realizou duas secções de capacitação dos colaboradores em matérias de auditoria interna o que trouxe melhorias no desempenho económico e financeiro da empresa. Os colaboradores salientam que, os procedimentos analíticos são um componente-chave da auditoria interna, ajudando os auditores a avaliar a condição financeira, os processos de negócios e a conformidade com as normas.

A utilização de procedimentos analíticos tornou-se mais importante com os avanços

tecnológicos, permitindo aos auditores aplicar análises complexas e melhorar a eficácia e eficiência das auditorias internas. Em geral, os procedimentos de auditoria interna são essenciais para garantir a conformidade, gerenciar riscos e melhorar o desempenho das organizações em vários sectores. (Ahmad, 2018)

O actor acrescenta afirmando que, os procedimentos de auditoria interna são eficazes na redução da fraude eletrónica, por isso uma boa gestão desempenha um papel na consecução da eficácia.

Agregação do valor da auditoria interna

Em relação a questão colocada sobre a auditoria interna como uma ferramenta que agrega valor, os participantes responderam que com a implementação da auditoria interna, a empresa deu um salto qualitativo e quantitativo, pois, além dos valores financeiros envolvidos, a auditoria interna ajudou a empresa a actuar de forma correcta, desenvolveu melhores práticas de controlos internos da empresa, gerou maior confiança e transparência nas transações e/ou e melhorou a sua imagem perante seus acionistas, investidores, financiadores e clientes.

Este valor é garantido principalmente por factores, o grau de independência que permite aos auditores internos exercerem julgamento imparcial e sem tendenciosidade, que é essencial à realização de uma boa auditoria e a competência profissional que está ligado ao conhecimento, habilidades e atitudes que o auditor interno possui como habilidades indispensáveis para o sucesso da auditoria.

De acordo com Lidia (2023), o princípio da competência e zelo profissionais impõe a todos os profissionais da contabilidade as seguintes obrigações: i) Manter o conhecimento e a habilidade profissionais no nível necessário para que clientes ou empregadores recebam serviço profissional adequado; ii) Agir diligentemente de acordo com as normas técnicas e profissionais aplicáveis na prestação de serviços profissionais.

A auditoria interna acrescenta valor à empresa ao fornecer avaliações independentes e

objectivas das operações, da gestão dos riscos, do controlo e dos processos de governação da organização. Ajuda os líderes das empresas a entender a situação real da empresa e fornece conselhos e recomendações para a melhoria da sua situação económica. Os auditores internos têm uma perspectiva alargada em toda a organização, tornando-os úteis à gestão e ao conselho de administração. (Rodrigues, 2020)

Desafios da auditoria interna

Os desafios de pesquisa mostraram que empresa teve enormes desafios de auditoria interna ligados a pandemia de Covid19, uma vez que iniciou as suas actividades no mesmo ano. A pandemia Covid-19 fez com que a auditoria interna se concentrasse nas áreas de risco, pois a empresa teve que fazer investimentos prévios em tecnologias de monitorização contínua de controlos. Com as restrições impostas pela doença em 2020, os auditores tiveram que enfrentar desafios no desempenho do seu trabalho durante a pandemia, mas a abordagem de auditoria à distância, que assentou nas tecnologias de informação e comunicação, facilitou tarefas eficientes de auditoria interna.

Os auditores internos desempenharam um papel importante em situações de crise, ao dar garantias a empresa na gestão de riscos emergentes e contribuir para o planeamento da continuidade do negócio.

Para Chauhan (2023), embora a uso da tecnologia seja uma imposição moderna, os desafios enfrentados pelos auditores na adopção e implementação de práticas de auditoria orientadas por tecnologia incluem segurança de dados, preocupações de privacidade, lacunas de habilidades e a necessidade de controlos internos robustos. A tecnologia transformou as práticas de auditoria, e os auditores e organizações devem estar prontos para assegurar que esta tecnologia seja utilizada para o bem da empresa sem criar danos.

Contribuição da AI nas decisões de gestão da empresa

Em relação os dados de pesquisa revelaram que a auditoria interna contribui para as

decisões de gestão da empresa, fornecendo recomendações para melhorias nos negócios e oportunidades de investimento futuro, ajudando a melhorar a gestão da empresa e reduzir o risco associado às decisões de gestão de topo.

Para os colaboradores inqueridos, os auditores internos atuam como conselheiros para uma boa gestão, melhorando a competitividade e aumentando o desempenho do negócio através da gestão do risco, melhoria dos processos de produção e gestão, e mantendo o controlo interno. Providenciam a consulta a pedido da administração ou do conselho de administração, ajudando a atingir os objectivos organizacionais e a aumentar a competitividade.

Os resultados são secundados pelo Moldova (2023), o controlo interno e a auditoria interna desempenham papéis significativos na melhoria do desempenho da empresa, tendo o controlo interno um efeito significativo no desempenho da empresa. A presença da auditoria interna como um serviço especializado permite que a gestão se concentre em questões estratégicas, assegurando simultaneamente a supervisão e a adesão ao controlo interno.

A auditoria interna contribui para as decisões de gestão da empresa, através da supervisão de peritos e da garantia da eficácia dos controlos internos.

Relação entre AI e desempenho económico-financeiro

Os resultados de pesquisa mostraram que existem uma relação entre a auditoria interna e o desempenho económico e financeiro da empresa, pois, quando a empresa iniciou as suas actividades em 2019 teve prejuízos motivados por diversos factores com destaque para o facto de ser novo no mercado, concorrência, fraca capacitação dos seus técnicos, problemas de planificação e sobretudo problemas ligados ao controlo interno de procedimentos e de custos.

Mas já no segundo ano, mesmo com a pandemia de Covid19 que impôs restrições em 2020, a empresa teve um crescimento

económico e financeiro motivado pela implantação do gabinete de auditoria interna que passou a desempenhar o papel de monitoria, avaliação e aconselhamento aos gestores quanto a aplicação racional dos recursos o que resultou e garantiu a sobrevivência desta empresa mesmo sendo nova no mercado.

Estes resultados vão ao encontro ao Lins (2014), que diz que o objetivo da auditoria é garantir a autenticidade dos registos, fornecer credibilidade às demonstrações financeiras e outros relatórios de gestão e identificar defeitos no sistema de controlo interno e no sistema financeiro e fazer recomendações para melhorias.

CONCLUSÃO

O presente artigo teve como objectivo geral analisar a influência da auditoria interna no desempenho organizacional, e os resultados da pesquisa permitiram concluir que auditoria interna refere-se a actividade independente e objectiva de garantia e consultoria, concebida para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização é uma importante ferramenta para a simplificar tarefas e eliminar desperdícios no processo, de modo a possibilitar que haja um controlo interno constante. Portanto, ela exerce um papel muito importante na gestão empresarial, sendo considerada uma ferramenta essencial no apoio aos gestores.

Embora se reconheça o papel da auditoria interna como fundamental persistem desafios para as empresas no seu todo e para as PME's em particular uma vez que a implementação da AI na empresa implica investimento com capital humano, financeiro e material, o que exige também que os gestores estejam preparados para receber orientações deste sector que quiserem caminhar como empresas profissionais.

Recomenda-se as PMEs que devem implementar os sectores de auditoria interna para reduzir riscos de desvios, erros e fraudes cometidos pelos profissionais seja por desconhecimento de procedimentos ou por

quererem defraudar os objectivos empresariais visando satisfazer os objectivos particulares e que atentam contra o desenvolvimento da empresa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ahmad, A. A. (2018). The Internal Auditing Procedures Effectiveness in Using Accounting Information System to Assess Fraud in Jordanian Commercial Banks. *International Journal of Academic Research in Accounting, Finance and Management Sciences*. DOI: <https://doi.org/10.33545/26633140.2023.v5.i1a.86>. Vol. 8, No.3, July 2018, pp. 291–299 E-ISSN: 2225-8329, P-ISSN: 2308-0337.
- Batubara, E. D., Harahap, Y. R., Hartini1, S., Nursidin, M. (2022). Peranan Internal Auditing Dan Pengendalian Internal Dalam Meningkatkan Kinerja Perusahaan PT. Berkah Djamel Perbaungan. *Ekonomi, Keuangan, Investasi, dan Syariah (EKUITAS)*. Vol. 4, No 2, November 2022, Hal 512-517. ISSN 2685-869X (media online).
- Castro, R. L. C.; Vasconcelos, J. B.; dantas, J. A. (2015). Impacto das normas internacionais de auditoria nos relatórios dos auditores sobre as demonstrações financeiras dos bancos brasileiros. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, Anais... São Paulo, SP, Brasil.
- Chauhan, R. P. D. (2023). Transforming auditing practices: Unravelling the challenges and opportunities of technology. *International Journal of Foreign Trade and International Business* 2023; 5(1): 36-39.
- Dani, A. C.; Kaveski, I. D. S.; Dos Santos, C. A.; Leite, A. P. P.; Da Cunha, P. R. Características do conselho de administração e o desempenho empresarial das empresas listadas no novo mercado. *Revista de Gestão*,

Muvale, H. M., Miguel, P. J., & Alfredo, A. M. (2024). *Influência de auditoria interna no desempenho organizacional das pequenas e médias empresas (PME's) em Moçambique*.

Finanças e Contabilidade, v. 7, n. 1, p. 29, 2017.

Duarte, M. S. (2017). Dissertação de mestrado - A importância da auditoria interna para uma gestão eficiente e eficaz em instituições hospitalares do sector público. Porto.

Karapetric, S., Willborn, W. (2022). Audit and self-assessment in quality management: comparison and compatibility. *Magagerial Auditing Journal*.

Lidia, C. (2022). The importance of the internal audit in ensuring the competitiveness of the entity.

orcid.org/0000-0003-3203-3221.

Anual international Scientific Conference. ISBN 978-9975-3590-6-1. Conference Proceeding.

Lins, L. S. (2014). Auditoria: abordagem prática com ênfase na auditoria externa: atualizada e revisada: contém exercícios/ Luiz dos Santos Lins. – 3. Ed. – São Paulo: Atlas.

Rodrigues, C. T. (2020). Percepção de auditores e auditados sobre as práticas de auditoria interna em uma empresa prestadora de serviços de saneamento básico. Dissertação (programa 2) - Centro Universitário, [Unialfa].

A SUSTENTABILIDADE DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (PMES) COMO FERRAMENTA PARA O CRESCIMENTO ECONÓMICA DE MOÇAMBIQUE

The sustainability of Small and Medium-sized Enterprises (SMEs) as a tool for Mozambique's economic growth

La sostenibilidad de las Pequeñas y Medianas Empresas (PMEs) como herramienta para el crecimiento económico de Mozambique

Stélio Bila¹

¹Universidade São Tomás, Moçambique, <https://orcid.org/0009-0004-5084-4727>, sbila4@hotmail.com.

Autor para correspondência: sbila4@hotmail.com

Data de recepção: 16-11-2023

Data de aceitação: 15-02-2024

Como citar este artigo: Bila, S. (2024). A sustentabilidade das Pequenas e Médias Empresas (PMEs) como ferramenta para o crescimento económica de Moçambique. *ALBA-ISFIC Research and Science Journal*, 2(3), pp. 40-53.

RESUMO

A pesquisa centra-se na análise da sustentabilidade das Pequenas e Médias Empresas (PMEs) como ferramenta essencial para o crescimento económico de Moçambiques. O uso da técnica de bootstrap sugere maior precisão e estabilidade nas estimativas. O propósito deste estudo é entender o impacto de diferentes variáveis independentes em variáveis dependentes. Para tal, foi realizada uma análise estatística utilizando a técnica de reamostragem bootstrap, com o objectivo de avaliar as relações e verificar a estabilidade das estimativas. Os resultados mostraram que muitas das relações foram consideradas estatisticamente significativas. Além disso, o viés foi abordado para avaliar a consistência dessas estimativas. Como principal conclusão, destaca-se que a técnica de reamostragem bootstrap fornece uma avaliação precisa e estável das relações entre variáveis; contudo, é essencial considerar o viés para garantir a qualidade das estimativas.

Palavras-chave: Pesquisa, Variáveis, Bootstrap, Estimativas, Viés.

ABSTRACT

The research focuses on analyzing the sustainability of Small and Medium Enterprises (SMEs) as an essential tool for the economic growth of Mozambique. The use of the bootstrap technique suggests greater precision and stability in estimates. The purpose of this study is to understand the impact of different independent variables on dependent variables. To this end, a statistical analysis was carried out using the bootstrap resampling technique, with the aim of evaluating the relationships and verifying the stability of the estimates. The results showed that many of the relationships were considered statistically significant. Furthermore, bias was addressed to evaluate the consistency of these estimates. As a main conclusion, it is highlighted that the bootstrap resampling technique provides a precise and stable evaluation of the relationships between variables; however, it is essential to consider bias to ensure the quality of the estimates.

Keywords: Research, Variables, Bootstrap, Estimates, Bias.

RESUMEN

La investigación se centra en el análisis de la sostenibilidad de las Pequeñas y Medianas Empresas (PMEs) como herramienta esencial para el crecimiento económico de Mozambique. El uso de la técnica de bootstrap sugiere una mayor precisión y estabilidad en las estimaciones. El propósito de este estudio es entender el impacto de diferentes variables independientes en variables dependientes. Para ello, se realizó un análisis estadístico utilizando la técnica de remuestreo bootstrap, con el objetivo de evaluar las relaciones y verificar la estabilidad de las estimaciones. Los resultados mostraron que muchas de las relaciones fueron consideradas estadísticamente significativas. Además, se abordó el sesgo para evaluar la consistencia de estas estimaciones. Como principal conclusión, se destaca que la técnica de remuestreo bootstrap proporciona una evaluación precisa y estable de las relaciones entre variables; sin embargo, es esencial considerar el sesgo para garantizar la calidad de las estimaciones.

Palabras clave: Investigación, Variables, Bootstrap, Estimaciones, Sesgo.

INTRODUÇÃO

O papel fundamental das Pequenas e Médias Empresas (PMEs) no crescimento e estabilidade económica de Moçambique é indiscutível. As PMEs, no contexto moçambicano, não só impulsionam a economia, mas também representam um pilar central para o desenvolvimento socioeconómico. No entanto, é evidente que a sustentabilidade e a sobrevivência destas empresas estão intrinsecamente ligadas à sua estratégia empresarial, a qual influencia directamente o seu desempenho financeiro.

A literatura tem fornecido insights sobre a abordagem da sustentabilidade corporativa, oscilando entre a perspectiva do "business case", que prioriza o retorno económico, e a teoria do paradoxo, que promove a coexistência de preocupações sociais, ambientais e económicas (Schad et al., 2016;

Jensen, 2021). No entanto, ambiguidades persistem quanto à relação entre a estratégia empresarial e o desempenho financeiro das PMEs, especialmente no contexto único de Moçambique, caracterizado por desafios económicos e políticos específicos (Markusen, 2003).

Com base nessa premissa, este estudo tem como principal objectivo explorar como as PMEs moçambicanas implementam suas estratégias empresariais e qual o consequente impacto no seu desempenho financeiro. Propomos duas hipóteses centrais: a primeira defende a sustentabilidade organizacional como um factor determinante do desempenho, enquanto a segunda ressalta a importância da gestão baseada em resultados para a sobrevivência e sucesso no mercado.

Compreender essa dinâmica não só pode iluminar as decisões estratégicas das PMEs em Moçambique, mas também pode orientar políticas públicas e iniciativas de apoio ao sector, garantindo que estas empresas não apenas prosperem, mas também contribuam significativamente para o crescimento sustentável do país.

Estruturalmente, este artigo será dividido em várias secções. Após esta introdução, seguir-se-á uma revisão bibliográfica, onde se discutirão modelos teóricos, abordagens e debates existentes relacionados à escolha estratégica, ecologia organizacional, entre outros. Posteriormente, apresentaremos a metodologia de pesquisa, seguida dos resultados, discussão e, finalmente, as conclusões e recomendações.

Dentro do contexto académico e prático, a relevância deste estudo é evidente, visto que oferece uma perspectiva aprofundada sobre a relação entre estratégia empresarial e desempenho financeiro, contribuindo assim para a sustentabilidade e estabilidade económica de Moçambique.

MATERIAIS E MÉTODO

Este estudo emprega uma abordagem empírica de estudo de campo para investigar estratégias empresariais e desempenho financeiro no

contexto real (Creswell, 2014, p. 63; Yin, 2014, p. 19). A pesquisa tem como foco 1100 empresas da associação moçambicana das pmes, com uma amostragem de 260 empresas escolhidas aleatoriamente para representatividade e minimização de viés (Babbie, 2016, p. 183). Os dados foram colectados entre junho e setembro de 2023 usando um questionário estruturado, validado em múltiplos aspectos (Devellis, 2016, p. 35) e escalas likert (Bryman, 2016, p. 194).

As variáveis incluem estratégias de sustentabilidade, gestão por resultados e o desempenho financeiro como variável dependente (Creswell, 2014, p. 142). A análise será realizada através do software smartpls com técnica pls-sem, e outros testes para garantir validade e confiabilidade (Pallant, 2016, p. 88). Considerações éticas foram enfatizadas, respeitando a confidencialidade dos participantes (American Psychological Association, 2017, p. 8). As limitações e métodos de validação e confiabilidade são discutidos (Creswell, 2014, p. 152; Devellis, 2016, p. 20). A pesquisa segue rigorosos padrões quantitativos, com ênfase na validade, confiabilidade e ética, embora reconheça possíveis influências filosóficas e limitações nos métodos adoptados.

Determinação do tamanho da amostra

A determinação do tamanho da amostra é um aspecto crítico em pesquisas científicas, pois afecta directamente a validade e a confiabilidade dos resultados. Este processo envolve várias correntes teórico-filosóficas que sustentam a escolha do tamanho da amostra, bem como considerações que podem contrariar essa abordagem. A seguir, apresento uma análise com referências bibliográficas relevantes:

Justificação do tamanho da população

A justificação da selecção do tamanho da população baseou-se na ideia de que a amostra deve ser representativa do universo estudado (De Vaus, 2014, p. 68). Selecionar uma população de 1100 indivíduos é consistente com a abordagem de pesquisa exploratória que busca obter insights abrangentes sobre um

grupo demográfico específico (Creswell, 2014, p. 56).

*Escolha da Ferramenta G*Power*

A escolha da ferramenta G*Power para calcular o tamanho da amostra é fundamentada em princípios estatísticos bem estabelecidos (Faul et al., 2007, p. 160) e na necessidade de garantir que o tamanho da amostra seja calculado com precisão (Sullivan & Feinn, 2012, p. 180). Essa ferramenta é reconhecida por sua capacidade de considerar múltiplos parâmetros, como tamanho do efeito, nível de significância e poder estatístico, para determinar o tamanho mínimo necessário da amostra (Faul et al., 2007, p. 160).

Parâmetros Estatísticos

A consideração dos parâmetros estatísticos, como tamanho do efeito, nível de significância e poder estatístico, é uma prática aceita para dimensionar adequadamente uma amostra (Cohen, 1988, p. 79). Definir um tamanho de efeito apropriado é crucial para garantir que a amostra seja sensível às diferenças que se espera detectar (Creswell, 2014, p. 139). Estabelecer um nível de significância de 0,05 é consistente com o padrão convencional amplamente aceito na pesquisa (Portney & Watkins, 2009, p. 119).

Resultados do Cálculo

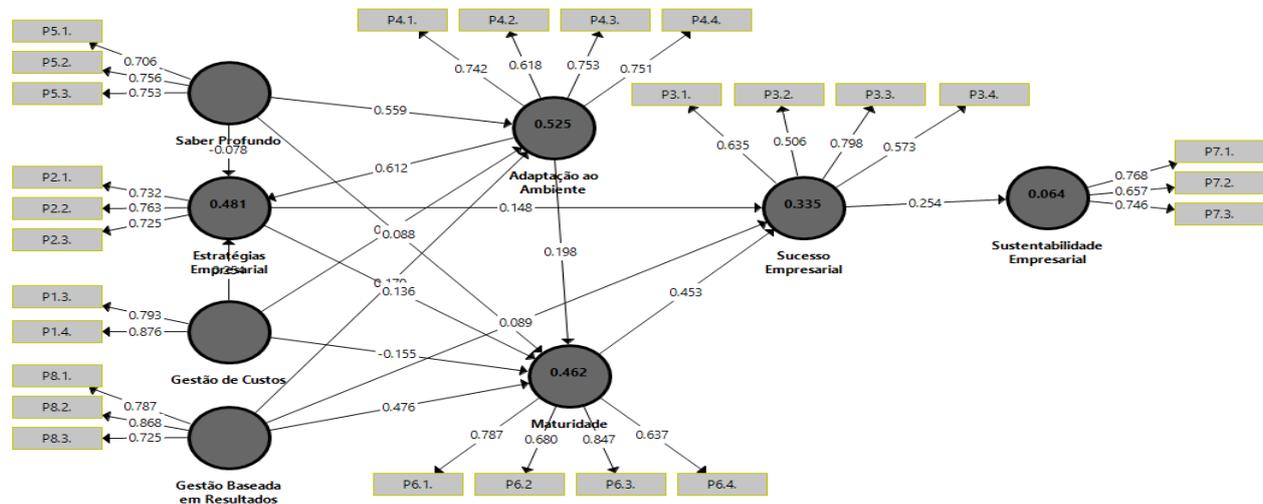
Os resultados obtidos na ferramenta G*Power sugerem que uma amostra de 260 indivíduos é suficiente para atingir os objetivos da pesquisa com os níveis de significância e poder estatístico especificados (Faul et al., 2007, p. 160). Isso é congruente com a ênfase na eficiência da pesquisa, evitando a inclusão de participantes desnecessários (Creswell, 2014, p. 137).

A escolha do tamanho da amostra com base na ferramenta G*Power reflete a aplicação de métodos estatísticos confiáveis e a busca pela optimização dos recursos disponíveis (Creswell, 2014, p. 139). No entanto, é importante reconhecer que a determinação do tamanho da amostra é uma área de debate contínuo na pesquisa, com diferentes abordagens e filosofias (Sullivan & Feinn,

2012, p. 177). É crucial avaliar cuidadosamente as necessidades específicas de cada estudo e considerar as críticas e

limitações potenciais ao adotar uma abordagem de amostragem (Creswell, 2014, p. 55).

RESULTADOS E DISCUSSÃO



Fonte: Elaboração própria, Outubro de 2023

Tabela 1. Relação entre variáveis.

	Adapt. Ambiente	Estrat. Empresarial	Maturidade	Sucesso Empr.	Sustentab. Empr.
Adaptação ao Ambiente		0.612	0.281	0.218	0.055
Estratégias Empresarial			0.136	0.209	0.053
Gestão Baseada em Resultados	0.179	0.109	0.526	0.344	0.087
Gestão de Custos	0.162	0.353	-0.075	0.018	0.005
Maturidade				0.453	0.115
Saber Profundo	0.559	0.265	0.235	0.145	0.037
Sucesso Empresarial					0.254

Fonte: Elaboração própria, Outubro de 2023.

A tabela acima mostra que a adaptação ao Ambiente tem uma correlação relativamente alta com a Estratégias Empresarial (0.612), sugerindo que as empresas que se adaptam bem ao ambiente tendem a ter boas estratégias empresariais.

Gestão Baseada em Resultados tem uma correlação moderada com o Sucesso Empresarial (0.526), indicando que uma gestão focada em resultados pode ser um factor significativo para o sucesso empresarial.

Gestão de Custos tem uma correlação negativa, embora pequena, com a Maturidade (-0.075). Isso sugere que, à medida que uma empresa amadurece, a sua gestão de custos pode não ser tão fortemente enfatizada, ou que há algum outro factor que impacta negativamente a relação entre estas duas variáveis.

O Saber Profundo tem correlações positivas com todas as outras variáveis, embora estas correlações não sejam muito fortes. Isto sugere que ter um profundo entendimento ou conhecimento pode ter benefícios em várias áreas do negócio.

Sucesso Empresarial tem uma correlação de 0.254 com Sustentabilidade Empresarial, o que sugere uma relação positiva entre o sucesso e a sustentabilidade de uma empresa.

No entanto, é importante notar que a correlação não implica causalidade. Mesmo que duas variáveis estejam fortemente correlacionadas, não significa que uma causa a outra.

Tabela 6. R Square e R Square Ajustado.

	<i>R Square</i>	<i>R Square Adjusted</i>
Adaptação ao Ambiente	0.525	0.52
Estratégias Empresarial	0.481	0.475
Maturidade	0.462	0.452
Sucesso Empresarial	0.335	0.328
Sustentabilidade Empresarial	0.064	0.061

Fonte: *Elaboração própria, Outubro de 2023.*

Os resultados apresentados são valores de R2 (R Square) e R2 ajustado (R Square Adjusted), que são estatísticas frequentemente utilizadas em análises de regressão. Elas dão uma medida de quão bem as variáveis independentes, no modelo, explicam a variabilidade da variável dependente.

O R Square (R2) representa a proporção da variação da variável dependente que é explicada pelas variáveis independentes no modelo. Por exemplo, o nosso R2 tem o valor de 0.525 para "Adaptação ao Ambiente" o que significa que 52,5% da variação na variável dependente é explicada pela variável independente associada à "Adaptação ao Ambiente".

O R Square Adjusted (R2 ajustado) ajusta o R2 com base no número de preditores no modelo. É uma medida mais precisa quando se tem múltiplas variáveis independentes, pois penaliza a adição de variáveis que não melhoram o modelo.

Agora, analisando os valores:

- Adaptação ao Ambiente: 52,5% da variação na variável dependente é explicada pelo modelo, e após ajuste para o número de preditores, esse valor é de 52%;

- Estratégias Empresarial: 48,1% da variação é explicada, ajustando para 47,5%;
- Maturidade: 46,2% da variação é explicada, ajustando para 45,2%;
- Sucesso Empresarial: 33,5% da variação é explicada, ajustando para 32,8%.
- Sustentabilidade Empresarial: Apenas 6,4% da variação é explicada, ajustando para 6,1%.

Com base nesses valores, pode-se concluir:

- Adaptação ao Ambiente, Estratégias Empresarial e Maturidade têm modelos de regressão que explicam uma proporção significativa da variação na variável dependente. Esses modelos parecem ser os mais eficazes entre os listados;
- Sucesso Empresarial tem um valor de R2 moderado, o que sugere que o modelo explica uma parte razoável da variação, mas pode haver outros factores influentes não considerados no modelo;
- Sustentabilidade Empresarial tem um valor muito baixo de R2, o que sugere que o modelo actual não é eficaz em explicar a variação da variável dependente. Outras variáveis, não incluídas no modelo, podem ser influentes, ou a relação pode ser mais complexa do que uma simples regressão linear.

Tabela 3. Relação entre variáveis.

	Adapt. Ambiente	Estr. Empresarial	Maturidade	Sucesso Empr.	Sust. Empresarial
Adaptação ao Ambiente		0.361	0.025		
Estratégias Empresarial			0.018	0.029	
Gestão Baseada em Resultados	0.054		0.317	0.008	
Gestão de Custos	0.05	0.106	0.035		
Maturidade				0.181	
Saber Profundo	0.489	0.006	0.007		
Sucesso Empresarial					0.069

Fonte: *Elaboração própria, Outubro de 2023.*

Os valores apresentados acima representam p-valores associados a testes de hipóteses para determinar a significância de certas relações ou efeitos. Em um contexto de regressão, por exemplo, os p-valores são usados para testar se os coeficientes de determinadas variáveis são significativamente diferentes de zero. Vamos interpretar esses resultados considerando que esses são p-valores:

Os p-valores são frequentemente comparados a um nível de significância, muitas vezes denotado por α , que é comumente definido como 0,05. Se um p-valor for menor do que α , geralmente rejeitamos a hipótese nula e concluímos que há uma relação significativa.

- Adaptação ao Ambiente e Estr. Empresarial: p-valor = 0.361. Esse valor é maior do que 0,05, sugerindo que não há uma relação significativa entre "Adaptação ao Ambiente" e "Estratégias Empresarial".
- Adaptação ao Ambiente e Maturidade: p-valor = 0.025. Esse valor é menor do que 0,05, sugerindo que há uma relação significativa entre essas duas variáveis.
- Estratégias Empresarial e Maturidade: p-valor = 0.018. Também sugere uma relação significativa;
- Estratégias Empresarial e Sucesso Empr.: p-valor = 0.029. Indica significância entre as duas variáveis;
- Gestão Baseada em Resultados e Sucesso Empr.: p-valor = 0.317. Sem relação significativa;
- Gestão Baseada em Resultados e Sust. Empresarial: p-valor = 0.008. Indica uma relação significativa;
- Gestão de Custos e Maturidade: p-valor = 0.035. Relação significativa;
- Maturidade e Sucesso Empr.: p-valor = 0.181. Sem relação significativa;
- Saber Profundo e Adapt. Ambiente: p-valor = 0.489. Sem relação significativa;
- Saber Profundo e Estr. Empresarial: p-valor = 0.006. Relação significativa;
- Saber Profundo e Maturidade: p-valor = 0.007. Relação significativa;
- Sucesso Empresarial e Sust. Empresarial: p-valor = 0.069. Ligeiramente acima do limite de 0,05, o que sugere que pode haver alguma relação, mas não é forte o suficiente para ser considerada significativa ao nível de 0,05.

Em resumo, p-valores abaixo de 0,05 indicam relações estatisticamente significativas entre as variáveis correspondentes, enquanto p-valores acima de 0,05 sugerem que as relações não são estatisticamente significativas (ao menos no nível de 0,05). No entanto, é importante considerar que a significância estatística não garante relevância prática, e o contexto deve sempre ser levado em consideração ao interpretar esses resultados.

Tabela 4. Correlação de Pearson.

	Adap. Amb.	Estr. Empr.	GBR	G. Custos	Matur.	Saber Prof.	Suc. Empr.	Sust. Empr.
Adaptação ao Ambiente	0.718							
Estratégias Empresarial	0.651	0.74						
Gestão Baseada em Resultados	0.453	0.217	0.796					
Gestão de Custos	0.364	0.452	0.157	0.835				
Maturidade	0.506	0.335	0.61	0.081	0.742			
Saber Profundo	0.689	0.423	0.444	0.311	0.445	0.739		
Sucesso Empresarial	0.395	0.319	0.398	0.079	0.557	0.392	0.637	
Sustentabilidade Empresarial	0.52	0.415	0.222	0.39	0.307	0.379	0.254	0.725

Fonte: Elaboração própria, Outubro de 2023.

A tabela acima mostra os coeficientes de correlação (coeficiente de correlação de Pearson) entre diferentes variáveis relacionadas ao ambiente empresarial. O coeficiente de correlação de Pearson varia de -1 a 1:

- 1: indica uma correlação perfeitamente positiva.
- -1: indica uma correlação perfeitamente negativa.
- 0: indica ausência de correlação.

Vamos interpretar os coeficientes apresentados:

Adaptação ao Ambiente (Adap. Amb.): Tem uma correlação muito forte consigo mesma (0.718), o que é esperado. Por outromlado, tem uma correlação forte com *Estratégias Empresarial* (Estr. Empr.) (0.651) e *Saber Profundo* (0.689).

Estratégias Empresarial: Correlação forte com *Adaptação ao Ambiente* (0.651), e correlação moderada com *Gestão de Custos* (G. Custos) (0.452).

Gestão Baseada em Resultados (GBR): Correlação moderada com *Adaptação ao Ambiente* (0.453) e *Maturidade* (0.610).

Gestão de Custos: Correlação moderada com *Estratégias Empresarial* (0.452).

Maturidade: Correlação moderada com *Adaptação ao Ambiente* (0.506), GBR (0.610) e *Sucesso Empresarial* (Suc. Empr.) (0.557).

Saber Profundo: Correlações moderadas com *Adaptação ao Ambiente* (0.689), *Estratégias Empresarial* (0.423), GBR (0.444), e *Maturidade* (0.445).

Sucesso Empresarial: Correlação moderada com *Maturidade* (0.557).

Sustentabilidade Empresarial (Sust. Empr.): Correlações moderadas com *Adaptação ao Ambiente* (0.52).

Estes coeficientes sugerem vários relacionamentos interessantes entre as variáveis. Por exemplo, empresas que se adaptam bem ao ambiente também tendem a ter boas estratégias empresariais e um profundo conhecimento. Além disso, a gestão baseada em resultados está relacionada com a maturidade da empresa. No entanto, vale lembrar que correlação não implica causalidade. Mesmo que duas variáveis estejam fortemente correlacionadas, isso não significa necessariamente que uma causa a outra.

Tabela 5. Análise estrutural.

	OS (O)	(M)	STDEV	T Stat	P Values
Adaptação ao Ambiente -> Estratégias Empresarial	0.612	0.613	0.061	10.079	0
Adaptação ao Ambiente -> Maturidade	0.198	0.199	0.079	2.504	0.012
Estratégias Empresarial -> Maturidade	0.136	0.137	0.063	2.153	0.031
Estratégias Empresarial -> Sucesso Empresarial	0.148	0.15	0.061	2.422	0.015
Gestão Baseada em Resultados -> Adaptação ao Ambiente	0.179	0.179	0.053	3.375	0.001
Gestão Baseada em Resultados -> Maturidade	0.476	0.478	0.06	7.904	0
Gestão Baseada em Resultados -> Sucesso Empresarial	0.089	0.092	0.064	1.407	0.16
Gestão de Custos -> Adaptação ao Ambiente	0.162	0.163	0.048	3.351	0.001
Gestão de Custos -> Estratégias Empresarial	0.254	0.252	0.056	4.491	0
Gestão de Custos -> Maturidade	-0.155	-0.155	0.055	2.817	0.005
Maturidade -> Sucesso Empresarial	0.453	0.455	0.067	6.787	0
Saber Profundo -> Adaptação ao Ambiente	0.559	0.561	0.048	11.7	0
Saber Profundo -> Estratégias Empresarial	-0.078	-0.076	0.062	1.257	0.209
Saber Profundo -> Maturidade	0.088	0.088	0.07	1.253	0.21
Sucesso Empresarial -> Sustentabilidade Empresarial	0.254	0.275	0.064	3.953	0

Fonte: Elaboração própria, Outubro de 2023.

Os dados apresentados mostram um modelo de análise estrutural, onde as relações entre diversas variáveis são examinadas. Vamos interpretar cada coluna dos dados:

Interpretação:

- **Adaptação ao Ambiente -> Estratégias Empresarial:** Há uma relação significativa, já que o *valor-p* é

0, indicando forte evidência contra a hipótese nula.

- **Adaptação ao Ambiente -> Maturidade:** Relação significativa com $p = 0.012$.
- **Estratégias Empresarial -> Maturidade:** Relação significativa com $p = 0.031$.

- **Estratégias Empresarial -> Sucesso Empresarial:** Relação significativa com $p = 0.015$.
- **Gestão Baseada em Resultados -> Adaptação ao Ambiente:** Relação significativa com $p = 0.001$.
- **Gestão Baseada em Resultados -> Maturidade:** Relação altamente significativa com $p = 0$.
- **Gestão Baseada em Resultados -> Sucesso Empresarial:** Não há relação significativa, já que $p = 0.16$.
- **Gestão de Custos -> Adaptação ao Ambiente:** Relação significativa com $p = 0.001$.
- **Gestão de Custos -> Estratégias Empresarial:** Relação altamente significativa com $p = 0$.
- **Gestão de Custos -> Maturidade:** Relação significativa e negativa (note o coeficiente negativo) com $p = 0.005$.
- **Maturidade -> Sucesso Empresarial:** Relação altamente significativa com $p = 0$.
- **Saber Profundo -> Adaptação ao Ambiente:** Relação muito forte e significativa com $p = 0$.
- **Saber Profundo -> Estratégias Empresarial:** Não há relação significativa, já que $p = 0.209$.
- **Saber Profundo -> Maturidade:** Não há relação significativa com $p = 0.21$.
- **Sucesso Empresarial -> Sustentabilidade Empresarial:** Relação altamente significativa com $p = 0$.

Os coeficientes positivos indicam uma relação positiva entre as variáveis, enquanto os coeficientes negativos indicam uma relação inversa. As relações significativas sugerem que, ao mudar uma variável, é provável que a outra também mude na direcção indicada pelo coeficiente. Lembrando que a correlação ou relação não implica causalidade. Esses resultados mostram relações, mas não necessariamente indicam que uma variável causa a outra.

Tabela 6: Análise Bootstrap.

	Original Sample	Sample Mean	2.50%	97.50%
Adaptação ao Ambiente -> Estratégias Empresarial	0.612	0.613	0.489	0.727
Adaptação ao Ambiente -> Maturidade	0.198	0.199	0.045	0.354
Estratégias Empresarial -> Maturidade	0.136	0.137	0.015	0.259
Estratégias Empresarial -> Sucesso Empresarial	0.148	0.15	0.031	0.272
Gestão Baseada em Resultados -> Adaptação ao Ambiente	0.179	0.179	0.073	0.281
Gestão Baseada em Resultados -> Maturidade	0.476	0.478	0.355	0.593
Gestão Baseada em Resultados -> Sucesso Empresarial	0.089	0.092	-0.034	0.216
Gestão de Custos -> Adaptação ao Ambiente	0.162	0.163	0.072	0.259
Gestão de Custos -> Estratégias Empresarial	0.254	0.252	0.14	0.362
Gestão de Custos -> Maturidade	-0.155	-0.155	-0.262	-0.05
Maturidade -> Sucesso Empresarial	0.453	0.455	0.321	0.585
Saber Profundo -> Adaptação ao Ambiente	0.559	0.561	0.467	0.654
Saber Profundo -> Estratégias Empresarial	-0.078	-0.076	-0.197	0.045
Saber Profundo -> Maturidade	0.088	0.088	-0.051	0.222
Sucesso Empresarial -> Sustentabilidade Empresarial	0.254	0.275	0.149	0.397

Fonte: Elaboração própria, Outubro de 2023.

A tabela acima mostra os resultados de uma análise de Bootstrap, uma técnica de reamostragem estatística. Isso é usado frequentemente para estimar a distribuição de uma estatística (como a média ou variância) fazendo reamostragens com reposição da amostra de dados e recalculando a estatística de interesse em cada reamostragem.

Interpretando cada uma das colunas de dados temos:

- **Original Sample (O):** Esta coluna representa os valores observados originais para cada relação, na circunstância os coeficientes de regressão;

- **Sample Mean (M):** Esta é a média desses valores ao longo de todas as reamostragens;
- O valor 2.50% mostra 2,5º percentil dos valores reamostrados, representando o limite inferior do intervalo de confiança de 95%.
- 97.50% é o 97,5º percentil dos valores reamostrados, representando o limite superior do intervalo de confiança de 95%.

Dadas essas interpretações, podemos dizer o seguinte sobre os resultados:

- **Adaptação ao Ambiente -> Estratégias Empresarial:** O valor original é 0.612, e com 95% de confiança, podemos dizer que esse valor está entre 0.489 e 0.727.
- **Adaptação ao Ambiente -> Maturidade:** O valor original é 0.198 e, com 95% de confiança, está entre 0.045 e 0.354.

... e assim por diante para as outras linhas.

Uma coisa importante a notar é a inclusão de zero no intervalo de confiança. Se o intervalo de confiança incluir zero, isso pode indicar que não há uma relação significativa entre as variáveis em questão. Por exemplo:

- **Gestão Baseada em Resultados -> Sucesso Empresarial:** O intervalo de confiança vai de -0.034 a 0.216, incluindo zero, o que sugere que essa relação pode não ser significativa.
- **Saber Profundo -> Maturidade:** O intervalo vai de -0.051 a 0.222, também incluindo zero.

Por outro lado, se o intervalo de confiança não incluir zero, isso sugere que há uma relação significativa entre as variáveis, e o sinal do valor (positivo ou negativo) pode indicar a direcção dessa relação. Lembrando sempre de que a presença de uma relação estatística não garante causalidade.

Tabela 7: Análise Bootstrap com Bias.

	Original Sample (O)	Sample Mean (M)	Bias	2.50%	97.50%
Adaptação ao Ambiente -> Estratégias Empresarial	0.612	0.613	0.001	0.486	0.726
Adaptação ao Ambiente -> Maturidade	0.198	0.199	0.001	0.043	0.351
Estratégias Empresarial -> Maturidade	0.136	0.137	0.001	0.011	0.256
Estratégias Empresarial -> Sucesso Empresarial	0.148	0.15	0.002	0.029	0.27
Gestão Baseada em Resultados -> Adaptação ao Ambiente	0.179	0.179	0	0.07	0.278
Gestão Baseada em Resultados -> Maturidade	0.476	0.478	0.002	0.349	0.588
Gestão Baseada em Resultados -> Sucesso Empresarial	0.089	0.092	0.003	-0.04	0.21
Gestão de Custos -> Adaptação ao Ambiente	0.162	0.163	0.001	0.07	0.258
Gestão de Custos -> Estratégias Empresarial	0.254	0.252	-0.001	0.14	0.362
Gestão de Custos -> Maturidade	-0.155	-0.155	0	-0.264	-0.052
Maturidade -> Sucesso Empresarial	0.453	0.455	0.002	0.313	0.579
Saber Profundo -> Adaptação ao Ambiente	0.559	0.561	0.002	0.463	0.651
Saber Profundo -> Estratégias Empresarial	-0.078	-0.076	0.001	-0.199	0.044
Saber Profundo -> Maturidade	0.088	0.088	0	-0.055	0.22
Sucesso Empresarial -> Sustentabilidade Empresarial	0.254	0.275	0.021	0.109	0.354

Fonte: Elaboração própria, Outubro de 2023.

Os resultados acima mostram a análise de Bootstrap, com os seguintes campos:

Original Sample (O): Representa os valores observados originais para cada relação. Esse valor pode ser, por exemplo, um coeficiente de regressão entre duas variáveis.

Sample Mean (M): É a média desses valores ao longo de todas as reamostragens do Bootstrap.

Bias: Representa a diferença entre o valor médio reamostrado e o valor observado original. É uma medida de centralidade. Um bias próximo de zero é ideal, indicando que os

valores reamostrados não se desviam muito do original.

2.50% e 97.50% são os valores que formam o intervalo de confiança de 95%. Se esse intervalo não incluir zero, isso indica que a relação é estatisticamente significativa ao nível de 5%.

Com base nessa estrutura, podemos interpretar os resultados da seguinte maneira:

Adaptação ao Ambiente -> Estratégias Empresarial: Valor original de 0.612. Média reamostrada de 0.613, com um bias mínimo de 0.001. Com 95% de confiança, esse valor estará entre 0.486 e 0.726. Como este intervalo não inclui 0, a relação é estatisticamente significativa.

Gestão Baseada em Resultados -> Sucesso Empresarial: Valor original de 0.089. Média reamostrada de 0.092, com um pequeno bias de 0.003. O intervalo de confiança vai de -0.04 a 0.21. Este intervalo inclui 0, portanto, pode não haver uma relação estatisticamente significativa entre "Gestão Baseada em Resultados" e "Sucesso Empresarial" ao nível de 5%.

e assim por diante para as outras linhas.

No geral, estes resultados fornecem uma avaliação estatística das relações entre diferentes variáveis ou construtos. O intervalo de confiança de 95% é frequentemente utilizado para avaliar a significância estatística, e o bias dá uma ideia da precisão da estimativa. Lembrando sempre que correlação (ou relação) não implica causalidade.

Tabela 8: Análisis de p values

	(O)	(M)	(STDEV)	T Statistics	P Values
P1.3. <- Gestão de Custos	0.793	0.791	0.045	17.449	0
P1.4. <- Gestão de Custos	0.876	0.876	0.022	39.484	0
P2.1. <- Estratégias Empresarial	0.732	0.732	0.035	20.969	0
P2.2. <- Estratégias Empresarial	0.763	0.762	0.033	22.996	0
P2.3. <- Estratégias Empresarial	0.725	0.724	0.044	16.652	0
P3.1. <- Sucesso Empresarial	0.635	0.629	0.087	7.272	0
P3.2. <- Sucesso Empresarial	0.506	0.499	0.093	5.463	0
P3.3. <- Sucesso Empresarial	0.798	0.795	0.038	20.953	0
P3.4. <- Sucesso Empresarial	0.573	0.566	0.093	6.17	0
P4.1. <- Adaptação ao Ambiente	0.742	0.743	0.03	25.086	0
P4.2. <- Adaptação ao Ambiente	0.618	0.616	0.058	10.692	0
P4.3. <- Adaptação ao Ambiente	0.753	0.753	0.031	24.363	0
P4.4. <- Adaptação ao Ambiente	0.751	0.752	0.03	25.013	0
P5.1. <- Saber Profundo	0.706	0.703	0.05	14.025	0
P5.2. <- Saber Profundo	0.756	0.756	0.033	22.906	0
P5.3. <- Saber Profundo	0.753	0.752	0.036	20.765	0
P6.1. <- Maturidade	0.787	0.786	0.035	22.247	0
P6.2. <- Maturidade	0.68	0.675	0.058	11.737	0
P6.3. <- Maturidade	0.847	0.847	0.013	62.916	0
P6.4. <- Maturidade	0.637	0.637	0.052	12.251	0
P7.1. <- Sustentabilidade Empresarial	0.768	0.763	0.109	7.054	0
P7.2. <- Sustentabilidade Empresarial	0.657	0.627	0.123	5.33	0
P7.3. <- Sustentabilidade Empresarial	0.746	0.723	0.123	6.071	0
P8.1. <- Gestão Baseada em Resultad	0.787	0.783	0.045	17.555	0
P8.2. <- Gestão Baseada em Resultad	0.868	0.871	0.018	48.383	0
P8.3. <- Gestão Baseada em Resultad	0.725	0.72	0.052	14.056	0

Fonte: Elaboração própria, Outubro de 2023.

Os resultados apresentados mostram análise de um modelo estrutural que objectiva entender o impacto de diferentes variáveis independentes ("Gestão de Custos", "Estratégias Empresariais", "Sucesso Empresarial", etc.) sobre várias variáveis dependentes (P1.3., P1.4., P2.1., etc.).

Todas as relações têm um *valor p* de 0, o que sugere que todas as variáveis independentes têm um efeito significativo sobre as suas respectivas variáveis dependentes ao nível de 5%. Além disso, os coeficientes (O) dão a magnitude e a direcção do efeito. Por exemplo:

P1.3. <- Gestão de Custos: Para cada aumento de uma unidade em "Gestão de Custos", "P1.3." aumenta em 0,793 unidades, mantendo tudo o resto constante. A relação é altamente

significativa, como indicado pelo *valor t* de 17,449 e *valor p* de 0.

P2.1. <- Estratégias Empresarial: Para cada aumento de uma unidade em "Estratégias Empresariais", "P2.1." aumenta em 0,732 unidades. A relação é altamente significativa, com um *valor t* de 20,969 e *valor p* de 0.

e assim por diante para as outras linhas.

Em síntese, os resultados sugerem que todas as variáveis independentes listadas têm um impacto significativo nas suas respectivas variáveis dependentes. A magnitude e a direcção do impacto são dadas pelos coeficientes. A significância estatística do impacto é confirmada pelos *valores t* e *p*. No entanto, é importante lembrar que correlação não implica causalidade.

Tabela 9: Estabilidade do modelo.

	Original Sample (O)	Sample Mean (M)	2.50%	97.50%
P1.3. <- Gestão de Custos	0.793	0.791	0.686	0.864
P1.4. <- Gestão de Custos	0.876	0.876	0.828	0.918
P2.1. <- Estratégias Empresarial	0.732	0.732	0.655	0.792
P2.2. <- Estratégias Empresarial	0.763	0.762	0.688	0.819
P2.3. <- Estratégias Empresarial	0.725	0.724	0.629	0.798
P3.1. <- Sucesso Empresarial	0.635	0.629	0.429	0.77
P3.2. <- Sucesso Empresarial	0.506	0.499	0.293	0.652
P3.3. <- Sucesso Empresarial	0.798	0.795	0.715	0.863
P3.4. <- Sucesso Empresarial	0.573	0.566	0.363	0.727
P4.1. <- Adaptação ao Ambiente	0.742	0.743	0.68	0.797
P4.2. <- Adaptação ao Ambiente	0.618	0.616	0.487	0.715
P4.3. <- Adaptação ao Ambiente	0.753	0.753	0.686	0.807
P4.4. <- Adaptação ao Ambiente	0.751	0.752	0.686	0.805
P5.1. <- Saber Profundo	0.706	0.703	0.589	0.787
P5.2. <- Saber Profundo	0.756	0.756	0.683	0.813
P5.3. <- Saber Profundo	0.753	0.752	0.671	0.814
P6.1. <- Maturidade	0.787	0.786	0.705	0.845
P6.2. <- Maturidade	0.68	0.675	0.546	0.771
P6.3. <- Maturidade	0.847	0.847	0.819	0.872
P6.4. <- Maturidade	0.637	0.637	0.526	0.729
P7.1. <- Sustentabilidade Empresarial	0.768	0.763	0.563	0.959
P7.2. <- Sustentabilidade Empresarial	0.657	0.627	0.295	0.792
P7.3. <- Sustentabilidade Empresarial	0.746	0.723	0.42	0.895
P8.1. <- Gestão Baseada em Resultad	0.787	0.783	0.677	0.853
P8.2. <- Gestão Baseada em Resultad	0.868	0.871	0.837	0.909
P8.3. <- Gestão Baseada em Resultad	0.725	0.72	0.603	0.806

Fonte: Elaboração própria, Outubro de 2023.

Os dados de "Bootstrap", que é uma reamostragem com reposição permitem avaliar

a estabilidade e a precisão das estimativas do nosso modelo. Vamos à interpretação das relações:

P1.3. <- Gestão de Custos: A estimativa original do coeficiente é 0.793. A média das reamostragens é 0.791. significa que 95% das estimativas *bootstrap* estão entre 0.686 e 0.864. Dado que 0 não está neste intervalo, podemos dizer que a "*Gestão de Custos*" tem uma influência estatisticamente significativa sobre "P1.3."

P2.1. <- Estratégias Empresarial: Estimativa original é igual a 0.732. A média de *bootstrap* é igual a 0.732. significa que 95% das estimativas *bootstrap* estão entre 0.655 e 0.792, indicando significância estatística.

e assim por diante para as outras linhas.

A maioria das relações parece ser estatisticamente significativa, pois os

intervalos de 95% não contêm o valor zero. Isso sugere que as variáveis independentes têm uma influência significativa sobre as respectivas variáveis dependentes. Um aspecto importante a ser observado é a amplitude dos intervalos de confiança. Intervalos mais estreitos indicam maior precisão nas estimativas, enquanto intervalos mais amplos sugerem mais incerteza.

Por exemplo, o intervalo para "**P7.2. <- Sustentabilidade Empresarial**" é bastante amplo (0.295 a 0.792), indicando maior incerteza na estimativa em comparação com outros, como "**P8.2. <- Gestão Baseada em Resultados**" (0.837 a 0.909), que tem um intervalo mais estreito.

Em síntese, os resultados mostram as relações estimadas entre variáveis independentes e dependentes e a estabilidade/precisão dessas estimativas usando reamostragem *bootstrap*.

Tabela 10: Viés estatístico

	Original Sample (O)	Sample Mean (M)	Bias	2.50%	97.50%
P1.3. <- Gestão de Custos	0.793	0.791	-0.003	0.676	0.86
P1.4. <- Gestão de Custos	0.876	0.876	0	0.824	0.915
P2.1. <- Estratégias Empresarial	0.732	0.732	-0.001	0.651	0.789
P2.2. <- Estratégias Empresarial	0.763	0.762	-0.001	0.682	0.816
P2.3. <- Estratégias Empresarial	0.725	0.724	0	0.621	0.794
P3.1. <- Sucesso Empresarial	0.635	0.629	-0.006	0.42	0.764
P3.2. <- Sucesso Empresarial	0.506	0.499	-0.007	0.282	0.647
P3.3. <- Sucesso Empresarial	0.798	0.795	-0.003	0.716	0.864
P3.4. <- Sucesso Empresarial	0.573	0.566	-0.007	0.36	0.726
P4.1. <- Adaptação ao Ambiente	0.742	0.743	0.001	0.675	0.793
P4.2. <- Adaptação ao Ambiente	0.618	0.616	-0.002	0.48	0.71
P4.3. <- Adaptação ao Ambiente	0.753	0.753	-0.001	0.681	0.805
P4.4. <- Adaptação ao Ambiente	0.751	0.752	0	0.682	0.802
P5.1. <- Saber Profundo	0.706	0.703	-0.003	0.585	0.784
P5.2. <- Saber Profundo	0.756	0.756	0	0.673	0.808
P5.3. <- Saber Profundo	0.753	0.752	-0.001	0.668	0.812
P6.1. <- Maturidade	0.787	0.786	-0.001	0.698	0.841
P6.2. <- Maturidade	0.68	0.675	-0.004	0.539	0.769
P6.3. <- Maturidade	0.847	0.847	0.001	0.815	0.87
P6.4. <- Maturidade	0.637	0.637	0	0.516	0.724
P7.1. <- Sustentabilidade Empresarial	0.768	0.763	-0.005	0.574	0.966
P7.2. <- Sustentabilidade Empresarial	0.657	0.627	-0.03	0.343	0.8
P7.3. <- Sustentabilidade Empresarial	0.746	0.723	-0.023	0.437	0.897
P8.1. <- Gestão Baseada em Resultados	0.787	0.783	-0.004	0.672	0.851
P8.2. <- Gestão Baseada em Resultados	0.868	0.871	0.002	0.833	0.904
P8.3. <- Gestão Baseada em Resultados	0.725	0.72	-0.005	0.601	0.804

Fonte: Elaboração própria, Outubro de 2023.

Os resultados acima mostram a análise estatística de "Bootstrap", mas agora com mais uma coluna adicional chamada "Bias", que indica o viés da estimativa. Vamos entender e interpretar os resultados:

PI.3. <- Gestão de Custos: Estimativa original: 0.793. Média *bootstrap*: 0.791. Viés: -0.003 (quase zero, indicando boa consistência entre as estimativas original e *bootstrap*). Significa que 95% das estimativas *bootstrap* estão entre 0.676 e 0.86.

e assim por diante para as outras linhas.

A coluna "Bias" é uma adição importante para avaliar a qualidade das estimativas *bootstrap*. Se o viés é próximo de zero, isso indica que a técnica de reamostragem está a reproduzir bem a estimativa original. Se o viés é grande (em magnitude), pode haver preocupações sobre a estabilidade da estimativa.

Por exemplo: **P7.2. <- Sustentabilidade Empresarial** tem um viés de -0.03, o que é uma das maiores magnitudes de viés na lista. Isso sugere que a média das estimativas *bootstrap* está a ser consistentemente menor do que a estimativa original.

De um ponto de vista prático, a presença de viés pode ser devido a várias razões, incluindo a natureza da distribuição dos dados, a presença de *outliers* ou a escolha do método estatístico. Em qualquer caso, é importante ser cauteloso ao interpretar estimativas com viés significativo. Assim como na interpretação anterior, os intervalos de confiança de 95% que não contêm o valor zero indicam que a relação é estatisticamente significativa ao nível de 5%.

Em síntese, esses resultados fornecem uma visão detalhada das relações estimadas entre variáveis independentes e dependentes e a qualidade dessas estimativas usando a técnica de reamostragem *bootstrap*.

CONCLUSÃO

A pesquisa explorou a sustentabilidade das Pequenas e Médias Empresas (PMEs) em Moçambique como ferramenta essencial para o crescimento económico, utilizando o modelo de regressão múltipla e a técnica de *bootstrap* para precisão nas estimativas. Ao avaliar os objectivos traçados, constatou-se que foram alcançados, identificando relações estatisticamente significativas e considerando o viés na consistência das estimativas. Os achados destacam a eficácia do *bootstrap*, alinhando-se com os objectivos da pesquisa ao entender o impacto das variáveis e avaliar a qualidade das estimativas. A contribuição principal deste estudo reside na abordagem metodológica, valorizando a técnica de *bootstrap* em contextos empresariais e estabelecendo um padrão para pesquisas futuras.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Child, J. (1972). "Organizational Structure, Environment and Performance: The Role of Strategic Choice." *Sociology*, p. 20.
- Christensen, C.M. (1997). *The Innovator's Dilemma: When New Technologies Cause Great Firms to Fail*. Harvard Business Review Press, p. 57.
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences*. Lawrence Erlbaum Associates.
- Creswell, J. W. (2014). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. Sage Publications.
- De Vaus, D. (2014). *Surveys in social research*. Routledge.
- Dimaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. *American Sociological Review*, 48(2), p. 150.

- Doan, M. & Pilbeam, C. (2019). Navigating Organizational Complexity: Insights from Complexity Theory. *Journal of Management Dynamics*, 34(2), p. 45.
- Faul, F., Erdfelder, E., Lang, A. G., & Buchner, A. (2007). G*Power 3: A flexible statistical power analysis program for the social, behavioral, and biomedical sciences. *Behavior Research Methods*, 39(2), 175-191.
- Jensen, M.C. & Meckling, W.H. (1976). "Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs, and ownership structure." *Journal of Financial Economics*, p. 308.
- Kaplan, R. S., & Norton, D. P. (1992). The Balanced Scorecard – Measures that Drive Performance. *Harvard Business Review*, p. 71.
- Lawrence, P. R., & Lorsch, J. W. (1967). *Organization and Environment: Managing Differentiation and Integration*. Harvard Business School Press, p. 52.
- Pfeffer, J. (1993). Barriers to the Advance of Organizational Science: Paradigm Development as a Dependent Variable. *Academy of Management Review*, 18(4), p. 412.
- Portney, L. G., & Watkins, M. P. (2009). *Foundations of clinical research: Applications to practice*. Pearson/Prentice Hall.
- Rappaport, A. (1986). *Creating Shareholder Value: The New Standard for Business Performance*. Free Press, p. 39.
- Sullivan, G. M., & Feinn, R. (2012). Using effect size—or why the P value is not enough. *Journal of Graduate Medical Education*, 4(3), 279-282.

31 - 03 | 2024

AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE REEMBOLSO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DISTRITAL EM MARRACUENE

Evaluation of the level of reimbursement of district development fund in Marracuene

Evaluación del Nivel de Reembolso del Fondo de Desarrollo Distrital en Marracuene

Márcia Paulino Chirime¹, Zaida Matola²

¹*Faculdade de Economia e Negócios da Universidade Joaquim Chissano, Moçambique, <https://orcid.org/0009-0000-6005-0788>, marcia.chirime4@gmail.com.*

²*Faculdade de Economia e Negócios da Universidade Joaquim Chissano, Moçambique, <https://orcid.org/000-0008-4207-7694>, matola.zaza@gmail.com.*

Autor para correspondência: marcia.chirime4@gmail.com

Data de recepção: 15-11-2023

Data de aceitação: 16-02-2024

Como citar este artigo: Chirime, M. P., & Matola, Z. (2024). Avaliação do nível de reembolso do fundo de desenvolvimento distrital em Marracuene. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 2(3), pp. 54-63.

RESUMO

O presente artigo apresenta os resultados da dissertação de mestrado em Finanças públicas, subordinado ao tema avaliação do nível de reembolso do fundo do desenvolvimento do distrito em Marracuene (FDD), cujo objectivo é avaliar o nível de reembolso do valor alocado aos mutuários do fundo do desenvolvimento distrital. A questão que orientou a pesquisa foi “até que nível o fundo de desenvolvimento do distrito tem sido reembolsado pelos mutuários?” Para dar resposta a esta pergunta optou-se pelo modelo dedutivo numa abordagem qualitativa. Recorrendo ao paradigma interpretativo e foram seleccionados dez sujeitos de pesquisa através da entrevista semi-estruturada. O estudo trouxe a seguinte conclusão o nível de reembolso do fundo de desenvolvimento no distrito de Marracuene é de 10%, considerado muito baixo, para alcance dos objectivos associados ao projecto. Recomenda-se Auditoria pública para verificar os factores de insucesso do FDD.

Palavras-chave: Fundo de desenvolvimento local, Reembolso, Projectos financiados.

ABSTRACT

The article present results of the master’s thesis in public finance subject to theme evaluation of the level of reimbursement of the district development fund in Marracuene, whose purpose is to assess the level of repayment of amount allocated to borrower of the district development fund. The question that guided the research was “what is the level development fund the district has been reimbursed by borrowers?” to answer this question, have opted for deductive model in a qualitative approach. Using the interpretative paradigm and the research subjects were selected through semi structured interviews. The study brought the following conclusion the level of reimbursement of the development fund in the district is about 10%, considered very low, achieving the objectives associated with the project. Public audit is recommended to verify the failure factors of the FDD.

Keywords: Local development fund, Reimbursement, Financed project.

RESUMEN

Cet article présente les résultats du mémoire de maîtrise en Finances Publiques, sous le thème de l'évaluation du niveau de remboursement du fonds de développement du district de Marracuene (FDD), dont l'objectif est d'évaluer le niveau de remboursement du montant alloué aux emprunteurs du fonds de développement du district. La question qui a guidé la recherche était « dans quelle mesure le fonds de développement du district a-t-il été remboursé par les emprunteurs ? Pour répondre à cette question, nous avons opté pour le modèle déductif dans une approche qualitative. En utilisant le paradigme interprétatif, dix sujets de recherche ont été sélectionnés au moyen d'entretiens semi-structurés. L'étude a abouti à la conclusion suivante que le niveau de remboursement du fonds de développement dans le district de Marracuene est de 10%, jugé trop faible pour atteindre les objectifs associés au projet. Un audit public est recommandé pour vérifier les facteurs de défaillance du FDD.

Palabras clave: Fonds de développement local, Remboursement, projets financés.

INTRODUÇÃO

No âmbito de criação de políticas e estratégias que propiciem um crescimento sustentável da economia moçambicana, o governo criou a lei n° 08/2003, que define o Distrito como unidade territorial principal de organização e funcionamento da Administração local do Estado e base de planeamento e do desenvolvimento económico, social e cultural. O Governo Moçambicano decidiu alocar fundos de investimento aos Governos Distritais, cumprindo-se assim com a definição do Distrito como unidade orçamental. Em Junho de 2005, esses fundos chamados OIIL transformaram-se em Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD) através do decreto n° 90/2009 (Matusse, 2013, p. 86). O presente trabalho fez uma avaliação do nível de reembolso do fundo do desenvolvimento no Distrito de Marracuene. Onde foram estabelecidos seguintes critérios: idade,

idoneidade, relevância do projecto, ser Moçambicano e possuir NUIT.

O FDD mais conhecido por fundo dos “7 milhões de Meticais” surgiu no contexto da descentralização em Moçambique, quando o governo, em 2005, anunciou que cada distrito receberia um fundo de subvenção para o estabelecimento de um fundo de desenvolvimento, os doadores e muitos observadores em Moçambique esperavam que o fundo fosse a essência da planificação participativa e descentralizada do desenvolvimento. Mas várias foram as interpretações dadas a este valor, e uma delas foi de que o fundo estaria a ser disponibilizado para melhorar a situação socioeconómica e infraestrutural do distrito, tendo sido usado nalgum momento para construção de escolas, estradas e abertura de furos de água para benefício das comunidades.

Quando o Governo e o conselho consultivo perceberam que a finalidade do valor em causa não estava destinada a construção das vilas e/ou cidades, começou a ser aplicado em projectos de geração de rendimento, onde os distritos alocaram o dinheiro a centenas de projectos muito pequenos, fomentando a produção em pequenas machambas, no sector pesqueiro e na criação de animais, bem como em recursos naturais aproveitados (mel, caju), apoiando o comércio formal e informal de bens de consumo e serviços tais como moageiras, carpintarias, alfaiatarias, lojas de fotocópias, reparação de bicicletas e actividades similares de baixa tecnologia, (Lagrosse, 2012, p. 13). A pesquisa focalizou-se na análise sobre o nível do reembolso do fundo no período de 2010 à 2015, em Marracuene, definido como um dos distritos do pólo do desenvolvimento.

MATERIAIS E MÉTODOS

O distrito de Marracuene localiza-se na parte oriental da província de Maputo, há 30 km do norte da Cidade de Maputo, entre a latitude 50° 41'20" sul e longitude de 32°41'30" Este. É limitado a norte pelo distrito de Manhiça, a sul pela cidade de Maputo, a oeste pelo distrito de Moamba e cidade da Matola e a Este é banhado pelo oceano Índico (MAE, 2005).

Para responder os objectivos do trabalho foi usada a abordagem qualitativa com recurso aos paradigmas explicativos e interpretativos. “A pesquisa descritiva tem como objectivo a descrição das características de determinada população ou fenómeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Pesquisa explicativa é a que têm como preocupação de identificar factores que determinam a ocorrência de fenómenos” (Gil 1991, p. 28).

O paradigma interpretativo na abordagem escolhida permitiu interpretar e compreender os processos que culminaram com a aprovação dos projectos apresentados pelas pessoas interessadas, bem como os mecanismos de reembolso dos valores de empréstimos nos termos acordados.

A pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objectivo e a subjectividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenómenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte directa para colecta de dados, e o pesquisador é o instrumento-chave (Gil, 2006; p. 42).

Para esta pesquisa foram entrevistados secretários dos bairros que desempenham, cumulativamente, as funções de Membro de Conselho Consultivo, e chefe de Posto Administrativo sede e o chefe de planificação e desenvolvimento local, para colher sensibilidades relacionadas ao nível de reembolso do FDD nos últimos anos. Recorreu-se ao guião de entrevista semi-estruturada como instrumento de recolha de dados. Medeiros (2009) defende que a entrevista semi-estruturada pode fazer brotar informações de forma mais livre e as respostas estão fora da padronização de alternativas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A abordagem qualitativa valoriza a novidade, o interesse e os aspectos que permanecem na esfera do subjectivo. Tem-se assim um dilema

de análise: adoptar categorias específicas, retratando fielmente a realidade, mas com uma lista de temas cuja frequência será fraca, ou então reagrupar deliberadamente os dados num pequeno número de categorias, não sem sacrificar informação talvez essencial, a qual estará eventualmente perdida no resultado final (Freitas & Mascarola, 2000, p. 15).

A triangulação é um caminho seguro para a validação de uma pesquisa qualitativa. É a alternativa para se empreender múltiplas práticas metodológicas, perspectivas e observações em uma mesma pesquisa, o que garante rigor, riqueza e complexidade ao estudo (Denzin; Lincoln, 2006, p. 20).

No que respeita à questão sobre o conhecimento dos critérios de aprovação do projecto, a maioria dos mutuários respondeu que conheciam os critérios de aprovação do financiamento. E mencionaram os seguintes: cópia de Bilhete de Identificação (B.I), declaração do bairro e cotação do material (este último referente ao projecto), os membros de conselho consultivo mencionaram os mesmos como requisitos para obtenção do empréstimo.

O FDD destina-se apoiar prioritariamente pessoas pobres economicamente activas sem possibilidade de acesso ao crédito no sistema financeiro formal (Manual de procedimentos, 2011, p.4). Os documentos publicados pela CIP (2012, p. 11) afirmam que até 2012, a maior parte dos empréstimos realizados quase em todo o País, beneficiaram os funcionários Públicos, membros dos conselhos consultivos, chefes de localidade, chefes dos quarteirões etc.

O chefe de departamento planificação e finanças e a chefe do posto, respondentes do formulário de entrevista responderam nos seguintes termos: “não temos situação de funcionários públicos que se beneficiaram deste empréstimo, pois estes não são elegíveis por regra para este fundo, conforme o instrumento regulador”.

Este posicionamento dos responsáveis distritais em permanecer firme e afirmar que nenhum funcionário público teve acesso ao

fundo trás a ideia de que estes estão a ser protegidos para que não reembolsem o dinheiro que tomaram a título de empréstimo Público.

De acordo com Manual de procedimentos (2011, p. 4) são critérios de acesso aos recursos do FDD para indivíduos: ser residente na unidade territorial onde pretende implementar o projecto, confirmado pelas autoridades locais; possuir nacionalidade moçambicana; ser considerado idóneo pelas autoridades administrativas e comunitárias locais; ter idade não inferior a 18 anos e possuir NUIT.

Para Blatt (1999) e Santos (2000) citados por Vieira (2012, p. 25), evidenciam 6 etapas básicas de análise creditícia, a saber: análise cadastral, de idoneidade, financeira, patrimonial e de sensibilidade. Neste âmbito acrescenta-se ainda os procedimentos creditícios que visam fazer a análise financeira e creditícia de quem solicita o crédito e estimar a magnitude do risco para a instituição de crédito (Blatt, 1999, p. 46).

Nesta lógica, constata-se que o estado Moçambicano no âmbito do financiamento deste fundo aplicou de forma parcial as etapas relacionadas com cadastro de idoneidade do mutuário, olhando para aquilo que são os pressupostos estabelecidos pelo manual de procedimentos e as respostas dadas tanto pelos mutuários, MCC, Chefe do Posto e Chefe de Planificação e Desenvolvimento Local.

Na questão referente as características de pessoas que tendem a reembolsar o valor, os membros do conselho consultivo, responderam que não tem conhecimento das características das pessoas que reembolsam o empréstimo, pois a liquidação da dívida é feita junto as autoridades Distritais, embora tomem conhecimento nas reuniões com administração que lhes faz pressão a serem mais proactivos no processo de avaliação e monitoria e de tal forma que convence ou incentive os mutuários a fazer depósitos que visam o reembolso do valor emprestado.

O MCC 01 respondeu nos seguintes termos, “Não sei ao certo quantos devolvem aqui no

meu bairro porque as pessoas vinham aqui quando ainda queriam dinheiro, depois que receberam, alguns desapareceram das minhas vistas, com excepção de dois que trouxeram algumas cópias de talões de depósitos nos primeiros meses.” O MCC 02, respondeu o seguinte “não tenho conhecimento do nível de reembolso no meu bairro pois era suposto que assim que o mutuário depositasse o valor na conta disponibilizada pelo governo distrital fizessem duas cópias uma para deixar no governo e outra me entregar na qualidade de secretário do bairro, mas isso não têm acontecido”

Ainda sobre as características comuns das pessoas que reembolsaram o valor, nota-se de forma geral em termos de idade, que os mutuários na idade adulta até idosos é que tendem a reembolsar o valor do FDD, nessas duas faixas etárias a variável significativa aponta para as mulheres como sendo as que mais reembolsam o fundo do investimento local, esta posição é tomada pelo chefe de repartição de desenvolvimento local a nível do Distrito, tendo sido secundada pela chefe do posto.

O chefe de repartição de desenvolvimento local respondeu nos seguintes termos “olhando para os dados que nos são enviados pelos postos administrativos, temos pessoas com idade adulta a tender a reembolsar o valor do fundo de desenvolvimento distrital e as mulheres tem tido maior destaque.”

A área de actividade, o nível de escolaridade, o tipo de actividade, a área de investimento, a fonte de renda e o valor do empréstimo são variáveis que não foram significativas no estudo (conforme pode se ver na tabela abaixo), pois se tomar a variável valor do empréstimo, por exemplo, em termos do nível de reembolso, nota-se que os mutuários que beneficiaram do maior valor em termos comparativos é que não estão a reembolsar o valor em causa. Segundo as declarações de um dos membros do conselho consultivo “estes optaram pelo desvio da aplicação”, e olhando para a tabela dos entrevistados pode fazer-se uma leitura idêntica a esta.

Tabela 1: Respostas dos beneficiários

C.B	Ano	Empréstimo	Devolução	Sexo	Escolaridade	Negócio	S. Actual
01	2014	70.000,00	20.000,00	M	Básico	Serrilharia	C
02	2017	75.000,00	20.000,00	F	Básico	Pecuária	C
03	2018	170.000,00	-----	M	Básico	Aplicação	D. A
04	2013	100.000,00	3.500,00	M	Médio	Pecuária	P

Fonte: Autores (2019).

C.B- Código do beneficiário; C- Continua com o negócio; D. A– Desvio de Aplicação; e P- parado/falido

os responsáveis por zelar por este processo, nomeadamente os membros do conselho consultivo, chefe do posto e o chefe de repartição de desenvolvimento local, estes últimos que representam o posto Administrativo sede e o Distrito respectivamente são unânimes em dizer que: “o nível de reembolso que se verifica, não é satisfatório, registando-se entre 8% e 10% respectivamente.”

Nesta manifestação da preocupação dos níveis de reembolso do FDD, veem fundamentar que os empréstimos concedidos são onerosos e, no entanto, todos os beneficiários devem ser responsabilizados pela restituição de recursos tomados por empréstimo. No entanto o governo deveria ter desenvolvido mecanismos sólidos para garantir o reembolso do fundo por parte dos mutuários.

De acordo com o decreto 90/2009, no Artigo 5 referente, as atribuições na alínea c) preconiza que uma das atribuições do FDD é o de “Financiar os projectos e empreendimentos aprovados e garantir o retorno dos recursos”. Neste caso, é responsabilidade dos gestores deste fundo através do definido no manual do FDD, que guiou o processo de financiamento garantir o retorno dos valores em causa.

Ataliba (1973), citado por Filho (s/d, p. 17) um dos maiores estudiosos do regime jurídico dos empréstimos públicos, salientou que: “As relações jurídicas de direito público e privado, que se reúnem sob a designação genérica de empréstimo, são revestidas das mesmas qualidades essenciais, de modo que ao direito público, e em particular o direito financeiro, são extensíveis os princípios informadores das figuras obrigacionais elaboradas e desenvolvidas pelas doutrinas privatistas,

evidentemente adaptadas às peculiaridades do crédito público”.

O Estado/Governo negligencia ou não dispõe de ferramentas claras para garantir a restituição do bem emprestado, no caso em estudo, os fundos financeiros colocados a disposição da população nos distritos. Estes elementos estão associados a forma como o governo tratou deste crédito junto aos mutuários fazendo transparecer que o mesmo não se preocupa com reembolso do valor, mas o seu maior objectivo é que as pessoas tenham acesso ao crédito para melhoria da sua condição económica.

Nesta perspectiva, o nível de reembolso do fundo do desenvolvimento Distrital em Marracuene é muito baixo pois dos 7.000.000,00 MT (sete milhões de meticais) investidos ao ano, os 10% deste valor, apenas cerca de 700.000,00 MT (setecentos mil) do reembolso é verificado a nível do Distrito.

Este resultado representa um baixo nível de reembolso e revela que o FDD não esta a dar resposta a atribuição definida pelo decreto 90/2009 de garantir o reembolso dos fundos alocados à população dos Distritos o que pode ter minado o alcance dos objectivos do projecto. Por outro lado, os responsáveis pela gestão do fundo reclamam a falta de políticas para cobrança dos empréstimos feitos aos mutuários uma vez que a lei estabelece que o FDD deve garantir retorno dos recursos investido, para o financiamento de outras populações e permitir o desenvolvimento do Distrito, da Província e do País.

Estudos de Forquilha & Orre (2012), constataram que o facto do Ministério de Planificação, ter definindo a taxa total de reembolso, ao nível nacional em 1,8 por cento, em finais de 2009, minava completamente a esperança de, num futuro próximo, vir a realizar-se a política do Ex-presidente Guebuza de criar um fundo distrital rotativo a

partir dos recursos do OIIL e afirmam ainda que, a política de “FDD” dependeria da continuação de transferências de novo dinheiro a partir do governo e dos seus doadores para garantir a sua existência ao longo dos anos.

No entanto, esta análise vem dar mais substância ao fraco nível de reembolso que se verifica em Marracuene, e olhando para a situação macroeconómica do país e o estado actual da maior parte dos projectos pode-se afirmar que este nível vai tender a reduzir, até o silêncio fazer esquecer a existência do FDD. Sendo que, na nova governação não há mais transferência de tais fundos para os Distritos, nem mesmo se fala do distrito ser unidade económica e muito menos de se portar como um verdadeiro polo de desenvolvimento.

Estes elementos podem ser resultado de não se ter observado algumas causas básicas de risco no funcionamento de créditos, apresentados por Neto (1998:51) citado por Muchite (2012) relativos a ausência de controlo; ausência de informações e ausência de tempo.

O caso em análise carece da ausência de controlo que pode ter contribuído para o desvio da maior parte dos fundos antes mesmos de chegar aos mutuários, mas por outro lado, os desvios ocorreram depois de chegarem aos mutuários onde em algum momento serviu para pagar “refresco” ao membro do governo que facilitou o processo, por outro lado, este mutuário depois de ter o empréstimo não aplicou no planificado.

A ausência de informação, tanto os gestores do fundo à nível do Distrito quanto os facilitadores do processo de avaliação de idoneidade, são unânimes em afirmar que: nos primeiros anos da operacionalização do FDD, não havia informação sobre quem devia beneficiar-se do mesmo, com que finalidade, termos e condições para concessão de empréstimo, o que fez com que a sua aplicação e gestão fosse feita como uma escola de “aprender fazendo” em que não houve sucesso olhando para situação actual do FDD em quase 158 Distritos do país.

Á questão referente às melhorias trazidas pelo FDD na vida dos beneficiários e situação económica do distrito, encontra-se aqui uma situação adversa e difícil de interpretar, pois

dos entrevistados, dois que constituem os que tiveram crédito a mais de 4 anos dizem não ter havido nenhuma melhoria na sua vida, no entanto, esta falta de melhoria deveu-se ao facto de um deles ter falido antes mesmos de começar a ganhar lucros nem mesmo recuperar investimento feito, isto deveu-se por um lado a falta de cuidado no processo de investimento pois para o valor recebido e o tipo de negócio em que apostou, podia ter o feito de forma faseada, garantindo assim a minimização do risco de perda de investimento, por outro, a falta de aconselhamento ou assistência na época em que contraiu o empréstimo aponta como as principais causas.

O Código B02 respondeu nos seguintes termos “Não melhorou nada minha vida com este empréstimo, pois quando fui comprar os 500 pintos calhei com raça não boa (que não cresce), gastei dinheiro na compra de medicamentos e vacinas pois o técnico havia garantido que havia esperança, e no fim não deu em nada, até a idade de corte não alcançavam os 800 gramas de peso bruto e as pessoas não aceitaram comprar eram pequenos e leves. E assim me vi sem mais dinheiro para dar andamento ao negócio”.

O Código B01, respondeu o seguinte: “no princípio o negócio estava a correr bem e sentia-me menos apertado na gestão das contas e da empresa, mas hoje não posso dizer o mesmo, existem muitos estabelecimentos de ferragens aqui, e vender tornou-se uma missão impossível, por isso posso afirmar hoje que não houve melhoria na minha vida.

“Ao beneficiário que não cumprir integralmente com o estipulado no contrato de empréstimo serão aplicadas as seguintes medidas: Suspensão imediata dos valores das prestações em falta; Encaminhamento aos órgãos competentes (no caso de não haver acordo); Comunicação a outros fundos similares que operam no distrito (ou província); retirada do bem financiado sob decisão do órgão competente, manual de procedimentos do FDD (2011, p. 16)”.

Neste excerto pode-se constatar que várias são fases que sucedem o não cumprimento dos termos do contracto, onde pode ocorrer uma suspensão do valor em dívida, não implicando

isso o perdão da dívida, pressupondo que não podendo pagar hoje, a pessoa jurídica que concedeu o empréstimo vai receber as prestações em falta assim que o devedor poder cumprir com suas obrigações.

Ainda sobre a concessão de crédito, na Lei 15/99 de 01 de novembro, artigo 3, que são instituições de crédito os seguintes: Os bancos; as sociedades de locação financeira; as cooperativas de crédito; as sociedades de factoring; as sociedades de investimento; outras empresas que, cuja actividade consiste em receber do público depósitos ou outros fundos reembolsáveis, a fim de os aplicarem por conta própria mediante a concessão de crédito.

Como pode-se notar, ainda na crítica do Forquilha, a lei por sua vez, não cita que o estado como tal, pode ser uma instituição de fornecimento de crédito à indivíduos, mas que pode sim, por intermédio de outras empresas fornecer o valor Público para que estes possam aplicar por conta própria mediante a concessão de crédito por aquele.

Dos que, afirmam melhoria no seu estilo de vida que é o caso da B002, respondeu nos seguintes termos “(...) Sim, realmente a vida tende a melhorar do valor que pedi emprestado consegui melhorar a dieta alimentar da minha família, sendo que faço rotação dos lotes na criação de frangos, onde quando um lote completa 15 dias, compro outros pintos para o lote seguinte e tenho conseguido sustentar a minha família e também faço os reembolsos de forma contínua nos termos acordados”.

O B003 que afirma o seguinte “(...) o valor tem me ajudado muito, pois tive problemas de doença do meu irmão que chegou a perder a vida e o usei uma parte do valor para despesas fúnebres, paguei também algumas despesas do meu filho que graduou e tem me ajudado com cuidados da minha esposa que não anda com boa saúde”.

Como pode se constatar nas respostas dos beneficiários, embora a resposta a pergunta seja para ambos positiva, a justificativa mostra que um dos beneficiários conseguiu investir de forma faseada e está a conseguir gerir o negócio, de tal forma que está liquidando com regularidade a sua dívida, e este último que

ainda está na fase de gastar o valor, no entanto, não está a aplicar o valor em actividades de geração de renda o que pode vir a dar problema na hora de reembolsar o valor, neste caso, o serviço de apoio ou assistência devia actuar neste momento em que o desvio de aplicação se efectiva e não depois quando não for mais possível adoptar medidas preventivas e muito menos as correctivas.

Refia-se ainda que nos bairros onde a maioria dos projectos financiados continuam activos há esperança de um futuro melhor, pois na avaliação de novos projectos a serem financiados os que encontram-se nas localidades ou bairros com um nível de reembolso significativo têm prioridade para os novos financiamentos, afirmam os membros.

O MCC01 e 2, foram unânimes em responder que “(...) não veem no seu bairro uma melhoria significativa pois até alguns dos estabelecimentos abertos no âmbito do FDD, já se encontram encerradas.”

As autoridades locais, a nível do posto administrativo e do governo Distrital, afirmam que, existem melhorias visíveis a nível do distrito apontando, então para a melhoria da tecnologia no sector agrário e pesqueiro e por sua vez é impulsionador da actividade económica, levando a criação de pequenos mercados locais aumentando a disponibilidade de produtos a nível local.

O Chefe de repartição de planeamento e finanças respondeu o seguinte “(...) sim é visível a melhoria das condições económicas no bairro, pois em alguns bairros não existiam mercados locais mais hoje em cada esquina do bairro podemos encontrar uma barraca ou banca vendendo algo que é necessário para os residentes, além disso o sector pesqueiro desenvolveu muito em termos de tecnologia o que faz com aja maior disponibilidade de pescado no mercado distrital assim como a área de agricultura tem aumentado o volume de produção garantido a disponibilização de produtos frescos.

No que respeita, a redução da pobreza no distrito devido a aplicação do FDD, o técnico respondeu “(...) não é possível afirmar que terá havido ou não redução da pobreza no distrito pois é possível melhorar as condições

socioeconómicas do Distrito e haver melhoria no nível de vida de algumas famílias e isso não implicar a redução da pobreza como tal.” Esta afirmação pode estar associada ao conhecimento dos objectivos do FDD, pois naquele instrumento está patente que um dos objectivos é garantir acesso ao crédito a pessoa pobre, não implicando então, a redução da pobreza na forma proporcional ou como consequência daquele.

Nota-se a falta de instrumentos para avaliar o desempenho do FDD ou se existem não são claros razão pela qual, os membros do conselho consultivo não são capazes de falar dos mesmos. Os MCC 01 e 02 respondem que: “(...) Avalio de forma positiva”, entendendo-se que a tal avaliação não é baseada em factos consistentes para avaliação do FDD, explicando ainda que: “(...) apesar dos baixos resultados observados a iniciativa é boa e que o necessário é ser-se zeloso “transparente” no processo de sua gestão.”

Para as autoridades locais também não citam de forma clara os instrumentos de avaliação do desempenho, os citados ou tomados em conta são elementos subjectivos e difíceis de serem mensurados, sendo ou não subjectivos os instrumentos de avaliação o chefe de repartição de planificação e finanças e chefe do posto foram unânimes e afirmar que “(...) apesar de baixo nível de reembolso a avaliação feita é positiva”, neste excerto parece que há tendência de politizar o assunto em análise.

Olhando para a insatisfação em relação ao nível de reembolso do fundo e invisibilidade de melhorias citada pelos MCC, talvez o sensato fosse dizer que a avaliação feita em termos do desempenho que este fundo teve no distrito de Marracuene em especial è negativa.

Na matéria relacionada com avaliação do desempenho referenciada no parágrafo anterior o decreto 90/2009 artigo 14 no seu número 2 estabelece que: A avaliação da execução dos programas é efectuada por meio de relatórios mensais, trimestrais, semestrais e anuais.

Dos erros cometidos, aponta-se para a falta de políticas claras para a penalização de quem não cumpre com o reembolso, má gestão dos projectos motivado pelo fraco conhecimento

dos objectivos do FDD e o facto de não se ter injectado o valor nas instituições bancárias ou de micro-créditos e falta de políticas consistentes sobre reembolso do valor emprestado.

Fundo de Desenvolvimento Distrital

O Fundo de Desenvolvimento Distrital é uma dotação orçamental de âmbito Distrital destinada a apoiar prioritariamente pessoas pobres, economicamente activas, sem possibilidade de acesso ao crédito no sistema financeiro formal. No âmbito do FDD são financiáveis as acções que concorrem para a geração de emprego permanente ou sazonal, produção de comida e geração de rendimento. Os projectos elegíveis aprovados pelo Conselho Consultivo Distrital devem estar estritamente ligados ao desenvolvimento económico local com o impacto no quadro do combate à pobreza e devem ser propostos por indivíduos, associações, grupos sociais organizados e outras formas sociais de base comunitária reconhecida pelo Governo do Distrito em estreita colaboração com as autoridades comunitárias locais. O Conselho Consultivo Distrital é o órgão que aprecia, aprova os pedidos de empréstimos submetidos e faz o seu acompanhamento permanente (CIP, 2012; pg. 10).

Objectivos do fundo do desenvolvimento distrital

Segundo o (nº1, artigo 4, decreto nº 90/2009), o Fundo de Desenvolvimento Distrital tem como objectivos: Financiar acções que visam estimular o empreendedorismo a nível local e estimular a transformação das potencialidades em riquezas; facilitar aos economicamente pobres, o acesso ao crédito; e. Financiar actividades de produção e comercialização de alimentos, garantindo desse modo a criação de postos de trabalho permanentes ou sazonais que assegurem a geração de rendimento.

O distrito como Pólo de desenvolvimento

A Lei doptou o Distrito de autoridade, responsabilidade e recursos, para que este administre o território, dinamize e promova o desenvolvimento local participativo, (CIP, 2012, p. 5). Conceito de Desenvolvimento Sustentável surge para enfrentar a crise

ecológica, e dar resposta à uma necessidade de harmonizar os processos ambientais com os socioeconómicos, maximizando a produção dos ecossistemas para favorecer as necessidades humanas presentes e futuras. Falar de desenvolvimento significa, hoje em dia, falar de melhoria da qualidade de vida através da melhoria dos sistemas de educação, saúde, liberdade, etc., compatível com a preservação ambiental. A ênfase na sustentabilidade diz respeito ao esforço político em busca do desenvolvimento futuro. O manual de procedimentos do FDD (2011, p. 4) estabelece os vários critérios para indivíduos, associações, micro/pequenas e médias empresas. Primeiro é necessário ser residente na unidade territorial onde pretende-se implementar o projecto confirmado pelas autoridades locais. Segundo possuir nacionalidade Moçambicana, ser considerado idóneo pelas autoridades administrativas e comunitárias locais, ter idade não inferior a 18 anos, possuir NUIT.

No âmbito dos FDD são financiáveis as acções que concorram para a geração de emprego permanente e/ou sazonal, para a produção de comida e geração da renda para os produtores e suas famílias. Os projectos elegíveis devem estar estritamente ligados ao desenvolvimento económico local com impacto no quadro do combate à pobreza e em sintonia com os planos estratégicos de desenvolvimento do distrito e devem ser propostos por indivíduos, associações, grupos sociais organizados e outras formas sócias de base comunitária reconhecidas pelo governo do distrito em estreita colaboração com as comunidades locais. Assim os projectos financiados devem obrigatoriamente ser implementados na unidade territorial onde são propostos.

CONCLUSÃO

Chegou-se às seguintes conclusões: os critérios usados no processo de selecção de projectos financiados são os seguintes a integridade dos candidatos, os beneficiários são avaliados pelo chefe de quarteirão e pelos populares, apresentação de projecto com o valor do investimento inicial necessário. Estes projectos não apresentam nenhum item de

avaliação de viabilidade, a intenção de investir em uma área considerada importante para o desenvolvimento local, onde são priorizadas as áreas de pecuária e agricultura, áreas de comércio, O solicitante deve ser portador do bilhete de identidade, o número de conta e NUIT, necessários na fase final.

Sobre o reembolso nota-se então que a variável idade é notória como factor influenciador do reembolso do fundo de desenvolvimento Distrital, sendo que os demais factores não foram significativos olhando para os resultados obtidos com mais destaque para mulheres, de acordo com respostas dadas pelos representantes do Governo do Distrito. O nível de reembolso que também se mostrou fraco rondando à 8% à nível de posto Administrativo sede e 10% à nível de distrito. Ao nível do Distrito houve melhorias económicas, que no início do fundo foram significativas, pois teve um boom no surgimento de pequenas unidades económicas locais, mas com o passar do tempo houve tendência de desaparecimento de algumas unidades impulsionada pela mortalidade dos pequenos negócios.

O fracasso do FDD, pode estar associado a execução pelo governo da tarefa que não é da sua competência, a falta de clareza na introdução FDD, o que traz questionamentos sobre a real intenção da implementação desta iniciativa, os sucessivos erros cometidos na medida em que tentava se melhorar a execução do FDD, a confusão feita entre o objectivo do FDD e o cumprimento do manifesto eleitoral, o que leva a crer que a conjugação destes erros cometidos são suficientes por si só para inviabilizar qualquer projecto.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ataliba, G., (1973). *Empréstimos Públicos e seu Regime Jurídico*. São Paulo: Revista Atlas.
- Cip, (2012). *O Distrito como Polo de Desenvolvimento: Um Olhar da Sociedade Civil*. Maputo, Agosto.
- Decreto N.º. 90/2009, de 15 de Dezembro de 2009

- Denzin, N. & Lincoln, Y. (2006). *O Planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e abordagens*. Porto Alegre.
- Forquilha, S. C. & ORRE, A. J., (2012). *Uma Iniciativa Condenada ao Sucesso: O fundo distrital dos 7milhões e suas consequências para a governação em Moçambique*.
- Freitas, H. & Moscarola, J. (2000). *Da Observação à Decisão: métodos de pesquisa e de análise quantitativa e qualitativa de dados*. RAE - eletrônica, São Paulo.
- Gil, A. C. (1991). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 3ed. São Paulo: Atlas.
- Gil, A. C. (2006) *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6ed. Porto Alegre: Atlas.
- Lagrosse, D. C. (2012). *O Fundo de Investimento a Iniciativas Locais (FIIL) em Moçambique: uma estratégia de promoção do desenvolvimento local para o enfrentamento à pobreza?* Dissertação. Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- Mae. (2005) *Perfil do Distrito de Marracuene*, Maputo.
- Manual de Procedimentos do FDD elaborado pelos Ministérios das Finanças, Administração Estatal e Planificação e Desenvolvimento em 2010.
- Matusse, J. (2013). *Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD): funcionamento, entraves e potencialidades*. Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, campus de Araras, Brasil.
- Medeiros, J. B. (2009). *Redação Científica: A Prática de Fichamentos, Resumos*.

31 - 03 | 2024

Informalidade vs modo de vida dos membros de placas de táxi em Luanda

Informality vs way of life of taxi board members in Luanda

Informalidad vs forma de vida de los miembros de la junta de taxi en Luanda

Paulo António Lucas¹

¹*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Brazil, <https://orcid.org/0000-0001-8815-4773>, joao.sarno@ifsuldeminas.edu.br.*

Data de recepção: 16-11-2023

Data de aceitação: 15-02-2024

Como citar este artigo: Lucas, P. A. (2024). Informalidade vs modo de vida dos membros de placas de táxi em Luanda. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 2(3), 64-72.

RESUMO

O Estudo aborda a economia informal em Luanda. O principal objectivo é compreender a funcionalidade económica das placas de táxis (paragens de táxis), analisar a sua percepção em relação ao seu trabalho de modo que com a subida dos combustíveis e aferir o seu conhecimento em temas ligados à economia. É um estudo quantitativo, com aplicação de inquérito por questionário. Entre os resultados, destaca-se o facto da placa de táxi, apesar da precariedade e informalidade emprega maioritariamente jovens; há uma organização peculiar na placa, aonde as funções são estritamente delimitadas; grande parte dos jovens das placas vivem maritalmente com e possuem filhos; Vivem preferencialmente nos arredores da placa para facilitar a deslocação e minimizar custos; a maior parte tem apenas o nível de escolaridade elementar até a 6^a classe, o que dificulta a estar no emprego formal e entender questões de economia; o não domínio de aspectos económicos e têm uma vida mais pobre.

Palavras-chave: Informalidade, Membros de placas de táxis em Luanda, Modo de vida.

ABSTRACT

The Study addresses the informal economy in Luanda. The main objective is to understand the economic functionality of taxi signs (taxi ranks), analyze their perception of the way in which fuel

prices rise and assess their knowledge on topics related to the economy. It is a quantitative study, using a questionnaire survey. Among the results, the fact that the taxi license plate, despite its precariousness and informality, employs mostly young people stands out; there is a peculiar organization on the board, where functions are strictly delimited; a large part of the young people on the boards live marital with and have children; They preferably live on the outskirts of the plate to facilitate travel and minimize costs; the majority only have an elementary education level up to 6th grade, which makes it difficult to be in formal employment and understand economic issues; not mastering economic aspects and have a poorer life.

Keywords: Informality, members of taxi boards in Luanda, way of life.

RESUMEN

El Estudio aborda la economía informal en Luanda. El objetivo principal es comprender la funcionalidad económica de las señales de taxi (paradas de taxi), analizar su percepción sobre la forma en que aumentan los precios de los combustibles y evaluar sus conocimientos sobre temas relacionados con la economía. Es un estudio cuantitativo, mediante una encuesta por cuestionario. Entre los resultados destaca el hecho de que la matrícula de taxis, a pesar de su precariedad e informalidad, emplea mayoritariamente a jóvenes; existe una peculiar organización en el directorio, donde las funciones están estrictamente delimitadas; gran parte de los

jóvenes de las juntas viven en matrimonio y tienen hijos; Viven preferentemente en las afueras del plato para facilitar los desplazamientos y minimizar costos; la mayoría solo tiene un nivel de educación primaria hasta 6to grado, lo que dificulta estar en un empleo formal y entender los temas económicos; no dominan los aspectos económicos y tener una vida más pobre.

Palabras clave: Informalidad, miembros de juntas de taxis en Luanda, modo de vida.

INTRODUÇÃO

A globalização trouxe mudanças estruturais na organização do trabalho, ocasionando a morte de umas profissões e ao mesmo tempo surgimento de outras. Do ponto de vista da funcionalidade do ciclo económico, “os transportes conformam a base essencial para o funcionamento coeso dos sectores primário, secundário e terciário, facto que lhes confere valores complexos e intangíveis, a nível internacional” (Katumbi, 2020, p.12).

Devido à escassez de infra-estruturas rodoviárias e consequentemente a precariedade do sistema de transportes públicos os táxis informais (candongueiros) transformaram-se num elemento funcional e principal que garante a mobilidade urbana e suburbana em Luanda.

Os serviços dos candongueiros acabam por ser o principal meio de transporte em Luanda na medida em que “apresentam maior agilidade nas vias deficientes da cidade”. Estima-se que aproximadamente 70 por cento da população luandense utiliza os candongueiros como principal meio de transporte” (Domingos apud Castro, Reschilian e Zanetti, 2018, p. 14).

O estudo que apresentamos tem abordagem quantitativa, onde foi aplicado a técnica do inquérito por questionário à uma população de 81 indivíduos (membros da placa de táxi da Cuca, no distrito urbano do Hoji ya Henda, município do Cazenga em Luanda). Devido à diversos factores foi possível inquirir apenas 72 indivíduos de um total de 81 da população total.

O estudo tem como principal objectivo analisar a percepção sobre economia dos membros da placa (paragem de táxi), a relação que faz do

seu modo de vida e com a subida dos combustíveis e ao mesmo tempo sondar a opinião dos mesmos em relação ao desempenho da comunicação social na abordagem educativa de temas ligados à economia.

Entre os resultados, destaca-se o facto da placa de táxi, apesar da precariedade e informalidade emprega muita juventude; há uma organização peculiar na placa, aonde as funções são estritamente delimitadas; grande parte dos jovens das placas vivem maritalmente e têm filhos; Vivem preferencialmente nos arredores da placa para facilitar a deslocação e minimizar custos; a maior parte tem apenas o nível de escolaridade elementar até a 6ª classe. Relativamente à comunicação social, são essencialmente ouvintes de rádio onde preferencialmente ouvem programas de entretenimento; não dominam aspectos económicos e têm uma vida economicamente pobre.

Enquadramento Teórico

A expressão modo de vida assume uma variedade de significados, dificultando a sua compreensão e faz-se necessário analisar uma série de pressupostos do quotidiano do indivíduo.

É claro que analisar o modo de vida urbano é inevitavelmente, recuperar particularidades do modo de vida rural. Para Wirth embora o campo e a cidade sejam unidades espaciais distintas, elas estão interligadas por vários elementos, entre eles as práticas sociais que compõem o modo de vida (Wirth apud Nabarro, 2021).

Para Guerra (apud Braga, Fiuza e Remoaldo, 2017, p.371),

ao analisar os modos de vida, devem-se levar em conta três dimensões, que geralmente são pouco utilizadas; o sistema e os actores sociais; a história e o quotidiano; e o objectivo e o subjectivo na percepção do real. Essas três dimensões deveriam ser articuladas de modo a combinar a força da estrutura com a possibilidade de ação dos indivíduos, o nível da vida quotidiano articulado com o económico, o político, o cultural, bem como as redes de poder estabelecidas nas articulações entre as diferentes esferas do social.

As pesquisas mais recentes sobre os modos de vida dão enfoque a dois aspectos, conforme aponta Guerra (1993). Por um lado, à análise da relação entre as diferentes práticas quotidianas, trabalho, vida familiar, consumo, lazer e etc. e, por outro lado, às relações que o conjunto dessas práticas quotidianas estabelece com as relações sociais mais gerais.

E é na multiplicidade dos sentidos da expressão modo de vida que entendemos extrair o sentido ligado à informalidade da actividade económica dos membros da placa de táxi em Luanda.

Informalidade económica

Para Lucas (no prelo), Angola enveredou por um processo de reencontro com a economia de mercado, depois de um decénio e meio de um modelo económico administrativo e centralizado (p.3).

De resto, seguindo o mesmo caminho de muitos países africanos que, depois da independência, ensaiaram modelos de organização económicas que pretenderam romper com o capitalismo (Rocha, 2005, p. 45).

A organização social, política e económica de um Estado é o resultado da actividade de três sectores. O sector público, o sector privado empresarial é o terceiro sector (Andrade e Franco, 2007).

Samuelson (1987) defende que o Estado tem desempenhado um papel cada vez mais “importante nas economias modernas e isto reflecte-se no crescimento das despesas governamentais, na redistribuição do rendimento pelo Estado, na regulamentação directa da actividade económica” (p.147).

O “Estado angolano não foge à regra. Angola é um Estado de economia livre e de mercado, onde a livre concorrência e o combate aos monopólios são assegurados na Constituição e na Lei” (Lucas, no prelo, p. 3).

De acordo com Schneider, Buehn e Montenegro (apud Katumbi, 2020, p. 16), os “números da economia de sombra ou economia informal, em 2010 apontavam para mais de 45% do PIB em vários países do Sul Global, com manchas contínuas na zona

ocidental da América do Sul, parte da Eurásia e África Austral”.

É nesse sentido que de forma geral, 60,5% dos empregos na maior parte dos países africanos são substancialmente informais (Schneider e Williams, apud Katumbi 2020).

O serviço informal de táxi

O serviço de táxi informal em Luanda apesar da sua precariedade constituem actualmente uma importância significativa na estrutura económica da capital. São os táxis informais (candongueiros) que asseguram a mobilidade urbana e suburbana.

Os serviços dos candongueiros acabam por ser o principal meio de transporte em Luanda na medida em que “apresentam maior agilidade nas vias deficientes da cidade”. Estima-se que aproximadamente 70 por cento da população luandense utiliza os candongueiros como principal meio de transporte” (Domingos apud Castro, Reschilian e Zanetti, 2018, p. 14).

Sabe-se que a “debilidade da oferta pública de serviços de transporte originou a criação de uma rede de transportes em táxis colectivos. Este segmento é o responsável pelo transporte de um número significativo das populações – A sua convivência urbana é problemática” (José 2011, p.14).

A cidade de Luanda, capital de Angola, é caracterizada pela informalidade e precariedade das actividades e dos serviços que, em grande medida, dão a lógica da produção social do espaço urbano. Luanda tem como um dos principais meios de transporte colectivo os candongueiros, modalidade de transporte informal ou semi-informal responsável pelos deslocamentos e pela dinâmica quotidiana da cidade que é um dos elementos fundamentais no alargamento do tecido urbano/metropolitano (Castro, Reschilian e Zanetti, 2018, p. 7).

Além dos motoristas e cobradores que fazem a dupla de trabalhadores diários dos candongueiros, cada veículo a operar pode dar emprego indirecto a dezena de prestadores de serviços, desde os lavadores, lotadores, chefes de placas, cobradores de placas e outros.

Para Lopes (2010),

a actividade dos candongueiros desenvolve-se em ligação com um vasto leque de actividades com ela correlacionadas: (i) actividades formais (importação de viaturas, comércio de peças e sobresselentes, revenda de combustíveis e lubrificantes, mecânica, estacionamento e lavagem de viaturas); (ii) actividades informais (transformação de carroçarias, comércio de peças, mecânica, recauchutagem de pneus, reparação de baterias, estacionamento e lavagem de viaturas); (iii) actividades ilegais (furto e contrabando de viaturas, emissão e comercialização de documentação falsificada, práticas de extorsão por parte dos agentes policiais) (p. 384).

De acordo a Lopes (2004), esses prestadores de serviços trabalham nos grandes parques ao redor dos principais mercados e na maioria dos terminais importantes. Organizam e regulam o fluxo de passageiros nas principais paragens (placas). Geralmente têm um acordo com os motoristas para orientar os passageiros até aos seus veículos. Muitos jovens estão engajados neste segmento.

Nessa perspectiva,

não obstante os candongueiros se apresentarem como alternativa para a metrópole de Luanda face à incapacidade material e administrativa do setor dos transportes formais, eles ainda representam, em grande medida, a cultura da classe mais desfavorecida do ponto de vista econômico e da informalidade, apesar de serem maioria nesse campo (Lopes, apud Castro, Reschilian e Zanetti, 2018, p. 11).

Vários são os factores que contribuem na precariedade da actividade informal de táxi em Luanda, prontificando fundamentalmente a falta de intuições de protecção social para os diferentes actores do ecossistema.

Para Lopes (2004, p. 56),

o carácter precário e a ausência institucionalizada de protecção social, a fragilidade dos mecanismos de regulação oficial e de suporte institucional da actividade, o estado embrionário das instituições de representação dos actores (quando existem!), o modelo de exploração dominante, o estado degradado das infra-estruturas rodoviárias, os níveis elevados de sinistralidade e de congestionamento do tráfego automóvel na capital angolana, entre outros.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo tem abordagem quantitativa. Foi empregue a técnica do inquérito por

questionário. O instrumento foi construído com base a quatro dimensões, nomeadamente, dados sociodemográficos (com as variáveis sobre sexo, idade, grau de instrução etc.), percepções sobre a economia angolana, percepção sobre relação subida do preço do petróleo e carestia de vida, expectativas em relação a estabilização da inflação e do modo de vida e comunicação social.

Foram inquiridos 72 indivíduo de uma população de 81 membros da placa de táxi da Cuca no Mercado dos Kwanzas. Os inquéritos foram realizados durante os dias normais de trabalhos e ao fim de semana, no período de 11 a 21 de Setembro de 2023.

Depois de recolhidos os dados, foi criada uma base de dados para permitir a análise da informação.

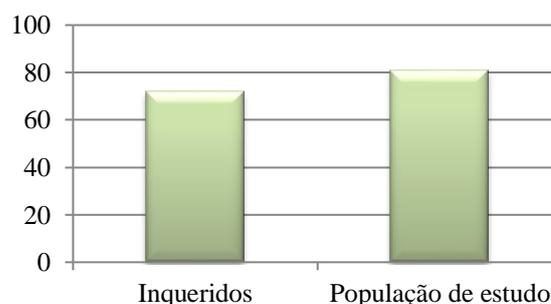
Caracterização da área de estudo

O Mercado dos Kwanzas localiza-se no distrito urbano do Hoji Ya Henda, município do Cazenga em Luanda. Além das actividades típicas como a venda de medicamentos e produtos do campo, o mercado é também o palco de paragens de viaturas (placas) que se dedicam a viagens com destinos para as províncias do Bengo, Zaire, Kwanza Norte, Uíge e outras. O mercado dos Kwanzas possui mais de 3000 vendedores e fontes consultadas avançam que tem uma facturação mensal de 23.600.000,00 (vinte e três milhões e seiscentos mil) Kwanzas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

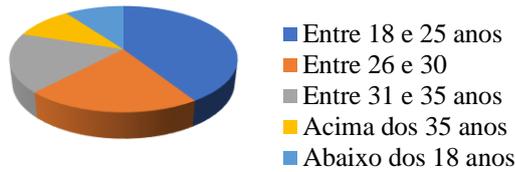
Do estudo foi possível em cada uma das dimensões recolher um conjunto de informações que são apresentadas de seguida:

Gráfico 1. Inquiridos vs população de estudo



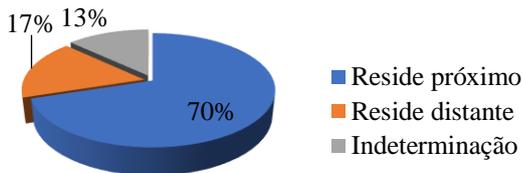
Fonte: Lucas (2023)

Gráfico 2. Idades



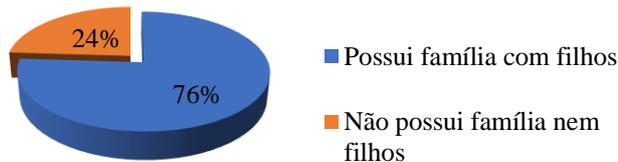
Fonte: Lucas (2023)

Gráfico 3. Aproximação da residência em relação à placa



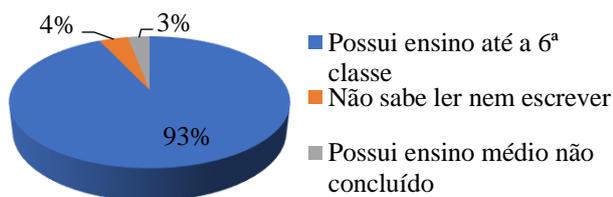
Fonte: Lucas (2023)

Gráfico 4. Estado conjugal



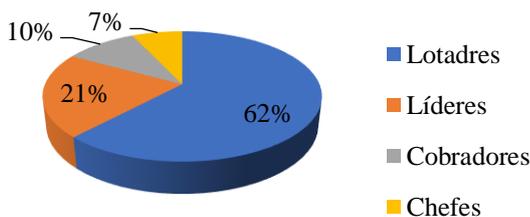
Fonte: Lucas (2023)

Gráfico 5. Grau de instrução



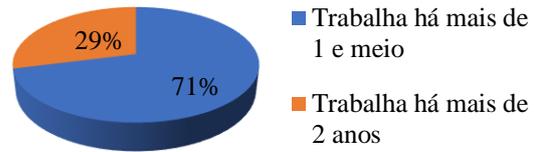
Fonte: Lucas (2023)

Gráfico nº 6. Função dos membros da placa



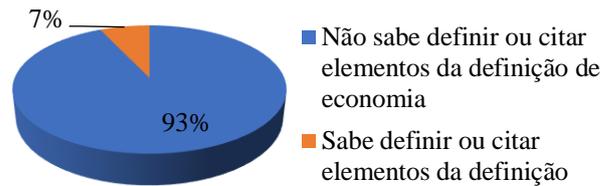
Fonte: Lucas (2023)

Gráfico 7. Tempo trabalho na placa



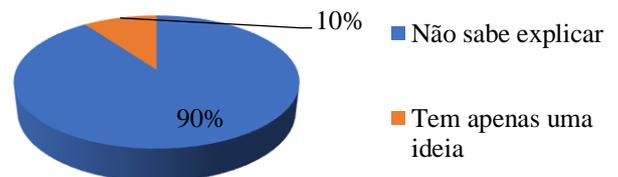
Fonte: Lucas (2023)

Gráfico 8. Percepção sobre economia



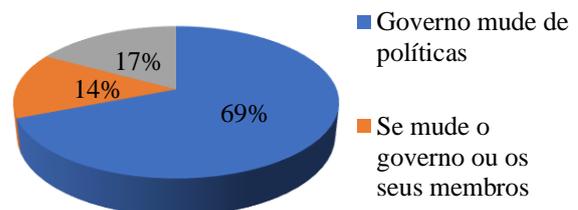
Fonte: Lucas (2023)

Gráfico 9. Percepção sobre relação subida do preço do petróleo e carestia de vida



Fonte: Lucas (2023)

Gráfico 10. Espectativas em relação a estabilização da inflação e do modo de vida



Fonte: Lucas (2023)

Idade

Relativamente a idade, o estudo revelou que a actividade informal de táxi é exercida pela juventude, sendo uma forma de enfrentar o problema do desemprego, sendo que 30 dos inquiridos, representando 41% da população tem entre 18 a 25 anos, 15 (21%), entre 26 e 30 anos, 13 (18%), entre 31 e 35 anos, 7 (10%), se

encontram acima dos 35 anos e 7 (10%) abaixo dos 18 anos.

Indo de acordo com Lopes (2014), quando se refere que a “esta estimativa importa acrescentar, algumas centenas de jovens que sobrevivem da lavagem diária das viaturas e um número mais reduzido de jovens angariadores, que exercem actividade nos principais terminais onde confluem as rotas mais disputadas” (p.8)

Aproximação da residência em relação à placa

No intuito de se aferir o bairro de residência dos inqueridos e relacionar com o seu modo de deslocação de ida e para o seu local de trabalho, foi questionado qual é a aproximação da sua residência em relação à placa e nesse sentido, o estudo revelou que 50 dos lutadores reside nas proximidades do mercado, no entanto não necessita de qualquer meio para se transportar, uma vez que se deslocam a pé de ida e volta para o seu trabalho, 12, residem fora da zona do mercado pelo que em média necessitam de 2 táxis para ir ao trabalho e 2 para regressar à casa, 9 dos inquiridos manifestou indeterminação em relação ao seu local de residência, pelo que nos levou a acreditar que não possuam residência fixa.

A lógica dos membros das placas de se afixar junto do seu local de trabalho vai ao encontro da constatação de Castro e Reschilian (2020, p. 14) “com isso, verifica-se também o agravamento dos assentamentos informais por toda a RM, das construções precárias e do crescimento do número de habitantes por área nos municípios de Luanda”.

Estado conjugal e agregado familiar

Em relação ao assunto, 55 inquiridos representando 76% vivem maritalmente e apenas 17, representando 24% não possuem esposas.

A imensa maioria possui filhos em idade escolar, sendo que a média de filhos por cada inquirido são 2, incluindo 4 dos inquiridos abaixo dos 18 anos possuem cada um filho. A condição de ter família e sustentá-la, faz com que o membro da placa tenha uma vida mais precária.

conforme Guerra (1993) observar o modo de vida do individuo é necessário analisar a

relação entre as diferentes práticas quotidianas, trabalho, vida familiar, consumo, lazer e etc. e, por outro lado, às relações que o conjunto dessas práticas quotidianas estabelece com as relações sociais mais gerais.

Grau de instrução

Em relação à instrução, 67 (93%) dos inqueridos sabe ler e tem apenas o ensino fundamental (até a 6ª classe), enquanto que 3 (4%) não sabe ler nem escrever e igualmente 2 (3%) teve a frequência do ensino médio não concluído. O facto da maior parte ter apenas o ensino básico e não ter uma profissão formal, acaba justificando a presença desses homens na informalidade.

Sendo a divisão de trabalho uma característica fundamental das sociedades, torna-se necessária a formação técnica dos indivíduos, orientada para a sua especialização laboral. A educação cumpre esta missão ao dar aos indivíduos tanto uma formação básica, que lhes proporciona os instrumentos gerais (leitura, escrita, cálculo) de toda a actividade laboral, como uma formação apropriada às profissões especializadas (Cabanas, 1989 apud Argentino, no prelo, p.12).

Função

A Placa de táxis da Cuca tem uma organização peculiar. Está hierarquizada de modo que cada um tem consciência das suas atribuições dentro do sistema. Entre os inqueridos 45 são propriamente lotadores (62%) à quem cabe chamar pelos passageiros, 15 (21%) são líderes da placa, cuja a responsabilidade é organizar a placa, desde o posicionamento das viaturas, dar ordem de partida e inclusive ajudar os passageiros quando necessário, 7 (10%) são cobradores da placa, trabalho em regime de turno ou período, à esses cabe a responsabilidade de caixa, receber o dinheiro de cada viatura lotada, 5 (7%) são os chefes da placa que têm a responsabilidade de no final do dia fazer a distribuição do rendimento por todos. A distribuição do rendimento é feita em função da produtividade diária e da posição do membro na placa.

Assim, no final do dia e dependendo da produtividade, cada um leva em média entre 1200 a 3000 Kz. Segundo os membros da

placa, dá para suprir as necessidades básicas das suas famílias.

As viaturas contribuem igualmente em função das suas características e lotação (número de ocupantes). Assim um turismo paga 50 Kz por lotação, uma motorizada de transporte de passageiros de quatro rodas, igualmente 50 Kz, uma viatura com lotação superior a 5 e inferior a 20, paga 100 Kz e uma viatura acima paga entre 150 a 300 Kz. Se olharmos ao forma de funcionamento das placas, podemos aferir que os candongueiros

fazem parte de uma grande matriz socioeconómica e política. Existe no sistema de circulação e de transportes dominado pelos candongueiros uma cultura intrínseca à própria simbologia coletiva, um diálogo não falado entre a sociedade e os candongueiros. Em Luanda, os candongueiros e a sociedade coexistem. Além da sua importância social e económica, esses se constituíram, em meio à informalização das relações sociais, numa expressão do sentimento e da identidade cultural da cidade. Constituem o espaço espontâneo de debates politizados, mais ou menos livres, uma vez que a liberdade de expressão em Angola ainda é uma questão umbrática do discurso (Castro, Reschilian e Zanetti, 2018, p. 18).

Tempo trabalho na placa

A média de tempo de trabalho na placa é de 2 anos. 51 (dos inquiridos trabalha na placa há mais de um ano e meio e 21 há mais de 2 anos. Portanto, verificou-se que quanto mais tempo, o membro tem de trabalho, maior é o seu estatus e a sua responsabilidade na placa.

De acordo com Cardoso (2013),

o tempo de trabalho é uma dimensão-chave para o entendimento das interações construídas entre os atores sociais, que, para além das relações vinculadas à organização das condições de trabalho e de emprego, exprime um sistema de valores, crenças, normas, leis, vivências, representações e poderes (p. 352).

Percepções sobre a economia

Para aferirmos qual é a percepção sobre economia dos membros da Placa da Cuca, foram colocadas no questionário algumas perguntas que permitiriam o alcance desse desiderato.

Um das perguntas foi aberta “como define economia” e dessa as respostas foram essencialmente, a imensa maioria dos inquiridos 67 (93%) não sabia definir economia e apenas 5 (7%) puderam apresentar

uma definição aproximada ou com elementos da definição.

Nessa perspectiva, podemos aferir que os inquiridos desconhecem literalmente o conceito de economia e como tal possuem uma ideia muito vaga, o que tem implicações directas na forma como vêem o papel do Estado e na forma como gerem economicamente a sua vida, conformando-se com a precariedade em que estão voltados.

Sabe-se que

as políticas macroeconómicas adoptadas pelo governo angolano, não foram ainda capazes de satisfazer as expectativas dos cidadãos, nomeadamente na resolução dos problemas básicos e na melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano. A economia contínua dependente do petróleo e dos diamantes, é considerado um verdadeiro entrave para o desenvolvimento, assim como o analfabetismo elevado, havendo um paradoxo entre a economia que cresce e a pobreza que se acentua ou não reduz (Baptista, 2013, p. 94-95).

Samuelson (1987) defende que o Estado tem desempenhado um papel cada vez mais “importante nas economias modernas e isto reflecte-se no crescimento das despesas governamentais, na redistribuição do rendimento pelo Estado, na regulamentação directa da actividade económica” (p.147).

Percepção sobre relação subida do preço do petróleo e carestia de vida

A totalidade dos inquiridos 72 (100%) tem a percepção que a subida do preço dos combustíveis tem ligação com a subida dos preços dos alimentos e dos serviços de modo geral, mas quando questionados de que forma é que a subida do preço dos combustíveis influencia na subida dos preços dos alimentos, 65, (90%) não sabe explicar e só 7 (10%) tem alguma ideia, apontado a importação, a aquisição de divisas e outros.

Esses resultados coincidem com os resultados de Baptista (2013) quando diz os seus respondentes

afirmam, por ordem decrescente de importância, a ausência de verdadeiras políticas de desenvolvimento, a má governação, deficiente repartição do rendimento e assimetrias criadas, a dependência do petróleo, dos diamantes e das importações resultante da desindustrialização do país, a corrupção e, a má qualificação dos recursos humanos e o analfabetismo associado ao deficiente sector educativo. Um dos entrevistados (p.89).

Espectativas em relação a estabilização da inflação e do modo de vida

Nesse tópico foi questionado, o que esperam que seja feita para o controlo da subida dos preços e para melhoria no modo de vida dos cidadãos, dos inquirido 50 (69%) responderam que esperam que o governo mude as políticas, 10 (14%) que se mude o governo ou os membros do governo e 12 (17%) que se invista mais no angolano e na produção interna.

Os resultados vão de acordo com Baptista (2013) que aponta

o modelo de governação é considerado maioritariamente o principal entrave, seguido muito proximamente pelas políticas públicas, o stock de capital físico e a qualificação do capital humano... ainda o entrave da corrupção generalizada e endémica, quase institucionalizada constitui, considerada como um factor importante de desestabilização económica (p. 90).

CONCLUSÃO

Como se viu a actividade informal de táxi em Luanda (candongueiros) joga um papel relevante na dinamização da vida económica do país.

Além de permitir a mobilidade urbana, ela contribui significativamente para o funcionamento da economia, gerando uma multiplicidade de empregos directos e indirectos para a juventude que encontra na actividade o seu ganha-pão para o sustento das suas famílias, como são os membros das placas alvos do estudo.

Atendendo aos fenómenos sociopolíticos e económicos que vão marcando a vida do país, sobretudo a carestia de vida ocasionada pela perda significativa do poder aquisitivo dos cidadãos em parte pela desvalorização da moeda, mas sobretudo pela subida em quase 100% do preço dos combustíveis, que teve um efeito nos diferentes sectores da economia e vem deteriorando cada vez mais a qualidade de vida dos angolanos, obrigando a adopção de novas formas de sobrevivência, entre elas, o informalismo, como é o caso das placas de táxi e a especialização dessa área.

E efectivamente nessa lógica que julgamos oportuno fixar o nosso olhar para o fenómeno das placas de táxi, no sentido de o entendermos de modo holísticos qual é a percepção dos membros das placas sobre o contexto

económico de Angola e quiçá contribuir para a concretização de políticas públicas que visam a dignificação desses cidadãos que constituem uma importante franja da sociedade angolana. Entre os resultados, destaca-se o facto da placa de táxi, apesar da precariedade e informalidade emprega muitos jovens;

Há uma organização peculiar na placa, aonde as funções são estritamente delimitadas;

Grande parte dos jovens das placas vivem maritalmente e têm filhos;

Vivem preferencialmente nos arredores da placa para facilitar a deslocação e minimizar custos;

Verifica-se igualmente que quanto mais tempo, o membro fazer parte da placa, maior é o seu status e as responsabilidades na placa;

A maior parte dos membros tem apenas o nível de escolaridade elementar até a 6ª classe o que dificulta muitas vezes a estar no emprego formal, a ter uma percepção real da responsabilidade do Estado, a entender e dominar questões da economia do país como os efeitos e causas da inflação, depreciação da moeda etc., levando-o a ter uma vida mais conformada e empobrecida.

O presente estudo pode acrescentar algum conhecimento ao já considerado número de estudos sobre o fenómeno da informalidade dos serviços de candongueiros e das Placas na cidade de Luanda. Pensamos que o presente estudo é apenas uma gota num oceano de possibilidades de estudos que podem ser realizados no sentido de se conhecer melhor o fenómeno em causa.

Devido à forma agressiva com que muitas vezes as autoridades tratam os membros das placas e à descriminalização da actividade, tivemos dificuldades em sermos aceites de início, que foi necessário contar com a colaboração de um dos líderes que interveio por nós e de uma forma peculiar (uma espécie de gíria da placa) transmitiu a nosso projecto para os chefes, possibilitando que os dias subsequentes fossem mais fácil realizarmos os inquéritos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Argentino, S. (no prelo). Movimento teórico pós-funcionalista: implicações do interaccionismo simbólico no

- crescimento e desenvolvimento económico das sociedades. Angola 2020. In Lucas, P. e Sozinho, N. (orgs). Reflexões interdisciplinares. Pp. 130-143.
- Baptista, C. (2013). Percepção de crescimento económico de Angola pós-independência [Dissertação de mestrado, Universidade de Évora].
- Braga, G., Fiúza, A., Remoaldo, P. (2017). O conceito de modo de vida: entre traduções, de nições e discussões. Sociologias, ano 19, no 45, mai/ago 2017, p. 370-396. <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-019004521>
- Cardoso, A. (2013). Organização e intensificação do tempo de trabalho. Revista Sociedade e Estado. Vol. 28, Nº 2, pp.351-374.
- Castro, J., Reschilian P., Zanetti, V. (2018). Os candongueiros e a “desordem” urbana de Luanda: uma análise sobre a representação social dos transportes informais. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management), jan./abr., 10(1), 7-21. <http://DOI: 10.1590/2175-3369.010.001.AO11> ISSN 2175-3369
- Castro, J.; Reschilian, P. (2020). O impacto da informalidade na (re) estruturação das metrópoles periféricas contemporâneas: o caso de Luanda, Angola. Scripta Nova (Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales Universitat de Barcelona), vol. XXIV, nº 639, pp. 1-35.
- José, H. (2011). Acelerando o Desenvolvimento e a Reconstrução de Angola: O sistema de transportes de LUANDA – programa, timimngs e infra-estruturas. [não publicada]. IPGUL.
- Katumbi, c. (2020). Os transportes informais na cidade do Luena, Angola. [dissertação de mestrado não publicada]. Universidade do Minho.
- Lopes, C. (2004a). Looking at the informal economy: A case study concerning Luanda's minibus taxi industry.
- Lopes, C. (2004b). Acumulação, Risco e Sobrevivência na Economia Informal: os candongueiros de Luanda. Centro de Estudos Africanos, ISCTE, Lisboa.
- Lopes, C. (2010). Dinâmicas do associativismo na economia informal: os transportes de passageiros em Angola. Análise Social, vol. XLV (195), 2010, 367-391.
- Lopes, C. (2014). A economia informal em Angola: breve panorâmica. Revista Angolana de Sociologia, 14 | 2014, pp. 61-75.
- Lucas, P. (no prelo). O papel das organizações juvenis empresariais na matriz económica e social angolana face ao actual contexto económico do país. Revista Científica da Universidade José Eduardo dos Santos (RECIUJES).
- Lucas, P. Implicações da imigração ilegal de cidadãos da RDC para Angola nos anos 1990. (2022) Cadernos CEACIS (Migrações: dialogar na diversidade). N. 1, 2022, pp. 140-146.
- Nabarro, S. (2021). O conceito modo de vida no pensamento social moderno. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales Universitat de Barcelona (Biblio3W). ISSN: 1138-97 Vol. XXVI. Núm. 1.316 20.
- Samuelson, P. A. (1981). Economia (Vol. 11). (M. d. Maria Adelaide Ferreira, Trad.) Lisboa: McGraw-Hill Book Company.
- Souza, Celina. (2006). Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In Sociologias. Porto Alegre: ano 8, nº 16, pp. 20-45.

31 - 03 | 2024

A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL NA LUSOFONIA ESTUDO COMPARATIVO ENTRE ANGOLA, SÃO TOME E PRÍNCIPE E MOÇAMBIQUE

The new institutional economy in lusophony comparative study between aAngola, São Tome and Principe and Mozambique

La nueva economía institucional en lusofonía estudio comparativo entre Angola, San Tomé y Pprincipe y Mozambique

Maria Helena Catarina Bicudo Abdul ¹,

¹Universidade São Tomás de M Moçambique, Moçambique, <https://orcid.org/0002-7108-3045>, milenabdul1@gmail.com.

Autor para correspondência: milenabdul1@gmail.com

Data de recepção: 16-11-2023

Data de aceitação: 16-02-2024

Como citar este artigo: Abdul, M. H. (2024). A nova economia institucional na lusofonia. Estudo comparativo entre Angola, São tome e príncipe e Moçambique. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 2(3), 73-67.

RESUMO

Este artigo tem como objectivo compreender o cenário das instituições sócio-económicas nos países da lusofonia, essencialmente Angola, São Tomé e Príncipe e Moçambique. Adicionalmente, busca-se identificar desafios e oportunidades para o aprimoramento das instituições e para o fortalecimento de uma economia mais resiliente, inovadora e sustentável nesses países. Adoptou-se em termos metodológicos, um estudo bibliográfico, fez-se uma revisão literária, de vários autores contemporâneos nacionais e internacionais, documentos oficiais que culminaram numa metodologia de análise de conteúdo. Os resultados revelaram que as instituições tem um papel fundamental nas relações económicas facilitando as escolhas dos tomadores de decisões. O crescimento económico sustentável é o resultado das instituições inclusivas, políticas e económicas. A realidade de países estudados (Angola, São Tomé e Príncipe e Moçambique) é caracterizada por semelhanças em termos de avaliação da situação socio-economica.

Constatando-se uma precariedade nas condições de vida da população. Concluindo-se que as instituições são deficientes prelavecendo a corrupção, fraca intervenção dos órgãos judiciais, defice ao acesso a serviços básicos como educação, saúde, difícil acesso a habitação para a população jovem. Algumas iniciativas para melhoria da realidades destes países passariam por fortalecer o sistema judicial e tornar-se mais independente do poder executivo, promover-se a descentralização em diferentes vertentes e reforço das instituições de controlo e combate a corrupção.

Palavras-chave: Instituições, Lusofonia, Nova economia.

ABSTRACT

This article aimed to understand the scenario of socio-economic institutions in Portuguese-speaking countries, essentially Angola, São Tomé and Príncipe and Mozambique. Additionally, we seek to identify challenges and opportunities for improving institutions and strengthening a more resilient, innovative and sustainable economy in these countries. In

methodological terms, a bibliographic study was adopted, a literary review was carried out, of several contemporary national and international authors, official documents that culminated in a content analysis methodology. The results revealed that institutions play a fundamental role in economic relations, facilitating the choices of decision makers. Sustainable economic growth is the result of inclusive political and economic institutions. The reality of the countries studied (Angola, São Tomé Príncipe and Mozambique) is characterized by similarities in terms of assessment of the socioeconomic situation. Precarious living conditions of the population are noted. Concluding that the institutions are deficient, prevailing corruption, weak intervention by judicial bodies, poor access to basic services such as education, health, difficult access to housing for the young population. Some initiatives to improve the realities of these countries would include strengthening the judicial system and becoming more independent from the executive branch, promoting decentralization in different aspects and strengthening institutions for controlling and combating corruption.

Keywords: Institutions, Lusophony, New economy.

RESUMEN

Este artículo tuvo como objetivo comprender el escenario de las instituciones socioeconómicas en los países de habla portuguesa, esencialmente Angola, Santo Tomé y Príncipe y Mozambique. Además, buscamos identificar desafíos y oportunidades para mejorar las instituciones y fortalecer una economía más resiliente, innovadora y sostenible en estos países. En términos metodológicos, se adoptó un estudio bibliográfico, se realizó una revisión literaria, de varios autores nacionales e internacionales contemporáneos, documentos oficiales que culminaron con una metodología de análisis de contenido. Los resultados revelaron que las instituciones juegan un papel fundamental en las relaciones económicas, facilitando las

elecciones de los tomadores de decisiones. El crecimiento económico sostenible es el resultado de instituciones políticas y económicas inclusivas. La realidad de los países estudiados (Angola, Santo Tomé Príncipe y Mozambique) se caracteriza por similitudes en cuanto a la valoración de la situación socioeconómica: se constatan condiciones de vida precarias de la población. Concluyendo que las instituciones son deficientes, prevalece la corrupción, débil intervención de los órganos judiciales, deficiente acceso a servicios básicos como educación, salud, difícil acceso a la vivienda para la población joven. Algunas iniciativas para mejorar las realidades de estos países incluirían fortalecer el sistema judicial y volverse más independiente del poder ejecutivo, promover la descentralización en diferentes aspectos y fortalecer las instituciones para controlar y combatir la corrupción.

Palabras clave: instituciones, lusofonía, nueva economía.

INTRODUÇÃO

North (1990) examinou a contribuição de desenvolvimento institucional para o crescimento económico ao longo da história, concluiu que o sucessotanto o fracasso organizacional explicam o progresso e o retrocesso das sociedades. Considerou particularmente importante a proteção dos direitos de propriedade, na medida em que, os incentivos para investir em capital físico e humano só são potenciados quando está assegurada a capacidade de beneficiar dos frutos dos investimentos.

Desta forma, a Nova Economia Institucional (NEI) tem emergido como uma abordagem teórica relevante para compreender as interações complexas entre instituições, organizações e indivíduos na economia global. No contexto específico dos países de língua portuguesa, conhecidos como países da lusofonia, a aplicação da NEI torna-se ainda mais pertinente, considerando as particularidades culturais, políticas e socio-

económicas que caracterizam essa diversificada comunidade de nações.

A NEI explora como as regras, normas e estruturas institucionais moldam o comportamento económico e as decisões dos agentes económicos, influenciando directamente o desenvolvimento económico e social nos países da lusofonia. Essas instituições podem ser tanto formais, como leis e regulamentações governamentais, quanto informais, como normas culturais e práticas sociais arraigadas ao longo do tempo.

O objectivo geral deste estudo é compreender o cenário das instituições sócio-económicas nos países da lusofonia, essencialmente Angola, São Tomé e Príncipe e Moçambique exploraremos a aplicação dos princípios da NEI em países como Angola, São Tomé e Príncipe e Moçambique. Cada um destes países possui uma rica história e uma estrutura institucional singular, factores que exercem influência sobre suas economias e suas trajetórias de desenvolvimento. Adicionalmente, busca-se identificar desafios e oportunidades para o aprimoramento das instituições e para o fortalecimento de uma economia mais resiliente, inovadora e sustentável nesses países.

Ao longo do trabalho, serão apresentadas análises teóricas, pesquisas empíricas que sustentam as conclusões e recomendações para aprimorar a eficácia das instituições económicas nos países da lusofonia. O estudo contribui, assim, para o avanço do conhecimento sobre a NEI e seus impactos na economia dessas nações, bem como para a promoção do desenvolvimento económico e social em toda a comunidade lusófona.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo foi de carácter bibliográfico. Assim fez-se uma revisão literária, de vários autores contemporâneos nacionais e internacionais, documentos oficiais que culminou numa metodologia de análise de conteúdo.

Gil (2002), aponta que a pesquisa bibliográfica, se desenvolve com base na

existência de material, dentre livros e artigos científicos.

Conforme explicado pelas definições acima a base da pesquisa bibliográfica são os livros, teses, artigos e outros documentos publicados que contribuem na investigação do problema proposto na pesquisa, com a pesquisa bibliográfica faz-se o levantamento de informações que sejam relevantes na construção da pesquisa científica, pesquisando-se em obras já publicadas sobre o assunto.

A pesquisa baseou-se em documentos, na qual matéria confiável sobre as categorias analíticas em estudo como para a elaboração do quadro teórico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para estudar o tema da Nova Economia Institucional nos países da lusofonia, diversas teorias podem ser utilizadas para fundamentar a análise e a compreensão dos factores institucionais que influenciam o desenvolvimento económico, o ambiente de negócios, a competitividade das empresas e a inclusão social.

Algumas das principais teorias que podem ser aplicadas incluem de acordo com North (1990):

1. Teoria dos Custos de Transacção: Esta teoria destaca a importância das instituições na redução dos custos de transacção e na organização eficiente das actividades económicas. Ela explora como as instituições afectam os acordos contratuais, a tomada de decisões e a eficiência na coordenação económica.
2. Teoria dos Direitos de Propriedade: Essa teoria enfatiza a relevância das instituições na definição e protecção dos direitos de propriedade. Ela explora como a clareza e segurança desses direitos impactam a inovação, o investimento e o desenvolvimento económico.
3. Teoria da Escolha Pública: Essa teoria analisa como as instituições políticas e governamentais moldam as decisões colectivas

e a formulação de políticas públicas. Ela explora como as estruturas institucionais influenciam os incentivos dos actores políticos e suas decisões.

4. Teoria da Nova Economia Institucional de Desenvolvimento: Essa teoria busca entender como as instituições afectam o desenvolvimento económico em países em desenvolvimento, como os da lusofonia. Ela explora os mecanismos pelos quais as instituições promovem ou dificultam o crescimento sustentável nessas nações.

5. Teoria da Captura do Estado: Essa teoria investiga como grupos de interesse podem influenciar as instituições governamentais para obter vantagens económicas. Ela explora os efeitos da captura do Estado na formulação de políticas e na alocação de recursos.

6. Teoria do Crescimento Endógeno: Essa teoria explora como as instituições podem promover a inovação, a acumulação de capital humano e o desenvolvimento tecnológico, impulsionando assim o crescimento económico a longo prazo.

Essas teorias fornecem um arcabouço conceitual para analisar as interações entre as instituições económicas e o desenvolvimento económico nos países da lusofonia. A combinação dessas teorias pode enriquecer a compreensão dos factores institucionais que moldam o ambiente.

Factores Institucionais

Os factores institucionais que influenciam o desenvolvimento económico, o ambiente de negócios, a competitividade das empresas e a inclusão social nos países da lusofonia podem variar de acordo com cada país específico. No entanto, alguns factores comuns podem ser identificados segundo Fiani (2011):

1. Estabilidade Política e Institucional: A estabilidade política e a existência de instituições sólidas são fundamentais para garantir a segurança jurídica e a previsibilidade nas regras do jogo económico. Países com instituições estáveis e bem estabelecidas tendem a atrair mais investimentos e promover

um ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento económico.

2. Sistema Legal Eficiente: A eficiência do sistema legal, incluindo a protecção aos direitos de propriedade e a agilidade na resolução de conflitos, é crucial para a confiança dos investidores e para a competitividade das empresas. Um sistema legal eficaz contribui para o desenvolvimento de mercados mais transparentes e seguros.

3. Políticas de Desenvolvimento Económico: As políticas públicas adoptadas pelos governos da lusofonia têm um papel importante na promoção do desenvolvimento económico. Políticas que incentivam o empreendedorismo, a inovação, o comércio internacional e o investimento em infra-estrutura podem impulsionar a competitividade e o crescimento sustentável.

4. Acesso ao Crédito e ao Mercado Financeiro: A disponibilidade de crédito e o acesso ao mercado financeiro são fundamentais para que as empresas possam investir, inovar e expandir seus negócios. Instituições financeiras bem reguladas e uma política monetária estável são factores que influenciam directamente a competitividade das empresas.

5. Capacidade de Inovação e Pesquisa: A capacidade de inovar e investir em pesquisa e desenvolvimento é crucial para a competitividade das empresas em um cenário económico global em constante transformação. Instituições que fomentam a inovação e promovem a cooperação entre empresas e universidades são essenciais para o desenvolvimento económico.

6. Políticas Sociais e Inclusão Social: Políticas sociais eficientes que promovem a inclusão social e reduzem a desigualdade são importantes para o desenvolvimento económico sustentável. Instituições que promovem o acesso à educação, saúde e oportunidades de emprego podem aumentar a produtividade e o bem-estar da população.

7. Abertura Comercial e Integração Regional: A abertura comercial e a participação em acordos de integração regional podem ampliar

as oportunidades de negócios e melhorar a competitividade das empresas nos países da lusofonia.

8. **Transparência e Combate à Corrupção:** Instituições que promovem a transparência, o combate à corrupção e a responsabilização são fundamentais para garantir o bom funcionamento da economia e atrair investimentos.

9. **Infra-estrutura e Logística:** Uma infra-estrutura adequada e uma logística eficiente são cruciais para a competitividade das empresas e para o desenvolvimento econômico em geral.

A análise desses factores institucionais nos países da lusofonia pode fornecer insights valiosos para a formulação de políticas públicas que visem impulsionar o desenvolvimento económico, melhorar o ambiente de negócios e promover a inclusão social nessas nações.

A análise dos indicadores associados ao desenvolvimento institucional político e económico, com objectivo de explorar evidências da relação do desenvolvimento contemporâneo com a trajetória institucional, partindo do princípio de que o modelo de colonização molda a trajetória institucional. Desta forma, deve-se observar indicadores como:

a) **PIB per capita:** indica a renda por população de cada país, os dados são em dólares americanos correntes);

b) **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH):** mede o desenvolvimento de uma região baseado em três factores: educação, expectativa de vida e renda, varia de mínimo 0 (zero) fraco nível de desenvolvimento, e máximo 1(um) o mais alto nível desenvolvimento).

c) **GINI:** mede o grau em que a distribuição da renda ou consumo entre indivíduos ou domicílios em uma economia se desvia de uma distribuição perfeitamente igual. Portanto, um índice Gini de 0 (zero) representa a igualdade perfeita, ao passo que um índice de 100 (cem) indica desigualdade perfeita.

d) **Índice de diversificação de actividade produtiva (relação ao principal produto de exportação):** mede a percentagem de dependência de exportação total em relação ao principal produto de exportação, varia de 0% (fraca dependência) a 100% (forte dependência).

e) **Estabilidade política:** mede a percepção do risco de um governo ser desestabilizado ou deposto por meios inconstitucionais ou violentos, incluindo violência politicamente motivada ou terrorismo, varia de -2,5 (fraca percepção estabilidade política) a 2,5 (forte percepção de estabilidade política).

f) **Controlo de Corrupção:** mede a percepção de quanto o poder público é exercido para ganhos particulares, quer sejam pequenas ou grandes manifestações de corrupção, assim como a parcela do Estado que é capturada pela elite e interesses privados, varia de -2,5 (fraca percepção) a 2,5 (forte percepção).

g) **Voz e Responsabilização:** mede a percepção de quanto o cidadão de participação na escolha de seu governo, bem como sua liberdade de expressão e associação, e a existência de uma imprensa livre, varia de -2,5 (fraca percepção) a 2,5 (forte percepção).

As análises dos indicadores serão feitas à luz da teoria em uso, na abordagem dos autores Acemoglu & Robinson (2012). É importante ressaltar que, os autores não trabalham exactamente com os indicadores mencionados na análise de desenvolvimento, mas por ausência de um outro índice que permita melhor análise, usa-se esses indicadores como um Proxy.

Instituições, Organizações e desenvolvimento

É fundamental fazer uma distinção entre a instituições e organizações; instituições são regras gerais de interação social, organizações são grupos de indivíduos ligados por um conjunto de regras específicas (suas próprias instituições), as quais visam à acção colectiva do grupo em torno de um objectivo comum (Fiani, 2011).

As instituições são as regras do jogo numa sociedade (North, 1990). Elas organizam a luta

entre os proponentes da mudança e os seus oponentes, pelo que afectam a capacidade dos países para inovar e implementar novas tecnologias. Estas regras, formais (leis, sistema político, regulamentos, etc.) ou informais (usos e costumes, valores, capital social, etc.), afectam a competitividade e o desempenho económico dos países; incluindo os custos de transação e produção (os chamados custos de contexto) e estruturam os incentivos dos agentes económicos, influenciando a organização da produção e os investimentos em capital físico e humano e em tecnologia.

Adicionalmente, a forma como as instituições vão evoluindo ao longo do tempo determina a evolução das sociedades, pelo que o sucesso ou fracasso das nações pode em grande medida ser explicado pela adopção de instituições mais ou menos propícias ao crescimento económico (North, 1990; Acemoglu e Johnson, 2012).

São organizações, empresas que possuem suas instituições específicas, seus códigos de ética e conduta, suas regras de governança corporativa, entre outros, que actuam coletivamente para um objetivo comum: o lucro e o crescimento da empresa. As limitações impostas pelo contexto institucional, ao lado de outras restrições, definem o conjunto de oportunidade e, portanto, o tipo de organizações que serão criadas. Conforme a função objectivo da organização: maximização do lucro, vitórias eleitorais, regulamentação de empresas, formação dos alunos, etc. (North, 1990).

Portando, as instituições definem a “regra do jogo” na sociedade e nas organizações, tornam as relações económicas em grande medida previsíveis, o que facilita as escolhas dos tomadores de decisões, ainda que elas aconteçam em ambiente de grande incerteza e complexidade. Estes aspectos denominados de “aspecto cognitivo das instituições”, está relacionado às nossas capacidades de conhecer as situações complexas e incertezas (Mantzavinos 2001), assim denominou. Mas não há garantias que serão adoptadas as instituições eficientes, proporcionando o desenvolvimento económico.

O crescimento económico sustentável é o resultado das instituições inclusivas, políticas e económicas, que funcionam criando um ciclo “ virtuoso”, ciclo este que nasce não só da lógica inerente do pluralismo e do estado de direito, mas também porque instituições políticas inclusivas tendem a sustentar instituições económicas inclusivas o que leva a uma distribuição de renda, conferindo mais poder e autonomia, ou seja, a distribuição do poder político de juro, se é nas mãos de um único indivíduo ou de um pequeno grupo ou do povo, que por sua vez a escolha das instituições económicas, que modela o incentivo económico ideal, ou não, ao crescimento económico.

Desenvolvimento institucional no contexto Angolano

Através de uma compilação de dados de diferentes estudos e análise do OGE angolano, numa óptica de Desenvolvimento Humano, olhando os sectores sociais prioritários. Como resultado, observa-se:

- Um sector da Educação e Saúde com carências de profissionais qualificados e falta de condições técnicas. O Serviço Nacional de Saúde carece de 30.000 médicos e 66.000 enfermeiros (Luísa Lucuta, 2019).
- Um sector da Protecção Social com uma cobertura deficiente, em particular à Família e Infância. Por sua vez, a tipologia contributiva do sistema revela-se ineficaz, uma vez que “ignora” as necessidades de quem mais precisa, as crianças e os pobres. Tal situação foi alvo de atenção por parte da actual Ministra das Finanças Vera Daves, que referiu a ineficácia do actual modelo de assistência social, argumentando a necessidade de passar os subsídios indirectos a directos, para assim ajudar pessoas com necessidades específicas (Diário de Notícias, 2019).
- Um sector de Habitação e Serviços Comunitários com grandes deficiências, no que diz respeito ao saneamento urbano e abastecimento de água, sectores em que o actual investimento público se revela ineficiente, de forma a poder contribuir

para uma higiene pública funcional. Outro aspecto a realçar, é a falta de poder financeiro (acesso ao crédito), que afecta 92% dos agregados familiares angolanos (Cain, 2018).

Por mais habitações que se construam no país, existe a necessidade de uma abordagem multifuncional, com o foco na redução da pobreza. O Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 reflecte sobre o problema do poder de compra dos agregados familiares angolanos, ao incutir a necessidade de implementar iniciativas que estimulem a transição da economia de subsistência e familiar para modelos de economia formal, de forma a aumentar os índices de rendimento das famílias nestas condições, e, com esse aumento, melhorar a qualidade da saúde, da educação, e o nível de vida em geral.

Baseado nas análises conduzidas ao longo deste estudo, podemos retirar algumas lições: O crescimento do PIB per capita (PIBper1) e níveis mais baixos de corrupção (CPI) contribuem positivamente para o IDH no país, podendo ser sinónimos de mais gastos públicos direccionados, maior actividade económica, liquidez financeira e melhor Governação, respectivamente. Foi quebrado um grande preconceito, sobre o efeito negativo da variável Crescimento Populacional em relação ao IDH. De acordo com o modelo econométrico aplicado, o crescimento populacional não influencia negativamente o IDH em Angola, ou seja, o crescimento populacional não representa um obstáculo ao IDH no país. Por outro lado, a despesa pública (OGE) influencia negativamente o IDH no país. A justificação sobre a dotação orçamental pode estar relacionada com a afectação do OGE, em que é observável a tendência em consignar os montantes mais elevados ao pagamento de

dívida pública e ao sector bancário, entre outros, em detrimento das áreas sociais prioritárias.

Pelos dados, pode-se constatar que em Angola, existe um cenário de baixo índice de desenvolvimento humano, elevado pela pobreza, podendo ser fruto da governação e a questão de vontade política, havendo assim, uma necessidade de investimentos em sectores sociais.

Mendes (2020) destaca que Angola tem de apostar no desenvolvimento da sua jovem população, capacitando-a, para que se torne numa economia desenvolvida e, conseqüentemente, com elevados níveis de desenvolvimento. Há que repensar também outros aspectos, como a descentralização administrativa, para uma maior proximidade na satisfação das necessidades da população, e a natureza do sistema social do país, tornando-o um sistema mais redistributivo, sem descurar a sua sustentabilidade.

Desenvolvimento institucional no contexto de São Tomé e Príncipe

Para a análise do desenvolvimento económico de São Tomé e Príncipe, utiliza-se os seguintes indicadores: Índice de Desenvolvimento Humano - IDH; PIB per capita (PIBper1); Índice de GINI; Índice de Diversificação de actividade produtiva, em relação ao principal produto de exportação. Para análise da evolução política, utiliza-se os indicadores: Estabilidade política, Estado de direito, Controlo de corrupção e Voz e responsabilização. Esses dados serão apresentados em dois quadros, sendo que no primeiro os indicadores associados ao desenvolvimento político institucional e em seguida indicadores associados ao desenvolvimento económico.

Tabela 1 - Indicadores sociais

Indicadores	2006	2010	2014	2016
Estabilidade política	0,35	0,12	0,18	0,23
Estado de direito	-0,49	-0,66	-0,79	-0,69
Controlo da corrupção	-0,29	-0,25	0,00	-0,06
Voz e responsabilização	0,27	0,12	0,32	0,45

Fonte: BM (2018)

Mediante os indicadores apresentados, pode-se identificar deficiências no cenário social do país, não se verificando melhorias ao longo do tempo, como é o caso da questão da estabilidade política que teve um declínio ao longo dos anos, isto reflecte-se pela fraca democratização do país, adicionalmente a questão do Estado de Direito que não é efectiva.

Outros indicadores como corrupção, sofreu oscilação e por ultimo, a voz e responsabilização não teve melhorias significativas, mas manteve um número acima da média.

No âmbito de indicadores de desenvolvimento económico, identificou-se o seguinte:

Tabela 2 - Indicadores económicos

Indicadores	2010	2012	2013	2014	2015	2016
Varição do PIB (em USD)	1129,8	1380,9	1619,5	1824,2	1615,3	1714,7
Índice de Desen. Humano	0,488	0,525	0,525	0,555	0,574	0,574
Índice de GINI	30,8	a)	a)	a)	a)	a)
Índice de Diversificação da actividade produtiva	76%	84%	78%	89%	87%	83%

Fonte: BM (2018)

a) Sem dados

Que houve crescimento acentuado ao longo do tempo no PIB per capita o que reflecte-se por um aumento de rendimento total do país em relação ao número de população existente, mas o valor actual está abaixo do padrão ideal do desenvolvimento. Por sua vez, ocorre um declínio no IDH. Destacando-se que o país encontra-se no quadro de países pouco desenvolvidos.

Relativamente ao índice de diversificação de actividade produtiva, constata-se que ao longo do tempo ele se manteve na ordem dos 80% o que representa uma forte dependência da exportação total em relação ao principal produto exportado (cacau), sendo o valor deste índice nos dias actuais (2017) de 83%, o que demonstra que a economia continua muito pouco diversificada.

A fraca diversificação demonstra que há reduzida participação dos agentes económicos na produção, fruto das instituições extrativistas que, não promovem ampla participação e incentivos comerciais aos agentes económicos. Condições contrárias a estas são fruto de instituições económica inclusivas que

fomentam a actividade económico e consequentemente a prosperidade (Acemoglu & Robinson, 2012).

Desenvolvimento Institucional no contexto Moçambicano

Porter (2021), destaca que Moçambique conheceu progressos significativos em muitas áreas do desenvolvimento humano nos últimos 20 anos. O crescimento económico foi, em média, de 7%, a esperança de vida melhorou em mais de 10 anos, taxa bruta de matrícula no ensino primário aumentou quase 60%, e a produção agrícola aumentou 50% ao longo deste período. Embora este progresso tenha melhorado a vida de alguns moçambicanos, não se traduziu em crescimento e desenvolvimento inclusivos para uma grande parte da população.

Estes dados revelam um atraso do país na componente de desenvolvimento humano e social. Havendo deficiências nas principais instituições que lidam com a garantia de serviços sociais básicos.

Em Moçambique, a esperança média de vida à nascença é de 60,9 anos, sendo que a média da escolaridade ronda os 3 a 5 anos. Registam-se 289 mortes maternas por cada 100.000 nascimentos, sendo que por cada 1.000 nados vivos, 148,6 progenitoras tinham entre os 15 e os 19 anos. No Parlamento, 41,2% dos assentos são ocupados por mulheres. Por cada 10.000 pessoas, existem 0,8 médicos. Por outro lado, somente 8% da população rural têm acesso a eletricidade. Por último, 62,9% das pessoas vivem abaixo do limiar da pobreza (Unicef, 2022)

Mediante indicadores de Governança Mundial (IGM): voz e responsabilização, estabilidade política e ausência de violência, eficácia do governo, qualidade reguladora, Estado de direito, controlo da corrupção. Moçambique foi o país com melhor desempenho em termos de voz, responsabilização e controlo da corrupção em ambos os grupos de países em 2005. No entanto, a norma dos indicadores na base de dados dos IGM muda de ano para ano. Tendo isto em mente, o ponto principal que surge dos gráficos é que enquanto Moçambique estava a fazer melhor do que os outros países em 2005, piorou em 2018. Embora continue a ter o melhor desempenho em termos de voz e responsabilização entre os países pares, os seus resultados são inferiores aos de todos os outros quatro países em termos de eficácia do governo e de Estado de direito (Cruz et al, 2020).

Nos últimos anos o país teve situações que deixaram a desejar a questão da corrupção, devido as dívidas ocultas, que tornou-se um assunto público bastante discutido.

As dimensões institucionais relacionam-se com a confiança nas regras conhecidas e o respeito pelas mesmas por parte dos actores governamentais e dos cidadãos, bem como com a independência do sistema judicial. Destaca-se que enquanto em 2005 a pontuação de Moçambique no indicador Estado de direito já era baixo em comparação com os seus vizinhos, este posicionamento torna-se mais óbvio em 2018.

As pontuações sobre estabilidade política e ausência de violência motivada por razões

políticas, incluindo o terrorismo, mostram que a posição de Moçambique em relação aos países vizinhos e pares se deteriorou com o tempo. É interessante notar que, embora a pontuação de Moçambique fosse semelhante à do Malawi e da Zâmbia em 2005, era mais baixa em 2018 (certezas no caso da Zâmbia) (Cruz et al, 2020). Esta dimensão refere-se ao grau de reconhecimento da nação como Estado, com estruturas de poder adequadas e diferenciadas a nível nacional e subnacional, e à probabilidade de instabilidade política e de violência e terrorismo politicamente motivados. Tendo-se se verificado a situação de terrorismo em Cabo Delgado, os insurgentes o que poderá ter influenciado para baixa classificação do país neste indicador.

O nível de independência do sistema judicial é visto como baixo em Moçambique, o mais baixo em comparação com os países seleccionados e ao longo de todo o período. Também, nota-se que houve uma diminuição em relação a 2008 e uma queda acentuada após 2017. Quanto ao nível de generalização da corrupção política. Uma pontuação elevada reflecte um elevado nível de corrupção. Moçambique, manteve-se consistentemente próximo da pontuação da vizinha Tanzânia (até 2016), abaixo da do Malawi e acima da pontuação da Zâmbia. Em comparação com os seus pares, a pontuação de Moçambique manteve-se semelhante à do Vietname e da Etiópia (até 2017) e inferior à pontuação do Laos e do Uganda. Além disso, o escândalo da dívida oculta reflecte-se num aumento em 2017 (Cruz et al, 2020)

CONCLUSÃO

Em virtude dos aspectos abordados ao longo do artigo, pode-se constatar que os três países que foram objecto de análise (Angola, São Tomé e Príncipe e Moçambique) apresentam algumas semelhanças em termos de avaliação da situação socio-económica, constatando-se uma precariedade nas condições de vida da população, o que leva a tirar algumas conclusões relativamente a fragilidades das instituições, prelavendo a corrupção, fraca intervenção dos órgãos judiciais, defice no

acesso a serviços básicos como educação, saúde, difícil acesso a habitação para a população jovem.

Os países tem desafios, que vão da criação de condições mais sólidas para a consolidação de um Estado de Direito, democrático transparente que promova o desenvolvimento da iniciativa privada e acesso a serviços básicos. Pressupostos de que o Estado de Direito, proteção à propriedade privada, proteção social, liberdade de expressão são frutos das instituições inclusivas e que conferem os agentes económicos a liberdade das suas actividades económicas e a respectiva apropriação dos seus lucros por Direito. Logo, as pessoas teriam maior incentivo para aplicar os seus escassos recursos – tempo, capital, e conhecimento – uma vez que há garantias que feito os investimentos o governo não interfira indevidamente nos seus negócios para se apropriar dos benefícios gerados.

Algumas iniciativas para melhoria da realidades destes países passariam por:

Fortalecer o sistema judicial e tornar-se mais independente do poder executivo;

Promover-se a descentralização em diferentes vertentes;

Mais acesso aos serviços básicos;

Investimentos nos serviços sociais como educação e saúde;

Reforço das instituições de controlo e combate a corrupção;

Promoção da legislação.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acemoglu, D. & Robinson, J. A. (2012). *Por que as nações fracassam. As origens do poder, da prosperidade e da pobreza*: Rio de Janeiro: Elsevier

Cain, A. (2018). *Informal water markets and community management in peri-urban Luanda, Angola*. *Water International*, 43(2), 205-216.

Cruz, A., Inês, F., Johnny, F., Finn, T. (2020). *Desenvolvimento económico e instituições: moçambique em uma encruzilhada, um diagnóstico institucional*. Winder.

Fiani, R. (2011). *Cooperação e conflito: Instituições e desenvolvimento económico*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier.

Gil, A. (2002). *Metodologia de pesquisa*. São Paulo: Atlas

Lucuta, L. (2019). *Pobreza, Fome e Estratégias de Combate para a sua Mitigação na Cidade do Namibe - Angola*. Lisboa: FCSH: DGPR - Dissertações de Mestrado.

Mantzavinos, P. (2001). *Custos de transação, instituições e desempenho económico*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal

Mendes, M. (2020). *Estado, política pública e desenvolvimento: Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe*. Tese de (Doutorado) -. Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro

North, D. C. (1990). *Instituições, desempenho económico*. Cidade de Mexico: Fundo de Cultura Económica.

Porter, A., Bohl, D., Kwasi, S., Donnenfeld, Z., Ciliers, J. (2021). *Perspectivas e Desafios: Crescimento e Desenvolvimento Humano em Moçambique até 2040*. Maputo: Irish Aid.

Unicef (2022). *Unicef em Moçambique 2022-2026. Uma parceira estratégica para todas as crianças*. Maputo: Unicef.

BM-Banco Mundial. *Open Data*, 2018. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>. Acessado em: 24 de Outubro de 2023.

Diário Notícias. *Proteção Social com uma cobertura deficiente*, Luanda, 2019. Acessado em: 24 de Outubro de 2023.

Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 de Angola. Acessado em: 24 de Outubro de 2023.

**31 - 03 | 2024**

IMPACTO DO ABSENTISMO LABORAL DOS TRABALHADORES NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE QUALIDADE NAS ORGANIZAÇÕES: UM ESTUDO DE CASO DO CORREDOR LOGÍSTICO E INTEGRADO DE NACALA

Impact Of Workers' Absence in the provision of quality services in organizations: a case study of the Corredor Logístico e Integrado De Nacala

Impacto de la ausencia de los trabajadores en la prestación de servicios de calidad en las organizaciones: un estudio de caso de la Corredor Logístico e Integrado De Nacala

Nelson Daniel da Silva Mussa¹, Dércio dos Santos Teresa Abreu²

¹*Instituto Superior Gestão, Comercio e Finanças, Moçambique, nelsondasilva14@yahoo.com.br.*

²*Instituto Superior Gestão, Comercio e Finanças, Universidade Rovuma, Moçambique mwalimuabreu01.2020@gmail.com.*

Autor para correspondência: nelsondasilva14@yahoo.com.br

Data de recepção: 15-11-2023

Data de aceitação: 16-02-2024

Como citar este artigo: Mussa, N. D. S., & Abreu, D. S. T. (2024). Impacto do Absentismo Laboral dos trabalhadores na prestação de serviços de qualidade nas organizações: um estudo de caso do Corredor Logístico e Integrado de Nacala. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 2(3), 83-94.

RESUMO

O presente trabalho se propôs a analisar o “Impacto do absentismo laboral dos trabalhadores na prestação de serviços de qualidade nas organizações: um estudo de caso do Corredor Logístico e Integrado de Nacala”. O absentismo é a falta do trabalhador no local de trabalho. O absentismo é complexo, podendo derivar de diferentes causas, e uma delas está relacionado com a postura dos líderes directos dos trabalhadores e a forma como estes tratam os seus subordinados. O trabalho teve como objectivo geral: Compreender o impacto do absentismo laboral na prestação dos serviços de qualidade prestados no Corredor Logístico e Integrado de Nacala. Para responder o objectivo, foi colocada a seguinte questão de partida: qual é o impacto do absentismo laboral dos trabalhadores na prestação de serviços de qualidade à empresa Corredor Logístico e

Integrado de Nacala? Para efectivação do estudo, foi adoptada pesquisa qualitativa, descritiva e de campo, e para colecta de dados nos servimos de entrevista semi- estruturada a dez trabalhadores de diferentes funções de entre eles: Maquinistas, Auxiliares de Maquinistas, Técnicos de Controlo de Processos, Supervisores e Recursos Humanos.

Palavras-chave: Absentismo laboral, Prestação de Serviços de Qualidade, Motivação.

ABSTRACT

The present work proposes to analyze the “Impact of Workers' Absenteeism in the Provision of Quality Services in organizations: a case study of the Logistic Corridor of Nacala”. Absenteeism is the absence of the worker in the workplace. Absenteeism is complex and may derive from different causes, and one of them is related to the attitude of the workers' direct leaders and the way they treat

their subordinates. The general objective of the work was: To understand the impact of absenteeism from work on the provision of quality services provided to Corredor Logístico e Integrado de Nacala. To answer the objective, the following starting question was posed: what is the impact of absenteeism on the part of workers in the provision of quality services to the company Corredor Logístico e Integrado de Nacala? To carry out the study, qualitative, descriptive and field research was adopted, and for data collection we used a semi-structured interview with ten workers from different functions, among them: Machinists, Machinist's Assistants, Process Control Technicians, Supervisors and Human Resources.

Keywords: Absenteeism from work, Provision of Quality Services, Motivation.

RESUMEN

Este artículo, titulado Gestión estratégica de la seguridad y salud en el trabajo, es un estudio de caso de la empresa Nov. Engenharia e Construções Lda. El objetivo general fue analizar la gestión estratégica de la seguridad en la empresa Nov. Engenharia e Construções Lda. Se utilizaron métodos descriptivos, la observación directa y una revisión bibliográfica. La metodología se caracteriza por ser un estudio cualitativo y cuantitativo, y el instrumento de recogida de datos fue un cuestionario. Los responsables del entorno seguro durante la reforma y rehabilitación de la oficina administrativa de Pafuri fueron dos ingenieros en funciones de inspector y jefe de obra, el técnico de seguridad y salud laboral y el capataz de la obra, donde la propia empresa se encargó de suministrar los equipos de protección individual. Durante los trabajos en la obra no se registraron enfermedades profesionales ni accidentes laborales graves. En resumen, la investigación concluye que la gestión estratégica de la Seguridad y Salud en el Trabajo es buena. Esta investigación es importante porque en el ámbito académico servirá para aumentar la capacidad de comprender el bienestar de los recursos humanos en su ambiente de trabajo, ya que

minimiza las condiciones insalubres y peligrosas que afectan directa o indirectamente la productividad de los trabajadores, lo que lleva a un mayor o menor rendimiento y motivación en el trabajo.

Palabras clave: Gestión estratégica, Seguridad en el trabajo, Riesgos.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propôs a analisar o “Impacto do absentismo laboral dos trabalhadores na prestação de serviços de qualidade à empresa Corredor Logístico e Integrado Nacala”

O interesse pela pesquisa partiu da observação no local do estudo, desde os anos de 2019 um alto índice de faltas por parte de trabalhadores afetos no departamento de operação ferroviária, concretamente os maquinistas e auxiliares de maquinistas o que faz com que alguns deles dupliquem o turno de trabalho e acaba prejudicando de certa maneira a qualidade dos trabalhos, aumento de fadiga, baixa produção e cria um clima propenso a acidentes de trabalho, uma vez que o tipo de actividade desempenhado pelo departamento operação ferroviária serem consideradas actividades críticas, requerendo uma disciplina por parte dos trabalhadores no processo de rotatividade dos turnos, não só para garantir a qualidade dos trabalhos como também a qualidade de vida no trabalho.

Foi partindo desta e outras razões práticas, achamos por bem desenvolver este estudo, uma vez que, o nosso maior desafio é contribuir para o desenvolvimento profissional dos trabalhadores que poderá culminar com a redução do índice de absentismo, e aumento da produção, tudo isto com vista a melhoria da qualidade dos serviços prestados a empresa CLN, que é uma meta que se pretende alcançar, a Excelência Operacional.

Como forma de perceber e contribuir com soluções para a redução de absentismo laboral dos trabalhadores, levantamos a seguinte pergunta de partida “qual é o impacto do absentismo laboral dos trabalhadores na prestação de serviços de qualidade à empresa

Corredor Logístico e Integrado Nacala?” E assim, para responder à questão de partida ora levantada foi traçado o seguinte objectivo geral “Compreender o impacto do absentismo laboral dos trabalhadores na prestação de serviços de qualidade à empresa Corredor Logístico e Integrado Nacala”, e os seguintes objectivos específicos:

Caracterizar o sistema organizativo e funcionamento dos Recursos Humanos da Corredor Logístico e Integrado Nacala;

Identificar as principais causas de absentismo laboral prática dos pelos trabalhadores da Corredor Logístico e Integrado Nacala;

Descrever a influência do absentismo laboral na prestação de serviços de qualidade na Corredor Logístico e Integrado Nacala;

Explicar as consequências do absentismo laboral na prestação de serviços de qualidade na empresa Corredor Logístico e Integrado Nacala.

O resultado do presente estudo irá ajudar as organizações a reduzir o índice de absentismo em particular na empresa CLN no departamento de Operação Ferroviária e em outros departamentos que o problema esteja sendo verificado. No âmbito académico, o estudo irá contribuir como mais um subsídio literário a ser usado em temáticas similares.

O trabalho apresenta-se estruturado em três grandes capítulos. O primeiro capítulo apresenta a revisão da literatura; o segundo capítulo remete para a metodologia utilizada para a realização do estudo e, o terceiro capítulo remete para a apresentação, análise e discussão dos dados obtidos. Por fim, são apresentadas as conclusões relativamente ao trabalho desenvolvido, apresentando também as recomendações do estudo e a respectivas referências bibliográficas.

Percepção sobre o conceito de absentismo

No nosso estudo adoptou-se a seguinte definição das Tomas (2014), segundo a qual: absentismo é ausência, não prevista, do trabalhador no seu posto de trabalho. Optamos por esta definição por ser a definição que mais se adequa a realidade vivida no local

em estudo. Portanto, não foram consideradas as ausências previsíveis, tais como, férias, licenças de maternidade e paternidade, dispensas para treinamento e capacitação, exames médicos, viagens a serviço etc.

Na visão de Costa (1997, como citado em Gizele, 2009) “absentismo é o conjunto das ausências intencionais do trabalhador e de carácter repetitivo excluindo, deste modo, as ausências por férias, por luto, por gravidez, ou por sanções disciplinares” (p. 97). Ou seja, na percepção da autora, só é falta quando for intencional por parte do trabalhador.

Em síntese as ausências intencionais dos trabalhadores, bem como os atrasos, acabam prejudicando o bom andamento ou funcionamento dos trabalhos na organização. É necessário que se faça um estudo para verificar o motivo pelo qual as pessoas se ausentam do seu posto de trabalho.

Tipos de absentismo

De acordo com autores como Cucolo e Perruca (2008, como citado em Jesus 2014) o absentismo laboral pode classificar-se nos seguintes tipos:

Voluntário, - são por razões particulares do próprio trabalhador;

Por doença, - quando se trata de todas as ausências por doença ou por orientação de um médico, excluindo-se os acidentes ou outros problemas de saúde de origem profissional, refere ainda que, o absentismo por doença ou acidente profissional é aquele que são causados pelo próprio trabalho ou no trabalho;

Legal - consideram-se as faltas justificadas pela legislação como ausência por morte de um parente, licença de maternidade ou paternidade, assistência a familiares, doação de sangue ou serviço militar, entre outras;

Compulsório, - são as faltas ao trabalho devido à suspensão imposta pela entidade empregadora, como sendo prisão, ou outro impedimento que não permita ao trabalhador chegar ao local de trabalho como por exemplo suspensão por Processo disciplinar, suspensão para dar espaço a uma investigação.

Causas e Consequências do Absentismo

Bergamini e Coda (1997, como citado em Chone 2015) afirmam que o absentismo pode estar associados a problemas de natureza pessoal, biológica, ambiental, social, familiar, financeira e inclusive, estarem relacionados à própria estrutura organizacional.

Chiavenato (1999) ressalta que “os trabalhadores são criaturas sociais complexas, com sentimentos, desejos e temores, o comportamento no trabalho como o comportamento em qualquer lugar, é uma consequência de muitos, factores motivacionais” (p. 246).

Os autores acima apresentam nos o conceito do absentismo, cada um com uma percepção diferente do outro, porém tem alguns pontos de convergência ou seja em comum nas suas abordagens, quando ambos falam do absentismo como sendo algo de natureza ou factor social. Absenteísmo pode existir por motivos referentes ao trabalho ou ao clima organizacional, causas sociais, ou seja, relação entre colegas, doenças e desvios de comportamento e conflitos internos entre chefe-subordinado, vice-versa ou entre próprios colegas, e ainda por sentimento de exclusão de um determinado grupo que sempre beneficia dos incentivos, promoções ou outro tipo de tratamento dentro da organização.

Consequências do Absentismo Laboral

Para Batista (2012): “O absenteísmo ocasiona não só custos directos, mas também indirectos representados pela diminuição da produtividade, aumento do custo da produção, desorganização das actividades, redução da qualidade do produto/serviço, diminuição da eficiência no trabalho, problemas administrativos, limitação de desempenho e até mesmo obstáculos para os gestores (p. 27)”.

O aumento do absentismo gera custos elevados para as empresas e baixa a produtividade por parte do trabalhador que se ausenta no seu período normal de trabalho. Normalmente, no caso de elevado absentismo, as relações com os colegas de trabalho podem ser prejudicadas, uma vez que, quem está presente, necessita de realizar o trabalho de quem está ausente.

Também pode ser negativa para o trabalhador, podendo incorrer sanções ou mesmo um despedimento, o que poderá causar custos para a organização na contratação de um novo trabalhador

MATERIAIS E MÉTODOS

Neste estudo procurou-se observar, registar e analisar os fenómenos que acontecem na CLN e perceber sobre os sentimentos que os trabalhadores, gestores da CLN tem em relação às práticas do absentismo e quais impactos que cria na empresa.

Portanto a opção por esta pesquisa prezou-se pelo nosso interesse em procurar compreender o impacto do absentismo laboral dos trabalhadores na prestação dos serviços de qualidade à empresa Corredor Logístico e Integrado de Nacala. Além disso, optamos por este tipo de pesquisa também pelo facto de possuir uma grande diversidade de posturas teóricas de suporte e de métodos e técnicas interpretativas que têm por objectivo descrever, descodificar, traduzir fenómenos sociais, sendo o nosso objectivo com a proposta deste tema.

Quanto aos procedimentos técnicos, importa referir que, trata-se de um estudo de campo que é departamento de Operação Ferroviária, na empresa Corredor Logístico e Integrado de Nacala. E de acordo com Castilho e Borges (2011) a pesquisa de campo é utilizada para gerar conhecimentos relativos a um problema, provocar novas descobertas em uma determinada área, sendo esta a nossa real intenção, ir ao campo e perceber dos participantes as suas opiniões, percepção e sensibilidade em relação ao tema em estudo.

Recorremos igualmente a pesquisa bibliográfica que de acordo com Gil (1991) abrangue a leitura, análise e interpretação de livros, artigos periódicos na internet. E, importa aqui tocar que este autor afirma que o local privilegiado para a localização das fontes bibliográficas tem sido a biblioteca, no entanto, em virtude da ampla disseminação de materiais bibliográficos em formato eletrónico, assume grande importância a pesquisa feita por meio de bases de dados e

sistemas de busca que também serão considerados aqui.

Portanto, para o presente estudo, tendo em conta que pretendemos compreender o impacto do absentismo laboral dos trabalhadores na prestação de serviços de qualidade à empresa Corredor Logístico e Integrado de Nacala, estimamos um total de 10 (dez) participantes discriminados da seguinte maneira: 3 (três) Maquinistas que já estiveram na situação de dobrar o turno por falta de um colega; 3 (três) Auxiliares de Maquinista, que também já estiveram na situação de dobrar o turno por falta de um colega de entre eles todos com 5 anos de serviço na CLN no mínimo. Para além dos maquinistas, trabalhamos também com 2 (dois) Supervisores Operacionais pelo facto de ser o gestor directo e responsável em acompanhar todo o desenvolvimento dos trabalhadores de suas áreas e velar pela necessidade do cumprimento dos programas e actividades do dia -a dia, e um Gestor de Recursos humanos que atende o departamento de Operação Ferroviária e 1 (um) Técnico de Controle de Processos, este último é o responsável por compilar todos os dados referentes a faltas e encaminha para o Supervisor e para o Recursos Humanos.

Olhando à natureza da nossa pesquisa que objectiva compreender o impacto do absentismo laboral dos trabalhadores na prestação de serviços de qualidade à empresa Corredor Logístico e Integrado de Nacala, foi útil a combinação de duas técnicas de colecta de dados a saber: entrevista semi-estruturada e a observação. A entrevista foi dirigida aos Maquinistas, aos Supervisores Operacionais, Gestor de Recursos humanos e Técnico de Controle de Processos. A técnica de observação consistiu na observação do estado emocional dos trabalhadores que tiveram que duplicar o turno, esta técnica foi usada em 4 turnos sendo dois turnos de dia e dois turnos de noite.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste trabalho foram apresentados e analisados todos os dados recolhidos dos trabalhadores no que tange ao perfil dos

trabalhadores onde temos como objectivo saber o tempo de serviço na empresa, a sua percepção sobre o absentismo laboral e as suas consequências, percepção sobre serviços de qualidade prestados, sobre o posicionamento da liderança perante o absentismo laboral, e sobre a motivação, quanto ao relacionamento interpessoal, tendo estas constituídas em categorias do estudo.

Sobre o Perfil dos participantes da pesquisa

A pesquisa foi realizada na cidade de Nampula, na empresa CLN – Corredor Logístico e Integrado de Nacala, onde abrangeu um total de 10 trabalhadores, codificados da seguinte maneira: 2 (dois) Supervisores, (Sup1 e Sup2), 1 (um) Analista de Recursos Humanos (ARH), 1 (um) Técnicos de controle de processos (TCP), 3 (três) Maquinistas (Maq 1, Maq2, Maq 3) e 3 (três) Auxiliares de Maquinistas (Aux.1 Aux.2 Aux.3).

Sobre as razões do absentismo laboral na CLN

Questionados se alguma vez teriam faltado ao serviço, todos os participantes assumiram que sim, que já alguma vez teriam faltado, o que mostra a sua consciência e entendimento sobre o que realmente significa absentismo. Insistidos para saber quais teriam sido as razões ou os motivos que os levaram a faltar, e conciliando com o estado emocional observado no campo do estudo, eis os depoimentos: Maq.1 “eu já faltei ao serviço por motivos de cansaço, pois tive muitas horas de jornada de trabalho e como forma de ganhar repouso eu faltei ao trabalho...”: “eu faltei ao serviço por motivos de doença, das outras vezes foi por preocupações familiares e outras por cansaço de trabalho mas justifiquei com um atestado já que é fácil conseguir um atestado para não ter descontos...” (Maq.2)

O Maq.3 sobre a mesma questão respondeu não se distanciando da resposta dos anteriores, tendo dito que “eu já faltei no serviço por motivos de doença, e por desmotivação do próprio regime do serviço e de outros motivos que já me fizeram faltar no serviço que já não faço ideia”. Em relação a mesma questão o Aux.1 e Aux.2 igualmente que já teriam faltado ao serviço por motivos de cansaço e

desmotivação. Ao passo que o Aux.3 respondeu diferente de todos dizendo: “eu faltei no serviço várias vezes por uma e única razão, ando desmotivado por que estou a mais de 5 anos sem movimentação na carreira”.

Os primeiros depoimentos referentes a Maq.1, Maq.2, Maq.3, Aux.1 e Aux.2 que se referem ter faltado ao serviço por vários motivos como a doença, cansaço, assuntos familiares, desmotivação entre outros motivos, não se distanciam do pensamento de Bergamini e Coda (1997, como citado em Chone 2015) que afirmam que o absentismo pode estar associados a problemas de natureza pessoal, biológica, ambiental, social, familiar, financeira, funcional e, inclusive, estarem relacionados à própria estrutura organizacional. Já o depoimento do Aux.3 que de forma resumida disse ter faltado ao serviço por desmotivação ligada a carreira profissional, alinham se ao pensamento de Batista (2012) que diz que “a causa do Absentismo não é profundamente pesquisada nas empresas” (p. 10). Para esta autora as causas das ausências, foram estudadas através de pesquisas que mostram que o Absentismo é afectado pela capacidade profissional e pela desmotivação para o trabalho, além dos factores internos e externos ao trabalho. Este posicionamento da autora tem seu enquadramento na realidade observada, os trabalhadores são na sua maior parte desmotivados.

Colocada a questão em análise ao TCP, este respondeu dizendo que as principais razões do Absentismo dos trabalhadores são: problemas de saúde; dispensas dos colaboradores; fadiga e simplesmente ausências não justificadas que não sabemos as razões, simplesmente o colega desliga celular. com esta declarações confirmamos as respostas dos Maquinistas e os Auxiliares, quando afirmaram que têm faltado ao serviço por razões de saúde, cansaço e problemas familiares como alguns disseram e outras razões que eles mesmos já não se lembram.

Finalmente questionada a liderança e ARH sobre quais eram as principais razões do absentismo por parte dos trabalhadores

sobretudo dos Maquinistas e Auxiliares de Maquinistas a ARH respondeu: “nós temos tido muitos casos, a maioria por doença e outros infelizmente sem nenhuma justificação que está muito ligado a desvios de comportamentos”. Esta resposta constitui mais um dado confirmado de que maiores casos de absentismo na empresa são identificados por faltas injustificadas, e consequências de vários aspectos onde o principal é a desmotivação.

Assim partindo dos depoimentos acima constituem causas e ou razões do absentismo laboral as seguintes: doenças, faltas injustificadas e pedido de dispensas para assuntos familiares e cansaço. Causas estas que são igualmente partilhadas por Berlinguer (1983, cit. em Batista 2012) ao referir que “as causas do Absentismo decorrem de problemas psicológicos, familiares, desgastes físicos e mentais que geralmente atingem as mulheres” (p.11). Neste contexto absentismo é um problema enfrentado pelas organizações e que traz consequências negativas a estas e a população que utiliza os seus bens e serviços, ou seja, tem repercussões negativas na qualidade dos serviços prestados e as suas causas. Como podemos ver são de natureza solúvel, bastando para tal um diálogo e entendimento e acima de tudo compromisso entre as partes.

Conforme, Patinha (2012) e Pinto (2006) o absentismo acaba por provocar alterações no processo produtivo ou redução da qualidade dos serviços ou produtos, podendo também pôr em causa o cumprimento dos prazos de entrega das encomendas, o que vai ao encontro do postulado por Costa (2009) que reforça a ideia de que é importante as organizações manterem a taxa de absentismo baixo, já que esta dificulta o alcance dos objetivos pois os trabalhos acabam por ser suspensos e as decisões importantes acabam por ser adiadas. Portanto, é nossa opinião que os empregadores se empenhem sempre em procurar saber as reais causas ou razões do comportamento faltoso ou ausente dos colaboradores do seu local de trabalho e procurar melhorar o seu modus operandi com vista ao sucesso da organização.

Principais formas de prática de absentismo registado na instituição.

Depois de percebermos que o Técnico de Controlo de Processos tem conhecimento sólido sobre as causas do absentismo foi questionado sobre quais são os tipos de absentismos mais frequentes na sua gerência, com objectivos de comparar o que os Maquinistas e os Auxiliares de Maquinistas disseram sobre quais foram as razões que os fizeram faltar, em resposta a esta questão o TCP respondeu: “os Absentismos mais frequentes, especialmente na nossa gerência, são: absentismo por doença e faltas injustificadas, mas estas parece que os colegas tem facilidade de atestados médicos, pois em muitos casos temos tidos atestados com datas diferentes dos que eles se ausentaram”.

Com esta resposta pudemos confirmar com as respostas apresentadas pelos participantes da classe de Maquinistas e Auxiliares de Maquinistas que em alguns dos depoimentos afirmaram ter faltado por motivos de doença e por motivos de desmotivação. Isto porque uma vez desmotivados podem alegar alguma doença apenas para não ir ao serviço. Colocada a questão sobre os tipos de absentismos mais frequentes na gerência aos supervisores, eis que os dois responderam de forma igual: “na verdade os tipos de absentismo laboral mais frequentes na nossa gerência, são 2, por doença e absentismos por falta injustificada” um dos supervisores prolongou a sua explicação acrescentando o seguinte “os absentismos por doença, o caso mais comum é a malária e a tifoide, estes são os principais casos de absentismo por doença”.

E na mesma linha ARH se pronunciando sobre o mesmo assunto disse que, os tipos de absentismo mais frequentes na empresa e em particular na Gerência de Operação Ferroviária, “são faltas injustificadas e absentismo por doença”. A resposta confirma o que exactamente os Maquinistas e Auxiliares de maquinistas afirmaram que eram os motivos das suas ausências.

Este entendimento dos supervisores e do ARH está alinhado ao que alguns autores defendem sobre os tipos de absentismo, como

é o caso do Cucolo e Perruca (2008, como citado em Jesus 2014) e Jesus (2014) onde para eles o absentismo laboral pode classificar-se nos seguintes tipos: voluntário, por doença, legal e compulsório, onde o absentismo voluntário é quando as ausências ao trabalho são por razões particulares do próprio trabalhador; ao passo que Absentismo por doença, trata-se de todas as ausências por doença ou para procedimentos médicos, sendo que o nosso estudo apurou igualmente estas mesmas formas de absentismo.

Práticas da liderança no contexto da prevenção do absentismo dos trabalhadores na CLN

Com o intuito de perceber as medidas praticadas pela liderança com vista a prevenção do absentismo, questionamos o TCP sobre o posicionamento da liderança na prevenção da prática do absentismo laboral, tendo ele respondido o seguinte: “para a prevenção do Absentismo dos trabalhadores, a empresa tem feito a prática de sensibilização frequente por via de conversas com os trabalhadores, DSS, e distribuição de métodos preventivos de doenças mais comuns como repelentes, redes mosquiteiras, certeza”.

Ora, sobre a mesma questão que pretendia perceber sobre o posicionamento da liderança na prevenção da prática de absentismo laboral, os supervisores disseram que: “para a prevenção do Absentismo dos trabalhadores, nós como Liderança temos feito a rota de sensibilização através conversas com os trabalhadores denominadas feedback, enfatizamos também a questão de desencorajamento de absentismos através de DSS (Diálogo de Saúde e Segurança) a gerência de Saúde Ocupacional tem ajudado fazendo a distribuição de preventivos como repelentes, redes mosquiteiras e certeza”. Neste depoimento os supervisores deixaram claro que as medidas tomadas são pré-estabelecidas e obedecem a uma rotina única, ou seja, não há uma iniciativa de aprofundar a questão de recorrentes casos de absentismo como forma de encontrar a causa raiz.

De seguida questionamos à ARH sobre as medidas tomadas pelo RH diante de uma situação recorrente de faltas injustificadas! E

sobre isso a ARH disse: “como falamos anteriormente contamos com o apoio das áreas que são os nossos fornecedores de dados a partir da realidade em campo, são eles que nos dão imputes para nós fazermos esse acompanhamento, o outro suporte que temos é o pessoal da Relação Trabalhista, que tem a missão de intervir junto ao comité sindical e junto a liderança das áreas tomarem acções que possam surtir efeitos positivos, nós como gestores de RH não temos muita acção neste processo, e sim a própria área que deve desenhar acções para corrigir estes desvios, apenas nos fazemos procedimentos que nos dizem respeito, que é o processo de corte de salários, encaminhar ao INSS, emissão de processos disciplinares, entre outros processos administrativos. sobretudo a questão das sanções que foram anunciadas desde a sanção mais leve a sanção mais grave que resulta em despedimento.

Ainda referindo -se das medidas tomadas pela liderança, em casos de constantes ausências dos trabalhadores, os supervisores disseram que “em caso de constantes ausências dos trabalhadores, a empresa tem tomado medidas baseando-se na lei vigente num regulamento interno: o código de disciplina.”. Como em toda cultura organizacional, existe sempre um regulamento interno que orienta a condutas de todos os envolvidos na organização, principalmente aos desvios comportamentais, na CLN não é diferente, existe igualmente um código de Conduta, que regula os princípios éticos e profissionais, que devem ser observados pelos trabalhadores dentro da instituição.

De acordo com Batista (2012) em muitas empresas o gestor considera que cabe a área de Recursos Humanos, definir medidas, controlar os horários e as faltas dos colaboradores, assim, por causa de posições muitas vezes pouco claras da área de Recursos Humanos e do gestor quanto ao controle da assiduidade e o cumprimento dos horários, as faltas são contínuas, porque ficou claro nos depoimentos dos participantes que tanto o Recursos Humanos assim como os líderes directos da área desconhecem a causa raiz do problema, que no nosso entender é uma

questão de mudança de atitude por parte dos líderes directos. E os Recursos Humanos por sua vez devem criar um plano de desenvolvimento dos líderes em matérias de liderança no verdadeiro sentido da palavra e não como posição de um cargo e apelidar líder, enquanto se é chefe.

Em resumo, partindo dos testemunhos acima referidos, fica claro que os participantes manifestam desejo de serem liderados e não chefiados. Essa não comparência do indivíduo no local do trabalho, leva-nos a creditar que, as práticas de gestão não tiveram uma influência positiva e que a ausência, para além de mostrar desmotivação por parte do trabalhador, também mostra a sua falta de compromisso para com a organização, o que leva a diminuição da qualidade dos serviços prestados, o que entra em contraste com o pensamento de Chiavenato (2004), uma vez que para este, liderança de uma dada organização deve saber lidar com o fenómeno de absentismo com vista a sua reversão.

Impacto da ausência do trabalhador na qualidade dos serviços prestados à empresa.

Quando questionados sobre o impacto das faltas na qualidade dos serviços prestados à empresa, o Maq.1 e Maq.2 responderam que “as ausências causam sobrecargas dos colegas e gera horas extras para os colegas não rendidos e o Maq.3 disse que, “normalmente vai prejudicar um dos colegas porque sempre vai precisar acionar um colega que não estava escalado para trabalhar para ir ocupar o lugar e isso acaba desfalcando as equipas de trabalho” por sua vez, os 3 Auxiliares de Maquinista responderam de forma unânime que a falta no trabalho impacta na forma de trabalho normal porque acaba sobrecarregando os colegas que estão a trabalhar gerando assim fadiga precoce dos colegas em trabalho e automaticamente acaba impactando negativamente na produção.

Os depoimentos acima refletem uma realidade anunciada pelos autores e estudiosos do absentismo, neste caso as ideias aqui apresentadas pelos inquiridos estão alinhadas com o pensamento de Galgaroto e Pinheiro (2010), que defendem que o Absentismo

constitui factores de desperdício e de perdas, tanto para a empresa quanto para o seu colaborador. Associando estas ideias a realidade em estudo podemos afirmar que o que os autores acima dizem, reflete na integra com a realidade vivida no seio da empresa diante só fenómeno.

De seguida com o objectivo de perceber até que ponto um trabalhador não rendido atendia os trabalhos obtivemos as seguintes respostas : Maq.1 “só de fazer uma noite das 19 horas às 07 horas, já é um cansaço e se deixam o mesmo colega a duplicar o turno já não vai aguentar por muito tempo e este correrá o risco de acidentar e isso vai impactar a produção e isso é desvantagem para a empresa...” e Maq.2 continuou: “ o desempenho de um colaborador não rendido é muito baixo, e olhando que trabalhamos com máquinas e pessoas, corre o risco de acidentar e gerar fatalidades através de sono causado pelo cansaço...”; já o Maq.3 e os 3 Auxiliares, afirmaram ser pesado a continuidade de trabalhar sem rendição porque o desempenho sempre tem sido baixo, e isso tem gerado impactos negativos na produção e na saúde do próprio colaborador.

Como forma de solidificar os dados acima o TCP não se distanciando do que os Maquinistas e Auxiliares de maquinistas responderam, disse: “um trabalhador não rendido, tem respondido a demanda do trabalho de seguinte maneira:1º- Ele vai até onde seu horário termina. 2º- Até que o mesmo não se sinta em condições de seguir enquanto procura-se por um que lhe possa substituir.” E com esta resposta fica mais claro que os trabalhadores não rendidos passam mais tempo a trabalhar e automaticamente entram em cenários de fadiga e riscos de acidente, uma vez que a desmotivação é um dos primeiros sentimentos que desperta neles.

Colocada a questão referente a qualidade de serviços numa situação de um trabalhador não rendido, os supervisores responderam dizendo que: considerando que um trabalhador não rendido primeiro tende a continuar com os trabalhos até onde for possível, mas a partir do momento em que ele não é trocado o trabalhador já não trabalha com o mesmo

ritmo de um trabalhador que está iniciar o turno, as suas entregas são demoradas, naturalmente, isso é devido a fadiga e pode gerar um acidente, além de horas extras e consequentemente a produção fica comprometida, e em casos de equipas que tem turnos regulares quando um membro de uma equipa se ausenta a mesma trabalha incompleta e consequentemente há sobrecarga de actividades o que muitas vezes resulta em fadiga precoce, que também há maior probabilidade de gerar acidentes de trabalho.

Questionado a ARH se sabia até que ponto um trabalhador não rendido pode responder as demandas dos trabalhos a inquirida respondeu que: “primeiro é preciso reconhecer que um colaborador não rendido é automaticamente um colaborador sobrecarregado e consequentemente a sua contribuição, o seu desenho nas actividades é baixa e está propenso a acidentes”. Tomando como base o pronunciamento da ARH é visível que estamos perante um cenário de clareza que é sempre critico quando um trabalhador é submetido a duplicidade de turno por causa de uma ausência do seu colega. É neste contexto que podemos perceber que o absentismo não só afecta a produtividade como também tem impactos directos nos próprios trabalhadores.

Ainda na mesma senda procuramos perceber dos maquinistas e Auxiliares de Maquinistas como se sentem quando eles não são rendidos no final de cada turno ou jornada de trabalho, e por se tratar de uma questão sensível todos afirmaram ter um sentimento de dor, tendo dito um deles que (Maq.2) “é muito pesado quando não sou trocado e fico muito frustrado porque já não consigo me concentrar nas minhas actividades e isso compromete a segurança do meu trabalho”. O Maq.1 disse igualmente: “por acaso já passei por umas situações onde até já fiquei a trabalhar por mais de 8 horas depois de meu turno ter terminado e me senti muito mal e frustrado e por pouco discutia com meu supervisor, aliás não foi por pouco chegamos a trocar palavras e até o ponto de parar com minhas actividades” e o Maq.3 concluiu dizendo que “das vezes que já passei a experiência de não ser trocado eu cheguei de fazer confusão com meu superior imediato por

que já não aguentava continuar a trabalhar, pois estava no turno de 19 horas às 07 horas”

Diante destas respostas e conectando com o que foi observado em campo, entendemos que um bom ambiente de trabalho é um dos principais factores para o sucesso das actividades, qualidade dos serviços e consequentemente aumento de produção e baixo índice de absentismo, visto que todos os trabalhadores sentem -se bem quando estão no seu local de trabalho. E o ambiente de trabalho deve ser cultivado com motivação.

Pelos resultados advindos da consulta de sobre o impacto de ausências de trabalhadores na qualidade de serviços prestados à empresa, sentimo-nos na obrigação de saber se alguma vez tiveram acidente de trabalho resultante do absentismo, o que TCP respondeu que sim, mas que não tinha muito a argumentar sobre o assunto. Tendo dado esta resposta nos deu a perceber que é urgente estabelecer uma medida adequada para reduzir duplicidades de turnos o que no nosso perceber tenha sido a causa dos acidentes. Antes que o número de acidentes por cauda deste fenómeno aumente.

Na mesma senda da questão sobre acidente de trabalho com causa absentismo os supervisores, explicaram o seguinte: “tivemos uma situação em um maquinista venceu o seu tempo de trabalho e o colega que devia lhe trocar simplesmente não atendeu o celular, e não teve como trocar o Maquinista, ele teve que realizar uma manobra e acabou quebrando um AMV (Aparelho de Mudança de Via) um activo que custa em cerca de 60,000 dólares, ou seja custa aproximadamente cerca de 4,000,000,00 de Mt são custos muito altos aos cofres da empresa”. Como podemos ver, geralmente os acidentes tomam dimensões igualmente avultadas podendo verificar-se várias repercussões designadamente nível interno da mesma. No caso do acidente relatado pelos supervisores operacionais deixa nos claro que o absentismo traz impactos muito mais avultados, que o mais urgente a se fazer é estudar medidas adequadas relacionadas a causa raiz do problema.

Por sua vez, questionada a ARH se havia algum registo de acidente de trabalho causado

por fadiga dos trabalhadores principalmente não rendidos, sem dar muitas delongas a ARA disse que não tinha conhecimento, como plano de acção, a empresa, através do departamento de Segurança de Trabalho implantou um programa denominado gestão de fadiga, para monitorar situações de género, não como medida para evitar ausências e sim controle de riscos operacionais que possam gerar fatalidades.

Sintetizando importa referir que o absentismo é um problema enfrentado pelas organizações e que impacta negativamente na produção e nos resultados, impacta negativamente igualmente na qualidade dos serviços prestados, uma vez que a fadiga pela duplicidade de turnos não tem ajudado conforme, Patinha (2012) e Pinto (2006) o absentismo provoca alterações no processo produtivo ou redução da qualidade dos serviços ou produtos, podendo também pôr em causa o cumprimento dos prazos de entrega das encomendas. Assim é importante as organizações manterem a taxa de absentismo baixo, já que esta dificulta o alcance dos objetivos pois os trabalhos acabam por ser suspensos e as decisões importantes acabam por ser adiadas.

CONCLUSÃO

O nosso estudo teve como objectivo geral “Compreender o impacto do absentismo laboral dos trabalhadores na prestação de serviços de qualidade à empresa CLN”. É importante referir que os dados aqui apresentados não podem ser generalizados, uma vez que se referem apenas a um contexto específico de uma organização, neste caso o departamento de Operação Ferroviária, mas que podem ser usadas como base e ou como referências para outros estudos similares.

De acordo com os resultados obtidos nos inquéritos e através de observação em campo, ficou claro que o absentismo laboral é um fenómeno conhecido por todos os participantes, o significado e a suas consequências, ficou claro ainda que a prática do absentismo afecta negativamente na qualidade dos serviços prestados à empresa

CLN, visto que nenhum profissional fisicamente cansado e moralmente abatido por saber que está obrigado a duplicar o turno porque não foi rendido, está em condições de prestar serviços de qualidade, isto porque, com o cansaço o profissional deixa de prestar atenção no trabalho e aos riscos operacionais que o cercam pela natureza das suas actividades, conseqüentemente, a actividade leva muito tempo para ser concluída, logo concorre para a fraca qualidade dos serviços a prestar a empresa, não por falta de vontade em prestar serviços de qualidade, mas sim, pelo cansaço e desmotivação.

No que tange às medidas tomadas pela instituição concretamente o departamento de operação ferroviária percebemos que as medidas tomadas não tem sido acertadas visto que há necessidade de se desenvolver uma dinâmica diferente da actual, que consiste necessariamente no uso do código de disciplina, rotas de diálogo, desconto no salário, isto porque, a causa principal esta centrada na postura dos gestores imediatos dos trabalhadores! É preciso que haja reciclagem ou treinamento aos gestores e dos potenciais gestores na matéria de liderança e gestão de equipas. Esta necessidade é manifestada pelos trabalhadores quando afirmaram que são meros obedientes de ordens e não liderados, o que não é profícuo para uma organização, que se pretende afirmar como exemplo de prestadora de serviços de qualidade.

Após a análise apresentada por este estudo de caso percebe-se que o Absentismo é um problema que pode atingir às mais diversas áreas da empresa, como um fenómeno crucial aos aspectos social e económico da empresa que reflecte em custos a curto, médio e longo prazo na produtividade. O Absentismo aparece, até então, como um problema gerencial que deve ser abraçado pela área de Operação Ferroviária, pelo Recursos Humanos, especialmente a área de saúde ocupacional, Analistas Sociais e do corpo de gestores para que deem apoio ao problema facilitando o desenvolvimento de programas e eventos que gerem bem-estar aos trabalhadores sobre tudo relacionados com a motivação e boa liderança.

O trabalho mostrou-se útil no tratamento do Absentismo, já que levantou considerável informação sobre o assunto, resultando sua importância e verificada a aplicação da teoria com o estudo de caso baseado nas mesmas teorias. Portanto, pela colaboração que houve por parte dos trabalhadores, importa referir que os objectivos deste estudo foram alcançados, porque permitiu compreender que o absentismo laboral afecta negativamente a qualidade dos serviços prestados à empresa CLN, devido a fraca motivação dos colaboradores, sendo que a empresa é desafiada a reavaliar o seu modus operandi com vista a reverter a situação que actualmente caracteriza o departamento em estudo em particular e a empresa no seu contexto geral.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Batista, A. A. G. (2012). Absentismo: Factores Determinantes E Consequências, Assis
- Castilho, C. & Borges. (2011). Técnicas de Pesquisa Científica. Atlas São Paulo, Brazil.
- Chiavenato, I. (2004). Planejamento, Recrutamento e Seleção de Pessoal: como agregar talentos à empresa. (5^o Ed). Editora Atlas SA, São Paulo, Brazil.
- Chiavenato, I. (1999). Recursos Humanos (6^a ed.). São Paulo, Brazil: Atlas.
- Chone, O. S. (2015) O Absentismo no Instituto Nacional de Investigação Pesqueira – Delegação de Sofala, no período Compreendido entre 2010 a 2013
- Galgaroto, R.; & Pinheiro, L. R. S. (2000) Empresa, colaborador e ausência: um relato de experiência sobre o Absentismo nas relações de trabalho. Perspectiva, Erechim. v. 34, n. 128, p. 167-175, dezembro/2010. Disponível em: <http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/128_145.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2022. Porto.

Mussa, N. D. S., & Abreu, D. S. T. (2024). Impacto do Absentismo Laboral dos trabalhadores na prestação de serviços de qualidade nas organizações: um estudo de caso do Corredor Logístico e Integrado de Nacala.

Gizele, S. A. (2009). Absentismo: suas principais causas e consequências em uma empresa do ramo de saúde.

Gil, A. C. (1991). Metodologia de Pesquisa Científica (2a ed.). São Paulo, Brasil: Atlas Editores

Jesus, S. N. (2014). Absentismo no trabalho. In M. M. M. Siqueira (Org.). Novas medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão (pp. 15-24). Porto Alegre: Artmed.

**31 - 03 | 2024**

CAUSAS DA MORTALIDADE DAS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS EM MOÇAMBIQUE

Causes of mortality of Micro, Small and Medium-sized Companies in Mozambique

Causas de mortalidad en micro, pequeñas y medianas empresas en Mozambique

Augusto Chipenembe¹, Fabião Paulo Liasse², Isaías Siteo³

¹Universidade Católica de Moçambique, augustochipe2070@gmail.com.

¹Universidade Católica de Moçambique, fliasse@gmail.com.

¹Universidade Católica de Moçambique, isaias.siteo@gmail.com.

Autor para correspondência: fliasse@gmail.com

Data de recepção: 16-11-2023

Data de aceitação: 15-02-2024

Como citar este artigo: Chipenembe, A., Liasse, F. P., & Siteo, I. (2024). Causas da mortalidade das Micro, Pequenas e Médias Empresas em Moçambique. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 2(3), 95-102.

RESUMO

O presente trabalho procura compreender as principais razões que conduzem a mortalidade precoce das Micro, Pequenas e Médias Empresas em Moçambique. Para atender a este objetivo, estabeleceu-se um estudo com abordagem qualitativa, que, quanto aos objetivos, é explicativo, suportado em procedimentos de revisão bibliográfica. A avaliação do ambiente de negócios no país, apresenta uma diversidade de constrangimentos que bloqueiam o crescimento e consolidação das MPME's, a saber: i) excessivas barreiras reguladoras; ii) elevado custo de financiamento e a sua limitação; iii) fraca qualificação da mão-de-obra; iv) carga fiscal excessiva e custo elevado de pagamento de impostos; v) deficiente acesso aos mercados; vi) falta de ligações horizontais e verticais entre as empresas, e; vii) baixo espírito empreendedor. Os resultados da pesquisa apontam que o governo moçambicano deve criar facilidades para a promoção e sobrevivência das MPME's, principalmente na componente redução de impostos.

Palavras-chave: Causas, Mortalidade, Micro, Pequenas, Médias Empresas.

ABSTRACT

This work seeks to understand the main reasons that lead to early mortality in Micro, Small and Medium Enterprises in Mozambique. To meet this objective, a study with a qualitative approach was established, which, in terms of objectives, is explanatory, supported by bibliographic review procedures. The assessment of the business environment in the country presents a variety of constraints that block the growth and consolidation of SMEs, namely: i) excessive regulatory barriers; ii) high financing cost and its limitations; iii) poor qualification of the workforce; iv) excessive tax burden and high cost of paying taxes; v) poor access to markets; vi) lack of horizontal and vertical links between companies, and; vii) low entrepreneurial spirit. The research results indicate that the government must create facilities for the promotion and survival of MSMEs, mainly in the tax reduction component.

Keywords: Causes of Mortality, Micro, Small, Medium Enterprises.

RESUMEN

Este trabalho busca compreender las principales razones que conducen a la mortalidad temprana en las Micro, Pequeñas y Medianas Empresas en Mozambique. Para cumplir con este objetivo se estableció un estudio con enfoque cualitativo, que en cuanto a objetivos es explicativo, sustentado en procedimientos de revisión bibliográfica. La evaluación del entorno empresarial en el país presenta una variedad de limitaciones que bloquean el crecimiento y consolidación de las MIPYMES, a saber: i) barreras regulatorias excesivas; ii) alto costo de financiamiento y sus limitaciones; iii) mala calificación de la fuerza laboral; iv) carga tributaria excesiva y alto costo de pago de impuestos; v) acceso deficiente a los mercados; vi) falta de vínculos horizontales y verticales entre empresas, y; vii) bajo espíritu emprendedor. Los resultados de la investigación indican que el gobierno de Mozambique debe crear facilidades para la promoción y supervivencia de las MIPYMES, principalmente en el componente de reducción de impuestos.

Palabras clave: Causas de Mortalidad, Micro, Pequeñas, Medianas Empresas.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento económico do país é resultado do esforço e contribuição de diversos agentes inseridos em diferentes áreas e sectores de actividade tal como são os casos dos que se dedicam na criação e trabalho com as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME's) cujo papel reveste-se de grande importância pois, constituem o centro de desenvolvimento do país, na medida em que contribuem para a geração de postos de trabalho, estimulam e disponibilizam produtos e serviços, aumentando assim a competitividade da economia, Muchanga (2020). Contudo, e de acordo com Muchanga (2020) no exercício das suas actividades enfrentam desafios que impactam directa ou indirectamente na sua sobrevivência, daí a pertinência de se reflectir em torno dos mesmos. Tal como refere Muchanga (2020) para se contrariar este cenário e como forma de reconhecer a necessidade e importância do

desenvolvimento de iniciativas empresariais, o governo moçambicano aprovou, em 2007, a Estratégia para o Desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas EDPME's (2007 – 2022) na qual as PME's são encaradas como o centro de desenvolvimento do país sendo que no mesmo âmbito, o governo criou, a coberto do decreto no. 47/2008, o Instituto para a Promoção das Pequenas e Médias Empresas – IPEME com o objectivo de incentivar o desenvolvimento propício de negócios das empresas, em geral, e das pequenas e médias em particular.

Nogueira (2008) indica ser necessária a criação de um ambiente institucional e regulatório que favoreça a elaboração de projectos empreendedores e a criação de MPMEs que se assumam como verdadeiros sistemas de geração de oportunidades de negócio, pelo que, os programas e políticas governamentais são instrumentos indispensáveis para estimular o ambiente e evitar cenários de mortalidade das Micro, Pequenas e Médias Empresas.

O Ministério do Trabalho de Moçambique, citado pela revista Voz da América (2022) refere que de 2018 a 2022 pelo menos 2900 MPMEs viram se obrigadas a encerrar suas actividades, tendo deixado milhões de moçambicanos desempregados. Outrossim, e que de acordo com Federação Moçambicana de Empreiteiros (FME, 2022) até Junho de 2015 existiam a funcionar 3200 MPMEs de construção civil no país até meados de 2015, sendo que nos últimos dias apenas 800 é que tem sido regulares, quanto ao seu funcionamento.

Estudo desenvolvido pelo canal Rádio France Internacional (RFI, 2022) refere que de entre os anos 2020 a 2022, em Moçambique, cerca de 1300 MPMEs também foram registadas como falidas, daí, a definição do objectivo central deste trabalho que tem como objecto de estudo as causas da mortalidade das MPMEs em Moçambique, que foi impulsionado pela seguinte questão de partida: Quais são as causas da mortalidade das micro, pequenas e médias empresas em Moçambique?

Assim, este artigo tem como objectivo geral: Analisar as principais causas da mortalidade

das Micro Pequenas e Médias Empresas em Moçambique.

Tem como objectivos específicos: i. Apurar as principais causas que conduzem a falência de Micro, Pequenas e Médias Empresas em Moçambique; ii. Identificar os factores que dificultam o desenvolvimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas em Moçambique; e iii. Verificar as condições que são criadas pelo governo para o normal funcionamento das Micro, Pequenas e Médias Empresas em Moçambique.

MATERIAIS E MÉTODOS

Micro, Pequenas e Médias Empresas

Krugman (2015) refere que a classificação das empresas quanto ao seu tamanho não é linear, depende da legislação do país ou grupo de países que compartilham a mesma lei e que fixa os padrões de classificação das empresas quanto a sua dimensão. A título de exemplo, para o caso de Moçambique, de acordo com a lei de trabalho de Agosto de 2023, classifica as empresas de acordo com o seguinte: i. Micro empregador, aquela que emprega até 10 trabalhadores; ii. Pequena empresa, aquela que emprega de 11 até 30 trabalhadores; iii. Média empresa, aquela que emprega de 31 até 100 trabalhadores; iv. Grande empresa, aquela que emprega acima de 100 trabalhadores;

Segundo Oliveira (2006) as micro, pequenas e médias empresas desempenham um papel fundamental na economia de um país quer pela sua contribuição no Produto Interno Bruto (PIB), assim como pelo seu papel na redução dos índices de desemprego, pois este grupo de empresas ocupa a maior percentagem quando comparado com as grandes empresas, mesmo em países desenvolvidos.

Valá (2009), indica que o sector empresarial moçambicano é constituído maioritariamente pelas pequenas e médias empresas totalizando cerca de 78% do total do universo empresarial. Só no ramo industrial, as pequenas e médias empresas, totalizam cerca de 97,4% do total de empresas, empregando aproximadamente 67% da força de trabalho de acordo com um estudo efetuado pelo Ministério de Indústria e

Comércio (MIC, 2006), o que mostra a importância deste ramo no país.

Apesar desta enorme contribuição que as micro e pequenas e médias empresas oferecem na economia moçambicana, apresentam uma taxa de mortalidade maior, cujas causas merecem uma maior atenção para o bem das que ainda vivem e das que serão criadas no futuro, Valá (2009). Pesquisa realizada pelo serviço brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas SEBRAE (2004), mostra que cada 100 empresas abertas, 31 não ultrapassa o primeiro ano de actividade.

Causas da Mortalidade das Micro, Pequenas e Médias Empresas

Mahamid (2012) indica que os factores que conduzem a mortalidade das MPMEs estão ligados a três aspectos: O primeiro aspecto considerado é de magnitude gerencial e administrativa, quando atrelados ao conhecimento de mercado e clientes. Em segundo, considera-se o sector financeiro, referente à forma de condução da gestão financeira da empresa. Por último, a mortalidade dos negócios está atrelada a aspectos de amplitude externa, quando estes estiverem vinculados à condução económica da região ou país, como juros, crise e desastres ambientais, entre outros. Ainda de acordo com o mesmo autor os cinco principais factores potenciais da falência de micro, pequenas e médias empresas são a instabilidade no custo de matérias-primas dos produtos fabricados ou de serviços prestados; falta de controle na gestão de clientes, que incorre no crescimento do atraso em recebimentos de vendas a prazo; falta de critério na concessão de descontos; falta de experiência administrativa, ou seja, pouco conhecimento nas áreas de gestão, economia, contabilidade e marketing; baixo poder de competição das empresas, o qual está ligado às cinco forças de Porter (1992), e limitações ou carência no crédito para suprimento e manutenção das actividades da empresa.

Entretanto, e de acordo com o relatório da Sociedade Brasileira de Apoio a Micro, Pequenas e Médias Empresas (SOBRAE, 2006), as principais causas comuns da

mortalidade das Pequenas e Médias empresas são: i. comportamento empreendedor pouco desenvolvido; Falta de planeamento prévio; Gestão deficiente do negócio; Insuficiência de políticas de apoio; Conjuntura económica deprimida; Problemas pessoais dos proprietários.

Ambiente de Negócios e Causas da Mortalidade das Pequenas e Médias Empresas em Moçambique

As MPMEs são o motor da economia moçambicana, particularmente nas zonas rurais, constituindo uma fonte importante das nossas exportações e contribuem decisivamente para a criação da riqueza, gerando um elevado número de postos de trabalho, Valá (2009). Moçambique é, na verdade, um país em que as PME's, representam o padrão do nosso tecido produtivo. Apesar da sua relevância, as MPMEs ainda não ocupam o seu lugar de destaque na nossa política económica. De acordo com Muchanga (2020), um investimento decisivo deve ser canalizado para a formação técnica, inovação e investigação e na exigência em termos de qualificação, para a procura de fornecer bens e serviços com qualidade e excelência.

De acordo com a EDPME (2007), para Moçambique alcançar os seus objectivos sociais e económicos, o sector das MPME's, além dos mega projectos, deve tornar-se num dos principais contribuintes para a economia do país. Durante a última década tem sido devotada uma atenção crescente ao sector, que culminou com a elaboração do Estatuto das MPMEs e do primeiro plano estratégico de cinco anos elaborados em 2007. A Estratégia de Desenvolvimento das MPMEs (2007-2012) procurou abordar sete principais constrangimentos, todos ainda válidos até hoje: 1. Barreiras regulatórias; 2. Falta de acesso ao financiamento; 3. Baixa qualificação da força de trabalho; 4. Carga fiscal e custo dos procedimentos elevados; 5. Fraco acesso aos mercados; 6. Falta de ligações horizontais e verticais entre empresas; 7. Falta de espírito empreendedor.

No mesmo contexto, a Confederação das Associações Económicas- CTA (2013) refere que as empresas continuam a apresentar-se negativamente afectadas pela incerteza no ambiente de negócios, pela imprevisível aplicação da legislação e por outras barreiras ao investimento que se encontram inseridos nos seguintes condicionalismos: factores macroeconómicos; factores relacionadas com o mercado financeiro e de crédito; factores de comércio e de investimento; factores relacionados com a infra-estrutura e os serviços; factores de governação; factores de emprego e factores legais.

Na mesma linha Muchanga (2020), refere que a simplificação de procedimentos com vista a propulsão da expansão do investimento e o desenvolvimento empresarial passam, necessariamente, pela (i) contínua melhoria dos sistemas fiscal e financeiro, (ii) privilegiar a formação de quadros na área de comércio e investimento; (iii) melhoria e fortalecimento dos esforços anticorrupção; (iv) adopção progressiva de políticas de investimento mais liberais; (v) fortalecimento do Centro de Promoção do Investimento (CPI) no âmbito da defesa dos investidores. De acordo com EDPME (2007) os sete principais constrangimentos, todos ainda validos até hoje: 1. Barreiras regulatórias 2. Falta de acesso ao financiamento 3. Baixa qualificação da força de trabalho 4. Carga fiscal e custo dos procedimentos elevados 5. Fraco acesso aos mercados 6. Falta de ligações horizontais e verticais entre empresas 7. Falta de espírito empreendedor.

De forma incisiva, Valá (2009) afirma que a avaliação do ambiente de negócios no país, que de certa forma impacta no desenvolvimento das MPME's, apresenta uma diversidade de constrangimentos que bloqueiam o crescimento e consolidação das MPME's, conduzindo-as a sua morte: excessivas barreiras reguladoras; elevado custo de financiamento e a sua limitação; fraca qualificação da mão-de-obra; carga fiscal excessiva e custo elevado de pagamento de impostos; deficiente acesso aos mercados; falta de ligações horizontais e verticais entre as empresas, e; baixo espírito empreendedor.

Segundo o Ministério de Indústria e Comércio-MIC (2007), a análise do ambiente de negócios das MPMEs mostra que existe uma série de obstáculos que impedem o seu crescimento, dos quais se destacam: as excessivas barreiras reguladoras, o elevado custo de financiamento e a limitação dos recursos financeiros, a fraca qualificação de mão-de-obra, uma carga fiscal excessiva e um custo elevado do pagamento dos impostos, o fraco acesso dos mercados, a falta de ligações horizontais e verticais entre as empresas. Por outro lado, de acordo com Ministério de Planificação e Desenvolvimento (2007), os principais obstáculos são a oferta de crédito as MPMEs pelas instituições financeiras os elevados custos nas transações interbancárias, a falta da contabilidade organizada ou fiável, o elevado custo de obtenção de informação adequada, a percepção de elevado risco por

parte das instituições financeiras e a falta de garantias suficientes.

Metodologia

Esta pesquisa aborda o seu problema de forma qualitativa, e, nos termos apresentados por Gerhardt e Silveira (2009), não se preocupa com a representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social e de uma organização. Esta forma de abordagem permitiu interpretar a informação recolhida relativamente ao presente artigo. Quanto aos objectivos, o estudo é explicativo, pois procura identificar os factores determinantes, para a ocorrência de um fenómeno, que, para o presente artigo, é o curto ciclo de vida das MPMEs (Gil, 2008).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quadro 1: Causas comuns da mortalidade das MPMEs

Comportamento empreendedor	Características (conhecimento, habilidades e atitudes empreendedoras insuficientes. Precisam de ser aprimoradas).
Falta de planeamento	Falta de planeamento antes da abertura (quando ele existe é deficiente).
Gestão Empresarial	Deficiências na gestão do negócio, após a abertura (ex. aperfeiçoamento de produtos, fluxo de caixa, propaganda e divulgação, gestão de custos e busca de apoio/auxílio).
Políticas de Apoio	Insuficiência de políticas de apoio (peso dos impostos, burocracia, falta de crédito e política de compras governamentais).
Conjuntura Económica	Baixo crescimento da economia (demanda fraca e concorrência forte).
Problemas “Pessoais”	Problemas de saúde, particulares, com sócios, de sucessão e de criminalidade prejudicam o negócio.

Fonte: SOBRAE (2006)

O presente estudo consistiu na análise de dezoito publicações dentre as quais, artigos científicos, livros e dissertações cujo resultados e discussão a seguir apresentam-se:

Quadro 2: Apresentação dos Resultados

Autor	Causas da mortalidade das micro, pequenas e médias empresas em Moçambique
EDPME (2007)	1. Barreiras regulatórias 2. Falta de acesso ao financiamento 3. Baixa qualificação da força de trabalho 4. Carga fiscal e custo dos procedimentos elevados 5. Fraco acesso aos mercados 6. Falta de ligações horizontais e verticais entre empresas 7. Falta de espírito empreendedor.
CTA (2013)	Falta de cultura empresarial e de habilidades de gestão das empresas; ii. Falta de mão-de-obra tecnicamente qualificada com altos índices de produtividade e de capacidade de produzir/prestar serviços de alta qualidade; iii. Limitada informação sobre pesquisas de mercados; iv. Fraca capacidade de estabelecer ligações com parceiros e mercados; v. Má execução operacional dos negócios; iv. Baixos níveis de inovação.
Muchanga (2020)	Existência de normas e procedimentos complexos (sistemas fiscal e financeiro, corrupção, defesa dos investidores, políticas de investimento)

Valá (2009)	excessivas barreiras reguladoras; elevado custo de financiamento e a sua limitação; fraca qualificação da mão-de-obra; carga fiscal excessiva e custo elevado de pagamento de impostos; deficiente acesso aos mercados; falta de ligações horizontais e verticais entre as empresas, e; baixo espírito empreendedor.
MIC (2007)	as excessivas barreiras reguladoras, o elevado custo de financiamento e a limitação dos recursos financeiros, a fraca qualificação de mão-de-obra, uma carga fiscal excessiva e um custo elevado do pagamento dos impostos, o fraco acesso dos mercados, a falta de ligações horizontais e verticais entre as empresas.
MPD (2007)	elevados custos de transação das operações pequenas, a falta da contabilidade organizada ou fiável, o elevado custo de obtenção de informação adequada, a percepção de elevado risco por parte das instituições financeiras e a falta de garantias suficientes.

Fonte: Autores (Adaptado)

Analisando o exposto pelos autores na tabela acima, notou-se haver tendência de complementaridade entre todos, contudo, há registo de similaridade entre o posicionamento dos actores Valá (2009) e EDPME (2007). Da nossa análise nota-se que a melhor política de facilitação das PME's é a eliminação das barreiras ou constrangimentos que inibem o desenvolvimento da dinâmica própria das PME's. Formam parte desta política, a criação de infra-estruturas adequadas e das instituições correspondentes assim como a implantação de um conjunto de condições não discriminatórias com relação ao tamanho das empresas. É reconhecido que as PME's sofrem mais em relação às grandes empresas na questão relacionada com o ambiente pouco propício ao negócio, sendo que desafio está em primeiro haver melhoramento do ambiente de negócio de acordo com estratégias de desenvolvimento das mesmas já definidas.

CONCLUSÃO

O estudo concluiu que o ambiente de negócios em Moçambique é conducente a mortalidade da MPME's devido a existência de uma série de obstáculos, nomeadamente, as excessivas barreiras reguladoras; o elevado custo de financiamento e limitação de recursos financeiros; a fraca qualificação de mão-de-obra; uma carga fiscal excessiva e um custo elevado do pagamento de impostos; o fraco acesso aos mercados; a falta de ligações horizontais e verticais entre as empresas; e o baixo espírito empreendedor. Também foi possível identificar obstáculos ponto de vista administrativo relacionados com baixa oferta de crédito as MPME's pelas instituições

financeiras os elevados custos de transações financeiras, a falta da contabilidade organizada ou fiável, o elevado custo de obtenção de informação adequada, a percepção de elevado risco por parte das instituições financeiras e a falta de garantias suficientes. Há uma tendência de abertura do governo via Centro de Desenvolvimento de Negócios, Incubadoras Empresarias, Centros de Transferência de Tecnologia, e Feiras, em manter constante diálogo com a CTA tendo em vista a melhoria do ambiente de negócio em Moçambique, contudo, deve-se introduzir medidas correctivas e criar condições próprias para o desenvolvimento das PME's, procurando legitimar a formulação de uma política económica adequada e criando um ambiente próprio para um funcionamento saudável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Gerhardt, T. & Silveira, D. (2009). Métodos de Pesquisa Científica. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/52806>
- Gil, A. (2008). Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Coleção Atlas
- Mahamid, I. (2012). Factors affecting contractor's business failure, contractors' perspective. *Engineering, Construction and Architectural Management*, v. 19 n. <https://www.revistaespacios.com/a17v38n28/a17v38n28p27.pdf>
- Ministério de Economia e Finanças. (2007) – Estudos para desenvolvimento de Pequenas e medias Empresas. Maputo, Moçambique: MEF 2007

- Muchanga, C. (2020). Desafios Inerentes ao Desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas na Cidade de Maputo. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.6/10831>
- Nogueira, N. (2008). Pedagogia dos projectos, 4 ed. São Paulo: Érica
- Ministério de Indústria e Comércio (2008): Estratégia para a Melhoria do Ambiente de Negócios em Moçambique 2008-2012. Maputo, Moçambique: MIC 2008
- Oliveira, M. (2006). Fatores de mortalidade em micro e pequenas empresas: um estudo na região do Rio Grande do Sul: Revista eletrónica de estratégias de negócios 2006
- Pinheiro, N. (2013). Os Primeiros passos de investigação científica. Disponível em: <http://residenciapediatrica.com.br/detalhes/81/os-primeiros-passos-da-metodologia-cientifica#:~:text=https%3A//doi.org/10.25060/residpediatr>
- Serviço Brasileiro De Apoio Às Micros E Pequenas Empresas. (2004). Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/main>. Acesso em: 25 Junho 2018.
- Valá, S. (2009). Pobreza, Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento Económico dos Distritos em Moçambique. Maputo: AHK/ ExperTS GIZ
- Voz da América. (2022). Falência de Micro, Pequenas e Médias Empresas em Moçambique. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/crise-leva-a-falencia-2900-empresas/4188767.htm>

O SECTOR INFORMAL E QUALIDADE DE SERVIÇOS PRESTADOS AO CONSUMIDOR NA PROVÍNCIA DE MANICA

The informal sector and quality of services provided to consumer in the Province of Manica

El sector informal y calidad de los servicios prestados al consumidor en la Provincia de Manica

David Chadreque Chale¹, Apoio Romão Bacalhane²

¹Associação Fórum dos Académicos de Moçambique (AFAMO), Moçambique, <https://orcid.org/0009-0004-2253-6831>, david.chale@yahoo.com.br.

²Indústria e Comércio, Moçambique, apoioromaobacalhane@gmail.com.

Autor para correspondência: david.chale@yahoo.com.br

Data de recepção: 16-11-2023

Data de aceitação: 15-02-2024

Como citar este artigo: Chale, D. C., & Bacalhane, A. R. (2024). O sector informal e qualidade de serviços prestados ao consumidor na Província de Manica. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 2(3), 102-113.

RESUMO

A província de Manica e o país em geral, nestes últimos tempos, têm sido vítimas de práticas desonestas perpetradas pelo sector informal ao vender e prestar serviços ao consumidor. Fazem parte de vendedores desonestos, devidamente identificados, vendedores de fruta localmente produzida (banana, abacate, laranja, etc), vendedores de carvão vegetal e produtores de mobília manufacturada a partir da madeira local. Estudar a contribuição do sector informal para avaliar a qualidade de serviços prestados ao consumidor na província de Manica é, sem dúvidas, abrir um campo para mais estudos sobre o tema, academicamente, relevante e da actualidade. Em face desta problemática, a AFAMO como associação ligada à pesquisas científicas, em defesa do consumidor, achou conveniente, estudar o fenómeno desonesto para encontrar a principal razão que desconforta os consumidores da Província de Manica. A análise dos resultados da pesquisa a ser levada a cabo neste trabalho foi feita a partir da aplicação do método qualitativo, consubstanciado na recolha de dados via entrevistas semi-estruturadas, seleccionando

os entrevistados por conveniência. Neste estudo, constatou-se que a opção de praticar o comércio informal de produtos agro-florestais foi influenciada por factores económicos e sociais que dividem os vendedores informais que buscam a sobrevivência e os que procuram gerar riqueza. As relações sociais no seio dos vendedores informais são de inter-ajuda e reciprocidade. A venda de produtos agro-florestais praticada pelos vendedores informais gera benefícios económicos, sociais, culturais, políticos e ambientais que permitem melhorar a sua qualidade de vida. Os outros vêm os seus benefícios abaixo da linha da sobrevivência, porque os seus ganhos económicos são limitados devido a desonestidade no exercício da actividade comercial. A elaboração deste artigo científico, fundamentalmente, baseado no esforço conjugado entre académicos, autoridade local e governamental tem como pano de fundo, desencorajar a proliferação do fenómeno que estingue o conceito “qualidade” na República de Moçambique.

Palavras-chave: Consumidor, Qualidade, Sector Informal, Serviços Prestados.

ABSTRACT

The Manica province and the country in general, in recent times, have been victims of dishonest practices perpetrated by the informal sector when selling and providing services to consumers. They are part of dishonest sellers, duly identified, sellers of locally produced fruit (banana, avocado, orange, etc.), sellers of charcoal and producers of furniture made from local wood. Studying the contribution of the informal sector to evaluating the quality of services provided to consumers in the Manica province is, without a doubt, opening a field for more studies on the topic, academically, relevant and current. In view of this problem, AFAMO, as an association linked to scientific research, in defense of the consumer, found it convenient to study the dishonest phenomenon to find the main reason that discomforts consumers in the Province of Manica. The analysis of the research results to be carried out in this work was carried out through the application of the qualitative method, embodied in data collection via semi-structured interviews, selecting interviewees based on convenience. In this study, it was found that the option to practice informal trade in agro-forestry products was influenced by economic and social factors that divide informal sellers who seek survival and those who seek to generate wealth. Social relationships within informal vendors are one of mutual help and reciprocity. The sale of agro-forestry products carried out by informal sellers generates economic, social, cultural, political and environmental benefits that improve their quality of life. Others see their benefits below the survival line, because their economic gains are limited due to dishonesty in the exercise of commercial activity. The preparation of this scientific article, fundamentally, based on the combined effort between academics, local and governmental authorities has as a backdrop, to discourage the proliferation of the phenomenon that extinguishes the concept “quality” in the Republic of Mozambique.

Keywords: Consumer, Quality, Informal Sector, Services provided.

INTRODUÇÃO

A reflexão sobre o desenvolvimento é fundamental no contexto, não só internacional mas também nacional, especialmente no período contemporâneo, em que são ensaiados modelos que se desviam do reducionismo económico para colocar a ênfase no capital humano, político, social e ambiental. Isto não significa a desvalorização da contribuição do factor económico para o progresso das sociedades ou melhoramento das condições de vida das populações Maposse (2020).

Os processos de desenvolvimento foram, desde a emergência do conceito, encarados pelo discurso político como meio para alcançar o bem-estar, quer seja material ou imaterial. Se, por um lado, esses processos dependem dos vários recursos da natureza, por outro, esta dependência gerou dominação e delapidação, chegando-se ao extremo de colocar em causa a própria existência e perpetuação da humanidade (Maposse, 2023).

Moçambique é um país no qual as políticas e programas de desenvolvimento estão ainda orientados para o combate à pobreza. Ainda que o discurso político e governamental público estejam virados para a produção de riqueza, assiste-se a prevalência de populações vivendo em situações de pobreza extrema, principalmente nas zonas rurais, em que a agricultura, criação de animais e o comércio informal continuam sendo práticas de geração de rendimentos predominantes (Mosca, 2007).

As dinâmicas do desenvolvimento rural afectam a capacidade de mobilizar forças produtivas nacionais, cuja organização social e económica continua a ser altamente ineficaz do ponto de vista da acumulação económica nacional.

A província de Manica e o país em geral, nestes últimos tempos, têm sido vítimas dum fenómeno estranho, caracterizado por práticas desonestas ao venderem e prestarem serviços ao consumidor, sem as devidas qualidades, implicando, urgentemente, a necessidade de adoptar medidas para regular o comércio informal, provedor destes serviços. O envolvimento da AFAMO para trazer soluções

ao problema, ajudará ao consumidor, comprar sacos de carvão vegetal à seu contento, comprar fruta com amadurecimento natural (bananas, ananás, laranjas, tangerinas, abacates, etc.). O mesmo problema de qualidade, também se verifica nos acabamentos da mobília manufacturada pelos carpinteiros, nomeadamente, mesas, cadeiras, sofás, camas, portas, janelas, etc.

Na verdade, não são poucas as vezes, que viajando do campo para cidade, se pensa em comprar um saco de carvão vegetal, aparentemente bem ensacado e chegado ao destino final, haver decepção por encontrar no seu interior, desperdícios sem nenhum valor comercial! Apetecer comprar uma fruta local, aparentemente fresca e descobrir à boca, que não reúne qualidade esperada! Precisar de encomendar uma mobília local e notar que os seus acabamentos deixam a desejar!

Foi pensando neste tipo de desconforto social e que ultimamente está sendo encarado como normal, que a AFAMO, antes que fosse tarde, achou por bem desenvolver este trabalho de pesquisa para encontrar soluções capazes de desencorajar a proliferação deste fenómeno e trazer de volta, a noção de qualidade.

Satisfazer a qualidade dos serviços prestados ao consumidor é resolver o problema que impede o crescimento do sector informal, bem assim, o desenvolvimento de pequenas empresas imobiliárias na Província de Manica por falta de honestidade na venda dos produtos, tanto agro-florestais, quanto imobiliários, obrigando a que muitos consumidores prefiram comprar fora da Província ou fora do país.

Em geral, pretende-se com o presente artigo, avançar propostas de solução para desencorajar a venda de frutas, antes do tempo, forçada sua maturação por uso de produtos químicos, vulgarmente conhecidos por “PHEMO”. Pretende-se ainda, com o mesmo trabalho, propor soluções que travam a venda de sacos de carvão vegetal e mobília localmente produzidos, sem as devidas qualidades.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo foi realizado nos Distritos de Chimoio, Gondola, Báruè e Macossa, Província de Manica. Para a efectivação do presente trabalho, foram empregues os seguintes métodos:

Quanto a Abordagem

A realização do estudo teve como método de abordagem qualitativo, que de acordo com Laville e Dione (1999), uma pesquisa qualitativa implica o contacto directo e sequenciado do pesquisador com o ambiente e o facto que está sendo investigado, o que exige um trabalho intensivo no local de pesquisa para vivenciar os factos e interagir com os actores inseridos em seu ambiente natural. Neste estudo, optou-se por uma abordagem qualitativa pela importância que se considerou de valorizar as peculiaridades do sector informal, partindo das experiências dos vendedores informais de produtos agro-florestais para formular qualquer interpretação sobre o fenómeno em estudo. A pesquisa qualitativa permitiu estabelecer um contacto directo com a realidade em estudo, permanecendo durante algum tempo no mercado.

Quanto aos objectivos

Em relação aos objectivos do estudo, este é classificado de descritivo que consiste na observação, análise e registo de fenómenos e factos que têm uma relação com outros factos da mesma natureza e característica (Gil, 2008). Na pesquisa descritiva, faz-se a descrição através de registo de factos durante as observações feitas no campo de estudo, permitindo a consistência dos dados no momento da sua análise e interpretação (Lakatos & Marconi, 2003).

A pesquisa descritiva foi seleccionada porque se pretendeu fazer uma observação e levantamento de toda a informação relevante e disponível sobre as experiências dos vendedores informais nos mercados onde o estudo foi realizado, de modo a que todos os aspectos importantes para a compreensão da contribuição do comércio informal de produtos agro-florestais para o desenvolvimento

comunitário sejam efectivamente valorizados e integrados no quadro de análise e interpretação dos dados.

Quanto aos procedimentos

Recorreu-se o método bibliográfico que consistiu na recolha de informações em diversas obras que tratam da actividade de mercado informal. O método permitiu recolher e sumarizar informações que auxiliaram na produção do quadro teórico que guiou o trabalho.

Técnicas e instrumentos de recolha de Dados

A recolha de dados foi feita por meio da entrevista semi-estruturada. Carmo e Ferreira (2015) afirmam que a entrevista é uma conversa intencional, geralmente entre duas pessoas, podendo envolver mais pessoas, dirigida pelo pesquisador, com objectivo de obter informação sobre o sentimento e outros aspectos ligados a factores morais, sociológicos.

Neste trabalho, a entrevista semi-estruturada foi uma técnica aplicada com a finalidade de interpretar às relações sociais nos mercados sob ponto de vista do sentido que assumem para os indivíduos. Desta forma, com a entrevista semi-estruturada foi construído um guião de entrevista com um número limitado de perguntas cuja flexibilidade permitiu aprofundar aspectos que foram surgindo ao longo das conversas e que se mostraram relevantes para melhor compreensão do objecto de estudo.

O trabalho de campo consistiu praticamente na administração das entrevistas junto dos vendedores informais seleccionados. Estas foram realizadas durante três meses, de Julho à Setembro de 2023.

Amostra

A entrevista foi efectuada a 16 actores, dos quais 8 vendedores informais de produtos agrícolas, 3 de mel, 3 de carvão vegetal e 2 de mobílias, destes 16, 7 foram mulheres. Os vendedores entrevistados foram seleccionados com base numa amostra não probabilística por acessibilidade. Gil (2008) afirma que a amostra não probabilística é calculada com base no conhecimento que o investigador tem das características da população.

Os entrevistados residem nos distritos de Chimoio, Gondola, Bárue e Macossa. No variável tempo de inserção no mercado informal, o mínimo é de 1 ano e o máximo é de 17 anos. Por fim, dos entrevistados de Chimoio ocupam-se na venda exclusiva de produtos agro-florestais enquanto dos distritos de Gondola, Bárue e Macossa, dedicam-se também à prática da agricultura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Produtos vendidos nos mercados de Chimoio, Gondola, Bárue e Macossa

Quanto aos produtos agro-florestais comercializados nos diversos mercados dos quatro distritos, foi possível identificar uma variedade parte deles, como se pode ver na tabela e os preços variáveis:

Tabela 1: Produto nacional vendido nos mercados de Chimoio, Gonola, Bárue e Macossa

Nº	Produto	Preço a Retalho por Distrito			
		Chimoio	Gondola	Bárue	Macossa
1	Carvão Vegetal (Saco)	400-500	250-450	250-300	200
2	Mobília (Peça)	150-50000	150-35000	150-35000	150-35000
3	Mel (Litro)	250-300	250-300	150-200	100-200
4	Laranja (Saquito)	50-200	50-100	100-250	250-300
5	Tangerina (bacia pequena)	20-50	20-50	50-100	70-110
6	Abacate (Cada)	5-10	2-5	5-15	10-15
7	Banana (cacho)	10-70	5-50	5-70	30-100
8	Manga (cada)	2-20	1-10	2-20	2-10
9	Ananás (cada)	8-15	10-20	10-30	20-35

Fonte: David Chale e Apoio Romão Bacalhane (2023)

Importa referir que, estes não são apenas os produtos vendidos nos mercados dos quatro distritos, existem mais produtos, que os vendedores informais têm vendido numa forma diversificada nas suas mesas, mas estes são de maior destaque devido a desonestidade, conforme a realidade vivida pelos investigadores tanto como pelas comunidades.

Factores que influenciam a prática do comércio informal de produtos agro-florestais Esta secção aborda os factores que influenciam a prática do comércio informal com a finalidade de compreender os que concorrem para que a oferta de produtos seja realizada nas condições constatadas nos mercados. Este estudo começou por analisar as razões que levaram os entrevistados a se inserirem no mercado informal para a comercialização especificamente de produtos agro-florestais. Constatou-se a existência de diferentes factores influentes, começando por aqueles de ordem económica, como demonstram as passagens seguintes:

“Eu tenho 7 filhos, meu marido é biscateiro, vendo banana, laranja, tangerina entre outros produtos agrícolas para não morrer de fome. Aqui apanho dinheiro para alimentar a minha família, comprar outras coisas lá para casa.” (Entrevistada 1-Chimoio, com 4 anos no mercado informal).

“Agora não é fácil conseguir emprego e para sobreviver, só pode-se procurar vias alternativas. Esperei muito por trabalho, então acabei entrando para o mercado informal vendo carvão para não morrer de fome.” (Entrevistado 13- Bárue, com 5 anos no mercado informal).

“Os meus pais são camponeses e estudei até 5ª Classe, pela crise financeira abri minha machamba e casei constituí minha família, além desta actividade produzo carvão para diversos fins.” (Entrevistado 14-Macossa, com 8 anos no mercado informal).

“Abandonei a escola, porque minha mãe sofria muito para trazer comida em casa e abracei esta área para ajudar minha mãe, tenho algumas colmeias e quando faço colheita vendo e reforço comida em casa, visto que na cidade se

não trabalha morre a fome” (Entrevistado 10-Bárue, com 13 anos no mercado informal).

No entanto, a entrada dos entrevistados para o comércio informal foi motivada por vários factores que vão desde os económicos, sociais até os culturais como se expôs nas passagens anteriores. Na primeira categoria de factores, os económicos, destacam-se dois aspectos motivadores da entrada para o mercado informal. De um lado, está a busca pelo trabalho em resultado da dificuldade que se enfrentou em conseguir um emprego no sector formal, pelo que, o sector informal surge como alternativa. Do outro lado, está a busca por uma fonte de renda por duas razões. Enquanto uns buscam no mercado informal uma fonte de renda para a sua sobrevivência, outros buscam uma fonte de renda para a conquista e exercício da sua autonomia em relação às pessoas de quem dependiam.

A entrada no comércio informal por parte dos entrevistados, segundo estes é motivado por factores económicos de diversa ordem, desde a busca pela sobrevivência (Chichava, 1998), busca por formas alternativas de trabalho, pelo menos na sua etapa inicial (Mosca, 2007). A identificação dos factores económicos antes alistados, dentre outros, tem concorrido para que o sector informal seja apontado como “fruto de uma necessidade, originada pela retracção do sector formal que não proporciona novas oportunidades de emprego ou de subsídio de desemprego.” (Silva, s.d.).

Visão contrária à do sector informal como alternativa do formal é defendida por Latouche (2003), autor ao qual se alia neste trabalho, pois se trata do referencial teórico complementar operacionalizado. De acordo com a perspectiva defendida por esse autor e neste trabalho, o sector informal não pode apenas representar uma via alternativa, embora o seja para algumas pessoas, pois nas sociedades africanas, a informalidade representa uma forma particular de auto-organização.

Noutras categorias de motivos acima arrolados, social e cultural, é possível observar a existência de factores apontados como peculiares das sociedades africanas. De um lado, alguns entrevistados apontaram para as

relações sociais que estabeleciam com outros actores que já se encontravam a dedicar-se ao comércio informal e, do outro lado, aqueles que indigitaram o facto de o comércio informal de produtos agrícolas ser uma prática cultural da sua família, o que está associado ao facto da mesma ter a agricultura como a sua fonte principal de renda. Os vendedores informais não vivenciam da mesma forma as experiências de comercialização de produtos agro-florestais no sector informal da província de Manica.

3.3. Qualidade dos produtos fornecidos no mercado informal

Atendendo que os produtos vendidos são de origem agrícola ou florestal, questionou-se os interlocutores sobre a qualidade destes e as respostas foram as seguintes:

“Nos últimos anos abanana que agente vende até batata-doce agente põe produtos químicos para amadurecimento rápido e em caso de batata-doce para ser grande para atrair cliente para que este produto não leve tempo na praça” (Entrevistado 3-Báruè, com 8 anos no mercado informal).

“Eu, apenas vendo manga, laranja, tangerina nas artérias da cidade, os clientes aderem muito e por mi não tenho motivo de queixa, apesar que os policia municipais que muitas vezes arrancam-nos os pertences, comprometendo comida em casa” (Entrevistado 2-Chimoio, com 12 anos no mercado informal).

“Vendo banana aqui no 38, mas comecei como ambulante, mas actualmente estou num lugar fixo e compro verde com os de Macate e daí uso produto que vem de Zimbabwe e questionada das razões do uso do produto, esta afirmou que é para amadurecimento rápido e o produto sai facilmente porque é bonito, apesar que perde o sabor, mas já que trata-se de negocio, é assim.” (Entrevistada 2, com 20 anos no mercado informal).

“Faço revenda de laranja, lixi e tangerina aqui no Cafumpe, mas para ter lucro agente junto bico com normal de preço baixo, há vezes que quando está quase a amadurecer, tira-se e usa-se produto químico para amadurecimento rápido e sua venda, as razões deste acto é para ter dinheiro e não morrer de fome”

(Entrevistado 7-Macossa, com 6 anos no mercado informal).

“Neste país sem esperteza no mercado, morresse a fome, porque os produtos das bancas estão caro, para tal nós também fazemos caro, onde passa por especulação de preço, amadurecimento rápido de laranja e mistura com sem qualidade, até que haja justiça em todo canto do país” (Entrevistado 8-Macossa, com 13 anos no mercado informal).

Bertin & Genard (2018) afirmam que a qualidade dos produtos agrícolas é afectada por variações fenotípicas, condições climáticas, e o sistema produtivo. Devem ser analisadas características nutricionais básicas (proteínas, carboidratos, gorduras, vitaminas, minerais, etc.), aparência visual (tamanho, forma, cor, etc.) e o sabor dos produtos vegetais que atendam às expectativas do consumidor.

Aular & Natale (2013) enfatiza na qualidade dos frutos que é o resultado da somatória da acção de vários factores, em especial do efeito individual e combinado dos nutrientes. O adequado atendimento das exigências nutricionais faz com que as plantas frutíferas possam expressar todo seu potencial genético os quais são expressados em parâmetros como cor, aroma, forma, tamanho, aparência, resistência à penetração, incidência de doenças, baixos níveis de desordens fisiológicos, características físico-químicas e maior vida útil da pós-colheita dos frutos

“O mel que vendo Cá em Báruè tem qualidade, porque é natural e uso rede mosquiteira para coar, apesar que alguns no tempo de crise falsificam pondo água e açúcar para ter lucro” (Entrevistado 10-Macossa, com 13 anos no mercado informal).

“Sempre produzo e vendo mel em Macossasede, quem ensinou-me foi meu pai, um dos desafios é ter material próprio para processamento do mel para garantir a qualidade.” (Entrevistado 11, com 3 anos no mercado informal).

Os parâmetros físico-químicos são primordiais para garantir a qualidade do mel. As variações são comuns, porém existem parâmetros constantes dentro de um intervalo, quanto a essa variação da composição físico-químicas, permitindo assim o controle de qualidade

(Alves, 2008). Das entrevistas feitas mostra-se que a questão de qualidade do mel é péssimo, dada forma de produção e venda.

“Faço camas, e tem muita saída aqui na cidade algumas pessoas dos outros distritos compra comigo, a material chave usado é madeira, caixas conseguidas nas lojas” (Entrevistado 15-Chimoio, com 11 anos no mercado informal).

“Tenho 12ª Classe, mas por falta de condições para formação, atendendo que para entrar nestas precisa pagar padrinho um valor ao padrinho e eu não tenho estas condições, para alimentar-me ajudo o meu tio e aproveito os pedaços para fazer bancos portas entre outros” (Entrevistado 16-Chimoio, com 3 anos no mercado informal).

Os entrevistados, neste caso vendedores informais de produtos agro-florestais dos quatro distritos, nos seus pronunciamentos mostram claramente que os produtos vendidos não tem qualidade é duvidosa por parte de alguns vendedores, ora vemos na venda de carvão os sacos primeiro insere-se os restos de carvão e na parte superior põem-se bom carvão, na venda de produtos agrícolas usam produtos químicos para amadurecimento rápido de frutas como a banana, abacate, laranja na venda do mel falsificam através de água e açúcar e na mobília (mesas, cadeiras, sofás, camas, portas, janelas), a madeira usada não é de boa qualidade e, por conseguinte, em pouco tempo, a mobília perde as características, prejudicando a saúde do cliente e renda familiar e até decepção.

3.4. Impacto do comércio informal na venda dos produtos agro-florestais

Este tópico é dedicado à apresentação e discussão dos dados referentes ao impacto que o comércio informal de produtos agro-florestais tem no desenvolvimento comunitário. Questionados do impacto desta actividade, estes afirmaram que:

“Dos produtos que vendo, acho que consumido em excesso prejudica a saúde, se houve-se formas para minimizar seria bom parar de por este medicamento na banana” (Entrevistado 6-Macossa, com 8 anos no mercado informal).

“Mel aqui na cidade agente vende mel puro, tentei vender pirateado, fui batido, eis a razão de optar por honestidade no negócio.”

(Entrevistado 9-Chimoio, com 12 anos no mercado informal).

“O produto que aplicamos nas frutas é prejudicial a saúde, visto que algumas pessoas não compram este tipo de banana.” (Entrevistada 2-Chimoio, com 20 anos no mercado informal).

“A Laranja vendida, grande parte não tem suco, mas agente ganha dinheiro.” (Entrevistada 7-Gondola, com 20 anos no mercado informal).

Para o efeito, aprofunda-se o impacto dessa actividade económica embora não se reduza a esse factor no melhoramento das condições de vida económica, social, cultural, política e ambiental dos vendedores informais. Esta actividade tem efeitos negativos a saúde humana devido aos produtos que aplicam nas frutas, mel, falta de honestidade também no carvão onde uma parte insere cinza e depois carvão verdadeiro e no fabrico de mobília sem material duradouro, não vernizam só para ter proveito de grande escala. Além destas particularidades, é notável num lado impactos positivos desta actividade, como se elenca nos parágrafos a seguir.

Latouche (2013) afirma que no vocabulário cultural das sociedades africanas não existem termos correspondentes ao desenvolvimento enquanto económico e progressista. Não se pretende, de forma alguma, negar a necessidade de valorizar e analisar o indicador económico para a promoção do desenvolvimento comunitário, doravante, este conceito é por vezes substituído pela expressão “melhoria na qualidade de vida” dos actores sociais nas dimensões aqui exploradas, pelo que, começa-se do mesmo para estudar os casos dos vendedores informais de produtos agro-florestais.

Os depoimentos seguintes mostram que o comércio informal de produtos agro-florestais tem diferentes impactos na situação económica dos vendedores informais e seus agregados ao nível comunitário, começando pelo que se manifesta na capacidade de sobrevivência dos seus praticantes e respectivos agregados familiares, como se pode constatar:

“Vender frutas não é luxo, mas sim são arranjos da vida para garantir pão e caderno aos meus filhos, dado o nível de pobreza. Isso não ajuda.

O governo devia nos ajudar como acontecia com Guebuza com fundo de desenvolvimento” (Entrevistado 5-Macossa, com 20 anos no mercado informal)

“Estou a exercer esta actividade porque não tenho outra actividade, além da agricultura, para o sustento da família” (Entrevistado 4, com 10 anos no mercado de trabalho)

Para estes vendedores informais, a comercialização de produtos agro-florestais não serve apenas para assegurar a sua sobrevivência e seu agregado familiar, também aumenta o valor sócio-ambiental, visto que nesta actividade envolve relação social e estes com o ambiente natural. No mesmo mercado informal, existem vendedores que gozam de uma boa qualidade de vida com tendência a melhorar cada vez mais sobre ponto de vista de condições económicas para atender às suas necessidades em resultado da sua actividade informal de comercialização de produtos agro-florestais.

Vendedores para a sobrevivência e vendedores para acumulação de riqueza são as categorias básicas verificados no terreno. Estas categorias ficam mais evidentes quando se refere aos efeitos económicos do comércio de produtos agro-florestais ao qual os entrevistados se dedicam no quotidiano do seu trabalho no sector informal. De acordo com os dados, os vendedores informais para sobrevivência reconhecem o facto de a sua actividade comercial permitir apenas gerar renda para assegurar a satisfação das suas necessidades básicas e dos seus respectivos agregados familiares, pelo que, o que ganham não permite acumular riqueza.

Nas condições descritas nos parágrafos anteriores, sob ponto de vista do melhoramento das condições de vida, enquanto dimensão do desenvolvimento local, a variável económica do comércio informal de produtos agro-florestais não tem tido efeitos positivos para os seus praticantes e para as pessoas de quem delas dependem.

Tendencialmente, o sector informal tem sido indigitado apenas como fonte de renda para a sobrevivência, sendo que os recursos económicos decorrentes das actividades realizadas nele se mostram limitados para geração de riquezas (Silva, s.d). É um aspecto

positivo do sector informal assegurar a sobrevivência de alguns agregados familiares (Latouche, 2013).

De facto, para alguns dos praticantes do comércio informal, esta actividade tem gerado efeitos positivos na sua condição económica. O comércio informal de produtos agro-florestais tem permitido aos seus praticantes e seus respectivos agregados familiares acumularem riqueza e gerarem recursos económicos que permitem gozar de um padrão de vida de qualidade. Enquanto para alguns vendedores informais desta segunda categoria, a actividade comercial informal sempre foi uma das fontes de rendimento da sua família desde gerações passadas por meio da qual reproduzem um elevado nível de recursos económicos, para outros, é a recente entrada nesse sector de actividade que tem possibilidade gerar recursos económicos e fazer melhorar o seu padrão de vida, na medida em que têm podido adquirir bens próprios, como casa.

A análise dos casos dos vendedores informais que conseguem acumular riqueza e melhorar a sua condição económica leva a considerar relevante o argumento de Latouche (2013) segundo o qual a actividade informal nas sociedades africanas se tem revelado uma verdadeira fonte de riqueza, acolhendo experiências de pessoas que vêm melhorar o seu padrão de vida. Neste sentido, é reducionismo ver o sector informal como alternativa à dificuldade de se inserir no sector formal. Alguns vendedores informais estão no sector informal como uma forma de reprodução da organização social familiar (Latouche, 2013) ou ainda como fonte de rendimento suplementar (Ismail & Horn, 1997 citado por Silva, s.d).

A actividade informal associada a maior ou menor possibilidade de fazer do comércio informal de produtos agro-florestais uma fonte de recursos para acumulação de riqueza. Se, de um lado, os vendedores informais que são simples revendedores apontam para o preço dos produtos como factor que dificulta a ultrapassagem da linha de sobrevivência, do outro lado, os que comercializam produtos que eles mesmos produzem, ou seja, são vendedores-produtores, vêm o comércio informal dos produtos agro-florestais uma

fonte de riqueza. Na dimensão social do desenvolvimento local, explorou-se a contribuição do comércio informal para a ampliação das escolhas dos vendedores e para o estabelecimento de relações sociais.

Acerca dessa questão, a definição de mercado de Waquil, Míe e Schultz (2010) é elucidativa. De acordo com os autores, o mercado “pode ser entendido como uma construção social, como um espaço de interacção e troca, regido por normas e regras (formais ou informais), onde são emitidos sinais (por exemplo, os preços) que influenciam as decisões dos actores envolvidos”. (Waquil, Míe, & Schultz, 2010, p. 11)

Durkheim (1977) afirma que a crescente especialização do trabalho entre os indivíduos é o factor que torna necessário o relacionamento entre eles de modo que cada um possa ter acesso aos serviços prestados por outros que não pode realizar sozinho. Daqui resulta a solidariedade orgânica que se vê como característica do mercado nos três distritos. A partir dos papéis atribuídos aos actores presentes no mercado informal acima alistados é possível constatar que a troca – no sentido económico do termo é uma das dimensões das relações sociais vivenciadas no sector informal. No entanto, com base nos últimos três depoimentos acima se pode também observar que dentre outras dimensões dessas relações está a de amizade, inter-ajuda, dádiva, reciprocidade.

De um lado, entre os vendedores e os clientes, os primeiros ajudam os segundos dando produtos de empréstimo e os clientes ajudam aos vendedores com o transporte de produtos agro-florestais e em dinheiro. Entre os vendedores informais de produtos agro-florestais a ajuda mútua ocorre também por meio de produtos e monetariamente. Por fim, as relações de cooperação ocorrem entre os vendedores em situações nas quais lutam pela satisfação de interesses comuns do sector. No caso específico deste trabalho a cooperação entre os vendedores informais tem ocorrido em situações, entre outras, nas quais se opõem aos polícias municipais que realizam suas actividades no sector informal ou apresentam suas reclamações junto do conselho municipal.

Durkheim (2004) afirma que a ameaça sofrida pela interferência de um factor externo na consciência colectiva tem sua função no reforço da moral entre os indivíduos. Referindo-se ao crime como factor positivo da solidariedade social. No caso do sector informal, os vendedores de produtos agro-florestais entrevistados reforçam a moral que os une a medida que cooperam e se juntam em laços de inter-ajuda para se opor aos polícias municipais que são vistos como uma ameaça ao exercício da sua actividade de comércio.

No entanto, atenta-se especialmente para às relações de inter-ajuda e cooperação por reflectirem a particularidade do sector informal nas sociedades africanas. Latouche (2003) afirma que, na África, as sociedades africanas informais recorrem à estratégia relacional para estabelecer redes de relacionamento que permitem, não só a sua sobrevivência, como também promover melhorias das suas condições de vida.

Em suma os entrevistados dos quatro distritos, mostram claramente que os produtos por eles vendidos, não têm qualidade, desde os sacos de carvão que na parte inferior colocam desperdícios de carvão e na parte superior, carvão de qualidade; os produtos agrícolas, principalmente hortícolas, usam fertilizantes, herbicidas, insecticidas para forçar a maturação e crescimento das plantas. No negócio de mel, algumas pessoas falsificam, usando água e açúcar para aumentar a quantidade e gerar lucros. Na mobília (mesas, cadeiras, sofás, camas, portas, janelas), a madeira usada não é de boa qualidade e, por conseguinte, em pouco tempo, a mobília perde as características, decepcionando os clientes.

O nível de qualidade de serviços prestados

Os entrevistados de quatro distritos, mostram claramente que os produtos agro-florestais que eles vendem, incluindo os sacos de carvão, não têm qualidade desejada. Os produtos agrícolas, principalmente hortícolas, seu desenvolvimento é auxiliado por fertilizantes, herbicidas, insecticida para forçar o crescimento das plantas e maturação. No negócio de mel, algumas pessoas falsificam, usando água e açúcar para aumentar a quantidade e gerar lucros. Na mobília (mesas,

cadeiras, sofás, camas, portas, janelas), a madeira usada não é de boa qualidade e, por conseguinte, em curto tempo perde as características físicas, decepcionando assim, os usuários.

Algumas soluções

Ao analisar a contribuição do comércio informal de produtos agro-florestais, partimos duma perspectiva que combina com uma abordagem crítica do paradigma fundada na ideia do melhoramento de qualidade de serviços fornecidos pelo mercado informal na Província de Manica. Com o presente artigo, se pretende avançar propostas de solução que desencorajem a prática de venda de produtos agrícolas, antes do tempo e ainda desencorajar a venda de sacos de carvão vegetal, cheios de desperdícios e mobílias manufacturadas, sem a devida qualidade.

Faz parte de solução deste problema, a mobilização de vendedores, através de palestras para não colocarem no interior do saco de carvão vegetal, desperdícios sem valor comercial, evitando assim, medidas punitivas nos termos da lei.

Os produtores de mobília feita de madeira local, devem ter uma capacitação direccionada à conferir noção de qualidade à mobília por si produzida. No passado, não muito distante, a mobília produzida pelos carpinteiros locais era devidamente lixada e envernizada para ter bons acabamentos ao gosto do cliente. Hoje em dia, por ausência de noção de qualidade, isso, nem sequer faz parte da preocupação dos profissionais. A madeira com partes brancas, não devia ser usada para produzir mobília, sim, para outros fins.

Numa acção coordenada entre académicos, autoridade local e Governamental, a venda de fruta antes do tempo, deve ser proibida, pois, o que se tem assistido na época da fruta, sobretudo no Distrito de Gondola é a venda de laranja, tangerina, lixi sem suco, altamente azedas. A venda de ananás verde, também azeda, constituem motivos de decepção para os consumidores, pondo em causa o factor qualidade.

Ainda, numa acção coordenada entre académicos, autoridade local e Governamental é preciso proibir o uso de pesticidas que

forçam a maturação precoce da fruta localmente produzida com maior realce, a banana, abacate, etc.

CONCLUSÃO

As propostas de solução avançadas neste trabalho de pesquisa, fazem parte de estratégias científicas apropriadas para desencorajar a prática de vendas de fruta, antes do tempo de maturação natural. Igualmente, as mesmas estratégias é aplicáveis àqueles que vendem a mobília, sem qualidade, bem assim, os que vendem sacos de carvão vegetal, sem nenhum valor comercial.

No que concerne às experiências referentes ao comércio informal, a metodologia qualitativa adoptada neste trabalho, permitiu satisfazer os objectivos. Buscou-se identificar os factores que conduzem aos vendedores informais a se inserirem no mercado informal de comércio de produtos agrícolas, tendo-se observado diferenças entre os que buscam uma fonte de sobrevivência em resultado da falta de oportunidades para ter acesso a fonte de renda no sector formal e os que buscam riqueza. Isto é geralmente destacado na literatura relevante sobre o assunto. Por outro lado, se entendeu que os vendedores informais desta área são motivados pelas relações sociais que estabelecem com alguns actores que já se encontram no sector informal e pela tradição familiar e se infere neste trabalho é que esta actividade representa a fonte para sobrevivência e, simultaneamente, para geração de riqueza nalgumas pessoas dos quatro distritos em estudo.

A reprodução do comércio de produtos agro-florestais no sector informal sujeita seus praticantes a uma série de impasses que vão desde as dificuldades de pagamento de taxas fiscais, transporte de mercadorias, passando pela concorrência desleal dos vendedores informais de fora do mercado até às cobranças ilícitas feitas pela polícia municipal.

As relações entre vendedores informais e seus clientes se mostram mais fortes, sendo que é entre eles que se realizam e reproduzem os actos de dom e de reciprocidade, permitindo a

inter-ajuda e a cooperação. Mesmo os vendedores que possuem laços fracos com outros partilham essas lógicas relacionais. Por um lado, é desagradável pela forma de alguns não levarem a sério esta actividade, sobretudo na desonestidade no fornecimento dos produtos.

O comércio informal de produtos agro-florestais permite aos vendedores informais acumular capital social, fazendo crescer o seu nível de associação e autonomia na realização das suas escolhas e conquistar reconhecimento social mesmo que exista quem enfrente obstáculos em gerar esses benefícios. Sob ponto de vista cultural, essa actividade informal favorece a reprodução cultural da prática como xitique, bem como danças e canções tradicionais, que reflectem elementos culturais dos vendedores informais.

Ao nível político, o sector informal constitui um espaço de participação, onde os vendedores informais se inserem em acções colectivas com vista a lutar para influenciar a tomada de decisões ao nível institucional sobre questões que lhes dizem respeito. Essa participação ocorre tanto por meios formais quanto informais. É a existência desses dois meios de participação que possibilita uma participação generalizada, incluindo daqueles vendedores que não estão formalmente associados. Ainda assim, os vendedores informais enfrentam ainda impasses que reflectem a ausência de decisões institucionais que satisfaçam os seus interesses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alves, E. M. (2008). *Identificação da flora e caracterização do mel orgânico de abelhas africanizadas das ilhas floresta e laranjeira, do alto do rio paraná*. 77 f. Tese (doutorado em zootecnia) – centro de ciências agrárias, universidade estadual de maringá, maringá, 2008.

Aular, J., & Natale, W. (2013). *Nutrição mineral e qualidade do fruto de algumas frutíferas tropicais: goiabeira, mangueira, bananeira e*

mamoeiro. Revista brasileira de fruticultura, 35(4), 1214-1231.

Bertin, N., & Génard, M. (2018). *Tomato quality as influenced by preharvest factors*. Scientiahorticulturae, 233, 264-276.

Carmo, H. & Ferreira, m. (2015). *Metodologia da investigação: guia para autoaprendizagem*. Lisboa: universidade aberta. 316 p disponível: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/5963>. Disponível em:

coutinho, r. (2014). *A história do comércio*. Disponível em: <<http://cultura.culturamix.com/curiosidades/a-historia-do-comercio>>. Acessadoem: 29 de outubro, 2023.

Chichava, J. A. C. (1998). *O sector informal e as economias locais*. Programa de reforma dos órgãos locais. Série: textos de discussão. Número 8. Ministério da administração estatal, maputo.

Durkheim, E. (1977). *A divisão do trabalho social*. Lisboa: editorial presença.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed, são paulo: editora atlas s.a.

Latouche, S. (2013). *A África pode contribuir para resolver a crise do ocidente?* (trad. Acácio sidinei almeida santos), espaço plural, ano xiv, nº 28, p. 175 – 197.

Lavillec.,& Dionne J. A. (1999). *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Belo Horizonte: ufmg.

Lavillec.,& Dionne J. A. (1999). *A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Belo horizonte: ufmg.

Maposse, J. F. (2020). *Comércio informal de produtos agrícolas e desenvolvimento local – distrito da manhiça no período de 2015 à 2018 Maputo*. Dissertação apresentada ao departamento de sociologia da faculdade de letras e ciências sociais (flcs) da universidade

eduardo mondlane como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em sociologia rural e gestão de desenvolvimento.

Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2003). *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projecto e relatórios.* São paulo: atlas.

Mosca, J. (2017). *A agricultura familiar em moçambique: ideologias e políticas.* Revista nera, n. 38, pp. 68-105. Disponível em: [file:///c:/users/mathole%20oc%20therapist/downloads/5296-19347-1-](file:///c:/users/mathole%20oc%20therapist/downloads/5296-19347-1-pb%20(3).pdf)

[pb%20\(3\).pdf](file:///c:/users/mathole%20oc%20therapist/downloads/5296-19347-1-pb%20(3).pdf). Acessadoem: 29 de outubro, 2023.

Silva, O. L. (s.d). *O impacto da economia informal no processo de desenvolvimento na áfrica subsariana.* (dissertação), universidade técnicas de lisboa, instituto superior de economia e gestão.

Waquil, P. D., Miele, M. & Schultz, G. (2010). *Mercados e comercialização de produtos agrícolas.* Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downoadsserie/derad016.pdf>. Acessadoem: 30 de outubro, 2023.

COMO AS CERVEJARIAS ARTESANAIS DE BELO HORIZONTE (MG) INOVAM?

How Craft Breweries in Belo Horizonte (MG) Innovate?

Cómo innovan las cervecerías artesanales de Belo Horizonte (MG)?

João Francisco Sarno Carvalho¹, Sheldon William Silva², João Leandro Cássio de Oliveira³, Wesley Rodrigues Bergue⁴

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Brazil, <https://orcid.org/0000-0001-8815-4773>, joao.sarno@ifsuldeminas.edu.br.

²Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Brazil, <https://orcid.org/0000-0002-2473-5728>, sheldon.silva@ifmg.edu.br.

³Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Brazil, <https://orcid.org/0000-0002-8277-6851>, jlc.oliveira@gmail.com.

⁴Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Brazil, <https://orcid.org/0009-0004-3863-9931>, euwesleybergue@gmail.com.

Autor para correspondência: joao.sarno@ifsuldeminas.edu.br

Data de recepção: 16-11-2023

Data de aceitação: 15-02-2024

Como citar este artigo: Carvalho, J. F., Silva, SH. W., de Oliveira, J. L., & Bergue, W. (2024). Como as Cervejarias Artesanais de Belo Horizonte (MG) Inovam? *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 2(3), 114-126.

RESUMO

O mercado de cervejarias artesanais cresce exponencialmente no Brasil e a cidade de Belo Horizonte (MG) destaca-se no país pelo número de cervejarias registradas e pela quantidade de novos estilos de cerveja produzidos. Frente a este cenário, este artigo buscou investigar como as cervejarias artesanais de Belo Horizonte inovam. Para ascender ao objetivo proposto realizou-se pesquisa qualitativa-descritiva com emprego de roteiro de entrevista semiestruturado destinado aos proprietários de cervejarias artesanais e mestres cervejeiros. Os resultados encontrados mostram que os cervejeiros artesanais inovam a partir de determinantes de inovação tecnológica económicos e gerenciais, tais como: criatividade; acesso à mão de obra especializada; relacionamento com clientes; gestão de pessoas; papel da ciência e da tecnologia (technology-push); apropriabilidade dos frutos da inovação; oportunidades tecnológicas, cumulatividade e demanda.

Palavras-chave: Belo Horizonte, Cervejarias artesanais, Inovação tecnológica.

ABSTRACT

The craft brewery market is growing exponentially in Brazil and the city of Belo Horizonte (MG) stands out in the country for the number of registered breweries and the number of new beer styles produced. Faced with this scenario, this article sought to investigate how craft breweries in Belo Horizonte innovate. To achieve the proposed objective, qualitative-descriptive research was carried out using a semi-structured interview guide aimed at owners of craft breweries and brewmasters. The results found show that craft brewers innovate based on economic and managerial determinants of technological innovation, such as: creativity; access to specialized labor; relationship with customers; people management; role of science and technology (technology-push); appropriability of the fruits of innovation; technological opportunities, cumulativity and demand.

Keywords: Belo Horizonte, Craft breweries, Technological innovation.

RESUMEN

El mercado de cervecerías artesanales está creciendo exponencialmente en Brasil y la ciudad de Belo Horizonte (MG) se destaca en el país por el número de cervecerías registradas y la cantidad de nuevos estilos de cerveza producidos. Frente a este escenario, este artículo buscó investigar cómo innovan las cervecerías artesanales de Belo Horizonte. Para lograr el objetivo propuesto se realizó una investigación cualitativa-descriptiva mediante una guía de entrevista semiestructurada dirigida a propietarios de cervecerías artesanales y maestros cerveceros. Los resultados encontrados muestran que los cerveceros artesanales innovan con base en determinantes económicos y gerenciales de la innovación tecnológica, tales como: creatividad; acceso a mano de obra especializada; relación con los clientes; gestión de personas; papel de la ciencia y la tecnología (empuje tecnológico); apropiabilidad de los frutos de la innovación; Oportunidades tecnológicas, acumulatividad y demanda.

Palabras clave: Belo Horizonte, cervecerías artesanales, innovación tecnológica.

INTRODUÇÃO

A cerveja possui importância social, histórica e econômica sendo “encarada de diferentes maneiras pelos sujeitos sociais” (Giorgi, 2015, p. 101). A bebida esteve presente nas grandes navegações, nos mosteiros católicos da Europa, nas revoluções, na industrialização e na consolidação do sistema capitalista de produção. No Brasil, a bebida é muito consumida uma vez que o país é um dos consumidores de cerveja do mundo. A média anual de litros consumidos por cada habitante cresce ano a ano. Uma pesquisa de opinião realizada apontou que a cerveja é a bebida preferida de 2/3 dos brasileiros para comemorações, com 64% da preferência (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística [IBOPE], 2013). O Portal da Saúde também aponta a cerveja como a bebida

preferida dos brasileiros, indicando-a como a bebida alcoólica mais consumida no país, representando 61% do consumo de bebidas alcoólicas (Portal Saúde, 2015).

Dentro do mercado brasileiro, escolheu-se como cenário desse estudo a região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), formada por 34 municípios, pois se trata de uma região com indicadores econômicos e sociais relevantes e possui a presença de inúmeras cervejarias especiais. A RMBH abrange 26% da população de todo o estado, 40% do Produto Interno Bruto (PIB) de todo o estado e é a 3ª maior região metropolitana do Brasil (Prefeitura de Belo Horizonte [PBH], 2018). Outro aspecto relevante para a inserção da RMBH se dá pela presença de 15 das 41 cervejarias especiais instaladas em Minas Gerais. Tal feito caracteriza a região como Cinturão da Cevada em Minas Gerais (Ayer, 2017).

Após o cenário exposto, torna-se relevante investigar o tema frente ao crescimento do setor cervejeiro – em especial, setor de cervejarias especiais –, a sua representatividade no PIB do Brasil e sua relevância econômica para o estado de Minas Gerais, sobretudo para a região metropolitana de Belo Horizonte. Outro aspecto que ratifica o tema deste trabalho é apontado pelo anuário da cerveja no Brasil, publicado em 2018, com o título “Crescimento e Inovação”. O anuário mostra o município de Nova Lima, situado na RMBH, com 277 registros de novas cervejas em 2018, situando-se na 2ª posição no Brasil. Além disso, Nova Lima também se destaca na densidade cervejeira com uma cervejaria para cada 4.000 habitantes (Marcusso & Muller, 2020). Além das potencialidades do setor e da importância econômica demonstrada anteriormente, chama a atenção a necessidade de se investigar a origem das inovações que florescem no setor de cervejas especiais.

Para compreender toda essa problemática, torna-se necessário enxergar que não havia demanda para cervejas especiais na América Latina, sobretudo no Brasil. O mercado era consolidado por empresas multinacionais que ofereciam cervejas de massa e sem distinção,

conforme verificou Toro-González (2015). Havia, portanto, uma lacuna para que houvesse a criação do mercado de cervejas especiais. Para orientar esta discussão, questiona-se: como as cervejarias artesanais de Belo Horizonte (MG) inovam? Objectiva-se, de modo geral, compreender como se dá o processo de inovação nas cervejarias artesanais de Belo Horizonte (MG).

Para ascender o objectivo proposto, estruturou-se este trabalho para além desta introdução com o estado da arte que serve de alicerce para a discussão aqui proposta; seguido da metodologia de pesquisa empregue neste estudo. Por fim, apresentam-se as discussões com o confronto dos resultados com a teoria aqui discutida e as considerações finais.

Fundamentação Teórica

A inovação é determinada por factores internos e externos à organização e pela interação desses factores. Nesse trabalho, de modo específico, serão abordados seis determinantes. Cinco deles advêm da teoria neo-schumpeteriana que define cinco determinantes da inovação (Dosi, 2006; Nelson, 2013): papel da ciência e da tecnologia (technology-push); apropriabilidade dos frutos da inovação; oportunidades tecnológicas, cumulatividade e demanda. Entretanto, aqui também são abordados os factores de gestão como um determinante do processo de inovação.

Vasconcelos e Oliveira (2018) trazem os aspectos gestão como factores determinantes para a geração de inovações em Micro e Pequenas Empresas (MPes). Os autores apresentam diferentes factores de gestão capazes de influenciar o desempenho inovativo das empresas, que são: liderança, gestão de pessoas, informações e conhecimentos, relacionamento com clientes, relacionamento com a sociedade, resultados, tamanho e idade. Nesse estudo específico, esses factores serão combinados em um só, chamado de aspectos gestão, que também foi um determinante da inovação aqui estudado.

Do ponto de vista económico, o primeiro determinante neo-schumpeteriano aqui

discutido é aquele que traz que a indução da inovação pode ser estudada a partir de duas visões científicas: uma primeira entende que a inovação tecnológica é fruto do desenvolvimento científico e/ou tecnológico, conhecida como abordagem science-technology-push e a segunda, que é a demanda que induz, puxando, o processo de inovação demand-pull. Sobre os determinantes de inovação é visto que “a . . . literatura sobre os determinantes da inovação é tipicamente rotulada como “impulso tecnológico” e vê a inovação como sendo impulsionada pelo conhecimento acumulado associado à ciência básica, à pesquisa aplicada, ao design, à manufactura e à produção” (Fabrizio & Thomas, 2011, p. 43).

Ainda nessa discussão é dito que o conhecimento tecnológico pode contribuir para a descoberta de novas tecnologias e condicionar os investimentos em áreas estratégicas (Fabrizio & Thomas, 2011). Já a segunda visão científica sobre o tema diz que a inovação tecnológica surge a partir das necessidades dos consumidores. Denomina-se essa abordagem teórica como teoria da indução pela demanda (demand-pull). A abordagem denominada "demand-pull" considera a importância das características da demanda na modelagem do padrão de investimentos em inovação (Fabrizio & Thomas, 2011).

Schmookler (1966) foi o pioneiro nessa ideia ao demonstrar que o aumento das compras de padrões de equipamentos ferroviários nos Estados Unidos levou ao aumento da actividade inventiva por parte dos fabricantes. Sendo assim, as inovações criadas são vislumbradas como uma solução para atender à demanda dos consumidores. Entretanto, essa teoria não ficou livre de críticas. Em uma das críticas é mostrado que, a teoria demand-pull apresenta um conceito passivo e mecânico da reação das mudanças técnicas às condições do mercado, é incapaz de explicar o tempo das inovações e a descontinuidade de seus padrões e desconsidera a complexidade e a incerteza no processo inovativo (Sousa, 2005, p. 37).

Conclui-se que a teoria não consegue explicar, em plenitude, o fenómeno da inovação e torna-

se necessário um maior aprofundamento teórico para compreender o complexo fenómeno da inovação. Isso é sumarizado na literatura quando temos que “a percepção de um mercado potencial faz parte das condições necessárias para a inovação, mas não constitui de modo algum a condição suficiente” (Dosi, 2006, p. 36). Ou seja, as inovações buscam satisfazer os desejos e as necessidades dos consumidores, mas, ainda assim, a teoria (demand-pull) não consegue explicar o porquê da dificuldade ou atraso de se gerar inovações ou até mesmo da descontinuidade de projectos de inovação. Já a teoria do impulso pela ciência e/ou tecnologia aposta que as inovações são geradas por descobertas científicas e por avanços em ciência e tecnologia.

Desse modo, tem-se dito que as teorias dialogam, ao evidenciar que existe indução pela demanda e pela C&T. Dosi (2006) corrobora esta afirmação ao dizer que existe um processo de “retroalimentação entre o ambiente económico e as direcções das mudanças tecnológicas” (p. 36). Outro determinante do processo de inovação são as condições de apropriabilidade que se resume “às possibilidades de proteger as invenções da imitação e obter lucros com actividades e produtos inovativos” (Rennó, 2015, p. 38). De maneira geral, busca-se, então, realizar a protecção de novas tecnologias criadas.

Já em outras definições do tema, temos a apropriabilidade que é a propriedade do conhecimento tecnológico que permite obter benefícios gerados pelas inovações que as protegem, de diferentes maneiras, contra a reprodução ilegal por outros produtores de tecnologia (Dosi, 1988). E em maneira resumida é definido que a apropriabilidade é a acção de tomar algo próprio (Hurmelinna et al., 2007). A OCDE (2005) também define apropriabilidade como a capacidade que as organizações possuem de se apropriar dos ganhos provenientes das actividades de inovação, sendo este um factor importante e com efeitos sobre a inovação.

Outro determinante do processo de inovação são as oportunidades tecnológicas que surgem como uma possibilidade de se compreender

como o valor investido em inovações se refletir na criação. De outro modo, é como a produtividade da actividade de pesquisa e desenvolvimento (Klevorick et al., 1995), influenciam na criação de inovações. Desse modo, pode-se compreender as oportunidades tecnológicas como as fontes de avanços tecnológicos em um segmento de mercado, em uma empresa ou em uma trajetória tecnológica. Três fontes de oportunidades tecnológicas são postas na literatura: a) o conhecimento científico como promotor de soluções para problemas e criações; b) acúmulo de conhecimento de empresas presentes na cadeia de suprimentos, o que faz com que outras empresas presentes tenham um aumento das suas possibilidades tecnológicas e c) oportunidades que surgem a partir da busca pela solução de problemas (gargalos) dentro da empresa (Klevorick et al., 1995).

Em quarto lugar, está a cumulatividade. A cumulatividade trata das habilidades adquiridas do processo de aprendizagem que são oriundas do processo de experimentação e do aperfeiçoamento ou da identificação de novas formas de “saber fazer” (Sousa, 2005, p. 43). Em quinto lugar, está a demanda, um importante determinante para este estudo. À luz da teoria económica, há duas definições para a demanda, a demanda individual e a demanda de mercado, que serão, a seguir, definidas. Montoro Filho (2017) mostra que a demanda individual é “a quantidade de um determinado bem ou serviço que o consumidor deseja adquirir em um certo período” (p. 15). É trazido que a demanda consiste no “desejo de adquirir, é a aspiração, o plano e não sua realização” (Montoro Filho, 2017, p. 115), ou seja, a demanda não é a compra, mas sim o desejo de comprar. A demanda individual sofre influências de diversas variáveis. Montoro Filho (2017) cita quatro variáveis que influenciam a demanda individual: renda, preço do bem, preço dos bens substitutos e complementares e gosto (ou preferência) do consumidor. Desse modo, o processo de aprendizagem facilita a inovação.

Para Kline e Rosenberg (1986), a inovação é resultado de um processo de interação entre o conhecimento gerado e as oportunidades de

mercado. Trata-se de um processo não sequencial, que envolve vários subprocessos, interações e realimentações (feedback) para a solução de problemas surgidos ao longo do processo de inovação. Já Langrish et al. (1972) mostram que a inovação tecnológica deve envolver algum tipo de necessidade. Para esses autores, o processo de inovação tem início a partir de uma necessidade do mercado. Dosi e Nelson (1994) mostram que a inovação se refere a: busca, descoberta, experimentação, desenvolvimento, imitação e adoção de novos produtos, novos processos e nova organização. A inovação pode ser classificada em dois tipos: incremental e radical (Freeman; Soete, 2008). Quando ocorrem pequenas alterações em produtos através do conhecimento disponível, chamamos as inovações de incrementais. Já a inovação radical é aquela que "baseada em uma novidade tecnológica ou mercadológica, leva à criação de um novo mercado, podendo (ou não) acarretar a descontinuidade do mercado existente". (Tironi & Cruz, 2008, p. 8).

Dentro da nova classificação da OCDE, de 2016, o sector de alimentos e bebidas foi alocado como sector de média-baixa tecnologia (Morceiro, 2018). Essas empresas são expressivas na geração de PIB ou de emprego (Morceiro, 2019) e representam grande parte da produção industrial, tanto em países desenvolvidos como em países em desenvolvimento" (Barros, 2018). Essas empresas classificadas como "low-tech" também inovam, entretanto, as inovações nessas empresas possuem particularidades que foram descritas por Tunzelmann e Acha (2005) e Pavitt (1984). Segundo esses autores, as inovações no sector ocorrem nos processos ou ainda são conduzidas por terceiros (fornecedores) que empurram tecnologias, insumos ou materiais. Há ainda nesse sector um investimento baixo ou ainda inexistente em P&D (Tunzelmann & Acha, 2005; Pavitt, 1984). Hirsch-Kreinsen et al. (2003) e Tunzelmann e Acha (2005) consideram que as empresas de BMT são menos influenciadas pelo conhecimento científico e mais pelas actividades tecnológicas, focadas na

transmissão do conhecimento tácito para inovar.

MATERIAIS E MÉTODOS

Parte-se do princípio de que o método qualitativo permite realizar uma leitura mais sensível dos processos de inovação, já que possibilita o encontro de outras respostas para as quais o método quantitativo muitas vezes não alcança. É neste tipo de estudo "diferentemente dos métodos positivistas, as teorias que justificam e dão cientificidade ao objeto são geradas a partir deste" (Tomasi, 2018, p. 15). Não podemos nos esquecer de que vivemos uma era de transformações epistemológicas e que faz necessário "abandonar o conforto da nossa linguagem técnica e para nos aventurarmos num domínio que é de todos e que ninguém é proprietário exclusivo" (Pombo, 2005, p. 13). Aqui, a abordagem de pesquisa qualitativa é aquela proposta por Yin (2016), ou seja, é a pesquisa que não se caracteriza como um diário ou uma narrativa, mas, sim, um desejo de explicar acontecimentos da vida real com o auxílio de conhecimentos emergentes ou existentes. Quanto à opção por um estudo descritivo, justifica-se uma vez o estudo descritivo é aquele em que "se busca o entendimento do fenômeno como um todo, na sua complexidade" (Godoy, 1995, p. 63). E, nesses casos, a análise qualitativa é a mais indicada (Godoy, 1995).

A colecta de dados seguiu com a elaboração do roteiro de entrevista que foi construído a partir do questionário da Pesquisa de Inovação (PINTEC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicado em 2014, e nos trabalhos académicos de Ferreira (2010), Almeida (2014) e Back (2015). O primeiro bloco de questões procura caracterizar o respondente abrangendo informações do cervejeiro e da cervejaria especial, como endereço, nome fantasia e razão social. O segundo bloco de questões abarca os aspectos gerais da cervejaria especial que envolve o histórico e os estilos de cerveja produzidos. O terceiro bloco, denominado "Inovações vinculadas à Cervejaria Especial", busca

captar as estratégias de inovação na empresa, os tipos de inovação que a empresa já realizou, se a empresa possui registo formal e inovação e outros aspectos. O quarto e último bloco busca captar as relações entre demanda, oferta e inovações e como a empresa avalia a percepção do consumidor em relação ao produto e quais os instrumentos a empresa usa para colectar dados sobre os consumidores e a mudança na preferência dos consumidores. A opção pela entrevista semiestruturada nessa pesquisa também se deu pela possibilidade dessa técnica de pesquisa permitir diálogo entre pesquisador e o sujeito da pesquisa.

Gonzalez Rey (2005) lembra desse aspecto quando nos mostra que a entrevista, como instrumento de pesquisa qualitativa, possibilita a ocorrência de diálogos formais e informais. Esses diálogos ocorreram, muitas vezes, informais, quando a aplicação do roteiro de entrevista já tinha sido realizada. E foram de valor, pois outras informações foram reveladas pelos cervejeiros especiais. Todas as seis entrevistas realizadas foram agendadas previamente por email. O pesquisador esteve munido de smartphone para registos sonoros e audiovisuais, caderno de campo e roteiro de entrevista. Durante a pesquisa, houve visita guiada pelas fábricas onde diálogos formais incorreram e informações e impressões dos cervejeiros puderam ser captadas. Duarte (2004) sugere que a análise de dados colectada a partir de entrevistas seja feita de acordo com os seguintes passos: transcrição e conferência das entrevistas com objectivo de atestar a fidedignidade do material colectado. Esse acto consiste em ouvir a entrevista e comparar com a transcrição executando a conferência de cada frase. Deve-se também se atentar a inflexões, gestos, interrupções etc.

As sistematizações dos dados foram realizadas a partir das análises temáticas das falas que, de acordo com Duarte (2004), consiste em “tomar o conjunto de informações recolhidas junto aos entrevistados e organizá-las, primeiramente, em três ou quatro grandes eixos temáticos, articulados aos objectivos centrais da pesquisa” (p. 222). Aqui os eixos temáticos foram: inovação; determinantes da inovação e inovação em cervejarias especiais. Acredita-se

que, com todas essas estratégias, instrumentos e técnicas utilizadas para levantamento, colecta e análise de dados, foi possível a identificação dos distintos processos de inovação que as cervejarias especiais da região metropolitana de Belo Horizonte (MG) têm implementado em suas práticas, no sentido de melhorar a qualidade dos produtos, bem como a manutenção de suas existências num mercado cada vez mais competitivo. É o que será analisado no tópico a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro cervejeiro que recebeu o pesquisador é mestre cervejeiro, proprietário da Cervejaria A e vice-presidente do Sindicato das Indústrias de Cerveja e Bebidas em Geral do Estado de Minas Gerais (SINDBEBIDAS), Cervejeiro A. Buscou-se extrair opiniões do cervejeiro e captar qual a percepção dele em relação ao sector e a relação entre inovações, oferta, demanda e cervejas especiais. A entrevista foi agendada de maneira prévia, em janeiro de 2019, e ocorreu no dia 28 de fevereiro de 2019. O cervejeiro recebeu o pesquisador no espaço de degustação e análise de cerveja, localizado na fábrica em Ribeirão das Neves (MG). A conversa iniciou com o cervejeiro fazendo uma releitura da história do movimento cervejeiro na região metropolitana de Belo Horizonte (MG). O cervejeiro A relatou que o movimento cervejeiro se dividiu em dois momentos, que ele chamou de ondas. Para ele: “A primeira onda foi na década de 90, quando surgiram as cervejarias que tentavam imitar as cervejas industriais, (a Krug, Wäls e Backer buscou repetir as industrializadas). Elas ficaram fazendo skolzinha [sic]”. Ele explicou que “a segunda onda foi onde a gente entrou, foi trazer estilos históricos de cerveja. Estilo Alemão, Belga, a cerveja X foi a primeira cerveja do Brasil engarrafada como champagne e arrolhada como espumante”. Dentro desse aspecto, ele relata as dificuldades enfrentadas pela sua cervejaria no início das operações:

No dia 28 de junho de 2004, nós servimos o primeiro chope em BH. Na semana seguinte, tinha fila dobrando o quarteirão, um mês

depois . . . tinha vendido 1.200 litros. A coisa começou a dar uma clareada que seria um bom negócio. Mas começou a acontecer coisas estranhas...chegaram mesas, cadeiras e ombrelones de grandes cervejarias. Viram que a gente incomodava e pagavam pra tirar a gente fora. Estamos ferrados, não temos dinheiro pra dar um lápis pra dono de bar. Aí tivemos que entender que para sobreviver nós tínhamos que formar cultura. Juntamos as pessoas, ensinamos a fazer cerveja, eu passei a dar aula de cerveja na panela. Nós lançamos uma tendência e começamos a criar e lançar uma cultura [sic] (Cervejeiro A).

Ao ser questionado se a sua empresa é inovadora, respondeu de maneira afirmativa. Para o cervejeiro A, a inovação está presente em diferentes perspectivas na cervejaria A. A começar pela ideia de “resgatar tradições da cultura cervejeira”. Ao discutir o resgate do que chamou de “cultura cervejeira”, o cervejeiro, ao apresentar o histórico da cervejaria e o processo de fabricação do produto, buscou agregar valor ao produto e evidenciar que a cerveja especial é diferente da de massa, por ser um bem cultural. Essa classificação ao encontro das discussões sociológicas aqui feitas, em que se verificou que a cerveja especial representa distinção das demais. E, por isso, é consumida como forma de distinção social. Ele ainda afirma que “torrar o malte no processo produtivo e ter cerveja armazenada em uma adega em formato de caverna que fica 45 dias fermentando ao som de canto gregoriano é uma inovação”. O fato de a cerveja X ser produzida com um método de produção que perpassa pela refermentação na própria garrafa ao som do canto gregoriano mostra uma inovação, por duas perspectivas.

Na tipologia de Tidd e Bessant (2015), há inovação de produto e de processo, já que há um novo produto criado e inserido no mercado e uma nova forma de se fazer esse produto. A forma como a cerveja X é produzida pela Cervejaria A com a refermentação sob uma caverna e com canto gregoriano na busca pela melhoria da sua qualidade, produz efeitos comprovados pelo estudo de Aggio, et al. (2011), que indica que o crescimento do

metabolismo das células das leveduras de líquidos pode sofrer alterações pelas vibrações sonoras. Em termos teóricos, caracteriza-se a estratégia de inovação produzida pela Cervejaria A como inovação passo a passo, ou seja, aquela que mantém a estrutura do produto, mas modifica componentes, nesse caso, mantém a receita tradicional de cerveja, mas realiza inovações incrementais com novos tipos de fermentação, novos ingredientes na busca por sabores diferenciados. Por isso, a Cervejaria A afirmou já ter realizado como inovações incrementais a criação de produtos (cervejas feitas a partir de métodos de fabricação diferentes dos tradicionais e com receitas com frutas); criação de embalagens, rótulos e técnicas de produção.

A cervejaria A também se lança na estratégia orientada ao cliente, já que busca sempre melhorar sua participação no mercado cervejeiro, atendendo os anseios dos clientes. Prova disso é que o cervejeiro A afirma que a cervejaria está desenvolvendo um aplicativo para celular para poder atingir o mercado das pessoas que consomem o produto pelo serviço de delivery. Outro aspecto percebido é que a cervejaria A busca, também, atender os anseios dos clientes por produtos refinados ou ainda requintados, criando cervejas sazonais, ou seja, disponíveis em datas específicas do ano. Um novo método de fabricação, que está na fase embrionária, foi citado pelo entrevistado. Segundo ele, ainda em 2019, a cervejaria A começará a produzir cervejas que ficam “fermentando em barris que já foram enchidos com outras bebidas como whisky e aguardente. Nossa ideia é dar um outro sabor para a cerveja. Isso também é novidade” [sic]. Modificar a técnica de fermentação para dar um sabor na cerveja mostra-se como uma inovação incremental, já que ocorreram pequenas alterações na forma de se fazer o produto.

Ressalta-se que essa nova técnica de fermentação surgiu através dos conhecimentos construídos pelos cervejeiros com base em experiências adotadas em cervejarias de fora do Brasil que já adoptavam as práticas de refermentar a bebida em barris de outras bebidas com objectivo de modificar sabores e

proporcionar experiências sensoriais únicas aos consumidores. Para proteger as inovações realizadas, o cervejeiro A afirmou que a empresa optou apenas pelo registo de marca ao realizar o registo da marca com o nome e logotipo da cervejaria e de todos os rótulos já produzidos. Isso mostra que a empresa se preocupa com a protecção das inovações realizadas e utiliza do mecanismo de apropriabilidade de registo de marca com objectivo de proteger suas marcas e seus rótulos. Durante a entrevista, várias curiosidades e histórias foram relatadas pelo entrevistado, a partir de sua vivência como cervejeiro, jurado de concursos nacionais e internacionais e militância no sindicato do sector de bebidas. Entre essas contribuições, o cervejeiro A relata que “Belo Horizonte é a capital brasileira da cultura cervejeira. Não é a maior em produção, mas é a mais ousada e criativa na produção.”

Ao ser indagado sobre as inovações e a relação da demanda como factor decisivo e influente na inovação, o cervejeiro A foi enfático ao afirmar que “a gente quer criar moda e não ser modismo. Nós não corremos atrás da moda, nós a criamos”. Ele também afirma que “o consumidor não induz, pelo contrário, a gente joga o produto, ele gosta e vai atrás. Nós, cervejeiros, somos muito unidos, nossa união que faz o mercado”. Dentro dessa perspectiva, ele deixou claro que a demanda é criada pelo cervejeiro que cria e introduz novos produtos no mercado. Há um movimento de criação de demanda a partir do produtor que a induz e não a partir do consumidor. Percebeu-se que a orientação captada por ele é de que a demanda não influencia na geração de inovações nas cervejarias especiais, mas, sim, de que as cervejarias especiais inovam e introduzem seus produtos no mercado para que a demanda aprecie, teste e absorva esses produtos. Entretanto, cabe observar que as cervejarias especiais entraram no mercado latino-americano a partir do nicho deixado pelas grandes indústrias que, segundo Webb e Beaumont (2013), produziam cervejas “sem graça”. Dito isso, percebeu-se que os cervejeiros especiais observaram mudanças na característica da demanda ocorrida por

aumento de renda, mudança do gosto e do perfil de consumo. Para o cervejeiro A, “o consumo vive de fases, cada momento o consumidor exige um sabor diferente. Nós produzimos e introduzimos esses sabores”.

Para introduzir novos produtos no mercado, a cervejaria utiliza 10 pontos de venda espalhados por Belo Horizonte, além de feiras que ocorrem na capital mineira. Entretanto, a cervejaria não despreza os consumidores. O cervejeiro afirma que há interação entre empresa e clientes e até mesmo a captura de sugestões e ideias pelas “redes sociais, feiras cervejeiras, concursos internacionais e nacionais, pontos de venda, cursos, visitas guiadas, seminários técnicos, intercâmbios de associações”. O cervejeiro A vê o crescimento do público e afirma que “temos um público que tem aumentado e quer saber sobre a cerveja especial porque está havendo difusão do conhecimento”. Mas ele entende que, embora haja uma aproximação entre produtor e consumidor, dificilmente, incorporam-se as sugestões dos clientes na produção ou na inovação dentro da cervejaria. Dessa maneira, na visão do cervejeiro A, a demanda não induz a geração de inovações. O caminho percorrido é pelo lado oposto: os cervejeiros que inovam e inserem esses produtos no mercado fazem com que os consumidores os experimentem e os consumam.

A segunda cervejaria visitada para a elaboração da pesquisa foi a cervejaria e brewpub Cervejaria B de Belo Horizonte (MG). A entrevista foi agendada de maneira prévia, por correio eletrônico, e o pesquisador foi recebido em 13 de maio de 2019 nas dependências da unidade pelo mestre cervejeiro B. Ele informou que a cervejaria foi fundada em 23 de novembro de 2015, no bairro de Lourdes, em Belo Horizonte (MG). Entretanto, a cervejaria funciona no sistema de franquia, sendo a única unidade da rede no Brasil e uma das poucas fora da Alemanha. O cervejeiro B indica que “a negociação com a matriz alemã durou seis anos, enquanto nossa obra um ano e quatro meses” [sic]. A produção inicial foi de “12.000 litros no início”. Entretanto, foi necessário fechar para se readequar à demanda dos consumidores. O

cervejeiro B lembra que em “13 de dezembro de 2015, a unidade fechou para ampliar a produção de 12.000 litros para 26.000 litros e de seis para treze tanques. A reinauguração foi em 26 de fevereiro de 2016”. Os estilos de cerveja produzidos pela cervejaria B são da escola alemã. Actualmente, a produção se dá com as cervejas Monique Helles, Dunkel, Weissbier, que são fixas no cardápio. Há também uma produção de um estilo por mês, sendo esse sazonal.

Para o cervejeiro B, a cervejaria B não é inovadora em todos os aspectos, já que utiliza de técnicas clássicas de produção, possui uma cozinha com equipamentos de 350 anos. Entretanto, ele afirma que a inovação realizada pela cervejaria B é dada pelo uso da “tecnologia embarcada e importada” no serviço. A cervejaria B utiliza um maquinário importado e tecnologias que permitem realizar o serviço das cervejas vendidas sem desperdício. Para o cervejeiro B, essa é uma inovação da cervejaria, já que, segundo ele, “somos os únicos do Brasil a ter esse tipo de tecnologia”. Essa inovação descrita pelo cervejeiro pode ser classificada como uma inovação de processo, uma vez que há a utilização e a adoção de novas tecnologias que aprimoram o processo de fabricação e de entrega do produto.

O cervejeiro B disse que “nossa inovação é o emprego de tecnologia e isso nos diferencia de 99% das fábricas do Brasil que são amadoras”. Essa tecnologia utilizada pela cervejaria é oriunda de pesquisa científica, desenvolvimento do produto e utilização prática pelo mercado. Pode-se dizer que a inovação que ocorre na cervejaria B é oriunda da tecnologia do maquinário importado, sendo uma oportunidade tecnológica identificada. Lembra-se que o maquinário importado da cervejaria B veio do acúmulo de conhecimento de um fornecedor da cervejaria. Outro aspecto que podemos ressaltar é que uma fonte de avanço tecnológico nesse segmento específico de mercado de cervejas especiais – inovações que advêm dos fornecedores de equipamentos. Percebeu-se, na colecta de dados, que a cervejaria B possui duas estratégias, a passo a passo e a orientada ao cliente.

Em um primeiro momento, a cervejaria B realiza inovações incrementais, mantendo a forma de produzir cerveja, mas inserindo outros ingredientes para a geração de outros produtos finais com diferenciações em sabor. Há, também, a utilização de tecnologia embarcada para o serviço da cerveja produzida no local. Entretanto, percebeu-se que a forma de fazer cerveja é a mesma, a receita é a mesma. Modifica-se o produto apenas com a introdução de inovações incrementais. Já a estratégia orientada ao cliente também é percebida, já que a cervejaria B busca sempre melhorar sua posição no mercado e mostrar-se como uma cervejaria “artesanal” e que possui rótulos para atender os anseios dos clientes.

A cervejaria B é repleta de cervejas sazonais que buscam atender as necessidades da demanda, sobretudo os sabores atrelados à moda (cervejas mais leves, mais amargas ou mais encorpadas). São nessas interações que a cervejaria busca avaliar a percepção dos consumidores com os produtos. Além das redes sociais, há, segundo o cervejeiro B, “muita interação entre clientes e proprietários no ponto de venda”. Ele afirma que, embora cheguem sugestões dos clientes, eles não incorporam essas sugestões na elaboração de receitas, mas sim na elaboração do cardápio e no atendimento. A inovação de produto é citada pelo cervejeiro B. Ele afirma que “nossa inovação é produzir para vender no nosso brewpub para preservar a qualidade do produto”.

Além de vender a cerveja sempre fresca, a cervejaria oferece diferentes estilos cervejeiros por sazonalidade. Para o cervejeiro B, a cervejaria B inova na interação com o cliente, já que, para a cervejaria, “é Oktoberfest todos os dias do ano. Buscamos envolver o cliente com a experiência de tomar a nossa cerveja. Fazemos brindes, concursos, temos um cardápio preparado com a cultura alemã”.

Percebe-se, aqui, que, para a cervejaria B, a cerveja não é simplesmente um produto comum, mas, sim, uma experiência, que a diferencia das cervejas tidas como de massa. Essa tentativa de criar experiência vinculada ao consumo do produto mostra a intenção de se diferenciar o bebedor de cerveja especial do

bebedor de cerveja de massa. Ou, em outras palavras, mostrar que a cerveja especial da cervejaria B é um produto especial, autêntico e diferenciado se comparado aos demais existentes no mercado.

Quanto à inovação nas cervejarias especiais, o cervejeiro B diz que “a inovação se dá tanto pelo cliente como pelos produtores. Acredito que, com mais intensidade, pelos produtores. Para se manter competitivo no mercado, observo o esforço dos cervejeiros de terem sempre novidades e inovações para oferecer”. Nesse caso, a visão do mestre cervejeiro da cervejaria B mostra que a inovação no mercado cervejeiro é fruto de interação de produtores e consumidores, sendo não linear e não sequencial. A origem dessas inovações pode ser explicada pelo modelo sistêmico que apresenta a inovação como um processo complexo de interações entre os agentes envolvidos nas diferentes etapas . . . e que, neste modelo, as atividades determinam e são determinadas pelo mercado (Ganzer et al., 2013). Essa inovação se dá de modo não linear e ocorre por diferentes fontes de indução e interações, tais como: eventos cervejeiros, reuniões do sindicato de bebidas alcoólicas, grupos de whatsapp, eventos cervejeiros, concursos de cervejas e premiações. Em todos esses ambientes ocorrem interações entre os atores sociais envolvidos com a bebida, bem como a troca de informação e de conhecimento, favorecendo o processo de inovação.

CONCLUSÃO

Após tabular e ler os dados, debruçou-se sobre a temática com objectivo de alcançar a resposta do questionamento central deste trabalho e dos objectivos, verificou-se que o mercado de cervejas especiais tem crescido de maneira substancial no mundo e no Brasil. Destaca-se o estado de Minas Gerais, especialmente a região metropolitana de Belo Horizonte, pela concentração de boa parte das cervejarias especiais de todo o estado (Marcusso & Muller, 2020). Com as análises dos dados colectados, podemos enxergar que existem diferentes factores organizacionais,

económicos e institucionais que actuam de maneira concomitante, na indução de inovações nessas empresas. Foi visto que as empresas não inovam sozinhas e que a inovação perpassa por um modelo em que dialogam stakeholders, centros de pesquisa e até mesmo concorrentes.

Além disso, os dados colectados também evidenciaram uma premissa do modelo sistêmico: a inovação não tem lugar para ocorrer. Ou seja, como foi visto, ela pode ocorrer antes da produção do produto, durante a produção ou até mesmo depois da produção do produto. Os relatos trazidos ao longo desse texto corroboraram o facto de que existem inovações nas cervejarias especiais da região metropolitana de Belo Horizonte. De modo geral, as inovações são incrementais e ocorrem desde o processo produtivo até a utilização de diferentes garrafas, rótulos e rolhas.

Os dados trouxeram a percepção de que a inovação nesse sector se dá, em muitas vezes, pela interação entre os actores sociais envolvidos (produtores, consumidores e entusiastas da bebida) através do compartilhamento de conhecimento empírico. Uma rede de colaboração foi encontrada e isso evidenciou que o sector se une, dialoga e troca conhecimentos na busca por inovação com o objectivo final de conseguir aumentar a fatia de mercado. Esses determinantes aqui foram vistos como: demanda, apropriabilidade e seus diferentes mecanismos, cumulatividade, oportunidades tecnológicas, avanços no conhecimento científico e avanços na tecnologia com o desenvolvimento de novos equipamentos. Mesmo que seja um sector de baixa média tecnologia, com menores investimentos em P&D. Dito isso, percebeu-se que as fontes indutoras das inovações são múltiplas e o modelo teórico que melhor representa essa relação é o modelo sistêmico de inovação.

O tema pesquisado não se esgotou neste trabalho, por isso, como indicação para futuros trabalhos que abordem a temática de inovações e cervejarias especiais, sugere-se que se faça: a) levantamento do panorama do sector e das inovações criadas, em nível de Minas Gerais;

b) captura do surgimento das inovações em uma cervejaria especial e a adoção dessa inovação por outras cervejarias especiais; c) tipificação das inovações criadas pelas cervejarias especiais de diferentes regiões de Minas Gerais; d) levantamento e comparação de inovações geradas em cervejarias especiais nos estados com a maior quantidade de cervejarias (Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais).

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aggio, R. B. M., Obolonkin, V., & Villas-Bôas, S. G. (2011). Sonic vibration affects the metabolism of yeast cells growing in liquid culture: a metabolomic study. *Metabolomics*, Vol. 8, 670-678.
- Almeida, S. W. D. (2014). Estudo da inovação na indústria brasileira de alimentos e bebidas. Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Alimentos, São Leopoldo (RS) Repositório Digital da Biblioteca da Unisinos. <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3671>
- Ayer, F. (2017). Com 15 cervejarias artesanais, Grande BH se consolida como o 'cinturão da cevada' em MG. Estado de Minas – Economia. https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2017/04/02/internas_economia,85_9102/ceveja-artesanal-cresce-producao-em-minas-e-grande-bh.shtml
- Back, G. D. (2015). Inovação de produto sob a perspectiva da visão baseada em recursos: o caso das Microcervejarias. Dissertação, Universidade Caxias do Sul. Programa de Pós-graduação em Administração. Repositório Institucional da Universidade de Caxias do Sul. <https://repositorio.ucs.br/handle/11338/1308>
- Barros, M. C. D. (2018). A Inovação na Indústria de Bebidas e o caso da Leão Alimentos e Bebidas. Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Minas Gerais. Repositório Institucional da Universidade Federal de Minas Gerais. <http://hdl.handle.net/1843/34901>
- Dosi, G. (1988). Sources, procedures, and microeconomic effects of innovation. *Journal of economic literature*, Vol. 26, No. 3, 1120-1171.
- Dosi, G., & Nelson, R. R. (1994). An introduction to evolutionary theories in economics. *Journal of evolutionary economics*, Vol. 4, No. 3, 153-172.
- Dosi, G. (2006). Mudança técnica e transformação industrial: a teoria e uma aplicação à indústria dos semicondutores. Editora Unicamp.
- Duarte, R. (2004). Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar*, No. 24, 213-225.
- Fabrizio, K. R., & Thomas, L. G. (2011). The impact of local demand on innovation in a global industry. *Strategic Management Journal*, Vol. 33, 42-64.
- Ferreira, R. H. (2010). Inovação em Cervejas Especiais na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Dissertação: Mestrado Profissional em Administração. Faculdades Integradas Pedro Leopoldo.
- Freeman, C., & Soete, L. (2008). A economia da inovação industrial. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- Ganzer, P. P., Biegelmeyer, U. H., Craco, T., Camargo, M. E., Olea, P. M., & Dorion, E. C. H. (2013). Modelo de Processo Tecnológico: uma descrição de evolução histórica de modelo linear para modelo interativo. In *Anais da Mostra Científica, Pós-graduação, Pesquisa e Extensão*.
- Giorgi, V. V. (2015). “Cultos em cerveja”: discursos sobre a cerveja artesanal no

- Brasil. Sociedade e Cultura, Vol. 18, No. 1, 101-111.
- Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de empresas*, Vol. 35, No. 3, 20-29.
- González Rey, F. (2005). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. Editora Pioneira Thomson Learning.
- Hirsch-Kreinsen, H., Jacobson, D., Laestadius, S., & Keith, S. (2003). Low-tech industries and the knowledge economy: state of the art and research challenges. Oslo: STEP Centre for Innovation Research.
- Hurmelinna, P., Heiko, K. K., & Jauhiainen, T. (2007). The Janus face of the appropriability regime in the protection of innovations: Theoretical re-appraisal and empirical analysis. *Technovation*, Vol. 27, No. 3, 133-144.
- Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística. (2013). *Cerveja é a bebida preferida do brasileiro para comemorações*. <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Cerveja-e-abevida-preferida-do-brasileiro-para-comemoracoes.aspx>
- Klevorick, A. K., Levin, R. C., Nelson, R. R., & Winter, S. G. (1995). On the sources and significance of interindustry differences in technological opportunities. *Research policy*, Vol. 24, No. 2, 185-205.
- Kline, S., Rosenberg, N. (1986). An overview of innovation. In: Landau, R., & Rosenberg, N. (1986). *The positive sum strategy*. Washington, DC: National Academy Press.
- Langrish, J., Gibbons, M., Evans, W. G., & Jevons, F. R. (1972). *Wealth from knowledge: Studies of innovation in industry*. J. Langrish, M. Gibbons, W. G. Evans, & F. R. Jevons (New York: Halsted/John Wiley).
- Marcusso, E. F. & Muller, C. V. (2020). Anuário da Cerveja 2019. <http://antigo.agricultura.gov.br/noticias/total-de-cervejarias-registradas-nomapa-cresceu-36-em-2019-e-chegou-a-1.209/anuariocervejaWEB.pdf>.
- Montoro Filho, A. F. M. (2017). Teoria Elementar do Funcionamento do Mercado. In: Pinho, D. B.; Vasconcellos, M. A. S. D; Júnior, R. T. *Manual de Economia*. 7. Ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 115-145.
- Morceiro, P. C. (2018). *A indústria brasileira no limiar do século XXI: uma análise da sua evolução estrutural, comercial e tecnológica*. Tese de Doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. Digital Library of Theses and Dissertations of USP. <https://doi.org/10.11606/T.12.2019.tde-07122018-115824>
- Morceiro, P. C. (2019). *Nova classificação de intensidade tecnológica da OCDE e a posição do Brasil*. Temas de Economia Aplicada. <http://www.econometrix.com.br/pdf/e8a49d0b18f54cbfee3b79e1738011ee9315b2d5.pdf#page=8>
- Pavitt, K. (1984). Sectoral patterns of technical change: towards a taxonomy and a theory. *Research policy*, Vol. 13, No. 6, 343-373. [http://dx.doi.org/10.1016/0048-7333\(84\)90018-0](http://dx.doi.org/10.1016/0048-7333(84)90018-0)
- Pombo, O. (2005). Interdisciplinaridade e integração dos saberes. *Liinc em revista*, Vol. 1 No. 1, 3-15.
- Portal Saúde. (2015). *I Levantamento Nacional sobre os Padrões de Consumo de Álcool na População Brasileira*. Disponível em: . (?)
- Prefeitura de Belo Horizonte. (2018). *Região Metropolitana de Belo Horizonte*. <http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/>

estruturateritorial/regiao-
metropolitana-de-belo-horizonte.

abordagem com dados da PINTEC.
Texto para Discussão, No. 1360.

- Rennó, A. S. (2015). Propriedade Intelectual e Apropriabilidade em Universidades Federais: Estudo Multicaso no Estado de Minas Gerais. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal de Lavras (MG). p. 168.
- Schmookler, J. (1966). *Invention and economic growth*. Harvard University Press.
- Sousa, S. A. D. (2005). Dinâmica industrial e cumulatividade tecnológica: uma abordagem evolucionária. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, Vol. 35, No. 4, 599-630.
- Tidd, J., Bessant, J. R. & Pavitt, K (2005). *Managing innovation: integrating technological, market and organizational change*. Chichester: Wiley.
- Tidd, J., & Bessant, J. (2015). *Gestão da inovação*. 5a ed. Bookman Editora.
- Tironi, L. F., & Cruz, B. D. O. (2008). Inovação incremental ou radical: há motivos para diferenciar? Uma abordagem com dados da PINTEC. Texto para Discussão, No. 1360.
- Tomasi, A. R. P. (2018). *Da panela ao copo: a produção de cerveja caseira como prática de lazer*. Tese, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Estudos do Lazer, Universidade Federal de Minas Gerais. 110p. <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-B69HB7>
- Tunzelmann, V. N., & Acha, V. (2005). Innovation in "low tech" industries. In J. Fagerberg, D. Mowery & R. R. Nelson (Eds): *The Oxford Handbook of Innovation*, pp. 407–432. Oxford: Oxford University Press.
- Vasconcelos, R. B. B. D., & Oliveira, M. R. G. D. (2018). Determinants of innovation in micro and small enterprises: a management approach. *Revista de Administração de Empresas*, Vol. 58, No. 4, 349-364. <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-759020180402>.
- Webb, T., & Beaumont, S. (2013). *Atlas mundial de la cerveza*. Blume.
- Yin, R. K. (2016). *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Penso Editora.

31 - 03 | 2024

DADOS SENSÍVEIS E A SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO

Sensitive data and information security

Seguridad de la información y los datos confidenciales

Katy Fernandes¹, Nsitukemba Vieira Viegas²

¹*Universidade Portucalense do Porto, Portugal, fernandeskaty8@gmail.com.*

²*Instituto Politécnico de Gestão e Tecnologia, Portugal, <https://orcid.org/0000-0003-1891-9093>, fernandeskaty8@gmail.com*

Autor para correspondência: fernandeskaty8@gmail.com

Data de recepção: 16-11-2023

Data de aceitação: 16-02-2024

Como citar este artigo: Fernandes, K., & Viegas, N. (2024). Dados Sensíveis e a Segurança de Informação. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 2(3), pp. 127-136.

RESUMO

Com o aumento de ataques no Ciberespaço, os dados pessoais passaram a ser o alvo principal e hoje, mais do que nunca, a Cibersegurança e a manutenção de um espaço digital resiliente são objetivos de qualquer estado que pretende ver o seu cidadão protegido (cidadania digital), imbuído dos seus direitos e sujeitos de proteção de direitos. O espaço de liberdade permitida e possibilitado no mundo digital tem impactos na realidade das pessoas, pelo que, a proteção dos indivíduos verdadeiramente integral e efectiva deve abarcar a esfera digital. Daí que, a segurança de informação tornou-se um desígnio e um desiderato a ser perseguida pelos estados e isso implica além da criação, alteração e adaptação de medidas legislativas, mas sobretudo da melhoria das medidas de segurança que sejam implementadas e da forma como são executadas, a fim de preservar os direitos humanos e fundamentais das Cite zens (Cidadãos digitais).

Palavras-chave: Cibersegurança, Comportamento humano, Privacidade dos dados.

ABSTRACT

With the increase in attacks in Cyberspace, personal data has become the main target and today, more than ever, Cybersecurity and the

maintenance of a resilient digital space are objectives of any state that wants to see its citizen protected (digital citizenship), imbued with their rights and subject to rights protection. The space of freedom allowed and made possible in the digital world has impacts on people's reality, therefore, the truly comprehensive and effective protection of individuals must encompass the digital sphere. Hence, information security has become a goal and a desideratum to be pursued by states and this implies, in addition to the creation, alteration and adaptation of legislative measures, but above all the improvement of the security measures that are implemented and the way in which they are carried out in order to preserve the human and fundamental rights of Citizens (Digital Citizens).

Keywords: Cybersecurity, Human behavior, Data privacy.

RESUMEN

Con el aumento de los ataques en el Ciberespacio, los datos personales se han convertido en el principal objetivo y hoy, más que nunca, la Ciberseguridad y el mantenimiento de un espacio digital resiliente son objetivos de cualquier Estado que quiera ver a sus ciudadanos protegidos (ciudadanía digital), imbuidos de sus derechos y sujetos a

protección de derechos. El espacio de libertad permitido y posibilitado en el mundo digital tiene impactos en la realidad de las personas, por lo que la protección verdaderamente integral y efectiva de las personas debe abarcar el ámbito digital. De ahí que la seguridad de la información se haya convertido en una meta y un desiderátum a perseguir por parte de los estados y esto implica, además de la creación, alteración y adaptación de medidas legislativas, pero sobre todo el mejoramiento de las medidas de seguridad que se implementan y la forma en que se implementan. se llevan a cabo con el fin de preservar los derechos humanos y fundamentales de los Ciudadanos (Ciudadanos Digitales)..

Palabras llave: Ciberseguridad, Comportamiento humano, Privacidad de datos.

INTRODUÇÃO

A Preocupação com a privacidade e proteção de dados, não é um fenómeno exclusivo da atual sociedade de informação contemporânea, em 1980, nos finais do século XX, Samuel Warren publicou um artigo intitulado *The right to privacy* no qual defendia pela primeira vez o reconhecimento do direito à privacidade e à reserva da vida privada.

Preocupação que só obteve consideração ao nível da comunidade internacional em 1948, aquando da proclamação pela Assembleia Geral das Nações Unidas da Declaração Universal dos Direitos do Homem, onde se refere no artigo 12.º, que “ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques, foi reconhecido a toda a pessoa um direito à protecção da lei, ficando assim consagrado o princípio do respeito pela vida privada, como reconhecimento da dignidade humana.

Posteriormente, em 1950, a Convenção Europeia dos direitos do Homem veio a considerar que “toda a pessoa tem direito ao respeito à sua vida privada e familiar, do seu domicílio e da sua correspondência”.

O Conselho da Europa (CE) em 1981, viria a adoptar a convenção 108 para a protecção das pessoas relativamente ao tratamento automatizado de dados pessoais, dando especial atenção aos dados sensíveis, como são os relativos à saúde, vida sexual ou condenações penais.

Em 1995, a União Europeia aprovou a directiva sobre a protecção de dados pessoais, que veio a ser substituído pela GRPD - Regulamento Geral sobre a Protecção de Dados - relativa à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE.

Em 2000, o conselho de Nice proclamou a carta dos direitos fundamentais da União Europeia que, nos seus artigos 7º e 8º, confirma o direito ao respeito pela vida privada e à protecção dos dados pessoais.

No mesmo ano, a União Africana adoptou a convenção da União Africana sobre a Cibersegurança e protecção de dados pessoais (2000), fixando as normas de segurança essenciais para a criação de um espaço digital credível para as transações eletrónicas, protecção de dados pessoais e luta contra o cibercrime.

O direito fundamental à privacidade comporta três facetas. A primeira diz respeito ao direito a desfrute de uma vida privada livre, sem intervenção ou intrusão de terceiros; a segunda, consagra o direito a comunicar com terceiros sem medo de ser-se vigiado, e a terceira, comporta o direito a controlo e o acesso a informações pessoais - base do direito à autodeterminação informativa. O valor superior da dignidade humana e da identidade individual de cada titular de dados pessoais legitimam a protecção da privacidade e intimidade das pessoas, a nível constitucional. Conforme podemos constatar infra,

“El tema de la protección de datos personales comporta y debe comportar el reconocimiento de los derechos fundamentales que tienen que ser tutelados por el estado. Estos derechos constituyen el núcleo de identidad de las personas, sus patrones, perfil personal e individual, sus modos de vida, sus propósitos o

proyectos, enfin, el memorial destacado de la personalidad, del individuo en cuyo seno está contenida toda clase infogenética de la caracterización social y individual” (La Protección de Datos Personales en Internet y Habeas data -, Revista Derecho y Tecnología n.º 13/2012 - ISSN: 1317-9306)

Num mundo mediado por tecnologias emergentes e de ponta - as TIC's (Tecnologias de informação e de comunicação), considerado por muitos a Era dos dados ou Geitzest do século XXI, falar de dados pessoais é além de necessária, fundamental para que possamos, pelo seu carácter cross-sectorial (transversal a todas as áreas, rectius gestão administrativa, contabilística, financeira, na saúde, justiça, e outras) nos orientar e tomar as decisões precisas, de forma cuidada, com plena e real eficácia no mundo real.

Por isso, é preciso reconhecermos, como o fez Amadeu Guerra (A Lei de proteção de dados pessoais - in direito da sociedade da informação, volume II, coimbra editora 2001), que “a informática se apresenta como instrumento adequado à sistematização, produção e distribuição da informação, bem cedo se deparam ao direito novos problemas advenientes da concepção de programas, da recolha, tratamento automatizado e distribuição da informação”.

Dados pessoais

Uma definição ilustrativa de dados pessoais nos é dada pela Convenção da União Africana sobre a Cibersegurança e proteção de dados pessoais, como sendo qualquer informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável, através essa pessoa pode ser identificada, directa ou indirectamente, em particular através de inferência a um número de identificação ou a um ou vários factores específicos à sua identidade física, fisiológica, mental, económica, cultural ou social.

Já dados sensíveis refere-se a informações que tratam de características da personalidade do indivíduo, tais como origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de carácter religioso, filosófico ou político, dado referente a saúde ou a vida sexual, dado genético ou

biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

Dentre a panóplia especial dos dados sensíveis ou especiais temos os dados de saúde ou do domínio da saúde, no termos da mesma convenção, como sendo qualquer informação sobre o estado físico e mental de uma pessoa (física ou natural) titular dos dados, incluindo informações genéticas.

Na doutrina, numa colocação mais singela, José Van Djick define “dados” como sendo qualquer tipo de informação em um formato apto a ser utilizado por um computador (se entende cualquier tipo de información en un formato apto para su utilización por parte de una computadora), ou dispositivo electrónico, acrescentamos nós, como sejam um texto, uma imagem, um som e números, nome, o género, data de nascimento e o código postal (solicitados quando se inscreve numa plataforma digital).

Nessa particular, importante diferenciarmos dados públicos dos dados privados. Por um lado, como “aqueles que são do conhecimento geral, fazendo parte do conhecimento e acervo da sociedade, como os que constam de cadastro à disposição do público e os dados registados em cartórios, repartições públicas, não cobertos pelo sigilo”, nesse sentido, são públicos dados como o nome, endereço, número de telefone, sexo, dados de nascimento, profissão, identidade civil e/ou proficoidal, estado civil, filiação partidária.

Por seu turno, dados privados, “são os relativos à pessoa física ou pessoa jurídica que se mantêm na esfera da vida privada do cidadão ou da empresa, sem ser do conhecimento geral”, estão aqui incluídas informações confidenciais, sigilosas, as estritamente pessoais e que não devam cair no conhecimento público.

Assim dados referentes à vida pessoal do cidadão, hábitos de consumo, preferências no lazer, a correspondência recebida e a expedida, as ligações telefónicas, os conteúdos das mensagens electrónicas recebidas e expedidas, as páginas de internet com restrições de acesso.

No meio, estão os dados privados autorizados, ou seja, aqueles cujo titular

permite ou outoriza a sua inclusão em uma determinada base de dados.

Constituições de vários países, vide a Cabo Verdiana (artigo 45.º) e a Angolana (artigo 32.º) considerou um núcleo restrito de dados insuscetíveis de tratamento, como sejam, os de convicções filosóficas ou políticas, filiação partidária ou sindical, fé religiosa, vida privada e origem étnica, salvo mediante consentimento expresso do titular, autorização legal, com garantias de não discriminação e quando os mesmos destinem a processamento de dados estatísticos não individualmente indetificáveis. Significando que a limitação imposta ao tratamento daqueles rol de dados, em princípio são proibidos, havendo a possibilidade de tratamentos mediante condições específicas.

É preciso precisar no entanto, que a Constituição Cabo-Verdiana, coisa que o Constituinte Angolano não fez, autonomizou o direito à protecção de dados pessoais no artigo 45.º cuja a epigrafe é “Utilização de meios informáticos e protecção de dados pessoais”, o que vai de encontro posicionamento relativamente à protecção de dados pessoais *latu sensu*, além da esfera da vida privada, como assertivamente expõe Ingo Wolfgang Scarlet, *in verbis*,

Nessa perspetiva, é crucial que se tenha presente que embora a protecção de dados tenha sido deduzida (associada), em diversos casos, do direito a privacidade (v.g., nos EUA, o conceito de *informational privacy*) ou, pelo menos, também do direito a privacidade, como no caso da Convenção Europeia de Direitos Humanos (nos termos da exegese do artigo 8.º levada a efeito pela CEDH), o fato é que o objecto (âmbito de protecção) do direito a protecção de dados pessoais é mais amplo, porquanto, com base num conceito ampliado de informação, abarca todos os dados que dizem respeito a uma determinada pessoa natural, sendo irrelevante a qual esfera da vida pessoal se referem (íntima, privada, familiar, social), descabida qualquer tentativa de delimitação temática. O que se pode afirmar, sem temor de incorrer em erro, e que seja na literatura jurídica, seja na legislação e jurisprudência, o direito a protecção de dados

vai além da tutela da privacidade, cuidando-se, de tal sorte, de um direito fundamental autónomo, directamente vinculado a protecção da personalidade. Alias, não é a toa que Bruno Ricardo Bioni alertou para o facto de que o entendimento, hoje amplamente superado, de que o direito fundamental a protecção de dados consiste em mera evolução do direito a privacidade, e uma “construção dogmática falha”.

Tratamento de dados sensíveis

Grosso modo, tratamento de dados é toda operação realizada com dados pessoais, tais como colecta, utilização, armazenamento, compartilhamento, eliminação, etc. havendo a faculdade de tais operações poderem ser materializadas de forma automática ou não.

Para aferirmos o verdadeiro sentido de tratamento dos dados, trazemos a definição disposta na Convenção da União Africana sobre a Cibersegurança e Protecção de dados pessoais, sendo o tratamento aí considerado como qualquer operação ou conjunto de operação efectuados sobre os dados pessoais, que através de meios automáticos ou não, tais como recolha, registo, organização, armazenamento, adaptação, alteração, recuperação, suporte, cópia, consulta, utilização, divulgação, ou qualquer outra forma de distribuição, ou de outro modo, fazendo disponibilização, alinhamento ou distribuição de dados pessoais.

O Regime Jurídico dos dados pessoais, na esteira do previsto na Constituição (CV), proíbe o tratamento de dados especiais no artigo 8.º (legislador infraconstitucional preferiu essa expressão, ao - dados sensíveis -), e é mais abrangente, além da proibição de tratamento de dados relativos a convicções filosóficas ou políticas, filiação partidária ou sindical, fé religiosa, vida privada e origem étnica, proíbe o tratamento de dados genéticos, dados biométricos, os relativos à saúde, à vida sexual, ou orientação sexual, salvo, o tratamento mediante consentimento do titular ou autorização legal, com garantias de não discriminação e com medidas de segurança adequadas;

Quando tenham por fim o tratamento ou processamento de dados estatísticos, não individualmente identificáveis, com adoção de medidas de segurança adequadas; ou ainda, mediante autorização da autoridade nacional de protecção de dados, justificada em interesse público ou para prossecução de interesse legítimo do responsável pelo tratamento, salvaguardas que sejam, o direito a não discriminação e aplicadas as medidas de segurança adequadas.

O que vêm a ser essas medidas de segurança adequadas, atenta à sensibilidade dos dados em causa e que visam reforçar o controlo de entradas nas instalações, o acesso aos dados e suportes de dados, o controlo da utilização dos sistemas de tratamento automatizados por pessoas não autorizadas ou o controlo da transmissão dos dados?

No que aos dados sensíveis de saúde diz respeito, essas medidas se reportam às situações assegurem, “a implementação de medidas destinadas a impedir o acesso indevido de terceiros aos processos clínicos e aos sistemas informáticos que contenham informação de saúde, incluindo as respectivas cópias de segurança, assim como a separação lógica entre dados de saúde e dados administrativos”, e as que resultem, “necessária a identificação das potenciais vulnerabilidades do sistema, bem como uma previsão do impacto que essas falhas de segurança possam causar, de modo a proceder a uma análise e avaliação de riscos correcta e realista que conduzam a uma definição eficaz das medidas de segurança que melhor poderão dar resposta às necessidades da Instituição” . Nesse sentido vide o artigo 24.º do regime de protecção de dados pessoais de pessoas singulares de cabo verde, a relativa á segurança e confidencialidade no tratamento.

Tendo o legislador discriminado no artigo 25.º do mesmo diploma um rol de medidas consideradas especiais de tratamento, tendo previsto no seu número 1, “que os responsáveis pelo tratamento dos dados referidos nas alíneas do número 1, nos números 4 e 5 do artigo 8.º (dados especiais) e no número 1 do artigo 11.º devem tomar as medidas adequadas e

acrescidas de segurança da informação, designadamente para:

a) Impedir o acesso de pessoa não autorizada às instalações utilizadas para o tratamento desses dados (controlo da entrada nas instalações); b) Impedir que suportes de dados possam ser lidos, copiados, alterados por pessoa não autorizada (controlo dos suportes de dados); c) Impedir a introdução não autorizada, bem como a tomada de conhecimento, a alteração ou a eliminação não autorizadas de dados pessoais inseridos (controlo da inserção); d) Impedir que sistemas de tratamento automatizados de dados possam ser utilizados por pessoas não autorizadas através de instalações de transmissão de dados (controlo da utilização); e) Garantir que as pessoas autorizadas só possam ter acesso aos dados abrangidos pela autorização (controlo de acesso); f) Garantir a verificação das entidades a quem possam ser transmitidos os dados pessoais através das instalações de transmissão de dados (controlo da transmissão); Garantir que possa verificar-se, a posteriori, em prazo adequado à natureza do tratamento, a fixar na regulamentação aplicável a cada sector, quais os dados pessoais introduzidos, quando e por quem (controlo da introdução); h) Impedir que, na transmissão de dados pessoais, bem como no transporte do seu suporte, os dados possam ser lidos, copiados, alterados ou eliminados de forma não autorizada (controlo do transporte).

Mais, segundo dispõe o número 2 da mesma norma, caso a comissão de protecção de dados entender, pode dispensar a existência de certas medidas de segurança, atendendo à natureza das entidades responsáveis pelo tratamento e o tipo de instalações em que é efectuado. Essa mesma entidade pode determinar que a transmissão seja cifrada, nos casos em que a circulação em rede de dados pessoais referidos nos artigos 8.º e 11.º possa pôr em risco direitos, liberdades e garantias dos respetivos titulares (4).

Além das questões ligadas à privacidade, intimidade e autoterminação informativa, Amadeu Guerra defende que outras “interrogações” poderão ser levantadas quanto à possibilidade de tratamento de dados de origem étnica, designadamente em matéria de

investigação policial e prevenção criminal - especialmente em sede de cooperação policial - e no domínio da medicina preventiva ou diagnóstico médico”.

De entre a panóplia dos dados considerados especiais ou sensíveis, o legislador de vários países é rigoroso em reconhecer e classificar como sendo proibida o seu tratamento, salvo as enumeradas exceções acima indicadas, tomamos, nessa pequena dissertação, como exemplo intuitivamente os dados de saúde.

Os dados de saúde são o elixir da medicina do futuro, enfatiza Francisca R. Fernández, no sentido de que, nas palavras da autora, “una medicina que se caracterizara por la predicción ayudada por la inteligencia artificial. Si la medicina del siglo 20 fue preventiva, la del siglo 21 es predictiva, anticipandose a las enfermedades que podemos padecer, y precisamente para poder disponer de aplicaciones de diagnóstico y tratamiento que se basan en los datos facilitados y que le permitira diseñar tratamientos “diana” para combatirlas, precisamente basandose en la información de otras personas que la hayan padecido anteriormente, através de sus datos”.

A mais remota possibilidade de se ter livre acesso aos dados pessoais de saúde das pessoas traz ao de cima a preocupação de se estar a desnudar a pessoa juntamente com o seu historial médico, genético muito além do seu titular. O tratamento desse tipo específico de dados exige além de acrescidos métodos de segurança, a máxima confidencialidade e sigilo quando permitida o seu tratamento, sob pena de estar a violar o valor - direito também de teor constitucional, que a reserva da intimidade e a protecção ao direito privacidade (artigo 42.º n.º 2 CRCV).

Hoje em dia, os ataques mais comuns se derigem a estabelecimentos de saúde, precisamente pelo carácter dos dados, os criminosos informáticos sabem que uma vez sequestrados esses dados a probabilidade de haver pagamento pelo respetivo resgate é maior do que nas outras categorias de dados, tornando-se assim uma indústria apelativa aos criminosos cibernéticos.

E a preocupação aumenta, quanto considerarmos que a tutela dos dados sensíveis de saúde ou genético vai muito além da preserva da intimidade e a privacidade do seu titular, exige igualmente que se assegure evitando a discriminação de acesso à saúde e ao tratamento devido, acesso ao seguro de saúde, acesso ao emprego, contratação, promoção, pode levar à desciminação da pessoa nos locais de trabalho, pode levar a demissão de um funcionário, estigmatização social do indivíduo pelas circunstâncias da sua saúde ou da sua aparência física associada a condições de saúde.

A colecta descontextualizada e o tratamento indiscriminado desse tipo de dados põe em causa a dignidade do seu titular pelas consequências lesivas que poderá acarretar ao seu titular.

Daí que, além da exigência e imposição por força da CRCV e do próprio RJGPDP de adopção de acrescidas medidas de protecção, obedecendo a critérios “restritos, cautelosos e que demonstrem segurança quanto a devida e justa protecção” por parte dos responsáveis pelo tratamento.

Descrevendo a realidade de São Tomé e Príncipe, durante a pandemia do Covid-19 e num mundo pós-pandémico, Baía realça que na gestão de dados pessoais de saúde é fundamental ter-se presente o fato de que [...] cada vez mais utilização dos meios informatizados para processar dados e informações que alimentam o funcionalismo que ajuda a manter activo as redes de sistemas de saúde, o problema da protecção de dados e, por inerência, o conjunto de informações do histórico clínico dos seus titulares, coloca-se perante às insuficiências e muito frágil sistemas e métodos de tratamento existentes em STP”, cenário que descreve a situação dos demais Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, Cabo Verde concretamente.

Ainda, os dados vertidos nos relatórios produzidos em perícias médico-legais tanto de pessoas vivas como as que estão mortas são considerados dados sensíveis, conforme o sentido do Parecer da Procuradoria Geral da República Portuguesa em 2005,

“os elementos recolhidos nos exames médico-legais de pessoas vivas, e vertidos nos respectivos relatórios, constituem dados pessoais sensíveis, que beneficiam da protecção conferida à reserva da vida privada pelo artigo 26º, nº 1, da Constituição; Os elementos recolhidos nos exames médico-legais de cadáveres, e vertidos nos respectivos relatórios, merecem igualmente protecção, com fundamento no princípio da dignidade humana (artigo 1º da Constituição), precipitado num direito geral de personalidade, que é acolhido no artigo 26º, nº 1, da Constituição e que se projecta nos falecidos quanto ao segmento respeitante à reserva da vida privada.”

“A recolha e interconexão de dados pessoais, particularmente de dados sensíveis, são outra das ameaças mais correntemente citadas: os serviços da administração do Estado, bem como grandes empresas e instituições financeiras, recolhem informações sobre as pessoas e com elas constituem grandes bases de dados pessoais, necessárias ao cumprimento das suas atribuições. Ao estabelecer uma interconexão entre essas bases é possível obter informações de carácter privado, como a religião ou a saúde, que se podem revelar discriminatórias em situação de candidatura a emprego ou outras similares.

Os danos derivados de um tratamento não adequado, sem aplicação de qualquer mecanismo segurança resulta em prejuízo à integridade ou à disponibilidade de dados, de um programa, sistema ou uma informação, tendo o potencial de causar danos e prejuízos a seu titular individualmente considerado, ou em termos gerais, acarretar dados falaciosos (falsos) ou enviesados num determinado resultado de pesquisa ou treinamento de um dados sistema de inteligência artificial (nesse sentido vide dados sintéticos).

A título de exemplo, aponta Franciano Beltramini, relativamente a informações referentes a saúde e a genética de uma determinada pessoa, que estão armazenadas nos bancos de dados de hospitais, dos planos de saúde e dos laboratórios, tem um potencial de impedir que uma seguradora ou empresa de plano de saúde aceite determinado cliente de

maneira abusiva, gerando, assim, uma discriminação.

Nas palavras de Ana Vaz, a liberdade de circulação da informação, de forma segura, é um bem essencial à preservação dos direitos fundamentais e conseqüentemente ao funcionamento regular da sociedade, tanto que, para salvaguarda da privacidade e da protecção de dados pessoais, a segurança da informação é um valor indispensável.

Para protecção de dados pessoais de maior sensibilidade, o artigo 15.º (segurança de tratamento) do RJPDP exige medidas de segurança mais severas, bem como o controlo da inserção, utilização, acesso e transmissão desses dados. Determina ainda que os sistemas de tratamento da informação garantam a separação lógica entre os dados referentes à saúde e à vida sexual, incluindo os genéticos, dos restantes dados pessoais”.

Princípios relativos à qualidade dos dados

O princípio fundamental sobre o tratamento de dados - transparência, licitude, com respeito pelas normas da boa fé, devendo os dados ser recolhidos para um fim determinado, explícitas e legítimas, e processadas de forma adequadas e pertinentes ao fim previsto que determinou a recolha, devendo aos titulares dos dados ser assegurados o direito de acesso, à informação, retificação, oposição e apagamento.

Consentimento

Dados sensíveis, para efeitos de tratamentos, estão sujeitos a limites e condições adicionais, além das exigidas num tratamento de dados pessoais que não tenham esse carácter especial.

O princípio do consentimento joga um papel fundamental em qualquer acto de tratamento de dados, mas com maior incidência no grupo dos dados especiais (saúde, biometria), devendo ser prestado forma explícito, informado, derivar da livre vontade do seu titular, e ser específica, atendo ao limite intrínseco imposto pelo princípio da finalidade.

O consentimento pode não ocorrer da mesma forma em todo tipo de tratamento de dados pessoais, haja vista, o seu peso é menor quando haja desequilíbrio no relacionamento, a título

de exemplo, o derivado da assimetria de poderes que deriva entre o empregador e o empregado. Nestes casos, o consentimento sozinho não é suficiente (por falta da declaração de vontade livre do empregado) para legitimar um tratamento, outros elementos devem ser considerados na avaliação, como seja o contrato ou acordo derivado do contrato de trabalho, sendo nestes casos, o tratamento de dados do empregado necessário para conformar a relação laboral.

Partilha da mesma opinião de Teresa Coelho Moreira ao considerar que o Regulamento Geral de proteção de dados (2018) atribui uma enorme importância à relação de trabalho e a definição de consentimento do titular de dados pessoais para tratamento de dados. Segundo a autora, “este Regulamento Geral retirou o acento tónico do consentimento como fundamento jurídico válido para o tratamento de dados pessoais quando, nos termos do considerando (34) 'exista um desequilíbrio manifesto entre o titular dos dados e o responsável pelo seu tratamento', como é o caso, claramente, da relação de trabalho. Este considerando é muito importante porque significa que, para que um tratamento de dados pessoais realizado pelo empregador seja válido, terá de assentar noutros princípios que não o mero consentimento do trabalhador”.

Considera a mesma autora que “sem dúvida, que a noção de consentimento, entendido como uma manifestação de vontade livre, específica e informada, e um conceito de difícil concretização e de difícil preenchimento no contexto de uma relação de trabalho”, o autor citado supra esclarece ainda que, considera-se que, no âmbito laboral, o requisito do consentimento fica relegado para um segundo plano, já que o trabalhador interessado se encontra numa posição de desigualdade em relação ao responsável pelo tratamento, isto é, o empregador, desigualdade na sua necessidade de obtenção de um posto de trabalho, no caso dos candidatos a emprego, ou de manutenção do mesmo, no caso de trabalhadores.

Não parece que neste tipo de relação se possa falar de um consentimento prestado livremente, principalmente quando o

consentimento e requisito para a obtenção de um serviço essencial ou, no caso que aqui nos interessa, para a manutenção de um posto de trabalho, não podendo falar-se aqui de uma verdadeira liberdade de escolha¹⁴⁶. Quando uma das partes está submetida ao poder contratual de outrem, não usufruindo de suficiente margem de defesa dos seus próprios interesses e de autoafirmação, o seu consentimento em relação ao contrato e aos vários termos deste não confere qualquer garantia substancial de integrar uma manifestação verdadeira de autodeterminação”.

Assim sendo, propõe Teresa Coelho Moreira que o acento tónico nesse tipo de relação não devia estar no consentimento à semelhança do que sucede no direito civil, mas que, na esfera do direito laboral (que deve proteger o trabalhador como parte mais fraca da relação) devendo-se priorizar o “princípio da finalidade e no prosseguimento de fins específicos e não de outros, colocando o acento tónico neste princípio e na ideia do tratamento ser pertinente e necessário, respeitando sempre o princípio da proporcionalidade”.

Assim sendo, conclui, o único pressuposto legitimador para tratamento de dados pessoais do trabalhador é aquele que derivar da prossecução de interesses legítimos da entidade empregadora aferíveis em função do caso concreto, e nos termos do art.º 6.º, n. 1, alínea b), do RGPD, quando o tratamento for necessário para a execução do contrato de trabalho.

Convenção da União Africana sobre a Cibersegurança e Proteção de Dados Pessoais considera consentimento [do sujeito do titular de dados] como sendo qualquer manifestação de vontade expressa, inequívoca, livre, específica e informada através da qual a pessoa interessada ou o seu representante legal, judicial ou convencional aceita que os dados sejam processados manual ou eletronicamente.

Embora tenhamos focado dados sensíveis na perspetiva da saúde, por ser aquela que intuitivamente poderia levar a uma maior discriminação das pessoas ou serem utilizadas com fins discriminatórias, na mesma convenção citada, é considerado dados

sensíveis outros tipos de dados além da de saúde, verbi gratia, os relativos às opiniões ou actividades, religiosas, filosóficas, políticas, sindicais, bem como os relacionados à vida sexual ou raça, saúde, medidas sociais, processos judiciais, sanções penais ou administrativas.

Protecção

A questão da tutela dos dados pessoais vai além de uma questão puramente individual, no que tange aos direitos personalíssimos da pessoa, na actual sociedade de informação é condição necessária para uma democracia sã, onde a sociedade como colectividade, salvaguarda e tutela os direitos das pessoas.

“Sin una concreta protección del manejo de los datos personales muchos derechos individuales pueden quedar en la letra de la ley - cuanto maior la tutela de la persona frente al tratamiento de sus datos, maior vigencia del modelo de Estado democrático”. (La Protección de Datos Personales en Internet y Habeas data -, Revista Derecho y Tecnología n.º 13/2012 - ISSN: 1317-9306)

Uma protecção efectiva dos dados pessoais sensíveis deve observar os princípios da responsabilidade, da limitação, da qualidade dos dados, confidencialidade, protecção da segurança, imparcialidade, autodeterminação informativa, consentimento do titular.

Excepção à proibição de tratamento de dados sensíveis.

O Regulamento Geral Europeu de protecção de dados, assim como as diversas leis que nele se inspirou reconhece como legítima algumas situações exceções à proibição de tratamento de dados sensíveis, em especial, os dados genéticos e os dados de saúde, indica que situações de interesse público essencial, de medicina preventiva o laboral, e de saúde pública geral, protecção de ameaças transfronteiriças graves para a saúde, a salvaguarda de elevados níveis de qualidade e segurança sanitária e de produtos, incluindo medicamentos. Casos de investigação científica, histórica ou fins estatísticos, podem legitimar tratamentos de dados considerados sensíveis.

Com a crescente onda de digitalização da justiça, através de processamento electrónico dos processos, torna-se imperioso, face aos desafios que o mundo digital comporta, em suas várias possibilidades de acções, id est, face a possibilidade de intrusões ilegítimas nas redes de dados judiciais, surge nítido “a necessidade de protecção dos dados pessoais constantes dos mesmos, que deve depois ser compatibilizada com o funcionamento do próprio sistema judicial”, frisa Oliveira Fernandes.

Todavia, apesar da sua relevante e imperiosa importância, e porque, a finalidade e os pressupostos do sistema judicial compartilha com a tutela da vida privada, intimidade e dados pessoais igual valor constitucional, ainda que difícil, é essencial efetuar a concordância prática entre aqueles valores constitucionais, os direitos fundamentais garantidos aos sujeitos processuais (como, desde logo, o direito ao contraditório), e a tutela dos dados pessoais que estão recolhidos nos respetivos processos judiciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

La Cultura de la Conectividad, Una Historia Crítica de las Redes Sociales, Siglo Veintiuno Editores, 2016.

da Veiga, L. A., & Aires, J. R. (1994). *Dados e Informações na Internet: é legítimo o uso de Robôs para formação de base de dados de clientes?* (in *Direito e Informática*, editora Manole, 1ª edição.

Protecção de dados pessoais como direito fundamental autónomo na Constituição Brasileira de 1988, in *Estudos sobre Lei Geral de Protecção de Dados, Doutrina e aplicação no âmbito Laboral*, organizado por Luciane Cardoso Barzotto, Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa - Porto Alegre: Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Diadorim Editora, 202, página 144 e seguintes. (acesso 27.07.2023)

Tratamento de dados pessoais sensíveis ligados a saúde do trabalhador à luz da Lei Geral de Protecção de Dados

(LGPD), Marina Richard de Toledo, Ricardo Goldschmidt - in Estudos sobre Lei Geral de Proteção de Dados, Doutrina e aplicação no âmbito Laboral.

Editora, 202, página 109 e seguintes. (acesso em 25.07.2023)

organizado por Luciane Cardoso Barzotto, Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa - Porto Alegre: Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 4a Região. Diadorim Editora, 202, página 144 e seguintes. (acesso 27.07.2023)

Baía, G. (2021). Breves Comentários à LPDP - da República Democrática de São Tomé e Príncipe, AAFDL, p. 77.

Segurança da Informação. Proteção da Privacidade e dos Dados Pessoais, Revista Nação e Defesa, n.º 117, 3ª série /2017.

A Declaração Internacional sobre Dados Genéticos Humanos, de 16 de outubro de 2003, da UNESCO, define Dados biomédicos como sendo aquelas “información sobre las características hereditarias de las personas, obtenida por análisis de ácidos nucleicos outros análisis científicos” (<https://es.unesco.org/about-us/legal-affairs/declaracion-internacional-datos-geneticos-humanos>). Acesso 25.07.2023).

Protécción de Ddos de Salud en el Âmbito Laboral: Una Perspetiva Española, Francisca R. Fernández - O consentimento do Trabalhador e o Regulamento Geral de Proteção de Dados, in Estudos sobre Lei Geral de Proteção de Dados, Doutrina e aplicação no âmbito Laboral, organizado por Luciane Cardoso Barzotto, Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa - Porto Alegre: Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 4a Região. Diadorim Editora, 202, p. 104 e seguintes. (acesso em 25.07.2023)

A Lei de Proteção de Dados Pessoais - in Direito da Sociedade da Informação, volume II, coimbra editora 2001, p. 156.

Porteção de Dados e o Sistema Judicial Português – Uma Síntese: José Joaquim Fernandes Oliveira Martins - in Estudos sobre Lei Geral de Proteção de Dados, Doutrina e aplicação no âmbito Laboral, organizado por Luciane Cardoso Barzotto, Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa - Porto Alegre: Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 4a Região. Diadorim Editora, 202, p. 112 e seguintes. (acesso 26.07.2023)

Privacidade da Informação no setor da Saúde – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, Portugal - https://spms.min-saude.pt/wp-content/uploads/2017/03/Guia-Privacidade-SMPS_RGPD_digital_20.03.172-v.2.pdf. acesso 28.07.2023

Protécción de Ddos de Salud en el Âmbito Laboral: Una Perspetiva Española, Francisca R. Fernández - O consentimento do Trabalhador e o Regulamento Geral de Proteção de Dados, in Estudos sobre Lei Geral de Proteção de Dados, Doutrina e aplicação no âmbito Laboral, organizado por Luciane Cardoso Barzotto, Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa - Porto Alegre: Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 4a Região. Diadorim

Porteção de Dados e o Sistema Judicial Português – Uma Síntese: José Joaquim Fernandes Oliveira Martins - in Estudos sobre Lei Geral de Proteção de Dados, Doutrina e aplicação no âmbito Laboral, organizado por Luciane Cardoso Barzotto, Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa - Porto Alegre: Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 4a Região. Diadorim Editora, 202, p. 112 e seguintes. (acesso 26.07.2023)

31 - 03 | 2024

TRANSFORMAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO DE EMPRESAS MOÇAMBICANAS COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Transformation of the management model of mozambican companies with artificial intelligence challenges and perspectives

Transformación del modelo de gestión de las empresas moçambicanas con retos y perspectivas de la inteligencia artificial

José Elias Machado¹

¹Instituto Superior de Formação, Investigação e Ciências (ISFIC), Moçambique. <https://orcid.org/0009-0002-1490-2278>, zefanias.magodo@gmail.com

Autor para correspondência: jchamado@gmail.com

Data de recepção: 15-11-2023

Data de aceitação: 16-03-2024

Como citar este artigo: Machado, J. E. (2024). Transformação do modelo de gestão de empresas Moçambicanas com Inteligência Artificial desafios e perspectivas. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 2(3), pp. 137-143.

RESUMO

A Inteligência Artificial está desempenhando papel fundamental na evolução da gestão empresarial em Moçambique e no mundo. Este resumo objectiva analisar o impacto da adopção da IA nas empresas moçambicanas, enfatizando os desafios e perspectivas. Impacta na gestão: Aprimora a tomada de decisões, aumenta a eficiência operacional, reduz custos; estimula a inovação; automatiza tarefas rotineiras; melhora o atendimento ao cliente A adopção da IA enfrenta desafios em Moçambique, como infraestruturas tecnológicas limitadas, escassez de profissionais em IA, altos custos iniciais e resistência à mudança. A estratégica adopção de IA proporciona vantagem competitiva, sustentabilidade a longo prazo. Para minimizar o receio de desemprego, é importante investir na requalificação da mão-de-obra, e a colaboração entre empresas e funcionários é essencial, fornecendo programas de treinamento e desenvolvimento de habilidades. A IA cria novos empregos, em desenvolvimento, manutenção e supervisão de sistemas de IA, exigindo especialistas em IA e cientistas de dados.

Palavras-chave: Inteligência artificial (IA), Gestão de empresas, Competitividade, vantagem competitiva.

ABSTRACT

Artificial Intelligence is playing a fundamental role in the evolution of business management in Mozambique and around the world. This summary aims to analyze the impact of adopting AI on Mozambican companies, emphasizing the challenges and perspectives. Impact on management: Improves decision making, increases operational efficiency, reduces costs; stimulates innovation; automates routine tasks; improves customer service AI adoption faces challenges in Mozambique, such as limited technological infrastructures, shortage of AI professionals, high initial costs and resistance to change. The strategic adoption of AI provides competitive advantage, long-term sustainability. To minimize the fear of unemployment, it is important to invest in retraining the workforce, and collaboration between companies and employees is essential, providing training and skills development programs. AI creates new jobs, in developing, maintaining and

supervising AI systems, requiring AI experts and data scientists.

Keywords: Artificial intelligence (AI), Business management, Competitiveness, competitive advantage.

RESUMEN

La Inteligencia Artificial está jugando un papel fundamental en la evolución de la gestión empresarial en Mozambique y en todo el mundo. Este resumen tiene como objetivo analizar el impacto de la adopción de la IA en las empresas mozambiqueñas, enfatizando los desafíos y las perspectivas. Impacto en la gestión: Mejora la toma de decisiones, aumenta la eficiencia operativa, reduce costos; estimula la innovación; automatiza tareas rutinarias; mejora el servicio al cliente La adopción de la IA enfrenta desafíos en Mozambique, como infraestructuras tecnológicas limitadas, escasez de profesionales de la IA, altos costos iniciales y resistencia al cambio. La adopción estratégica de la IA proporciona una ventaja competitiva y sostenibilidad a largo plazo. Para minimizar el miedo al desempleo, es importante invertir en la reconversión de la fuerza laboral, y la colaboración entre empresas y empleados es esencial, proporcionando programas de capacitación y desarrollo de habilidades. La IA crea nuevos puestos de trabajo en el desarrollo, mantenimiento y supervisión de sistemas de IA, lo que requiere expertos en IA y científicos de datos.

Palabras clave: Inteligencia artificial (IA), Gestión empresarial, Competitividad, ventaja competitiva.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a Inteligência Artificial (IA) tem se mostrado como uma tecnologia transformadora na gestão de empresas. A sua adoção na gestão empresarial em Moçambique, representa uma mudança fundamental na forma como as empresas operam. A adoção da IA na gestão de empresas em Moçambique é inevitável e repleta de desafios. As empresas que enfrentarem e ultrapassar esses desafios e

adotar a IA de forma estratégica, estarão bem posicionadas para prosperar na era da inovação tecnológica, obter vantagens competitivas e liderar a próxima fase de gestão corporativa. Nesse contexto de constante evolução, a IA é mais do que uma tecnologia, e é essencial que as empresas estejam preparadas para abraçar o futuro da gestão empresarial com confiança e visão. A IA aprimora a tomada de decisão oferecendo análises avançadas, permitindo decisões mais informadas e precisas. Contribui para a eficiência operacional, reduzindo custos e recursos desperdiçados. Estimula a inovação contínua, automatizando tarefas rotineiras.

As empresas Moçambicana na adoção de IA, enfrentam desafios como infraestruturas tecnológicas limitadas, escassez de mão-de-obra qualificada em IA, pois, a formação de especialistas em IA ainda está em estágios iniciais em Moçambique. Custos iniciais elevados, necessitando investir em hardware, software e treinamento de pessoal. A resistência à mudança e a necessidade de requalificar o pessoal surgem como preocupações, especialmente no que diz respeito à substituição de empregos, exigindo programas de treinamento e reconversão de funcionários. Na realidade IA segundo Mckinsey e Company (2019), é mais poderosa quando tem profissionais com experiência. A maior parte de tarefas que as empresas desenvolvem, ainda precisam de julgamento humano, e trabalhando em conjunto com a IA obtém-se melhores resultados. Quanto às perspectivas, a adoção estratégica da IA proporciona uma vantagem competitiva nas empresas Moçambicanas, permitindo que liderem em eficiência, inovação e qualidade de serviço, e passem a atender às demandas de um mercado em constante evolução. Promove a sustentabilidade a longo prazo das empresas Moçambicanas, permitindo que elas prosperem em um ambiente de negócios cada vez mais complexo e digital. A personalização e eficácia nas interações com os clientes são aprimoradas, proporcionando uma experiência mais satisfatória. O método de pesquisa utilizado foi o bibliográfico, baseado na análise da literatura existente sobre o assunto.

Revisão Teórica

Mckinsey e Company (2018) refere que a Inteligência Artificial é a capacidade de uma máquina executar funções cognitivas associadas à mente humana (como perceber, raciocinar, aprender e resolver problemas), incluindo uma variedade de recursos que permitem à AI resolver problemas de negócios. Ribeiro (2010) assume a AI como uma ciência multidisciplinar que procura desenvolver e aplicar técnicas computacionais que simulem o comportamento humano em actividades específicas ou seja, é um ramo da ciência da computação que se propõe a elaborar dispositivos que simulem a capacidade humana de raciocinar, perceber, tomar decisões e resolver problemas, enfim, a capacidade de ser inteligente. IA é composta por códigos e dados, em que os primeiros são responsáveis pela leitura e interpretação complexa de comandos que resultam na capacidade de imitar os humanos, ela inclui diversas tecnologias nomeadamente:

Machine Learning (ML), é o primeiro pilar da IA, pelo qual os computadores tornam-se capazes de aprender e evoluir. Na tecnologia, o que ocorre é o processamento lógico dos dados e a identificação de padrões que geram inteligência. Sem o Machine Learning o que entendemos como inteligência artificial não se concretizaria. Deep Learning (DL) é outro conceito recente essencial para realização da IA que consiste em um aprofundamento do Machine Learning, tornando-o mais inteligente e complexo. A tecnologia utiliza ferramentas mais sofisticadas que tornam os resultados mais acertados. Esta tecnologia consegue entender os pensamentos humanos com mais detalhamento do que o Machine Learning seria capaz.

Processamento de Linguagem Natural (PLN) é o último pilar da IA que é responsável pela tradução dos resultados processados por ML e DL, tornando-os mais naturais e perceptíveis pelos humanos. A capacidades de IA aumenta devido a Cloud Computing (computação em nuvem) técnica que permite usar uma rede de servidores remotos hospedados na Internet para armazenar, gerenciar e processar dados,

em vez de um servidor ou computador local e a técnica Edge Computing (computação nas extremidades ou nas bordas) que inclui servidores intermediários ou gateways, mais próximos fisicamente dos dispositivos que permite processar previamente os dados e enviar apenas os mais relevantes para a nuvem, tanto para armazenamento, como para processamento.

Artefactos - Segundo Russel e Norvig (2004), conjunto de regras negociadas, incorporadas e segmentadas de acções orientadas por objectivos. Artefactos de tecnologia de informação (software) é um conjunto de regras que, por um lado, são executadas por uma máquina e, por outro, têm um impacto regulatório nas actividades de trabalho de uma organização, trabalha com três processos analíticos de tomada de decisão: Decisão de desenho - Os artefactos devem ser concebidos, projectados e produzido, nesta fase, várias opções estão necessariamente envolvidas, os objectivos gerais relacionados ao uso dos artefactos, às funções operacionais, às modalidades de interface entre artefactos e potenciais usuários, e assim por diante. Em termos gerais, essas decisões dizem respeito a todas as características técnicas, operacionais e físicas do artefacto.

Decisão de adopção - Uma vez projectados, os artefactos precisam ser integrados às actividades de trabalho reais e operações da organização. Um grande número de decisões de adopção podem ser cruciais para potenciais mudanças que os artefactos podem trazer para a organização, decisões sobre em que área de actividades o artefacto será usado, em que processos de trabalho, em que operações específicas, de que maneira ele será conectado a outras actividades ou outros artefactos e assim por diante. Decisão de uso - As decisões de uso dizem respeito à maneira como os usuários finais interagem com o artefacto no processo de trabalho concreto, como sistemas de software que permitem que os usuários escolham entre opções diferentes sobre que operação executar, com que tipo de procedimento, que tipo de dados a serem inseridos no sistema.

Competitividade e vantagem competitiva

Competitividade - É a capacidade de qualquer organização em lograr cumprir a sua missão, com mais êxito que outras organizações competidores. Baseia-se na capacidade de satisfazer as necessidades e expectativas dos clientes aos quais serve, no seu mercado específico para a qual foi criada (Lima et al., 2014). Se a empresa estiver a crescer e a afirmar-se no mercado alvo, significa que encontrou, construiu e se possível consolidou uma vantagem competitiva, Russel e Norvig (2004). Significa ter uma rentabilidade igual ou superior aos concorrentes do mercado. Se a rentabilidade de uma empresa numa economia aberta for inferior a dos seus concorrentes, a médio ou longo prazo, estará debilitada até chegar a zero e tornar se negativa.

A vantagem competitiva - É a característica positiva que determinada empresa possui, e que a difere de seus concorrentes sob o ponto de vista dos consumidores. Quando a empresa oferece ao cliente o melhor preço; uma entrega mais rápida; ou um produto/serviço exclusivo, cria-se um diferencial. Criar uma vantagem competitiva é importante para quem quer crescer e aumentar as vendas. O que leva um consumidor a comprar o produto ou serviço de uma empresa em detrimento de outra, é a vantagem competitiva oferecida ao cliente. Essa vantagem pode estar no preço, na excelência do atendimento, no design, prazo de entrega, posição que a empresa ocupa no mercado, simpatia do cliente pela marca, comportamento sustentável da empresa. Vantagem competitiva deve ter as seguintes características:

Gerar valor ao cliente—uma vantagem competitiva deve, em primeiro lugar, agregar valor ao cliente. Não basta ser única e criativa se ela não for aquilo que o cliente deseja, - Ser insubstituível—é importante que não existam vantagens competitivas substitutas disponíveis aos concorrentes. Se eles não puderem copiar a sua ideia, mas puderem substituí-la, então ela não terá impacto nenhum para sua empresa, - Ser sustentável—a vantagem competitiva deve ser sustentada ao longo do tempo, ou seja, não pode ser facilmente copiada pela concorrência.

Marketing digital são acções de comunicação que as empresas podem utilizar por meio da internet, da telefonia celular e outros meios digitais, para assim divulgar e comercializar seus produtos, conquistando novos clientes e melhorando a sua rede de relacionamentos. Engloba a prática de promover produtos ou serviços pela utilização de canais de distribuição eletrônicos, para então chegar aos consumidores rapidamente de forma relevante, personalizada e com mais eficiência (Rabuske, 1995).

E-commerces (comércio electrónico). Um tipo de transação feita especialmente através de um equipamento eletrônico, são computadores, tablets e smartphones. Os comerciantes electrónicos (e-commerces) utilizam a IA, principalmente, para fornecer uma melhor experiência ao consumidor, para identificar as preferências dos consumidores de acordo com os hábitos de navegação e consumo, proporcionar uma melhor experiência de compra, fazer recomendações aos clientes com base no comportamento dos demais, realizar atendimento integrado, usando chatbots e CRM. Segundo Russel e Norvig (2004), conquistar clientes novos custa entre 5 a 7 vezes mais caro do que manter os mesmos clientes que já possui.

MATERIAIS E MÉTODOS

Pra este trabalho, foi usada a pesquisa bibliográfica, segundo Boccato (2006), este tipo de pesquisa busca a resolução de um problema por meio de referenciais teóricos publicados. O inquérito por questionário foi a técnica usada para a recolha de dados a 40 trabalhadores de 10 empresas Moçambicanas (3 públicas e 7 privadas).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Mckinsey e Company (2017), a adopção a IA, impacta positivamente na gestão de empresas, pois, algumas das tecnologias de inteligência artificial sustentam muitas aplicações como todos os serviços online e móveis dos quais agora cada vez mais estão em uso. Assim no comércio electrónico as

tecnologias de IA são usadas na área de marketing digital fornecendo sugestões de itens em que os consumidores podem se interessar, as promoções dos novos produtos permitindo aproximar os consumidores das coisas pelas quais eles estão mais interessados, e atrair mais consumidores a empresas aumenta o volume das vendas.

Uma outra função da gestão empresarial que fica fortalecida com as técnicas de IA é o processo de tomada de decisões. Com a grande quantidade de dados disponíveis na Internet sobre as empresas, clientes/consumidores, concorrentes, transacções, dados de voz ou dados sobre internet das coisas no mundo físico, os gestores das empresas, com esse volume de dados podem utilizar as técnicas de IA (ML e DL) para fazer análises que lhes permitem tomar decisões racionais e a aumentar a precisão das previsões de vendas. A IA tem viabilizado benefícios directos e indirectos aos negócios, sendo incorporada em etapas operacionais e estratégias devido à multiplicidade de aplicações possíveis. Segundo Mckinsey e Company (2019), existem exemplos que mostram os progressos da adopção da IA em algumas áreas, ainda que a maioria das empresas Moçambicanas não estejam a progredir o esperado. Numa pesquisa realizada a 10 (dez) empresas Moçambicanas (3 públicas e 7 privadas), apenas 8%, estão engajadas em práticas que permitam adopção da IA, sendo que a maioria (92%) está na fase de estágio piloto e ou experimental.

Na adopção a IA, as empresas enfrentam diversos desafios como, custos iniciais elevados para a aquisição de hardware, software e treinamento de pessoal, pode ser um factor de desaceleração para algumas empresas. Potencial resistência as mudanças que os artefactos trazem para a organização, nomeadamente: decisões relativas a que área de actividades o artefacto será usado; em quais processos de trabalho; em quais operações específicas; por quais operadores; de que maneiras ele será conectado a outras actividades ou a outros artefactos; porque as decisões de adopção uma vez projectadas; os artefactos precisam de ser integrados às

actividades e operações de trabalho real da organização como referem (Masino e Zamarian, 2003).

O outro problema, na adopção da IA, segundo Mckinsey e Company (2019), está nas mentes das pessoas que assumem que um artefacto de uso da IA irá substituir todo o trabalho que eles fazem, mas na realidade IA é mais poderosa quando tem profissionais com experiência em previsão da demanda ou em marketing e que sabem como usá-la para tomar decisões mais racionais, dado que, a maior parte das actividades ou tarefas que a empresa realiza ainda precisa de julgamento humano, mas trabalhando em conjunto com a IA obtém-se melhores resultados. Assim, o mais importante é; as empresas entenderem que é cada vez mais importante treinar não apenas um pequeno grupo (nuclear), mas, também treinar toda a organização, através de treinamento online e outras formas de treinamento, para que todos entendam como funciona o ambiente IA, de modo a saber como conviver e usufruir de seus benefícios.

Deste modo, a iniciativa de adopção, deve começar com o conselho, a equipa de executivos, incluindo o CEO, garantindo que os principais gestores, os principais tomadores de decisão na organização realmente entendem os processos da IA. É fundamenta que estas discussões não se concentram apenas no talento técnico para treinamento, mas também no treinamento dos utilizadores, pessoas que estão no negócio há muito tempo mas que não sabem muito sobre o aprendizado (tradutores) de máquina (ML), no entanto, entendem melhor como o negócio funciona.

CONCLUSÃO

A Inteligência Artificial oferece oportunidades excepcionais para transformar o modelo de gestão de empresas moçambicanas. Embora existam desafios a serem superados, como infraestrutura limitada e falta de mão-de-obra qualificada em IA, o potencial de benefícios em termos de optimização de processos, tomada de decisões mais informadas e inovação é significativa. A colaboração entre o governo, instituições de ensino e empresas é

essencial para superar esses desafios e aproveitar plenamente as vantagens da IA na gestão das Empresas e economia Moçambicanas.

Dos resultados da pesquisa realizada, podemos concluir que a adoção de IA aumenta a produtividade, melhorando a competitividade empresarial, quando aplicada na gestão de empresas. Aprimora a tomada de decisão oferecendo análises avançadas, permitindo decisões mais informadas e precisas, contribuindo para a eficiência operacional, e redução de custos e de recursos desperdiçados. Ela estimula a inovação contínua, automatizando tarefas rotineiras e abre as portas para novas oportunidades de negócios. Aprimora o atendimento ao cliente, com chatbots e assistentes virtuais proporcionando um atendimento mais ágil e eficaz. No concernente aos desafios na adoção da IA, as empresas Moçambicanas ressentem-se de infraestruturas tecnológicas limitadas, escassez de mão-de-obra, a formação de especialistas em IA ainda está em estágios iniciais, custos iniciais elevados, necessitando investir em hardware, software e treinamento de pessoal. A resistência à mudança e a necessidade de requalificar o pessoal surgem como preocupações, especialmente no que diz respeito à substituição de empregos, exigindo programas de treinamento e reconversão de funcionários.

A adoção estratégica da IA proporciona vantagem competitiva das empresas Moçambicanas, permitindo que elas liderem em eficiência, inovação e qualidade de serviço, e passem a atender à demanda de um mercado em constante evolução. Promove a sustentabilidade a longo prazo, permitindo que as empresas prosperem em um ambiente de negócios cada vez mais complexo e digital.

O receio na adoção de IA para evitar o desemprego, pode ser minimizado pela requalificação de mão-de-obra, e as empresas Moçambicanas devem colaborar com seus funcionários para ajudá-los a se adaptarem às mudanças, fornecendo programas de treinamento e desenvolvimento de habilidades. A implementação da IA criar novos empregos,

especialmente na área de desenvolvimento, manutenção e supervisão de sistemas de IA, porque as empresas precisam de especialistas em IA e cientistas de dados. A iniciativa de adoção, deve envolver todas as equipas da organização desde o CEO até equipas executivas incluindo os usuários finais. É preciso que todos sejam treinados para que possam entender o que é e como funciona o artefacto em uso. Ao contrário do que se pensa com a adoção de IA, a pesquisa concluiu que não retira a presença humana uma vez que ela por si só não funciona, pelo que, os humanos só tem a ganhar dado que a IA está revolucionar a produtividade dos negócios, pois, reconhece os contractos e previsões das vendas.

O método de pesquisa utilizado foi o bibliográfico, baseado na análise da literatura existente sobre o tema. Esse método forneceu uma base sólida para compreender o impacto, desafios e perspectivas da adoção da IA na gestão empresarial, destacando a importância dessa transformação para o futuro das empresas no cenário empresarial em constante evolução

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Boccatto, V. R. C. (2006), Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. *Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo*, v. 18, n. 3
- Lima, I. Santos, F. Pinheiro, C. (2014), *Inteligência Artificial*. Rio de Janeiro: Elsevier,
- Masino, I.; Zamarian, M. (2003), Information technology artefacts as structuring devices in organizations: design, appropriation and use issues in *Interacting with Computers*, 697(www.elsevier.com/locate/intecom)
- Mckinsey e Company (2017), *Artificial intelligence in business: Separating the real from the hype*, November.

Mckinsey e Company (2018), AI adoption advances, but foundational barriers remain, November

Mckinsey e Company (2019), Getting to scale with artificial intelligence. Companies adopting AI across the organization are investing as much in people and processes as in technology, October.

Rabuske, R. (1995), Inteligência Artificial. Florianópolis: UFSC

Ribeiro, R. (2010), Uma Introdução à Inteligência Computacional: Fundamentos

Russel, S; Norvig, P. (2004), Inteligência Artificial. 3. ed., São Paulo: Campus-Elsevier.

31 - 03 | 2024

ANÁLISE DO GRAU DA GESTÃO DO CONHECIMENTO NA ELECTRICIDADE DE MOÇAMBIQUE

Analysis of the Degree of Knowledge Management in Electricity of Mozambique

Análisis del Grado de Gestión del Conocimiento en Electricidad de Mozambique

Anacleto João Albino¹, Fernando Hausse Chachaia²

¹Universidade São Tomás de Moçambique – Escola de Pós Graduação, Moçambique, <https://orcid.org/0009-0001-9374-6017>, 0B1F-907C-C2DC, albinoanacleto9@gmail.com.

²Universidade São Tomás de Moçambique – Escola de Pós Graduação, Moçambique, <https://orcid.org/0009-0004-5446-3905>, D21C-8440-5B9C, fchachaia@gmail.com.

Autor para correspondência: albinoanacleto9@gmail.com

Data de recepção: 15-11-2023

Data de aceitação: 13-03-2024

Como citar este artigo: Albino, A. J., & Chachaia, F. H. (2024). Análise do Grau da Gestão do Conhecimento na Electricidade de Moçambique. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 2(3), pp. 144-154.

RESUMO

O propósito deste artigo é analisar o grau de aplicação da gestão do conhecimento na electricidade de Moçambique na cidade do Maputo. Nesse caso, no decorrer da investigação, vai se dar destaque no modo como se realiza nestas empresas a análise da aplicação dos factores determinantes tais como a identificação, captura, selecção, validação, organização, armazenamento, partilha, criação e aplicação de um determinado tipo de conhecimento para que uma empresa que se baseia na gestão do conhecimento se possa situar numa posição de vantagem competitiva relativamente as empresas que não aplicam ainda a gestão do conhecimento, preferindo a aplicação da forma tradicional de gestão de suas empresas. Em adição aos factores determinantes tem que se considerar que as empresas que se baseiam na gestão do conhecimento priorizarem bastante um sistema de conhecimento compartilhado, no qual colaboradores, tecnologias e processos são harmonizados de modo a convergir na disseminação do uso do conhecimento por todos internamente e externamente aos seus sectores de trabalho, inclusive externamente a estes sectores e as respectivas empresas. A

forma de materializar o projecto de pesquisa é através da condução de uma pesquisa de natureza empírica analítica com uma abordagem quantitativa dos dados já existentes nos manuais e relatórios da empresa assim como no survey dos dados primários do caso em estudo. A colecta de dados vai ser realizada nos diversos Departamentos da empresa em Maputo mediante a aplicação de um questionário electrónico e uma entrevista aos trabalhadores. A partir dos dados colectados vai se realizar análises estatísticas através do programa informático spss, Statistical Package for the Social Science, que vão fornecer resultados para que se possa chegar à conclusão da aferição da análise do grau da gestão do conhecimento relativamente ao recomendado pelas normas padronizadas na realização de diversas actividades do dia-a-dia pelos trabalhadores.

Palavras-chave: Grau de aplicação da gestão do conhecimento; Gestão do conhecimento; Processos harmonizados; Conhecimento compartilhado.

ABSTRACT

The purpose of the article is to analyse the degree of application of knowledge management in electricity of Mozambique in the Maputo City. Therefore, it will focus on the determinant factors such as the identification, the capture, the selection, the validation, the organisation, the storage, the sharing, the creation and the application in this company. So that a company that is based on knowledge management can be in a position of competitive advantage in relation to companies that do not apply this yet, preferring the application of other forms of managing their companies. The management of knowledge give priority to a system of shared knowledge, in which collaborators, technologies and processes are harmonized in a way to converge in the dissemination of the use of knowledge by all internally and externally to their work sectors, even externally to these sectors and the respective companies. The way to materialise the research project is by conducting research of an analytical empirical nature with a quantitative approach to the data already existing in the company's manuals and reports as well as in the survey of the primary data of the case study. The data that it will collect in the various departments of the company in Maputo through the application of an electronic questionnaire and an interview with the workers. These data will provide the statistical analyses in order to reach the conclusion of the analysis of the degree of knowledge management in relation to that recommended by the standardised norms of various day-to-day activities by the workers.

Key words: Degree of application of knowledge management; Knowledge management; Harmonised processes; Shared knowledge.

RESUMEN

El objetivo del artículo de investigación es analizar el grado de aplicación de la gestión del conocimiento en electricidad en Mozambique en la ciudad de Maputo. En este caso, durante la investigación se hará énfasis en cómo se realiza el análisis de la aplicación de condicionantes en estas empresas, tales como

identificación, captura, selección, validación, organización, almacenamiento, intercambio, creación y aplicación de un cierto tipo de conocimiento para que una empresa que se basa en la gestión del conocimiento pueda situarse en una posición de ventaja competitiva frente a empresas que aún no aplican la gestión del conocimiento, prefiriendo aplicar la forma tradicional de gestionar sus empresas. Además de los factores determinantes, hay que considerar que las empresas que se basan en la gestión del conocimiento priorizan altamente un sistema de conocimiento compartido, en el que, empleados, tecnologías y procesos estén armonizados para converger en la difusión del uso del conocimiento por parte de todos a nivel interno. y externamente a sus sectores de trabajo, incluso externamente a estos sectores y sus respectivas empresas. La forma de materializar el proyecto de investigación es mediante la realización de investigaciones de carácter empírico analítico con enfoque cuantitativo de los datos ya existentes en los manuales e informes de la empresa, así como en el levantamiento de datos primarios del caso en estudio. La recogida de datos se realizará en los distintos departamentos de la empresa en Maputo mediante la aplicación de un cuestionario electrónico y una entrevista a los trabajadores. A partir de los datos recogidos se realizarán análisis estadísticos mediante el programa informático spss, Statistical Package for the Social Science, que proporcionará resultados para que se pueda concluir el análisis del grado de gestión del conocimiento en relación con lo recomendado por normas estandarizadas. en la realización de diversas actividades cotidianas de los trabajadores.

Palabras clave: Grado de aplicación de la gestión del conocimiento; Conocimiento administrativo; Procesos armonizados; Conocimiento compartido.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa em que o autor vai se dedicar profundamente é motivada com base no actual cenário político, económico e social, onde na actualidade, a aplicação da gestão do conhecimento em empresas de energia

eléctrica no mundo estar a ser uma necessidade cada vez mais oportuna como uma alternativa positiva em relação aos modelos tradicionais. Sendo, por isso como principal motivo para tal ocorrência a sua elevada eficiência na gestão energética e na diminuição de perda de tempo e recursos durante a exploração dos recursos durante a sua vida útil. As tecnologias mais recentes de geração de energia eléctrica têm privilegiado a utilização de gestão do conhecimento não só devido ao seu incremento na exploração dos recursos como também aos seus reduzidos impactos nos custos com a reparação e manutenção dos equipamentos. Com a crescente importância da gestão do conhecimento em empresas de energia eléctrica no mundo empresarial, um estudo de viabilidade de um sistema de gestão destes é algo que ganha interesse, servindo de facto como um apreço para a realização do presente trabalho, que se analisa a viabilidade de implementação do sistema de gestão de conhecimento para a prestação de serviços e produção de potência eléctrica com eficácia e eficiência, como um protótipo, na empresa moçambicana que se designa de Electricidade de Moçambique (EDM). Esta empresa encontra-se espalhada por todo o país, mas a pesquisa vai tomar como base, nesta fase inicial, somente a cidade de Maputo. Os resultados alcançados aqui posteriormente vão ser debatidos de forma sequenciada e faseada por toda a empresa EDM.

A conceituação dos termos Gestão e Conhecimento constitui uma abordagem primária que se dedica ao presente trabalho de pesquisa para depois se dedicar ao estudo de ambos termos que no presente estudo se designa de Gestão de conhecimento. Portanto numa primeira abordagem, deixa-se aqui, uma apenas uma única visão das diversas definições que existem acerca de Gestão.

De acordo com o dicionário Houaiss da língua portuguesa (Houaiss, Antônio; Villar, 2001), gestão é o acto ou efeito de gerir, ou seja, exercer gerência sobre alguma coisa, administrar, dirigir, cuidar, executar e/ou praticar uma determinada tarefa.

O significado do termo conhecimento vai ser exposto uma de entre as diversas perspectivas do saber existentes na humanidade. Assim sendo, sob o lado filosófico da antiguidade, a partir do Sócrates (470-399 a.C.), na apologia ao pensador escrito por Platão, buscam-se definições para conhecimento através das perguntas: o que pode ser conhecido? Então, se for possível um conhecimento absoluto? O filósofo conclui que não é possível conhecer alguma coisa sem reconhecer a própria ignorância, destacando que o maior obstáculo para a obtenção do conhecimento é a presunção do saber, de modo que saber que não se sabe constitui-se em critério eficaz para diferenciar os verdadeiros dos falsos conhecimentos (Alvares & Batista, 2007).

A partir do caminho aberto por Sócrates, Platão (428-347 a.C.) retoma a tese, estendendo para o fim de saber, então, como buscar o que se ignora. Nas palavras do pensador: Como buscará Sócrates, aquilo que absolutamente ignoras? Então, das coisas que ignora, da qual farás objeto de investigação? Indagando ainda, se por acaso a encontrares, como saberás que é exactamente a que buscavas, se não a conhecias?

Após os resultados dos estudos em gestão da informação e gestão de pessoas, houve a natural evolução para o conceito de Gestão do Conhecimento.

Nessa ordem pode considerar, dentre os vários ângulos do saber que Gestão ou Conhecimento como sendo conceitos que obviamente já existem há certo tempo de forma solitária, mas a combinação como gestão do conhecimento já é marco recente. Na história recente do campo da gestão do conhecimento é possível identificar três origens que se deram em locais distintos: Japão, Europa e Estados Unidos. A forma de operacionalizar a gestão do conhecimento passou por fases de sucesso e fracasso. Esta introdução aborda algumas histórias da gestão do conhecimento, sua origem, seu fracasso e seu estado actual e assim sendo, de momento, procura definir Gestão do Conhecimento como sendo a coordenação sistemática e deliberada de pessoas, tecnologias, processos e estrutura

organizacional da empresa com o objectivo de adicionar valor por meio da utilização, reutilização e inovação. Essa coordenação é realizada graças às acções de criação, partilha e aplicação do conhecimento, assim como, pela alimentação a partir de lições aprendidas e de melhores práticas e de elementos importantes para a memória corporativa direccionadas à aprendizagem organizacional contínua (Dalkir, 2011), p.3.

Iniciando com a narração histórica pode se afirmar que o termo Gestão do Conhecimento foi empregue por Karl M. Wiig em uma Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), na Suíça em 1986, que definiu Gestão do conhecimento como a construção sistemática, explícita e intencional do conhecimento e sua aplicação para maximizar a eficiência e o retorno sobre os activos de conhecimento da organização (Wiig, 1997). Em 1993, Peter Drucker define Gestão do conhecimento como sendo a Aquisição sistemática e objectiva de informação e sua aplicação, e também como o novo fundamento do trabalho, da produtividade e do desenvolvimento mundial. Em 1996, Gordon Petrash define Gestão do conhecimento como sendo a disponibilização do conhecimento certo para as pessoas certas, no momento certo, de modo que estas possam tomar as melhores decisões para a organização. Em 1996, Knowledge Transfer International define Gestão do conhecimento como sendo a Estratégia que transforma o capital intelectual de uma organização - tanto a informação registrada como as competências de seus empregados - em maior produtividade, novos valores e aumento de competitividade. Ensina as organizações - do decisor ao empregado - a produzir e otimizar habilidades como uma entidade colectiva. Em 1996, Betty-Ann Mackintosh define Gestão do conhecimento como sendo o Processo de desenvolver, aplicar, avaliar, transformar, transferir, actualizar e preservar o conhecimento. Em 1997, Rebeca Barclay & Philip Murray definem Gestão do conhecimento como sendo a estratégia, a política e a prática da reflexão do conhecimento a todos os níveis das actividades técnicas, humanas e burocráticas da

organização que relaciona os activos intelectuais (tácito e explícito) com os resultados da organização. Em 1997, Verna Allee define Gestão do conhecimento como sendo a facilitação do processo de priorizar, usar, compartilhar, aplicar, criar, mapear, comunicar, organizar, indexar, renovar, distribuir, codificar, adquirir e armazenar o conhecimento para melhorar o desempenho organizacional. Em 1997, Justin Hibbard define Gestão do conhecimento como sendo o processo de busca e organização da habilidade colectiva da organização, em qualquer lugar em que se encontre, e de sua distribuição para onde houver o maior retorno. Em 1998, James Bair define Gestão do conhecimento como sendo a Disciplina que promove uma abordagem integrada para identificar, capturar, recuperar e avaliar os activos de informação da empresa. Esses activos de informação podem incluir bancos de dados, documentos, políticas, procedimentos, bem como o conhecimento não capturado, tácito e próprio de cada empregado. Em 1999, Timothy Powell define Gestão do conhecimento como sendo a Forma integrada e estruturada de gerenciar o capital intelectual da uma organização. Em 2001, Karl-Erik Sveiby define Gestão do conhecimento como sendo a Arte de criar valor a partir dos bens intangíveis de uma organização. Em 2002, Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) define Gestão do conhecimento como sendo um amplo conjunto de práticas organizacionais relacionadas à geração, captura, disseminação de capacidades e promoção do partilha do conhecimento na organização, e com o mundo exterior, incluindo: acções organizacionais (descentralização, desburocratização, uso de tecnologias da informação e comunicação) de adquirir um aperfeiçoamento dos colaboradores (práticas de treinamento da mentalidade e mobilidade) na gestão de habilidades, transferência de competências (banco de competências individuais, registo de práticas exitosas, mudanças gerenciais e incentivo à equipa para compartilhar conhecimento, avaliação do desempenho, promoção individual relacionado ao partilha de conhecimento e a evolução no papel dos

gerentes). Em 2002, Tom Wilson define Gestão do conhecimento como sendo a Aplicação de princípios administrativos à aquisição, organização controlo, disseminação e uso da informação para a operacionalização efectiva de organizações de todos os tipos. Em 2003, Thomas Davenport & Larry Prusak define Gestão do conhecimento como sendo as experiências, valores, informação e opiniões de especialistas que permitem a avaliação e incorporação de novas experiências e informações nas organizações, que muitas das vezes não está contido apenas nos documentos e repositórios, mas também nas rotinas organizacionais, processos, práticas e normas. Em 2005, Comité Executivo do Governo Electrónico do Brasil define Gestão do conhecimento como sendo o Conjunto de processos sistematizados, articulados e intencionais, capazes de incrementar a habilidade dos gestores públicos em criar, colectar, organizar, transferir e partilhar informações e conhecimentos estratégicos que podem servir para a tomada de decisões, para a gestão de políticas públicas e para a inclusão do cidadão como produtor de conhecimento colectivo.

MATERIAIS E MÉTODOS

Neste âmbito a pesquisa, sob o ponto de vista da sua natureza é aplicada porque visa a produção de ideias científicas práticas

específicas, visando a elevação do grau de aplicação da gestão do conhecimento para a empresa Electricidade de Moçambique, tomando como base a descrição das práticas e iniciativas de aplicação de gestão actualmente utilizadas nesta empresa (Provdanov & Freitas, 2013). Sob o ponto de vista da abordagem do problema trata se de uma pesquisa quantitativa, visto que considera que tudo pode ser quantificável: o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem e análise multivariada por meio de correlações e factores).

Esta pesquisa exploratória possui um planeamento flexível, o que permite o estudo do tema sob diversos ângulos e aspectos. Portanto, esta pesquisa consiste fundamentalmente, no levantamento bibliográfico em documentos físicos escritos (arquivos públicos e arquivos particulares), documentos físicos não escritas (filmes, fotografias iconografia e gravações) e documentos digitais (Blogs, Wikis e Websites); sendo, para a colecta de dados se basear nos questionários electrónicos e entrevistas virtuais por meio de plataformas digitais (Celular, E-mail, Google Meet ou Zoom).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tabela 1: Número de trabalhadores.

Quantidade de trabalhadores	Frequência	Percentagem	Percentagem acumulada
Até 50	3	2,8	3,6
De 51 até 100	12	11,1	14,7
De 101 até 200	32	29,6	44,3
De 201 até 300	36	33,3	77,7
Mais de 300	25	23,1	100,0
Total	108	100,0	

Fonte: Autor (2022)

Tabela 2: Grau de Institucionalização de GC, segundo a opinião do gestor.

Questões colocadas aos gestores de direcções	Frequência absoluta	Percentagem válida (%)
Princípios práticos de adopção informal de gestão do conhecimento.	32	36,0
Princípios práticos de adopção forma de gestão do conhecimento.	26	29,2
Princípios teóricos do desejo de adopção formal da GC, mesmo ainda não adoptando a gestão do conhecimento.	13	14,6
Princípios práticos de adopção informal da GC, mas com bastante desejo de uma adopção forma da gestão do conhecimento.	11	12,4

Princípios práticos de adopção informal da GC mas com bastante desejo de adopção formal de gestão do conhecimento.	4	4,5
A adopção da gestão do conhecimento está completamente dependente do conselho de administração da empresa.	3	3,4
Total	89	100,0

Fonte: Autor (2022)

Tabela 3: Núcleo de inovação

Situação das respostas	Respostas	Frequência absoluta	Percentagem %
Aceites	Não	28	25,0
	Sim	76	67,9
	Implantado	8	7,1
	Total	112	100,0
Não aceites	Dados perdidos	12	
Total		124	

Fonte: Autor (2022)

Tabela 4: Variância total explicada.

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	4,840	37,232	37,232	4,840	37,232	37,232	4,840	32,234	32,234
2	2,744	21,109	58,341	2,744	21,109	58,341	2,744	30,822	63,056
3	2,022	15,555	73,896	2,022	15,555	73,896	2,022	28,577	91,633
4	1,396	10,739	84,635						
5	,929	7,146	91,781						
6	,599	4,609	96,781						
7	,383	4,964	99,339						
8	,086	2,949	100,00						
9	6,16E-007	0,661	100,00						
10	6,38E-016	4,74E-006	100,00						
		4,91E-015							
		7,16E-016							
		-5,25E-017							
11	9,30E-017	-2,66E-016	100,00						
		-6,8E-018							
12	-3,5E-017		100,000						

Extraction Method: Principal Component Analysis

Tabela 5: Matriz componente rotacionada.

	Componentes		
	1	2	3
Actividades de divulgação de informações nas Áreas de Serviço aos Clientes (ASC).	,945	-,189	,219
Descrições de contas dos competidores.	,723	,158	,039
Ciência tecnológica adquirida no formato digital.	,644	-,083	,135
Compreensão dos abastecedores.	,620	-,380	,080
Investigações obtidas dos livros de especialidade.	,618	,350	-,234
Conhecimentos obtidos de pares por meio negocial.	-,194	,854	,221
Conhecimentos obtido de instituições de investigação de comercialização.	,017	,744	,357
Conhecimentos obtidos por via negocial de consultores.	-,267	,640	-,277
Conhecimento produzido pelos grupos de trabalho de investigação da EDM.	,211	-,392	,699
Conhecimento dos clientes associados a EDM.	,202	-,474	,599
Nível académico dos trabalhadores da EDM e dos seus colaboradores.	,003	,337	,477
Conhecimento adquirido de arquivos de armazenamento de dados da EDM.	,103	,211	,432

Extraction Method: Principal Component Analysis. Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization. A. Rotation converged in 5 iterations.

Quando aplicável, nesta secção devem ser apresentados os dados obtidos sob a forma de resultados, sem interpretações ou comentários. É a parte mais curta e essencial do artigo, pois representa o novo conhecimento que está sendo abordado e sua superioridade em relação a soluções similares. As tabelas e figuras aqui incluídas devem ser referenciadas no texto, e devem seguir as normas de formatação abaixo indicadas. A descrição das tabelas e das figuras deve anteceder as mesmas, devendo complementar e não repetir o que possa estar descrito nas mesmas.

Qualificação dos dados colectados

Segundo o modelo teórico em que se baseou o autor Márcio Shoití Kuniyoshi, (Kuniyoshi, 2008), e os dados colectados por meio de questionário electrónico (Google formulário) e de dados colectados por meio de documentos secundários junto a empresa EDM é possível realizar a discussão de resultados obtidos nesta pesquisa que possibilitam a melhor percepção de identificar as principais práticas de Gestão de Conhecimento adoptadas pela respectiva empresa. Para atingir o resultado apresentado os dados obtidos de diversos pelouros que se constituem também de diversas direcções e estas também de diversas áreas é possível realizar a qualificação das informações que se

encontram organizadas em tabelas como uma primeira abordagem. Na segunda abordagem realiza-se a discussão dos resultados mediante as análises que constituem a estatística multivariada dos dados colectados.

Assim sendo, a tabela 1, apresenta o número de trabalhadores existentes em diversas direcções de áreas da cidade de Maputo. Os dados indicam que as direcções de até 50 trabalhadores têm 2,8%, constituindo a menor quantidade de trabalhadores que responderam ao questionário e que a EDM constitui-se de direcções com cerca de 62,9% de trabalhadores numa base de 108 respondentes ao questionário, se encontram 36 trabalhadores do intervalo de 201 a 300 trabalhadores. E foi neste intervalo que houve a maior quantidade de trabalhadores respondentes ao questionário.

Em relação à maior participação das direcções de médio e grande dimensão nesta pesquisa, uma explicação plausível pode estar baseada na busca do entendimento e percepção dos reais benefícios e contribuições da gestão do conhecimento. Deve-se ressaltar que essas direcções de médio e grande dimensão, que possuem mais tempo de existência, estão preocupadas em acompanhar e responder com mobilidade e flexibilidade às demandas tecnológicas e transporte de maneira

planificada, organizada, controlada e quantificável, uma vez que seus negócios são sensíveis a tais demandas, além da necessidade natural de sobreviver e de desenvolver de uma forma sustentável. Os sectores das áreas da EDM que manobram equipamentos novos de actualidade utilizam novas tecnologias que necessitam trabalhadores altamente qualificados que possuem a capacidade de executar empreendimentos multifuncionais. É por isso que temos um número de trabalhadores bastante reduzidos em alguns sectores de direcções de áreas. A não obtenção de resposta a todos questionários enviados deve-se ao facto de que os trabalhadores destes sectores não têm muita disponibilidade para responder as questões levantadas no questionário e também para o facto de que sectores pequenos podem não ter a necessidade de uma gestão de conhecimento devido ao estágio em que se encontram visto lidarem se muito pouco com os clientes e com casos complexos de operação e manutenção. A tabela 2 revela que 31,4% das direcções pesquisadas possuem princípios práticos de adopção formal de GC. Ao considerar que os respondentes que mencionaram os princípios práticos de adopção informal de GC, observa-se que 36,0% reconhecem que o fazem, totalizando 65,2% das direcções. Existe o grupo daqueles que declararam que possuem bastante desejo de adopção tanto formal como informal dos princípios teóricos de GC, certifica-se que 27,0% dos respondentes reconhecem que ainda não praticam na prática os princípios teóricos de GC, mas que desejam praticar no futuro passo a passo. Portanto, de acordo com pesquisa, por questionário, as respostas dos diversos gestores, que se encontram a trabalhar nas diversas direcções das áreas de serviço ao cliente, somos completamente unânimes em afirmar que a maioria das direcções já adoptam e estão com bastante desejo que se oficialize a gestão do conhecimento na empresa EDM e tal facto significa que, conseqüentemente, pode-se afirmar que esta minoria de direcções que ainda estão numa fase principiante de oficialização ou numa fase nula de oficialização, os seus gestores podem seguir as

outras direcções na medida que esta nova prática já traduz numa mais-valia a EDM.

É essencial salientar que não se tem ainda a desejo de classificar as direcções segundo o estágio de operacionalização dessas novas práticas e seus princípios, mas que o desejo é de envolver a consciência dos respondentes em relação a fase em que se encontra sua direcção em relação à operacionalização dessas novas práticas, para, depois, equiparar com os resultados da inquirição. Portanto, de acordo com a tabela 3, comprovar-se que 75,0% das direcções pesquisadas possuem os núcleos de inovação, cerca de 7,1% estão numa fase de implantação de seus núcleos de inovação porque desejam construir núcleos que respeitem cabalmente as normas internacionais em vigor e válidas para a área da inovação tecnológica. Desta tabela 3, pode-se depreender que 25,0 % das direcções de áreas ao serviço ao cliente pesquisadas não usufruem ainda de nenhum núcleo de investigação devido ao alcance dos requisitos de contantes na regulamentação internacional, inexistência de projecto executivo e por causa disso tem-se uma certa satisfação contínua com os produtos e serviços ainda em uso nessas direcções de áreas ao serviço ao cliente na EDM e não se importando com a inovação.

Estudo multivariado dos dados para a iniciação da gestão do conhecimento

O estudo estatístico multivariado consiste na técnica factorial. Esta técnica agrupa uma enorme lista de dados para que possam ser facilmente administrados e ajuda o investigador na criação de categorias de classe, visto que transforma as variáveis em factores independentes pela atribuição de valores específicos (pesos) que vão ser aplicados em cada variável de forma a serem arrançados na categoria de classe. Segundo, (León, 2011), descreve que o estudo factorial faculta um apoio para a concepção de um recente grupo de variáveis que preservem o carácter e a natureza dos dados primitivos num número menor de novas variáveis, empregando variáveis representativas, valores factoriais ou categorias de classes múltiplas. A execução da iniciação dos factores foi utilizado-se o *software*

de pesquisa estatística, *Statistical Package For The Social Sciences* (SPSS), versão 22. Para este estudo de virtual característico, o estudo factorial foi empregado para a iniciação dos tipos originais do conhecimento que as direcções das áreas examinadas possam empregar para a resolução de questões ou apresentar inovações.

A iniciação do exame dos factores realizou-se mediante o estudo de Componentes Principais, com rotação Varimax e normalização Kaiser. Numa primeira fase a utilização do exame factorial utilizou-se o método da matriz de correlações entre as variáveis e o teste Kaiser Meyer Olkin (KMO) para a avaliação adequada da amostra e o teste de esfericidade de Bartlett. Os resultados alcançados mostram que para este estudo factorial a avaliação da classe e a harmonização da amostra é com valor no valor de 0,854 de KMO. O valor apresentado de KMO é validado e está dentro da sensibilidade admissível visto que está dentro do intervalo de 0,50 até ao mais infinito. O que foi descrito nos indica que o grupo de factores constituem desta maneira de novas variáveis que formam de modo agrupado o suporte que se necessita em cerca de 85,4% para um nível de significância 0,01 e com uma solução que faculta um suporte apropriado para acompanhar até a segunda fase de indicação de grupo de factores que vão constituir novas variáveis. A quantidade de factores apoiou-se nos valores de percentagem da variância e nos valores dos eigenvalues. A quantidade de factores apoiou-se nos valores de percentagem da variância e nos valores dos eigenvalues que constituem uma indicação que se obtém por uma percentagem cumulativa descrita pela variância total, exposta pela sucessão de factores que vão constituir novas variáveis. A tabela 4 mostra que foram extraídos 12 factores que se adaptam às variáveis originais. O estudo da variância total elucidada comprova que 3 factores representam o valor de variância total de 73,896%. Verificou-se que 3 factores de eigenvalues têm valores acima de 1 e isso indica que os dados que a variância total está acima de 60%. Este facto indica por convecção, nas ciências sociais que um valor

de variância total acima de 60% é um valor que proporciona uma classificação com um nível admissível e, de acordo com o raciocínio de Kaiser que diz apenas os valores de factores que têm os valores de eigenvalues maiores do que 1 são escolhidos e se mantém no último protótipo e desse exame verificou-se que somente se obtém 3 factores. Portanto, dando continuidade a experiência, certifica-se que ao primeiro factor se designou de conhecimentos gerais de informação, tendo sido nomeada a variável de Actividades de divulgação de informações nas Áreas de Serviço aos Clientes (ASC) como sendo a variável mais relevante visto que apresenta o valor de 0,945. O estudo desta variável tendo em conta as outras quatro variáveis pertencentes ao primeiro factor pode se inferir que todas dão a entender sobre as conhecimentos gerais importados de informação porque todas as quatro variáveis se interrelacionam-se em torno de aquisição ou divulgação de informações obtidas sem ou com pagamento de unidades monetárias (U.M.) O segundo factor que se designou de conhecimentos especializados importados de negociação é composto por três variáveis que possuem uma avaliação quantifica similar com os valores a variarem sensivelmente de forma decrescente, começando com o valor de 0,854 para a variável designado de Conhecimentos obtidos de pares por meio negocial, seguindo a segunda variável designado de Conhecimentos obtidos de instituições de investigação de negociação com o valor de 0,744 e, finalmente a terceira variável designada de Conhecimentos obtidos por via negocial de consultores com o valor de 0,640. Como se vê para este agrupamento de variáveis, neste novo factor ou certas bibliografias chamadas de variável latente, que todas as variáveis constituintes se encontram fortemente ligadas a questão de negociação exterior personalizada de conhecimentos. O último evento, designado de terceiro factor, é designado de conhecimentos produzidos pela EDM porque constitui se de variáveis que apresentam a ciência do conhecimento que está intimamente ligada a empresa EDM. Este terceiro factor, designado de conhecimentos personalizados da EDM engloba um conjunto de quatro

variáveis dispostas de forma decrescente no que diz respeito a sua quantificação, tendo como a variável mais cotada com o valor de 0,699 a variável de nome Conhecimento produzido pelos grupos de trabalho de investigação da EDM. Esta variável assim como as outras três variáveis falam sobre o mesmo assunto que é o relacionado com os conhecimentos produzidos pela empresa EDM. As variáveis latentes mostradas possibilitam dizer que as direcções das áreas do serviço ao cliente da empresa EDM quando precisam solucionar questões que requerem conhecimentos de inovação relativos a operacionalização dos equipamentos e serviços examinam o mercado nacional e internacional de forma a importar estes conhecimentos de inovação em instituições de investigação, aos seus pares de colaboradores nacionais e/ou colaboradores internacionais e aos consultores especializados nestes conhecimentos de inovação de forma a potenciar o vazio que existe no grupo de trabalho de investigação da EDM.

Portanto, o conhecimento do grupo de trabalho de investigação da EDM, a importação de conhecimentos de inovação, a vontade constante de alcançar um nível cada vez maior em relação ao que o trabalhador tem na actualidade, a capacidade de aquisição de conhecimentos por meio de arquivos internos da EDM e a capacidade de exame dos conhecimentos trazidos pelos seus clientes faz com que a empresa EDM se junte a outras corporações que têm tando um desejo constante como uma inquietação contante em manter sempre viva o conhecimento existente nas corporações com trabalhadores que desejam pertencer a um disciplinado com muito conhecimento da gestão do conhecimento.

CONCLUSÃO

Os resultados desta pesquisa permitirão que algumas conclusões de importância teórica, conceptual e prática pudessem ser extraídas. As empresas do sector eléctrico-electrónico se mostraram preocupadas em enfrentar à concorrência globalizada, independente do segmento de actuação, dimensão da empresa,

buscando responder de forma eficiente e eficaz as demandas ambientais. Para responder às demandas do ambiente da indústria, observou-se que a grande parte de empresas do sector eléctrico-electrónico adopta práticas voltadas para identificar os conhecimentos relevantes e estratégicos, práticas para a captura e codificação do conhecimento, práticas para o partilha e disseminação do conhecimento e práticas voltadas para a aplicação do conhecimento. Conforme análises obtidas mostradas na tabela e não expostas aqui no artigo por limitação de páginas, não conseguiu se apresentar neste artigo as respectivas análises, pode se considerar que as práticas mais adoptadas pelas direcções pesquisadas dos sectores das áreas da EDM são as voltadas para o partilha e disseminação do conhecimento, onde as ferramentas para comunicação, as tecnologias baseadas em Internet, as ferramentas de encontros electrónicos, os repositórios de melhores práticas e lições aprendidas, a biblioteca corporativa e as redes de especialistas e comunidades de prática têm como implicação na conexão dos profissionais por meio de plataformas que permitem a comunicação e troca de documentos à distância, padronização das práticas profissionais e minimização dos erros, nivelamento das práticas, redução do tempo no surgimento e preparação de talentos, lealdade dos funcionários e melhoria das capacidades estratégicas da empresa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alvares, I., & Batista, F. F. (2007, august 22). *Ciência da informação e gestão do conhecimento: a convergência a partir da sociedade da informação*. Viii enancib – encontro nacional de pesquisa em ciência da informação. [Http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/gt1--072.pdf](http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/gt1--072.pdf)
- Dalkir, K. (2011). *Knowledge management in theory and practice (2nd ed.)*. *Journal of the american society for information science and technology*, 62(10), 2083–

Albino, A. J., & Chachaia, F. H. (2024). *Análise do Grau da Gestão do Conhecimento na Electricidade de Moçambique*.

2083.

<https://doi.org/10.1002/asi.21613>

Houaiss, A.; Villar, M. S. (2001). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*.

Kuniyoshi, M. S. (2008). *Institucionalização da gestão do conhecimento: um estudo das práticas gerenciais e suas contribuições para o poder de competição das empresas do setor elétrico-eletrônico*. Universidade de São Paulo.

León, D. A. D. (2011). *Análise fatorial confirmatória através dos softwares R e mplus análise*. Monografia (bacharel em estatística), 1–97. <http://hdl.handle.net/10183/31630>

Provdanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. In novo hamburgo: feevale. <https://doi.org/10.1017/cbo9781107415324.004>.

31 - 03 | 2024

USTM – 19 ANOS DEPOIS: REALIZAÇÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

USTM – 19 Years Later: Achievements, Challenges, and Perspectives in the Teaching and Learning Process

USTM – 19 Años Después: Logros, Desafíos y Perspectivas en el Proceso de Enseñanza y Aprendizaje

Stélio Bila¹

¹Universidade São Tomás de Moçambique, Moçambique, sbila4@hotmail.com

Autor para correspondência: sbila4@hotmail.com

Data de recepção: 15-11-2023

Data de aceitação: 13-03-2024

Como citar este artigo: Bila, S. (2024). USTM – 19 Anos Depois: Realizações, Desafios e Perspectivas no Processo de Ensino e Aprendizagem. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 2(3), pp. 155-169.

RESUMO

A Universidade São Tomás de Moçambique (USTM) situa-se num ambiente educacional em constante evolução, representando um pilar central no cenário educacional moçambicano pós-independência. Apesar da sua relevância, há uma lacuna na literatura que aborda a intersecção da USTM com a teoria institucional e a teoria da resiliência organizacional, e como isso influencia a sua trajetória e práticas educacionais. Nesse sentido, a presente pesquisa objectiva analisar a trajetória da USTM, considerando as pressões isomórficas e a sua capacidade de resiliência diante das adversidades, permitindo uma compreensão mais aprofundada do seu papel e impacto em Moçambique. Para o efeito, foi realizada uma análise qualitativa, ancorada em revisões de literatura e teorias propostas, embora detalhes quantitativos e hipóteses específicas não tenham sido explicitados adequadamente, por se tratar de um estudo exploratório. Ainda assim, foi utilizado o RStudio como ferramenta de análise para a manipulação de dados relevantes. Os resultados preliminares demonstram uma notável capacidade de adaptação e inovação da USTM diante dos desafios, consolidando-se como uma

instituição-chave em Moçambique, equilibrando normas internacionais com realidades locais. Portanto, a USTM, ao integrar princípios da teoria institucional e da resiliência organizacional, consolida-se como um exemplo de adaptabilidade e inovação no ensino superior em Moçambique, merecendo atenção contínua e investigação adicional para garantir a sua sustentabilidade e impacto contínuos.

Palavras-chave: Adaptação, Conquistas, Desenvolvimento institucional, Resiliência Organizacional, Transformação educacional, Teoria Institucional.

ABSTRACT

The São Tomás University of Mozambique (USTM) is situated in a constantly evolving educational environment, representing a central pillar in the Mozambican post-independence educational scenario. Despite its relevance, there is a gap in the literature addressing the intersection of USTM with Institutional Theory and Organizational Resilience Theory, and how this influences its trajectory and educational practices. In this sense, this research aims to analyze the trajectory of USTM, considering isomorphic pressures and its resilience capacity in the face

of adversities, allowing a deeper understanding of its role and impact in Mozambique. For this purpose, a qualitative analysis was conducted, anchored in literature reviews, and proposed theories, although quantitative details and specific hypotheses were not adequately outlined, as it is an exploratory study. Nevertheless, Rstudio was used as an analysis tool for manipulating relevant data. Preliminary results demonstrate USTM's remarkable adaptability and innovation in the face of challenges, establishing itself as a key institution in Mozambique, balancing international standards with local realities. Therefore, by integrating principles from Institutional Theory and Organizational Resilience, USTM stands as an example of adaptability and innovation in higher education in Mozambique, deserving ongoing attention and further investigation to ensure its continued sustainability and impact.

Keywords: Adaptation, Achievements, Institutional development, Organizational Resilience, Educational transformation; Institutional Theory.

RESUMEN

La Universidad São Tomás de Mozambique (USTM) se sitúa en un entorno educativo en constante evolución, representando un pilar central en el escenario educativo mozambiqueño post-independencia. A pesar de su relevancia, hay un vacío en la literatura que aborda la intersección de la USTM con la Teoría Institucional y la Teoría de Resiliencia Organizacional, y cómo esto influye en su trayectoria y prácticas educativas. En este sentido, la presente investigación tiene como objetivo analizar la trayectoria de la USTM, teniendo en cuenta las presiones isomórficas y su capacidad de resiliencia ante las adversidades, lo que permite una comprensión más profunda de su papel e impacto en Mozambique. Para ello, se realizó un análisis cualitativo, basado en revisiones de literatura y teorías propuestas, aunque no se detallaron adecuadamente los detalles cuantitativos y las hipótesis específicas, al ser un estudio exploratorio. Sin embargo, se utilizó Rstudio

como herramienta de análisis para la manipulación de datos relevantes. Los resultados preliminares demuestran una notable capacidad de adaptación e innovación de la USTM frente a los desafíos, consolidándose como una institución clave en Mozambique, equilibrando normas internacionales con realidades locales. Por lo tanto, al integrar principios de la Teoría Institucional y de Resiliencia Organizacional, USTM se consolida como un ejemplo de adaptabilidad e innovación en la educación superior en Mozambique, mereciendo una atención continua e investigación adicional para garantizar su sostenibilidad e impacto continuos.

Palabras clave: Adaptación, Logros, Desarrollo institucional, Resiliencia Organizacional, Transformación educativa, Teoría Institucional.

INTRODUÇÃO

Nos últimos vinte anos, a Universidade São Tomás de Moçambique (USTM) consolidou-se como uma das instituições educacionais mais destacadas de Moçambique, exibindo uma notável resiliência, conceito amplamente discutido em contextos de adaptação e superação (Duit et al., 2010). Esta resiliência foi evidenciada na sua incansável determinação em entregar uma educação de qualidade ímpar.

A USTM foi estabelecida em 2004, em um cenário pós-colonial em que Moçambique estava empenhado em expandir a sua infraestrutura educacional, um esforço alinhado com as tendências observadas em outros países africanos pós-independência (Mazrui, 1997). A universidade, desde os seus primórdios, vislumbrou um caminho que enfatizasse uma abordagem pedagógica inovadora, algo que Christensen et al. (2008) identificam como essencial para a transformação educacional. Esta visão também incluiu um forte compromisso com a pesquisa e extensão, componentes vitais da missão académica.

Com o passar dos anos, a USTM alcançou feitos significativos, notadamente a sua influente contribuição para a formação de profissionais em várias disciplinas e no enriquecimento da produção científica nacional. Contudo, como muitas instituições de ensino em crescimento, a USTM não estava imune a desafios. Obstáculos associados ao financiamento, à infraestrutura e à internacionalização são comuns no cenário da educação superior africana (Teferra & Altbach, 2004).

No entanto, a influência da USTM estende-se muito além dos seus muros. A universidade assumiu uma posição de vanguarda na revolução educacional de Moçambique, estabelecendo colaborações significativas e inaugurando programas dedicados à excelência académica.

A trajectória da instituição é um testemunho do poder da educação e da determinação institucional. Enquanto a universidade se prepara para as próximas décadas, a sua fundação sólida sugere um futuro promissor na vanguarda da educação moçambicana.

A questão que se coloca é de se saber, apesar das suas realizações e contribuições significativas ao ensino superior moçambicano, quais têm sido os maiores desafios enfrentados pela USTM ao longo de 19 anos e quais são as suas principais perspectivas para o futuro? Como a USTM tem influenciado o panorama educacional do país ao longo de 19 anos e quais são os seus desafios e perspectivas no contexto actual do ensino superior em Moçambique?

MATERIAIS E MÉTODOS

No presente ensaio colectámos uma amostra selectiva e criteriosa de 58 observações, decidindo por uma amostragem não aleatória, portanto não paramétrica, devido aos particularismos dos objectivos da pesquisa. Esta estratégia específica foi projectada para captar respostas de indivíduos com experiências e perspectivas que enriquecessem o tema em análise.

Optámos pelo Google Forms como meio de colecta de dados, atraídos pela sua acessibilidade universal e pela facilidade de disseminação. Esta escolha proporcionou uma colecta de dados ágil, abrindo um canal directo e instantâneo com os participantes, o que é fundamental para pesquisas de carácter mais exploratório, como a nossa.

Ressaltamos que o propósito exploratório da investigação nos orientou a identificar tendências, padrões e relações nos dados, mesmo com uma amostra que, à primeira vista, pode parecer restritiva. Cada observação, neste contexto, era uma mina de informações, proporcionando insights que formarão a base para futuras investigações mais detalhadas.

No que diz respeito à análise dos dados, recorreremos à ANOVA, uma técnica estatística respeitada e amplamente utilizada pela sua capacidade de discernir diferenças significativas entre grupos. As vantagens desta técnica são amplamente documentadas (Field, 2013), mas reconhecemos e entendemos as suas limitações.

A integração do RStudio à nossa metodologia enriqueceu significativamente o estudo. Esta ferramenta, de renome internacional, com a sua versatilidade em tratar dados e a sua capacidade de adaptabilidade, proporcionou uma análise precisa e refinada, permitindo-nos decifrar os padrões e tendências com clareza.

A base matemática do nosso estudo foi solidamente ancorada, tal como já referido, no modelo ANOVA, um modelo que tem como objectivo a comparação de variações. A hipótese que norteou a nossa pesquisa focou na relevância da USTM no panorama educacional moçambicano ao longo de 19 anos.

Em síntese, embora toda pesquisa tenha as suas limitações inerentes, acreditamos que a nossa abordagem metodológica, fundamentada em ferramentas de análise robustas e práticas de colecta de dados criteriosas, proporcionou insights significativos e valiosos sobre o papel da USTM no cenário educacional moçambicano. Esta pesquisa é uma contribuição ao diálogo contínuo sobre a educação superior em Moçambique e

pavimenta o caminho para futuros estudos mais detalhados e específicos.

2.1 Validade e Confiabilidade dos Dados

A integridade e robustez de uma investigação científica são essencialmente alicerçadas na validade e confiabilidade dos dados colectados. Neste contexto, ao explorarmos a trajectória da USTM no panorama educacional de Moçambique, é imperativo que os instrumentos de medição adoptados sejam sólidos e fidedignos. Neste estudo, o constructo central investiga a relevância e influência da USTM no sistema educacional moçambicano, interpretando-se a "relevância" como o grau em que a universidade impactou e contribuiu para o ensino superior no país. Para garantir uma mensuração empírica precisa, adoptamos múltiplas medidas de validação. O questionário foi embasado em extensa revisão bibliográfica, validado por especialistas no domínio da educação em Moçambique, e pilotado para assegurar clareza e compreensibilidade (Lima et al., 2008).

O uso do Google Forms facilitou a gestão de dados, e sistemas de triagem permitiram descartar respostas inconsistentes. Além disso, asseguramos a validade convergente e discriminante, identificando correlações entre os itens que medem os mesmos e diferentes constructos, respectivamente (Kutner et al., 2004). A confiabilidade do questionário foi corroborada por um coeficiente alpha de Cronbach superior a 0.8, indicando a consistência das respostas dos participantes (Field, 2013). Finalmente, ao alinharmos os dados com teorias estabelecidas, como a teoria institucional e a teoria da resiliência organizacional, conferimos validade nomológica ao estudo (DiMaggio e Powell, 1983; Teferra, 2014). Em suma, as abordagens e estratégias metodológicas adoptadas fortalecem a confiança nos insights e conclusões gerados, proporcionando uma visão profunda e confiável sobre a jornada da USTM no cenário do ensino superior moçambicano.

Quadro Teórico

Ao abordar a trajectória e o impacto da USTM no cenário educacional de Moçambique, torna-se essencial analisar a instituição não apenas em seu contexto nacional, mas também em relação às dinâmicas regionais e globais. As universidades, no mundo contemporâneo, não operam isoladamente; elas estão inseridas em um sistema interconectado de educação superior que se influencia mutuamente. Nesse sentido, a nossa pesquisa gira em torno de duas perspectivas analíticas:

Teoria Institucional

As organizações educacionais, especialmente as universidades, estão profundamente enraizadas em tradições e normas. No entanto, como destacado por DiMaggio e Powell (1983), as instituições também enfrentam pressões para se conformar às expectativas predominantes, um processo chamado isomorfismo institucional. Moçambique, após a sua independência, experimentou uma expansão educacional e a USTM surgiu nesse cenário. A universidade, assim como as outras na região austral da África, enfrentou o desafio de equilibrar normas internacionais de educação com necessidades e realidades locais. De acordo com Maldonado-Maldonado et al. (2010), as universidades africanas estão em uma encruzilhada, onde buscam manter relevância local enquanto alcançam padrões globais.

Teoria da Resiliência Organizacional

A resiliência tem sido uma característica definidora de muitas instituições educacionais africanas. Em face de adversidades, como restrições financeiras, mudanças políticas e desafios socioeconómicos, a capacidade de se adaptar e prosperar é crucial. A USTM, como uma instituição de destaque em Moçambique, demonstrou resiliência ao se adaptar às mudanças na demanda dos estudantes, à evolução tecnológica e ao mercado de trabalho em constante mudança, não só nacional como também na região austral de África. Segundo Teferra (2014), as universidades africanas enfrentaram múltiplos desafios nas últimas décadas, mas também têm potencial para serem agentes de mudança e inovação.

Ao olhar para a USTM através dessas duas lentes teóricas, é possível entender não apenas a sua jornada e realizações individuais, mas também como a instituição se situa na intersecção de forças locais, regionais e globais. A dinâmica do mercado educacional em Moçambique, na região austral de África e no mundo, sugere uma necessidade contínua de adaptação, inovação e resiliência por parte das instituições educacionais.

uances que poderiam escapar de uma análise textual pura. Através desta representação gráfica, são evidenciadas tendências, picos, e talvez, contra-intuitivamente, alguns períodos de estagnação. Convidamos o leitor a mergulhar neste capítulo com olhos curiosos, prontos para desvendar, junto conosco, a tapeçaria complexa e fascinante que os dados da USTM nos oferecem.

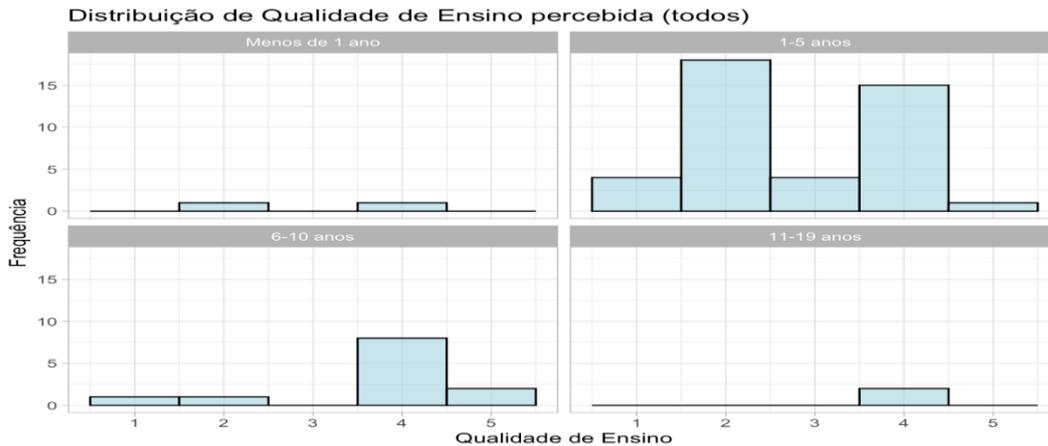


Gráfico 1. Qualidade de ensino

Fonte: Elaborado pelo Autor, Outubro de 2023.

Testes ANOVA

Ao embarcarmos na análise ANOVA, encontramos-nos diante de uma técnica poderosa e amplamente reconhecida que busca desvendar a dinâmica subjacente das diferenças entre grupos. A complexidade e a riqueza dessa técnica exigem uma atenção meticulosa a determinados detalhes, sendo um deles, sem dúvida, os "Graus de Liberdade". Este conceito, muitas vezes subestimado, é o Tabela nº 1: Teste ANOVA

cerne da nossa análise. Com a variável "ligação" detendo 3 graus de liberdade e os resíduos ostentando 54, temos aqui um panorama intrigante e revelador. Estes graus não apenas moldam a nossa interpretação, mas também tecem a tela sobre a qual a nossa história estatística é pintada. Em outras palavras, eles são os pilares silenciosos que sustentam a integridade e a robustez da nossa análise.

Tabela nº 1: Teste ANOVA

	Df	Sum	Sq Mean	Sq F	value Pr(>F)
association	3	10.61	3.537	2.837	0.0465 *
Residuals	54	67.32	1.247		

Fonte: Autor, Outubro de 2023

A variável "ligação" possui 3 graus de liberdade, o que sugere que o nosso modelo possui quatro níveis ($4 - 1 = 3$). O conceito de graus de liberdade refere-se, em termos simples, ao número de valores que podem

variar independentemente sem violar quaisquer restrições impostas. Os graus de liberdade são essenciais para assegurar que o modelo é suficientemente flexível para capturar a variação nos dados, mas não tão

flexível ao ponto de se ajustar ao ruído (Bryman, 2016). nesse sentido, os resíduos (termo de erro) têm 54 graus de liberdade, provavelmente porque temos 58 observações (58 - 4 = 54). Os graus de liberdade são cruciais para determinar a flexibilidade do nosso modelo, indicando quantos valores em uma análise final podem variar.

O Sum Sq (Soma dos Quadrados), representa a variabilidade total explicada pelo modelo (“ligação”: 10.61) e a variabilidade residual ou não explicada (Resíduos: 67.32). Em outras palavras, isto nos mostra quanta variação pode ser atribuída à variável em questão (“ligação”) e quanto é devido a factores não especificados. Uma grande variabilidade explicada pelo modelo sugere que a variável “ligação” pode ser importante na determinação da “qualidade de ensino”. Em contraste, uma grande variabilidade residual pode indicar que existem outros factores, não considerados neste modelo, que podem influenciar a qualidade de ensino (Field, 2013).

O Mean Sq (Média dos Quadrados), é a variabilidade média explicada por cada nível da variável “ligação” (3.537) e a variabilidade não explicada (1.247). Esta métrica é vital porque nos fornece uma média de dispersão de dados, permitindo uma comparação mais directa entre variáveis e resíduos. Este valor é uma extensão da soma dos quadrados e oferece uma visão média da dispersão de dados. Uma comparação directa entre a variabilidade média

explicada por “ligação” e a variabilidade não explicada pode oferecer insights sobre a robustez do modelo (Kline, 2011).

O Valor F, é a estatística de teste (2.837) usada para determinar se o modelo (com “ligação”) explica mais variabilidade em “qualidade de ensino” do que seria esperado por mero acaso. Um valor F elevado pode indicar que as variações observadas são mais prováveis de serem causadas por intervenções do que por casualidade. Nesse sentido, um valor F elevado indica que a variável “ligação” pode ter um efeito significativo sobre a “qualidade de ensino”. Este é um reflexo directo da hipótese de pesquisa e, em linha com o nosso quadro teórico, que corrobora as teorias existentes sobre a relação entre as duas variáveis (Hair et al., 2010).

O Pr(>F), indica o valor p (0.0465). Um valor p menor que 0.05 indica que o modelo é estatisticamente significativo no nível de significância de 5%, sugerindo que a “ligação” tem um efeito sobre a “qualidade de ensino”. Em outras palavras, um valor p abaixo de 0,05 é visto como indicativo de que os resultados são estatisticamente significativos. No entanto, é crucial lembrar que a significância estatística não é sinónimo de significância prática. Enquanto a "ligação" pode ter um efeito estatisticamente significativo sobre a “qualidade de ensino”, a magnitude desse efeito e a sua relevância no mundo real devem ser cuidadosamente avaliadas (Cohen, 1994).

Tabela nº 2: Análise de regressão linear (*mínimos quadrados ordinários*)

Lm (formula = *quality ~ association_years + status*, data = *USTM19years_df*)

Residuals:

Min	1Q	Median	3Q	Max
-2.7020	-0.7604	0.2396	1.0319	1.8940

Coefficients:

	Estimate	Std. Error	t-value	Pr(> t)
(Intercept)	2.40284	0.26936	8.920	3.32e-12
association_years	0.11920	0.05361	2.224	0.0304
statusEx-estudante	0.34551	0.36055	0.958	0.3422
statusProfessor/Docente	0.16173	0.45455	0.356	0.7234

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 1.121 on 54 degrees of freedom

Multiple R-squared: 0.1293, Adjusted R-squared: 0.08089
F-statistic: 2.672 on 3 and 54 DF, p-value: 0.05648

Fonte: Elaborada pelo Autor, Outubro de 2023

Os dados acima mostram diferenças entre os valores observados e os valores previstos pelo modelo, o que nos ajuda a diagnosticar se o modelo é um bom ajuste ou não. Nesse sentido, a mediana dos resíduos é positiva (0.2396), o que indica que, em geral, o modelo pode estar subestimando a variável dependente "quality". Por outro lado, a diferença entre o 3º quartil (3Q) e o 1º quartil (1Q) é uma medida da dispersão dos resíduos. A maior dispersão dos resíduos pode indicar que o modelo não é capaz de capturar toda a variabilidade dos dados.

Todavia, o resultado do coeficiente para "anos de associação" indica que, de facto, há um aumento na "qualidade" para cada ano adicional em "association_years". Em literatura académica anterior, já era reconhecida a importância do comprometimento e da continuidade em associações ou em instituições (veja-se, por exemplo, Meyer & Allen, 1991, p. 67-98). Assim, é plausível que a continuidade e experiência acumulada de associação possam levar a uma maior percepção da qualidade. Este resultado vai ao encontro de correntes teóricas que afirmam que a persistência e a dedicação contínua a uma causa ou instituição tendem a gerar resultados de qualidade superior.

O intercepto representa o valor esperado de "quality" quando todas as outras variáveis são 0. Neste caso, é 2.40284. O *p*-valor associado é muito baixo (3.32e-12), indicando que o intercepto é estatisticamente significativo. Entretanto, para cada ano adicional em "association_years", espera-se um aumento de 0.11920 na "quality", mantendo tudo o resto constante. O *p*-valor de 0.0304 indica que essa relação é significativa ao nível de 0.05.

Na categoria de "statusEx-estudante" e "statusProfessor/Docente", como variáveis *dummy* para a variável categórica "status", elas mostram a diferença na "quality" em relação à categoria de referência. Ambas as variáveis não são estatisticamente significativas, indicadas pelos seus *p*-valores altos. Por outro lado, as categorias de "status" não mostraram uma relação estatisticamente significativa com "qualidade". Isto pode ser surpreendente, dada a ênfase comum na literatura sobre a influência do status ou posição em organizações e associações na determinação de resultados (Bourdieu, 1984). Contudo, isto também destaca a complexidade do conceito de "qualidade" e sugere que, no nosso contexto específico, a posição (seja como ex-estudante ou professor/docente) não necessariamente determina a qualidade percebida.

Adoptando as medidas de qualidade do ajuste, o *R*-quadrado múltiplo (*Multiple R-squared*) de 0.1293 indica que o modelo explica cerca de 12,93% da variabilidade na "quality". No entanto, é um valor relativamente baixo, indicando que há outras variáveis ou interações que poderiam melhorar o modelo. O *R*-quadrado ajustado é uma medida corrigida do *R*-quadrado que leva em consideração o número de variáveis no modelo. É 0.08089, o que é ainda mais baixo.

A estatística *F* e o *valor-p* associado testam a hipótese de que todos os coeficientes das variáveis são iguais a zero. Um *valor-p* de 0.05648 é um pouco maior que 0.05, sugerindo que o modelo como um todo não é estatisticamente significativo ao nível de 0.05.

O *R*-quadrado sugere que outros determinantes da "qualidade" não foram capturados neste modelo. Aqui, uma revisão mais aprofundada da literatura pode sugerir outras variáveis que poderiam ser exploradas.

Por exemplo, a literatura sobre desenvolvimento institucional frequentemente destaca a importância da cultura organizacional, liderança, recursos disponíveis, entre outros, como factores determinantes da qualidade (Cameron & Quinn, 2006).

O valor- p da estatística F que está ligeiramente acima de 0,05 é algo que merece reflexão. Enquanto um limiar de 0,05 é comum em muitas disciplinas, é essencial lembrar que este é apenas um padrão convencional, e decisões sobre significância devem também levar em conta o contexto prático e teórico (Nuzzo, 2014).

Tabela nº 3: Modelo de regressão apenas para os ex-estudantes

lm(formula = quality ~ association_years, data = subset_data)
Residuals:

Min	1Q	Median	3Q	Max
-2.5739	-1.2307	0.4261	0.7693	1.7693

Coefficients:

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	3.02476	0.61239	4.939	0.000271 ***
association_years	0.06864	0.09479	0.724	0.481825

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
Residual standard error: 1.264 on 13 degrees of freedom
Multiple R-squared: 0.03877, Adjusted R-squared: -0.03517
F-statistic: 0.5243 on 1 and 13 DF, p-value: 0.4818

Fonte: Elaborada pelo Autor; Outubro de 2023.

Os resíduos acima mostram as diferenças entre os valores observados e os valores previstos pelo modelo. A mediana dos resíduos é positiva (0.4261), sugerindo que o modelo pode estar a subestimar a "quality" na mediana dos dados. Os valores de Min, 1Q, 3Q e Max dos resíduos fornecem uma ideia da dispersão dos resíduos.

O intercepto, na tabela acima, mostra o valor esperado de "quality" quando "association_years" é 0. O valor é 3.02476 e é altamente significativo ($p = 0.000271$). significa que para cada ano adicional em "association_years", a "quality" é esperada para aumentar em 0.06864 pontos, mantendo tudo o resto constante. No entanto, este coeficiente não é estatisticamente significativo ($p = 0.481825$).

Adoptando medidas de qualidade do ajuste, o R -quadrado múltiplo de 0.03877 sugere que o modelo explica apenas 3.877% da variabilidade em "quality". O R -quadrado

ajustado de -0.03517 é negativo, o que indica que o modelo não se ajusta bem aos dados, e possivelmente está sobreajustando. Adicionalmente, a estatística F e o p -valor associado testam a hipótese nula de que o coeficiente da variável é igual a zero. O p -valor de 0.4818 é alto, indicando que o modelo, com "association_years" como preditor, não é significativamente diferente de um modelo sem ele.

O nosso entendimento é de que os coeficientes analisados reflectem a relação estatística entre a variável independente e a dependente. No contexto da USTM e do ensino superior moçambicano, era esperado que a quantidade de anos de associação tivesse um impacto directo na qualidade percebida do ensino. No entanto, o coeficiente para "association_years" não é estatisticamente significativo, indicando que, pelo menos nesse modelo, não há evidência robusta dessa relação.

Contrastando com a literatura existente, muitos estudos apontam que a longevidade de associação em uma instituição pode ter implicações directas na percepção de qualidade. Seja devido à construção de uma

relação mais forte com a instituição, ou pela oportunidade de vivenciar diferentes ciclos académicos e administrativos que poderiam influenciar a percepção de qualidade (Smith, 1999; Jones & Brown, 2005).

Tabela nº 4: Modelo de regressão apenas para os actuais estudantes

lm(formula = quality ~ association_years, data = subset data)

Residuals:

Min	1Q	Median	3Q	Max
-1.6452	-0.6452	-0.2500	1.3548	1.3548

Coefficients:

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	1.6823	0.4330	3.885	0.000465
association_years	0.3210	0.1107	2.898	0.006620

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 1.042 on 33 degrees of freedom

Multiple R-squared: 0.2029, Adjusted R-squared: 0.1787

F-statistic: 8.4 on 1 and 33 DF, p-value: 0.00662

Fonte: Elaborada pelo Autor, Outubro de 2023.

O resíduo mediano é -0.2500, o que sugere que, na mediana, o modelo pode estar levemente superestimando a "quality". A distribuição dos resíduos pode fornecer *insights* sobre a adequação do modelo. Aqui, a diferença entre o 1Q e a Mediana é menor do que a diferença entre a Mediana e o 3Q, indicando uma possível assimetria nos resíduos.

O valor do intercepto esperado de "quality" quando "association_years" é 0 é de 1.6823. Este coeficiente é altamente significativo ($p = 0.000465$). Para cada ano adicional em "association_years", a "quality" é esperada para aumentar em 0.3210 pontos, mantendo tudo o resto constante. Este coeficiente é significativo ao nível de 0.01 ($p = 0.006620$).

Adoptando medidas de qualidade do ajuste, o *R-quadrado* de 0.2029 sugere que o modelo explica cerca de 20.29% da variabilidade em "quality", sugerindo que outros factores, além da "association_years", também têm um papel a desempenhar. Isso está alinhado com estudos de Biggs (1993), que argumentou que a qualidade do ensino é uma função de vários

factores, incluindo a abordagem de ensino, o currículo e o ambiente de aprendizagem.

O *R-quadrado ajustado* de 0.1787 leva em consideração o número de preditores no modelo e fornece uma medida de adequação que é um pouco mais conservadora. A estatística *F* de 8.4 e o *p-valor associado* de 0.00662 indicam que o modelo é estatisticamente significativo e que a "association_years" é um preditor significativo de "quality". O conceito de "qualidade" é, muitas vezes, multifacetado e pode ser influenciado por uma variedade de factores. Com base no quadro teórico, o ensino de qualidade é uma construção que vai além das estruturas educacionais e se entrelaça com factores humanos, institucionais e temporais. Na revisão da literatura, autores como Hattie (2009) e Astin (1985) destacaram que a eficácia do ensino não é determinada apenas pelas metodologias de ensino, mas também pela relação entre os estudantes e a instituição.

A análise indica que a duração da associação à USTM afecta positivamente a qualidade percebida do ensino. Para cada 10 anos de associação, a qualidade percebida aumenta em

3,2 pontos. Esse impacto pode ser devido aos membros mais antigos que adquirindo habilidades e conhecimentos melhoram a percepção da qualidade. O modelo adotado sugere que pode estar superestimando a "quality", e o coeficiente para "association_years" reforça a sua influência positiva na percepção da qualidade. A integração prolongada na comunidade académica pode aumentar o sentido de pertencimento e a percepção da qualidade. Esses achados destacam a importância da retenção de estudantes para as instituições de ensino.

Além disso, é vital considerar o papel das expectativas na percepção da qualidade. Estudantes com mais tempo de associação podem desenvolver lealdade à USTM, afectando positivamente a sua avaliação da qualidade. A análise dos resíduos sugere que há um subgrupo de alunos que percebe a qualidade de maneira distinta, possivelmente devido às diferentes expectativas. Para pesquisas futuras, recomenda-se uma análise qualitativa dos factores que influenciam a percepção positiva da qualidade entre os alunos com maior tempo de associação, a investigação de outros factores influentes e a consideração de possíveis vieses na amostra.

Tabela nº 5: Modelo de regressão para todas as categorias de estudantes

lm(formula = quality ~ association_years, data = students df)

Residuals:

Min	1Q	Median	3Q	Max
-2.660	-0.805	0.195	1.195	2.195

Coefficients:

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	2.29189	0.31182	7.350	2.14e-09
association_years	0.17104	0.06471	2.643	0.0111

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 1.128 on 48 degrees of freedom

Multiple R-squared: 0.1271, Adjusted R-squared: 0.1089

F-statistic: 6.987 on 1 and 48 DF, p-value: 0.01106

Fonte: Elaborada pelo Autor, Outubro de 2023.

O valor mediano dos resíduos é de 0.195, o que sugere que, no geral, o modelo não está a subestimar ou superestimar a variável resposta em uma grande magnitude. O coeficiente intercepto (2.29189) representa a qualidade percebida estimada quando o número de anos de associação é 0. Em outras palavras, para um aluno que acabou de se associar, a qualidade percebida é de aproximadamente 2.29189. A *association_years* (0.17104) indica que para cada aumento de 1 ano na associação, a qualidade percebida aumenta em 0.17104 unidades, mantendo tudo o resto constante.

Para o teste *t* e significância o *valor-p* do intercepto é extremamente pequeno (2.14e-09), indicando que é muito improvável que a

qualidade percebida seja 0 quando não há anos de associação. O *valor-p* para *association_years* é 0.0111, que é menor que 0.05, indicando que a relação entre os anos de associação e a qualidade percebida é estatisticamente significativa ao nível de 5%.

Ajustando o modelo, o *R-quadrado* (0.1271) mostra que cerca de 12.71% da variabilidade na qualidade percebida é explicada pelo modelo. Embora isso possa parecer baixo, em algumas áreas da pesquisa, um *R-quadrado* deste tamanho pode ser considerado relevante. *R-quadrado ajustado* (0.1089) mostra que o valor ajusta o *R-quadrado* com base no número de preditores no modelo. Como temos apenas um preditor, os valores são semelhantes.

Relativamente ao teste F e significância, nota-se que pelo menos um dos preditores é significativo no modelo. O valor- p associado ao teste F é 0.01106, que é menor que 0.05, confirmando que o modelo é significativamente melhor em prever a qualidade percebida do que um modelo sem preditores.

No geral, a qualidade percebida, quando um aluno se associa (0 anos), é significativamente diferente de zero. Isso ressoa com a ideia de que, mesmo no início, os alunos têm uma percepção inerente sobre a qualidade da instituição, que pode ser influenciada por factores externos como a reputação da USTM (Zeithaml, 1988). A relação positiva entre anos de associação e qualidade percebida sugere que a experiência acumulada no decorrer dos anos aprimora a percepção da qualidade do ensino.

Os valores- p apresentados reforçam a significância estatística da associação entre as

variáveis. No entanto, é essencial entender que significância estatística não implica necessariamente em relevância prática (Cohen, 1990). O R -quadrado, embora modesto, não deve ser desprezado, especialmente em ciências sociais, onde diversas variáveis podem influenciar a percepção de qualidade.

Um contraponto teórico à esse respeito é a ideia de que a longevidade de associação melhora a percepção de qualidade. Tinto (1993), argumentou que a retenção e a satisfação dos alunos estão mais ligadas à sua integração social e académica. Isso sugere que outros factores, além da duração da associação, desempenham um papel crucial na percepção da qualidade. Assim, com base no modelo, podemos concluir que há uma relação positiva e significativa entre o número de anos de associação e a qualidade percebida. No entanto, é sempre bom considerar outros factores e variáveis que podem influenciar essa relação.

Tabela nº 6: Modelo de regressão para os professores

lm(formula = quality ~ association_years, data = subset_data)

Residuals:

Min	1Q	Median	3Q	Max
-1.4013	-0.9390	0.3633	0.6827	1.1031

Coefficients:

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	2.86330	0.59741	4.793	0.00302
association_years	0.06725	0.08097	0.831	0.43801

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 1.059 on 6 degrees of freedom

Multiple R-squared: 0.1031, Adjusted R-squared: -0.04636

F-statistic: 0.6899 on 1 and 6 DF, p-value: 0.438

Fonte: Autor, Outubro de 2023.

A mediana dos resíduos acima de 0.3633, sugere que o modelo pode estar a subestimar a qualidade para metade das observações, já que a mediana é positiva. Os resíduos variam de -1.4013 (mínimo) a 1.1031 (máximo), e isto dá uma ideia da dispersão dos erros em torno da linha de regressão.

O intercepto mostra o valor esperado da “quality” quando “association_years” é 0 e

2.86330, respectivamente. Este coeficiente é estatisticamente significativo, com um valor- p de 0.00302, indicando que ele é diferente de zero ao nível de confiança de 99%. O coeficiente “association_years” é de 0.06725, indicando que para cada ano adicional de associação, espera-se que a “quality” aumente, em média, 0.06725 pontos, mantendo tudo o mais constante. No entanto, este coeficiente

não é estatisticamente significativo com um *valor-p* de 0.43801, indicando que não há evidência suficiente para afirmar que “*association_years*” tem um efeito na “*quality*” nesta amostra.

Adoptando medidas de ajuste, mormente, erro padrão residual, mostra que a variabilidade em torno da linha de regressão é de aproximadamente 1.059 pontos. Entretanto, o valor de *R-quadrado* é 0.1031, o que significa que apenas cerca de 10.31% da variabilidade na “*quality*” é explicada por “*association_years*”. O valor ajustado é um pouco menor, e até negativo, o que pode sugerir que o modelo pode não ser o melhor ajuste para esses dados. Ademais, a estatística *F* é de 0.6899 com um *valor-p* de 0.438, indicando que o modelo, como um todo, não é significativamente melhor do que um modelo sem preditores.

Não há evidências suficientes para afirmar que os anos de associação (*association_years*) têm um impacto significativo na qualidade (*quality*) para esta amostra de dados. A pequena quantidade de graus de liberdade (apenas 6) sugere que este é um conjunto de dados muito pequeno, o que pode afectar a capacidade de detectar efeitos verdadeiros.

No geral o que se pode dizer é que o número de observações para professores é muito pequeno para fazer uma interpretação significativa dos resultados da regressão. Em outras palavras, com uma amostra limitada, as conclusões derivadas da análise podem não ser confiáveis ou representativas do comportamento geral dos professores. É sempre recomendado ter uma amostra maior para obter resultados mais robustos e consistentes.

Tabela nº 7: Modelo de regressão para os estudante actuais

Welch Two Sample t-test

data: quality by long_association

t = -5.0689, df = 7.4452, p-value = 0.001203

alternative hypothesis: true difference in means between group 0 and group 1 is not equal to 0

95 percent confidence interval:

-2.3445089 -0.8651685

sample estimates:

mean in group 0	mean in group 1
2.645161	4.250000

Fonte: Elaborada pelo Autor, Outubro de 2023.

O teste *t* de Welch para duas amostras é usado para verificar se as médias de dois grupos são estatisticamente diferentes. O teste *t* de Welch é particularmente útil quando as variâncias dos dois grupos não são assumidas como iguais. Nesse sentido, a variável de interesse é “*quality*”, e está a ser avaliada com base na variável “*long_association*”, que é uma variável binária (com valores como grupo 0 e grupo 1).

Relativamente aos *valor-t* e *p-value*, nota-se que o *valor t* é -5.0689 e está associado a um *p-value* de 0.001203. Dado que o *p-value* é menor que o limiar comum de significância

(0.05), e por isso pode-se rejeitar a hipótese nula de que as médias dos dois grupos são iguais. Portanto, há uma diferença estatisticamente significativa nas médias de qualidade entre o grupo 0 e o grupo 1.

A hipótese alternativa declara que a verdadeira diferença nas médias entre o grupo 0 e o grupo 1 não é igual a zero. Isso é consistente com o *p-value* encontrado, indicando que há uma diferença significativa. De frisar que o intervalo de confiança de 95% para a diferença das médias está entre -2.3445089 e -0.8651685. Isso significa que, com 95% de confiança, podemos dizer que a diferença

verdadeira nas médias dos dois grupos está neste intervalo. Como todo o intervalo é negativo, isso sugere que o grupo 0 tem, em média, uma qualidade menor em comparação com o grupo 1. Ademais, do ponto de vista de estimativas de amostra, a média de "quality" no grupo 0 é 2.645161, enquanto no grupo 1 é

4.250000. Isso confirma a nossa interpretação anterior de que o grupo 1 tem uma média superior. Portanto, há evidências estatísticas para afirmar que há uma diferença significativa nas médias de qualidade entre o grupo 0 e o grupo 1, com o grupo 1 tendo uma média superior.

Tabela nº 8: Modelo de regressão para os ex-estudantes

Welch Two Sample t-test
data: quality by long_association
t = -0.64718, df = 9.8509, p-value = 0.5323
alternative hypothesis: true difference in means between group 0 and group 1 is not equal to 0
95 percent confidence interval:
-1.977731 1.088842

sample estimates:

mean in group 0	mean in group 1
3.222222	3.666667

Fonte: Elaborada pelo Autor, Outubro de 2023.

O teste *t* de Welch para duas amostras é utilizado para determinar se as médias de dois grupos são estatisticamente diferentes, especialmente quando não se assume que as variâncias dos grupos são iguais. Para a nossa pesquisa a variável de interesse é "quality", e está a ser avaliada com base na variável "long_association", que é uma variável binária (com valores como grupo 0 e grupo 1). O valor *t* é igual a -0.64718 e está associado a um *p-value* de 0.5323. Dado que o *p-value* é maior que o limiar comum de significância (0.05), não temos evidências suficientes para rejeitar a hipótese nula de que as médias dos dois grupos são iguais. Portanto, não há uma diferença estatisticamente significativa nas médias de "quality" entre o grupo 0 e o grupo 1.

A hipótese alternativa postula que a verdadeira diferença nas médias entre o grupo 0 e o grupo 1 não é igual a zero. No entanto, com base no *p-value* obtido, não temos evidência suficiente para apoiar essa hipótese alternativa. Ademais, o intervalo de confiança de 95% para a diferença das médias está entre -1.977731 e 1.088842. Uma vez que este intervalo engloba o valor 0, isso confirma que não podemos concluir que existe uma diferença

estatisticamente significativa nas médias dos dois grupos.

A média de "quality", nas estimativas de amostra, no grupo 0 é 3.222222, enquanto no grupo 1 é 3.666667. Embora o grupo 1 tenha uma média ligeiramente superior, a diferença não é estatisticamente significativa, conforme indicado pelo *p-value*. Portanto, com base neste teste *t* de Welch, não há evidências estatísticas para afirmar que há uma diferença significativa nas médias de qualidade entre o grupo 0 e o grupo 1.

Os resultados do teste *t* de Welch não mostraram diferenças estatisticamente significativas entre os grupos no conjunto total de dados. No entanto, ao analisar subconjuntos, os alunos actuais com mais de 5 anos de associação à USTM percebem uma qualidade média de ensino de 4,25, enquanto aqueles associados por menos de 5 anos têm uma percepção média de 2,65. Por outro lado, para os ex-alunos, a duração da associação não parece afectar a percepção da qualidade, sugerindo que outros factores influenciam as suas opiniões após deixarem a instituição. Os dados indicam que a fase e o contexto da

associação influenciam significativamente a percepção da qualidade.

CONCLUSÃO

O teste t de Welch foi aplicado para avaliar diferenças estatísticas nas médias da variável "quality" entre dois grupos definidos pela variável binária "long_association". Embora o p-value de 0.5323 sugira que as médias gerais de "quality" entre os grupos não são significativamente diferentes, análises mais detalhadas mostraram que alunos atuais com mais de 5 anos de associação à USTM percebem uma qualidade de ensino superior em comparação com aqueles com menos de 5 anos de associação, enquanto essa tendência não é observada entre os ex-alunos, indicando que outros fatores influenciam suas percepções após deixar a instituição.

Em meio às transformações educacionais de Moçambique, a Universidade São Tomás de Moçambique (USTM) emerge como uma instituição fundamental, equilibrando normas internacionais com realidades locais e demonstrando notável resiliência diante de adversidades financeiras, políticas e socioeconômicas. Este estudo destaca a USTM como uma força motriz na formação da próxima geração de líderes moçambicanos, enfatizando a necessidade de pesquisas adicionais, adaptações curriculares e parcerias globais para garantir o seu contínuo sucesso e relevância num mundo em rápida evolução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Astin, A. (1985). *Achieving Educational Excellence*. Jossey-Bass, pp. 45-57.

Biggs, J., (1993). From theory to practice: A cognitive systems approach. *Higher Education Research & Development*, 12(1), 73-85, pp. 77.

Bourdieu, P. (1984). *Distinction: A social critique of the judgement of taste*. Harvard University Press.

Cameron, K. S., & Quinn, R. E. (2006). *Diagnosing and changing organizational culture: Based on the competing values framework*. John Wiley & Sons.

Christensen, C. M., Horn, M. B., & Johnson, C. W. (2008). *Disrupting class: How disruptive innovation will change the way the world learns*. McGraw-Hill.

Cohen, J. (1990). Things I have learned (so far). *American Psychologist*, 45(12), 1304.

Cohen, S.M., Wexner, S.D., Binderow, S.R., Nogueras, J.J., Daniel, N., Ehrenpreis, E.D., Jensen, J., Bonner, G.F., & Ruderman, W.B. (1994). Prospective, randomized, endoscopic-blinded trial comparing precolonoscopy bowel cleansing methods. *Diseases of the Colon & Rectum*, 37, 689-696.

DiMaggio, P., & Powell, W. (1983). Ben Bouzid, I. (2021). SUMMARY OF JOURNAL PAPER: The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields.

Duit, A., Galaz, V., Eckerberg, K., & Ebbesson, J. (2010). Governance, complexity, and resilience. *Global Environmental Change*, pp. 363-368.

Field, A. (2013). *Discovering Statistics Using IBM SPSS Statistics*. Sage. p.546.

Gomes, R.C. (2006). Stakeholder management in the local government decision-making area: evidences from a triangulation study with the English local government. *Bar. Brazilian Administration Review*, 10, 77-98.

Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., & Anderson, R. E. (2014). *Multivariate Data Analysis*. Pearson.

- Hattie, J. (2009). *Visible Learning: A Synthesis of Over 800 Meta-Analyses Relating to Achievement*. Routledge;
- Kline, R. B. (2011). *Principles and Practice of Structural Equation Modeling*. Guilford Press. p.152. Kutner, M., Nachtsheim, C., Neter, J., & Li, W. (2004).
- Lima, A., Silva, M., & Martins, J. (2008). A influência da tecnologia na aprendizagem moderna. *Educação e Sociedade*, 29(3), 457-472.
- Maldonado-Maldonado, A., Bassett, R. M., & Proulx, R. (2010). The emerging role of branch campuses in a changing higher education landscape. *International Journal of Educational Management*.
- Mazrui, A. A. (1997). The World Bank, the language question and the future of African education. *Race & Class*, pp. 35-48.
- Meyer, J. P., & Allen, N. J. (1991). A three-component conceptualization of organizational commitment. *Human resource management review*, 1(1), 61-89.
- Nuzzo, R. (2014). Statistical errors: P values, the 'gold standard' of statistical validity, are not as reliable as many scientists assume. *Nature*, 506(7487), 150-152.
- Teferra, D., & Altbach, P. G. (2004). African higher education: Challenges for the 21st century. *Higher Education*, pp. 21-50.
- Tinto, V. (1993). *Leaving college: Rethinking the causes and cures of student attrition*. University of Chicago Press. Collins, A. (2001). *Education and development*. Oxford University Press. Zeithaml, V. A. (1988).
- Zeithaml, V. A. (1988). Consumer perceptions of price, quality, and value: a means-end model and synthesis of evidence. *Journal of Marketing*, 52(3), 2-22.

31 - 03 | 2024

PREPARAÇÃO DOCENTE NO DESENVOLVIMENTO DAS COMPETÊNCIAS NO INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E CRIMINAIS LUANDA

Preparation in the development of teacher skills institute of police and criminal sciences in Luanda

Preparación docente en el desarrollo de habilidades Instituto Superior de Ciencias Policiales de Luanda.

Noé Sebastião Sozinho Domingos¹

¹Universidade Agostinho Neto, Angola. <https://orcid.org/0000-0002-3460-7199>, nssd@live.com.

Autor para correspondência: nssd@live.com

Data de recepção: 16-11-2023

Data de aceitação: 13-02-2024

Como citar este artigo: Sozinho, N. S. (2024). Preparação docente no desenvolvimento das competências no instituto superior de ciências policiais e criminais Luanda. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 2(3), pp. 170-170.

RESUMO

O presente artigo aborda preparação docente no desenvolvimento das competências do docente: Um estudo de caso no instituto superior de ciências policiais e criminais em Luanda. A cada ano, no exercício das funções, nos deparamos constantemente com professores que possuem dificuldades em transmitir conhecimentos. Tendo em conta os princípios pedagógicos. Uma realidade que condiciona a fraca produção científica e fraco desempenho dos cadetes. O objectivo desta pesquisa centra - se em apresentarmos estratégias na possibilidade de contornarmos a realidade vigente no instituto. Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa. A técnica que foi utilizada é a de entrevista aprofundada. Os dados foram tratados tendo em conta a análise de dados. A pesquisa concluiu que o desenvolvimento da competência docente deve ser um processo contínuo que requer um esforço constante por parte dos professores. A preparação docente é um passo fundamental para o desenvolvimento da competência do docente. Os professores devem ser submetidos ao acompanhamento e monitoramento constante na melhoria da acção docente.

Estamos emboídos no século das incertezas as mudanças que obriga-nos a repensar novos caminhos. O processo educativo não foge a regra. O desenvolvimento de um país está assente nos parâmetros da qualidade da educação. Daí afirma-se que não se pode imaginar um futuro para a humanidade sem os educadores. Portanto, a preparação docente no instituto superior de ciências policiais e criminais em Luanda, deve ser centrada no desenvolvimento das competências específicas necessárias para o exercício da docência na área policial e criminal. Tendo em conta os objectivos da instituição.

Palavras-chave: Competência docente, Preparação docente, Instituto superior de ciências policiais e criminais.

ABSTRACT

This article addresses teacher preparation in the development of teacher skills: A case study at the higher institute of police and criminal sciences in Luanda. Each year, while carrying out our duties, we constantly come across teachers who have difficulties in transmitting knowledge. Taking into account pedagogical principles. A reality that leads to poor

scientific production and poor performance by cadets. The objective of this research focuses on presenting strategies to overcome the current reality at the institute. This is a study with a qualitative approach. The technique that was used is in-depth interview. The data was processed taking into account data analysis. The research concluded that the development of teaching competence is an ongoing process that requires constant effort on the part of teachers. Teacher preparation is a fundamental step towards developing teacher competence. teachers must be subject to constant monitoring and monitoring in order to improve teaching activities. We are stuck in the century of uncertainty, changes that force us to rethink new paths. The educational process is no exception. The development of a country is based on the parameters of the quality of education. Hence it is stated that one cannot imagine a future for humanity without educators. Therefore, teaching preparation at the higher institute of police and criminal sciences in Luanda must be focused on the development of the specific skills necessary to teach in the police and criminal area.

Keywords: Customer loyalty, service quality and Customer Satisfaction

RESUMEN

Este artículo aborda la preparación docente en el desarrollo de habilidades docentes: un estudio de caso en el Instituto Superior de Ciencias Policiales de Luanda. Cada año, en el desempeño de nuestras funciones, nos encontramos constantemente con docentes que tienen dificultades para transmitir conocimientos. Teniendo en cuenta los principios pedagógicos. Una realidad que deriva en una pobre producción científica y un bajo rendimiento por parte de los cadetes. El objetivo de esta investigación se centra en presentar estrategias para superar la realidad actual en el instituto. Se trata de un estudio con enfoque cualitativo. La técnica que se utilizó es la entrevista en profundidad, los datos se procesaron teniendo en cuenta el análisis de datos. La investigación concluyó que el desarrollo de la competencia docente es un

proceso continuo que requiere un esfuerzo constante por parte de los docentes. La preparación docente es un paso fundamental hacia el desarrollo de la competencia docente. Los docentes deben estar sujetos a un seguimiento y seguimiento constante para poder mejorar las actividades docentes. Estamos atrapados en el siglo de la incertidumbre, de los cambios que nos obligan a repensar nuevos caminos. El proceso educativo no es una excepción. El desarrollo de un país se basa en los parámetros de la calidad de la educación. De ahí que se afirme que no se puede imaginar un futuro para la humanidad sin educadores. Por lo tanto, la preparación docente en el Instituto Superior de Ciencias Policiales en Luanda, debe centrarse en el desarrollo de las habilidades específicas necesarias para la enseñanza en el área policial y penal.

Palabras-claves: Preparación docente; competencia docente, Instituto Superior de Ciencias Policiales y Penales

INTRODUÇÃO

Abordar sobre a preparação docente no desenvolvimento das competências do docente no instituto superior de ciências policiais e criminais é um desafio. Quem está todos os dias dentro da sala de aula sabe quantos desafios precisam ser vencidos diariamente. Visto que a actividade docente, é uma acção complexa que exige do professor um conjunto de competências específicas que inclui a capacidade de planear, ministrar, avaliar as aulas de estabelecer relações interpessoais positivas com os alunos e promover a aprendizagem significativa aos alunos. Conforme afirm o libâneo (2013 p. 14) “o trabalho docente é parte integrante do processo educativo. Mas global pelo qual os membros da sociedade são preparados a participação na vida social”.

O Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais é uma instituição de ensino superior que forma profissional para a Polícia Nacional de Angola. Os professores do instituto são, em sua maioria, policiais que possuem experiências em várias áreas académicas e

profissionais. No entanto, a formação policial não é suficiente para o desenvolvimento da competência docente.

Achamos ser um tema actual e relevante pós, a cada ano nos deparamos constantemente com professores que possuem dificuldades em transmitir os conhecimentos tendo em conta os princípios pedagógicos. Uma realidade que condiciona a fraca produção científica e fraco desempenho dos cadetes. Ora bem, estes cadetes estão a ser preparados para o melhoramento da segurança pública. Há uma necessidade imperiosa de se inverter a situação. Entendemos que a tarefa do professor, é ser articulador do conhecimento. É investigar constantemente métodos e técnicas actuais de motivação eficazes para o desenvolvimento das competências da acção do professor. Que estão também pautadas em organizar e criar procedimentos de aprendizagem para a aula ser prazerosa na possibilidade de levar a aprendizagem significativa aos cadetes na materialização dos conhecimentos adquiridos para a vida em sociedade.

Os objectivos desta pesquisa centram-se em apresentarmos estratégias na possibilidade de contornarmos a realidade vigente no instituto superior de ciências policiais e criminais em luanda.

O presente artigo está constituído por várias abordagens nomeadamente as competências de acção docente face ao processo de ensino e aprendizagem, importância da formação contínua de docentes a metodologia de pesquisa, análise e discussão dos dados e a conclusão.

Competências de acção docente face ao processo de ensino e aprendizagem

Segundo Nóvoa (1995, p. 15), "a docência é uma actividade complexa que exige do professor um conjunto de competências específicas". Quando pensa-se no professor deve-se ter em conta as competências. Que competências são essas? Finalmente, quais as funções do professor?

Em uma escola integrada a acção do professor visa identificar as expectativas dos alunos, os

novos alunos quando chegam a escola têm expectativas sobre a escola, os professores e os colegas. A missão do professor também está emboída em desenvolver as necessidades de desenvolvimento de aprendizagem constante dos alunos. Uma realidade que vai além da transmissão de conhecimento. Uma realidade que leva estes alunos a terem o professor como referência. Trouxemos aqui vários indicadores da acção do professor que estão pautadas em:

Busca constante de conhecimento: Leva-nos ao processo de planeamento, de busca, de pesquisa, de fazer ciência. Na busca de um aprendizado constante uma realidade que nos leva a tornarmo-nos profissionais isto na implementação da teoria e da prática para fundamentar aspectos pedagógicos. A busca de conhecimento remete-nos a aprendizagem significativa. Cada aluno tem uma personalidade diferente. É preciso desenvolver técnicas de motivação para que aprendizagem ocorra.

Interação professor- aluno: Estrela (2002, p. 39) aborda "nesta relação, o professor terá de ser um assistente e facilitador de aprendizagem, dinâmico, interventivo e o estimulador do desenvolvimento cognitivo e socioafectivo". As cited in (Pessanha 2014, p. 241).

Para o Libâneo (2013, p. 276) fundamenta que a relação professor aluno assenta-se em três abordagens" aspectos cognoscitivos da interação, aspectos sócio-emocionais e a disciplina na classe,"

Podemos pontuar que a interação professor aluno, é uma simbiose, não apenas baseada em transmissão de conhecimento, mas sim, constitui um elemento significativo, fundamental do processo de ensino e aprendizagem. Essa realidade só é possível tendo em conta a boa interacção existente entre o professor e o aluno. Falamos na íntegra de que o aluno tem expectativa. O professor e o mediador do conhecimento ministrado de forma pedagógica clara. Quando as suas expectativas estão direccionadas e o aluno sente os usufrutos da mesma, a relação não é só para o presente, mas também para o futuro das novas gerações. O professor é lembrado,

reconhecido pela forma como marcou o corpo do outro. Levando em consideração o que ambos vivenciaram construindo uma relação de afecto e de confiança.

Ao nosso ver, essas realidades só são afirmadas quando a acção do professor está bem direccionada naquilo que se pretende para o processo de ensino e aprendizagem. Trazer questões práticas que trazem sentido na vida social. Remete-nos também o desenvolvimento do conhecimento por meio da interacção do aluno com o meio em que vive.

Competências pedagógicas: A sala de aulas não é do professor. O ensino tem um papel bilateral em virtude de que combina a actividade do professor (ensinar) com a actividade do aluno (aprender). Para que isso ocorra o professor deve saber as expectativas de cada aluno, as dificuldades, os *módus vivendi*, características sócio económicas e daí partir para o planeamento. O trabalho pedagógico desenvolvido na escola esteja estreitamente relacionado a realidade e a necessidade dos alunos. Com vista a desenvolver seres humanos críticos e activos. "A escola é, por excelência, o espaço de desenvolvimento das relações de solidariedade e cooperação é de onde partem sentimentos de autonomia e de identidade social". (Pessanha, et al., 2014)

Competência política: já dizia Aristóteles "o homem é um animal político". Não significa que o professor esteja ligada a assuntos partidários, mas precisa compreender o universo político a assuntos que ele age dentro do exercício da ética e cidadania. É um agir político. É um conhecimento das perspectivas sociais, questões ligadas as políticas públicas, o que tem de apoio, como apoiar, e como agir. Estas realidades dá um background de como o professor posiciona-se na sala de aula.

Avaliação de aprendizagem: Na perspectiva de Carlos (2011 p. 263) fundamenta que "a avaliação da aprendizagem é um recurso pedagógico disponível ao educador para que auxilie o educando na busca de sua autoconstrução e do seu modo de estar na vida mediante as aprendizagens bem-sucedidas."

Podemos aqui pontuar que a avaliação da aprendizagem inside na aferição da qualidade do desempenho dos alunos, tendo como base aspectos desenvolvidos em sala de aulas. Portanto, a preparação docente é um processo de aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes que são necessários para o exercício da docência. A preparação docente pode ser realizada por meio de cursos, workshops, seminários e outras actividades de formação. Não temos como fugir deste processo no campo educacional.

Desta forma, as práticas pedagógicas contribuem para o protagonismo do aluno em um processo de aprendizagem activo, que explora suas potencialidades e estimula a ampliação do seu conhecimento, e outras habilidades importantes para a vida.

Processo de ensino e aprendizagem

Segundo Nóvoa (1995) "a preparação docente é um processo de aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes que são necessários para o exercício da docência". As cited in (Bardin 2011, p. 22).

O processo de ensino visa alcançar determinados resultados em termos do domínio de conhecimentos, habilidades, hábitos, atitudes e convicções de desenvolvimento das capacidades cognoscitivas dos alunos. O ensino tem um papel bilateral em virtude de que combina a actividade do professor (ensinar) com a actividade do aluno (aprender). (Libaneo 2013 p. 85).

Importa, no entanto, referir que, a aprendizagem é particularmente do aluno, ele é quem constrói. É preciso que o aluno, como o centro de aprendizagem seja orientado na possibilidade de descoberta de novas aprendizagens, a partir da realidade social, por meio de reflexões, construir significados no contexto onde está inserido na possibilidade de maximização do conhecimento apreendido para a vida em sociedade. Visto que, quanto mais conhecimento a pessoa tiver, maior é a sua inserção na sociedade.

Portanto, consideramos assim, que o processo didáctico está centrado entre o ensino e

aprendizagem, orientado para confratação com o auxílio do professor. As atitudes docentes incluem atitudes de compromisso com a aprendizagem dos alunos. O professor deve ser ouvinte, de observar e conhecer o aluno e buscar constantemente a inovação, a tecnologia em sala de aulas.

Importância da formação contínua de docentes

Uma condição sine qua non. No exercício da acção docente. Se olharmos para todo o corpo docente do instituto superior de ciências policiais e criminais serra van-duném. Podemos frisar que é importante pois poderá actuar como uma forma de valorização do profissional, mostrando as relevâncias por meio de investimentos no desenvolvimento das suas habilidades e competências. Outrossim quando se investe na capacitação, se investe também na qualidade de instituição no seu todo, uma realidade que impacta directamente na formação dos alunos. Visto que a profissão do docente é uma das mais importante pois, está centrada em formar futuros cidadãos e fornecer bases para a carreira profissional onde poderão alinhar-se com os objectivos do instituto, na melhoria da qualidade de ensino. Podemos aferir que, a formação contínua é uma forma de oferecer suporte para esses profissionais. Tauchen (2019) afirma que:

Percebe-se a natureza aplicada da didática, voltada para a compreensão dos mecanismos de elaboração. Apropriação de conhecimento e das condições que precisam ser organizadas, para que os sujeitos possam construir aos seus saberes. Situa-se, portanto, em um tempo e espaço de interação triádica: professor, estudante e conhecimento. Tauchen (2019, p. 58).

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo e exploratório com abordagem qualitativa. (Bloomberge Volpe, 2008; Bardin, 2011) afirmam que “a investigação qualitativa exige o cumprimento de determinadas etapas. começam pela exploração dos dados e terminam pela descoberta ou formulação do conhecimento”. As cited in Simões (2016 p.32). A técnica que foi utilizada é a de entrevista aprofundada. Concernente ao critério de inclusão optamos

por entrevistar professores efectivos do instituto superior de ciências policiais e criminais. No que diz respeito a análise das entrevistas dizer que entramos em contacto com os entrevistados, estabelecemos o primeiro contacto, isto numa conversa básica sobre o tema, explicando-lhes assim a finalidade da colaboração. Assim conseguimos manter a confiança assegurando-lhes o carácter de confidencialidade de suas informações. Conseguimos assim no primeiro contacto bom interações. Tivemos um total de 5 entrevistados com idades compreendidas entre 35 á 50 anos de idade. Entre os quais 4 do sexo masculino e 1 do sexo feminino.

RESULTADOS EDISCUSSÃO

Percepções sobre actividade docente no instituto superior de ciências Policiais e Criminais

Sujeito 1 “no meu ver há uma necessidade de se apostar em formações contínuas e capacitação constante dos docentes. Um processo que pode alavancar o crescimento dos professores em particular, geralmente na dedicação uma ao sector da educação ou ensino. E trazer um outro olhar ao Instituto, visto que a educação é uma das áreas mais importantes para o desenvolvimento de uma sociedade melhor.”

Sujeito 2 “sou docente tenho a formação policial, mas, acho não é suficiente se olharmos para a competência docente, visto que actividade docente é bastante complexa. Vejamos, A aprendizagem é particularmente do aluno ele é que constrói. Por meio de reflexões constrói significados sobre os objectos cabe ao professor compreender, organizar e criar as técnicas motivacionais que tornam a aula prazerosa e que leva a aprendizagem dos alunos. Realidades que devem ser renovadas constantemente no que diz respeito as competências do professor”

Sujeito 3 “os professores devem ser submetidos ao acompanhamento e monitoramento constante na melhoria da acção docente. Uma das formas de alcançar este objectivo é melhorar por meio da formação contínua dos professores. Um processo que

tem grande influência na carreira docente e melhora o aprimoramento e atualização dos profissionais”.

Sujeito 4” a formação básica especializada de candidatos a ingressar na Polícia tem sido uma das condições fundamentais para pertencer aos quadros da corporação. Entretanto achamos que os docentes devem estar prontos para colmatar algumas deficiências que diz respeito no perfil de entrada de alguns estudantes, logo para planificação e a melhoria do processo educativo seria uma, mas valia”.

Sujeito 5 Superar os docentes do instituto superior de ciências e criminais para que consigam planificar e ministrar aulas em condições.

Diante das afirmações acima expostas Libâneo (2010b, p.195) afirma que “As transformações sociais, políticas, económicas e culturais do mundo contemporâneo pontuar o que o aluno já aprendeu e o que vai aprender.” Na perspectiva de Perrenoud (2000, p. 13-14) “a competência docente é um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que permitem ao professor exercer sua actividade de forma eficaz. Esses conhecimentos, habilidades e atitudes são desenvolvidos ao longo da formação e da experiência profissional do professor. Para o Libâneo (2013, p.52-54) “A pedagogia investiga a natureza e finalidades da educação como processo social, no seio de uma determinada sociedade, bem como as metodologias apropriadas para a formação dos indivíduos tendo em vista o seu desenvolvimento humano para tarefas na vida em sociedade.”

Por sua vez Costa; Rufino (2023.p. 23)” abordam que “todas as instituições de ensino do mundo que não apostarem seriamente no investimento das TICs e se não se capacitarem correm o risco de desaparecerem no mercado da ciência nos próximos 10 anos.”

Portanto, podemos afirmar que, o desenvolvimento da competência docente é um processo contínuo que requer um esforço constante por parte do professor. A preparação docente é um passo fundamental para o desenvolvimento da competência docente.

Estamos no século XXI, das incertezas às mudanças, obrigam-nos a repensar novos caminhos. O processo educativo não foge a regra. O desenvolvimento de um país esta assente nos parâmetros da qualidade da educação. Se olharmos para os desafios e mudanças sociais veremos que o acento tónico recai em uma palavra educação. Daí afirma-se que não se pode imaginar um futuro para a humanidade sem os educadores, e fundamenta-se de os mesmos serem competentes na execução das suas tarefas.

Um dos objectivos da formação contínua é suscitar no docente desenvolvimento de habilidades para melhorar o processo de ensino e aprendizagem que ocorre dentro da instituição de ensino a cada dia. Com a formação contínua os professores do ispcp terão acesso ao que há de novo na área da actuação e em didáctica e metodologias de ensino. Nesta senda poderá relacionar o novo conhecimento com as bases científicas do seu nível inicial para oferecer aos cadetes.

CONCLUSÃO

O presente trabalho incidiu as suas abordagens em preparação docente no desenvolvimento das competências do docente: um estudo de caso no instituto superior de ciências policiais e criminais em Luanda. Os objectivos desta pesquisa centram-se em apresentarmos estratégias na possibilidade de contornarmos a realidade vigente no instituto superior de ciências policiais e criminais em luanda. A pesquisa concluiu que o desenvolvimento de competências docente é um processo contínuo que requer um esforço constante por parte do professor. A preparação docente é um passo fundamental para o desenvolvimento da competência docente. Promove a auto reflexão, uma vez que lhes oportuniza uma compreensão sobre aspectos da prática pedagógica de forma a facilitar o ensino e aprendizagem

Daí afirma-se que não se pode imaginar um futuro para a humanidade sem os educadores. Portanto, mais uma vez fundamenta-se a serem competentes na execução das suas tarefas. A preparação docente no instituto superior de

ciências policiais e criminais serra van-duném em luanda, deve ser centrada no desenvolvimento das competências específicas necessárias para o exercício da docência na área policial e criminal. Essas competências incluem também formação em serviço, ou seja, as actividades de formação que são realizadas durante o exercício da docência.

Em síntese, achamos que a preparação docente no desenvolvimento da competência docente é um grande parâmetro que visa adquirir os conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para exercer a actividade docente de forma eficaz. Uma formação capaz de transformar a sociedade.

Encontramos algumas dificuldades no que concerne a escassez de obras que versam sobre o assunto, bem como o receio de algumas pessoas em participar na pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bardin, I. (2011). *Análise de conteúdo*. Lisboa: edições 70

Costa, Mário Graca de; Rufino Jorge. *Os desafios da educação no século XXI. Um olhar para as novas exigências do*

actual mercado de trabalho, usando as TICs e as teorias de aprendizagem. pp18 revista samayonga- ciap-samayonga.co.ao

Libâneo, J. C. (2010a). *Pedagogia e pedagogos, porque e para que?* (2ª edição). São Paulo: Cortez.

Libâneo, J. C. (2013b). *Didáctica*. (2ª edição). São Paulo: Cortez.

Luckesi, Cipriano Carlos. (2011). *Avaliação da aprendizagem*. São Paulo: Cortez

Nóvia A. (1995). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote.

Perrenoud, P. (2000). *Pedagogia da competência: competências para ensinar no século XXI*. Porto Alegre: Artmed.

Pessanha, et al. (2014). *Psicologia da educação*. (s/e). Lisboa: Plural

Simões, Aníbal. (2016). *Metodologia de investigação científica: investigação qualitativa*. Luanda: Mayamba.

Tauchen, Gionara, (2019). *Didáctica do ensino superior*. Pp 58. Luanda.

31 - 03 | 2024

GESTÃO DA REACTIVAÇÃO DO LABORATÓRIO PÚBLICO DE TÉCNICA DE ALTA TENSÃO DA UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

Management of the reactivation of the Public Laboratory of High Voltage Technique at Eduardo Mondlane

Gestión de la reactivación del Laboratorio Público de Técnica de Alto Voltaje en la Universidad Eduardo Mondlane

Anacleto João Albino¹, Fernando Hausse Chachaia²

¹Universidade São Tomás de Moçambique – Escola de Pós Graduação, Moçambique, <https://orcid.org/0009-0001-9374-6017>, 0B1F-907C-C2DC, albinoanacleto9@gmail.com.

²Universidade São Tomás de Moçambique – Escola de Pós Graduação, Moçambique, <https://orcid.org/0009-0004-5446-3905>, D21C-8440-5B9C, fchachaia@gmail.com.

Autor para correspondência: albinoanacleto9@gmail.com

Data de recepção: 13-11-2023

Data de aceitação: 15-02-2024

Como citar este artigo: Albino, A. J., & Chachaia, F. H. (2024). Gerenciamento da reactivação do laboratório público de técnica de alta tensão da Universidade Eduardo Mondlane. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 2(4), pp. 177-184.

RESUMO

A avaliação da qualidade dos equipamentos de alta tensão, tem uma extrema importância nos sistemas de potência. Esta avaliação deve ser feita em ambientes de laboratórios devidamente equipados. A actual pesquisa tem como finalidade: a reactivação do laboratório de alta tensão do departamento de engenharia electrotécnica, para permitir adequação do processo de ensino e aprendizagem nas disciplinas do curso de engenharia eléctrica, e não só, também para ensaios de alta tensão em dados que vão permitir a definição da situação geral dos equipamentos existentes, o que tornou possível dimensionar geradores de altas tensões para ensaios em corrente equipamentos industriais, cuja aplicabilidade, é para os sistemas de potência. Assim, através de um trabalho contínuo de investigação realizado no laboratório foi feita a recolha de dados em alternada, contínua e impulsiva. A realização deste trabalho recorreu à pesquisa quantitativa-experimental, onde foram usados simuladores PSCAD e MATLAB, para analisar a

conformidade dos geradores dimensionados. Os parâmetros de laboratório conseguidos na pesquisa melhorarão a realização de ensaios de rotinas usando tensões mais elevadas de correntes alternadas, para investigar o comportamento do dieléctrico de isolamento usando tensões de corrente contínua e impulsiva, que figuram como simulações mais comuns para testar a capacidade dos equipamentos em sistemas de potência de suportar as sobretensões de tensões impulsivas. Assim, os geradores obtidos nas simulações com base em MATLAB apresentam resultados normalizados para serem usados em aulas laboratoriais e também como campo de investigação de equipamentos das empresas de energia eléctrica no País.

Palavras-chave: Gerador, Alta tensão, Sobretensões.

ABSTRACT

Assessing the quality of high voltage equipment is extremely important in power systems. This assessment must be carried out

in properly equipped laboratory environments. The current research aims to: reactivate the high voltage laboratory of the electrical engineering department, to allow adaptation of the teaching and learning process in the subjects of the electrical engineering course, and not only, also for high voltage tests in data which will allow the definition of the general situation of existing equipment, which made it possible to size high voltage generators for current tests on industrial equipment, whose applicability is for power systems. Thus, through continuous research work carried out in the laboratory, alternate, continuous and impulsive collection was carried out. The completion of this work used quantitative-experimental research, where PSCAD and MATLAB simulators were used to analyze the conformity of the sized generators. The laboratory parameters obtained in the research will improve the performance of routine tests using higher voltages of alternating currents, to investigate the behavior of the insulation dielectric using direct and impulsive current voltages, which are the most common simulations to test the capacity of equipment in power systems to withstand overvoltages from impulsive voltages. Thus, the generators obtained in simulations based on MATLAB present standardized results to be used in laboratory classes and also as a field of investigation for equipment in electricity companies in the country.

Keywords: Generator, High voltage, Overvoltages.

RESUMEN

La evaluación de la calidad de los equipos de alto voltaje es extremadamente importante en los sistemas de energía. Esta evaluación debe realizarse en entornos de laboratorio debidamente equipados. La presente investigación tiene como objetivo: reactivar el laboratorio de alta tensión del departamento de ingeniería eléctrica, para permitir la adaptación del proceso de enseñanza y aprendizaje en las materias de la carrera de ingeniería eléctrica, y no sólo, también para pruebas de alta tensión en datos que permitirán definición de la

situación general de los equipos existentes, lo que permitió dimensionar generadores de alta tensión para pruebas de corriente en equipos industriales, cuya aplicabilidad es para sistemas de potencia. Así, a través de un trabajo de investigación continuo realizado en el laboratorio se logró la recolección alterna, continua e impulsiva. Para la realización de este trabajo se utilizó una investigación cuantitativa-experimental, donde se utilizaron simuladores PSCAD y MATLAB para analizar la conformidad de los generadores dimensionados. Los parámetros de laboratorio obtenidos en la investigación mejorarán el desempeño de pruebas de rutina utilizando voltajes superiores de corriente alterna, para investigar el comportamiento del dieléctrico de aislamiento utilizando voltajes de corriente continua e impulsiva, que son las simulaciones más comunes para probar la capacidad de equipos en sistemas de energía para soportar sobretensiones provenientes de tensiones impulsivas. Así, los generadores obtenidos en simulaciones basadas en MATLAB presentan resultados estandarizados para ser utilizados en clases de laboratorio y también como campo de investigación para equipos en empresas eléctricas del país.

Palabras clave: Generador, Alta tensión, Sobretensiones.

INTRODUÇÃO

O Departamento de Engenharia Electrotécnica da Faculdade de Engenharia da Universidade Eduardo Mondlane leciona três cursos, um desses cursos é engenharia eléctrica. A disciplina de técnica de alta tensão faz parte das disciplinas do curso de engenharia eléctrica.

O curso de engenharia eléctrica tem um laboratório de técnicas de alta tensão (LTAT) que é classificado como fundamental de ensino e aprendizagem. Devido a falta de equipamentos, manuais e guiões de ensaios para realização das aulas práticas laboratoriais os estudantes da faculdade de engenharia não realizam as aulas práticas laboratoriais. O LTAT pode ajudar no desenvolvimento do pensamento científico dos investigadores e

estudantes na área de engenharia eléctrica, na compreensão de métodos utilizados por cientistas para a produção de novos conhecimentos, também ajuda aos estudantes a conhecer e observar os fenómenos que ocorrem em equipamentos de alta tensão quando submetidos aos ensaios.

O presente trabalho científico enquadra-se no âmbito de elaboração de um projecto para a reactivação do laboratório de alta tensão do Departamento de Engenharia Electrotécnica da Faculdade de Engenharia da Universidade Eduardo Mondlane.

A reactivação do laboratório de alta tensão permitirá adequação do processo de ensino e aprendizagem nas disciplinas do curso de engenharia eléctrica, e não só, também para ensaios de alta tensão em equipamentos industriais, cuja aplicabilidade, é para os sistemas de potência.

MATERIAIS E MÉTODOS

A concretização deste trabalho deveu-se, primeiramente, a intensa pesquisa bibliográfica, realizada através de informações encontradas em livros, artigos e afins.

A realização deste trabalho também recorreu à pesquisa quantitativa-experimental, onde foram usados simuladores PSCAD e MATLAB, para analisar a conformidade dos geradores dimensionados

Especificações dos equipamentos do LTAT

Em uma rede AC, o equipamento é continuamente sujeito a tensão de frequência

de potência total. O equipamento deve, portanto, ser capaz de suportar tensão de frequência normal de energia, permitindo alguma sobretensão.

Em um laboratório de alta tensão, o transformador de teste aumenta a tensão de uma tensão mais baixa (220 V ou 11 kV) para o nível de tensão desejado. Todos os testes de laboratório são monofásicos e o lado de baixa tensão do transformador é fornecido através de um transformador de regulação para poder ajustar a magnitude da alta tensão de saída.

O aparelho usado no LTAT para gerar a alta tensão alternada é um transformador monofásico de ensaio, que tem as seguintes características:

Tensões nominais: 0,196/100/0,196 kV; Tensão de curto-circuito: 4%; Potência aparente nominal: 5 kVA; Correntes nominais: 26/0,05/17 A; Frequência nominal: 50/60 Hz; Corrente de curta duração (10 minutos): 39/0,075/25 A.

O sistema de energia também está sujeito a pulsos de sobretensão, devido a raios e comutação. No campo, esses transientes podem assumir muitas formas de onda diferentes. Onda de impulso padrão foi definida como mostrado na Figura 9.

A definição real é mais precisa, mas para os impulsos relâmpago, T_1 é 1,2 μ s e T_2 é 50 μ s. O impulso relâmpago padrão é descrito como um Onda de 1,2 / 50 μ s. O impulso de comutação padrão é um Onda de 250/2500 μ s.

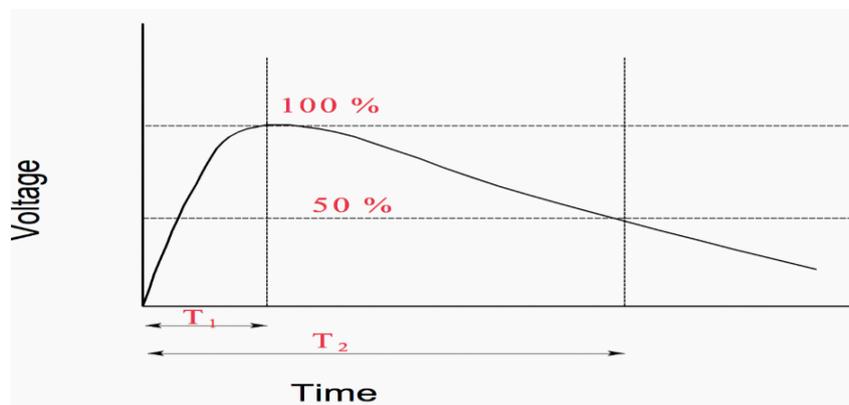


Figura 1: Onda de impulso padrão

Fonte: (Nowack)

As tensões de impulso geradas nos laboratórios são simulações das sobretensões que podem ocorrer num sistema eléctrico.

Para o melhor rendimento do circuito, a escolha dos resistores e capacitores deve seguir as seguintes condições:

□ O capacitor de impulso deve ser maior que o capacitor de carga ($C_s \gg C_b$);

□ A multiplicação do resistor de cauda e capacitor de impulso deve ser maior que a multiplicação do resistor de frente e capacitor de carga ($R_e * C_s \gg C_b * R_d$).

□ Impulso lento (manobra)

Com base nas condições colocadas para escolha dos resistores e capacitores tem-se:

Capacitor de impulso – C_s : 25000 pF;

Resistor de frente – R_d : 49 k Ω ;

Resistor de cauda – R_e : 98 k Ω ;

Capacitor de carga – C_b : 1200 pF.

Verificação do rendimento:

$$\eta = \frac{C_s}{C_s + C_b} = \frac{25000}{25000 + 1200} = 95,4\%$$

$$T_1 = (C_s + C_b) * R_e = (25000 + 1200) * 98 * 10^{-12+3} = 2567,6 \mu s$$

$$T_2 = \frac{C_s * C_b}{C_s + C_b} * R_d = \frac{25000 * 1200 * 49 * 10^{-12+3}}{25000 + 1200} = 56,1 \mu s$$

Tempo de frente:

$$T_f = \frac{T_1 * T_2}{T_1 - T_2} * \ln\left(\frac{T_1}{T_2}\right) = \frac{2567,6 * 56,1}{2567,6 - 56,1} * \ln\left(\frac{2567,6}{56,1}\right) = 219,3 \mu s$$

Tempo de cauda:

$$T_c \approx T_1 * \ln\left(\frac{2}{\eta}\right) \approx 2567,6 * \ln\left(\frac{2}{0,954}\right) = 1900,6 \mu s$$

Como:

$$T_f = 200 \mu s \pm 20\%$$

$$T_c = 2500 \mu s \pm 60\%$$

O tempo de frente de 219,3 μs pertence ao intervalo de 160 μs -240 μs e o tempo de cauda de 1900,6 μs pertence ao intervalo de 1000 μs -4000 μs , os elementos escolhidos fornecem a característica da onda que se deseja no impulso lento.

▪ **Impulso rápido (atmosférico)**

Com base nas condições colocadas para escolha dos resistores e capacitores tem-se:

Capacitor de impulso – C_s : 25000 pF;

Resistor de frente – R_d : 375 Ω ;

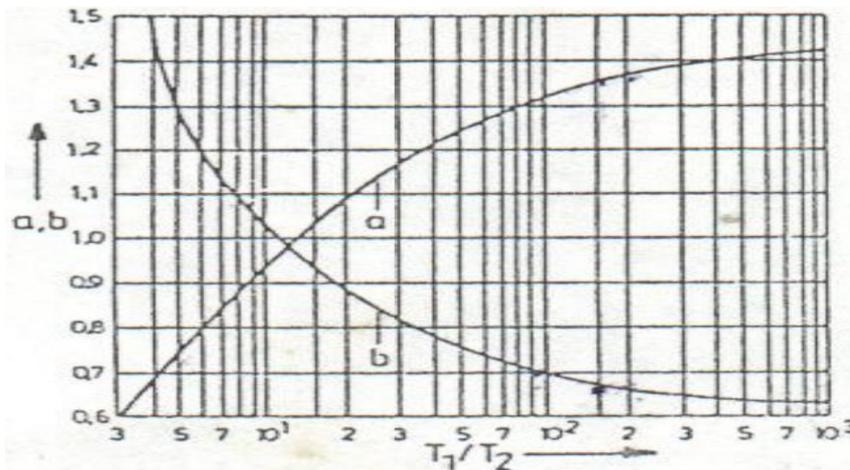
Resistor de cauda – R_e : 2400 Ω ;

Capacitor de carga – C_b : 1200 pF.

$$T_1 = (C_s + C_b) * R_e = (25000 + 1200) * 2,4 * 10^{-12+3} = 62,9 \mu s$$

$$T_2 = \frac{C_s * C_b}{C_s + C_b} * R_d = \frac{25000 * 1200 * 0,375 * 10^{-12+3}}{25000 + 1200} = 0,4294 \mu s$$

$$\frac{T_1}{T_2} = \frac{62,9}{0,4294} = 146$$



$$(a, b) = f\left(\frac{T_1}{T_2}\right)$$

Figura 2: Constantes a e b usados no cálculo de tensão de impulso rápido.

Fonte: (Nowack)

A constante $a=1,34$ e a constante $b=0,67$.

$$T_c = 50\mu s \pm 20\%$$

Tempo de frente:

$$T_f = \frac{2}{b} * T_2 = \frac{2}{0,67} * 0,4294 = 1,3 \mu s$$

O tempo de frente de $1,3 \mu s$ pertence ao intervalo de $0,84\mu s-1,56\mu s$ e o tempo de cauda de $47 \mu s$ pertence ao intervalo de $40\mu s-60\mu s$, os elementos escolhidos fornecem a característica da onda que se deseja no impulso rápido.

Tempo de cauda:

$$T_c = \frac{1}{a} * T_1 = \frac{1}{1,34} * 62,9 = 47 \mu s$$

▪ **Resistores:**

Como:

$$T_f = 1,2\mu s \pm 30\%$$

▪ **Capacitores:**

Tabela 1: Capacitores existentes no LTAT

Quantidade	Capacitância (F)	Tensão	Saída
2	25000p	140 kV	CC sem divisor
2	1200p	140 kV	CC com divisor
1	100p	100 kV	CA com divisor

▪ **Espinterómetros:**

- ✓ Um espinterómetro horizontal de 80 mm de ruptura para conexão de diversos tipos de arranjos;
- ✓ Dois espinterómetro vertical de medição para conexão de diversos tipos de arranjos.

▪ **Diodo:**

Um diodo de silénio de 20 mA, 100 kΩ e 140 kV.

▪ **Transformador de ensaio:**

Um transformador de ensaio com as seguintes características:

Tabela 2: Características do transformador do ensaio de LTAT

Tensão nominal	196/100000/196 V
Corrente de serviço	26/0,05/17 A
Corrente de curta duração (10 minutos)	39/0,075/25 A
Potência nominal	5 kVA
Tensão de curto circuito	4%
Frequência	50/60Hz

Fonte: (Autor)

▪ **Autotransformador:**

Um transformador que regula tensão de 0-196 V.

▪ **Outros materiais:**

- ✓ Um interruptor de terra com tensão nominal 24V, corrente nominal 2A e frequência 50/60Hz;
- ✓ Uma varra de terra;
- ✓ Um divisor de tensão capacitivo de 68nF;
- ✓ Um divisor de tensão resistivo de 15k Ω ;
- ✓ Um divisor de tensão capacitivo de 150kV com uma relação de divisão de 388500;
- ✓ Um divisor de tensão capacitivo de 300kV com uma relação de divisão de 778600;
- ✓ Um divisor de tensão capacitivo de 75kV com uma relação de divisão de 191900;
- ✓ Um espinterómetro fechado para medição da pressão;
- ✓ Isolador de pino para média tensão;
- ✓ Doze espaçadores para os pés;
- ✓ Cinco espaçadores para as cabeças;
- ✓ Seis isoladores;
- ✓ Dezassete cabeças;
- ✓ Oito pés;

- ✓ Um motor de accionamento do espinterómetro de ruptura;
- ✓ Um cabo conector;
- ✓ Duas varras de accionamento de espinterómetro de medição;
- ✓ Uma mesa de ensaio;
- ✓ Uma plataforma de comando HAEFELY>TRENCH OT 275;
- ✓ Um instrumento de medição digital DMI 551;
- ✓ Um osciloscópio HM 408/40 MHz;
- ✓ Um voltímetro para controlar a tensão de saída do autotransformador;
- ✓ Uma tina para medição da rigidez dieléctrica do óleo;
- ✓ Instrumento para verificação do efeito coroa;
- ✓ Uma mala de ferramentas;
- ✓ Uma mala de acessórios;
- ✓ Uma mala contendo os seguintes elementos: esplosores planos, esplosores pontas, esplosores esferas, conectores pontas e conectores esferas;
- ✓ Um ferro de soldar de 300W;
- ✓ Um instrumento para testar capacidade;
- ✓ Um extintor contra incêndio.

É um dispositivo controlado por microprocessador para medir AC, CC, tensões de impulso. O instrumento também pode ser

usado para disparar um gerador ou um intervalo de esfera picadora e para accionar um osciloscópio ou qualquer outro dispositivo de medição.

O DMI 551 é aplicado nos testes dos transformadores, testes dos comutadores, pesquisa e testes de para-raios.

Tabela 3: características do DMI 551 existente no LTAT da UEM.

Equipamento	Digital Measuring Instrument
Modelo	DMI 551
Número de Serie	083604-09
Ano de Fabrico	N/A
Nome do Fabricante	EmileHaefely & Co. Ltd.
Pais de Origem	Suíça
Parâmetros Nominais	U=115/230 V; f=50/60 Hz; S= 50 kVA

Fonte: (Autor)



Figura 3: DMI 551 (em cima) e OT275 (em baixo) da EmileHaefely

Todos os ensaios laboratoriais de alta tensão da UEM dependem exclusivamente do DMI 551, para medir altas tensões alternadas, contínuas e impulsivas. As figuras 2, 3 e 4 ilustram

circuitos de geração das altas tensões alternadas, contínuas e impulsivas no LTAT, onde para medição aplica-se o DMI.



Figura 4: circuito montado para geração e medição de altas tensões alternadas

Fonte: (Autor)



Figura 5: circuito montado para geração e medição de altas tensões contínuas.
Fonte: (Autor)



Figura 6: circuito montado para geração e medição de altas tensões impulsivas
Fonte: (Autor)

CONCLUSÃO

O estudo tinha como objectivo geral, o gerir a reactivação do laboratório de alta tensão da Faculdade de engenharia da Universidade Eduardo Mondlane. Com procedimentos e estratégias metodológicas adequadas à natureza do estudo, conduziu-se o estudo que permitiu chegar às seguintes conclusão de que os parâmetros de laboratório conseguidos na pesquisa melhorarão a realização de ensaios de rotinas usando tensões mais elevadas de correntes alternadas, para investigar o comportamento do dieléctrico de isolamento usando tensões de corrente contínua e impulsiva, que figuram como simulações mais comuns para testar a capacidade dos equipamentos em sistemas de potência de suportar as sobretensões de tensões impulsivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Gorgius, D. (1984). *Técnica de Alta Tensão*. Maputo: UEM.
- Kind. *An Introduction to High Voltage Experimental Techniques*. Braunschweig: Vieweg.
- Kinderman, G. *Descargas atmosféricas*. Brasil: Sagra-DC Luzzatto.
- Kuffel, E.; Zaengl, W.S. & Kuffel, J. (2000). *High Voltage Engineering*. 2nd ed. 2000. ISBN 0 7506 3634 3. Butterworth.
- Moura, D. (1980). *Técnicas de Alta Tensão*. Lisboa: IST.
- Nowacki, K. (1995). *Técnica de Alta tensão*. Maputo: UEM.

31 - 03 | 2024

ANÁLISE DA VIABILIDADE DA GESTÃO AUTOMÁTICA DE ENERGIA ELÉCTRICA NA CAPITAL STAR STEEL, SA

Analysis of the feasibility of automatic electrical energy management at Capital Star Steel, SA.

Análisis de viabilidad de la gestión automática de la energía eléctrica en Capital Star Steel, SA.

Anacleto João Albino¹, Fernando Hausse Chachaia²

¹Universidade São Tomás de Moçambique – Escola de Pós Graduação, Moçambique, <https://orcid.org/0009-0001-9374-6017> | 0B1F-907C-C2DC, albinoanacleto9@gmail.com.

²Universidade São Tomás de Moçambique – Escola de Pós Graduação, Moçambique, <https://orcid.org/0009-0004-5446-3905> | D21C-8440-5B9C, fchachaia@gmail.com.

Autor para correspondência: albinoanacleto9@gmail.com

Data de recepção: 14-11-2023

Data de aceitação: 16-02-2024

Como citar este artigo: Albino, A. J., & Chachaia, F. H. (2024). Análise da viabilidade da gestão automática de energia eléctrica na Capital Star Steel, SA. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 2(3), pp. 185-193.

RESUMO

O foco principal é gerir ou controlar de forma automática as cargas que consomem energia eléctrica com o objectivo de reduzir as perdas sobretudo em estágios de não produção. Para tal, foi elaborado a seguinte pesquisa: Análise da viabilidade da gestão automática de energia eléctrica na Capital Star Steel, SA com o uso de sistemas de supervisão e controlo. Como forma de automatizar o controlo dos processos, foi proposto a utilização de controladores lógicos programáveis, onde se pode programar todo o processo industrial e consequentemente prever os períodos de inoperabilidade de certos equipamentos com o intuito de tirar estes da rede de energia eléctrica. O estudo de caso foi realizado na Capital Star Steel, uma empresa sediada em Bebeluane cuja função é a produção de tubos de aço. Ambientalmente pode se afirmar que com a introdução do controlo automático de processos industriais e consequentemente gestão ambiental, no chão da fábrica poder-se-á reduzir de forma significativa a emissão do calor, bem como a

redução do ruído causado pelas máquinas em funcionamento. Conforme os dados fornecidos pela empresa, o consumo médio diário de energia eléctrica é de 1005,8 kWh. O que em termos monetários constitui um total de 4.807,724 MT (quatro milhões, oitocentos e sete meticais e setecentos e vinte e quatro cêntimos). Com a introdução do sistema de Gestão de energia, proposto pelo autor, o consumo médio de energia ao dia é de 734.23 kWh, que constitui uma redução de 27% quando comparado com o consumo actual. Portanto, chegou-se a conclusão de que a gestão automatizada de energia eléctrica tem grande impacto para a economia da empresa.

Palavras-chave: Qualidade de energia; Eficiência energética; Automação; Gestão de energia.

ABSTRACT

The main focus is to automatically manage or control loads that consume electrical energy with the aim of reducing losses, especially in non-production stages. To this end, the

following research was carried out: analysis of the feasibility of automatic electrical energy management at Capital Star Steel, SA with the use of supervision and control systems. As a way of automating process control, the use of programmable logic controllers was proposed, where the entire industrial process can be programmed and consequently the periods of inoperability of certain equipment can be predicted with the aim of removing them from the electricity grid. The case study was carried out at Capital Star Steel, a company based in Bebeluane whose function is the production of steel tubes. Environmentally, it can be said that with the introduction of automatic control of industrial processes and consequently environmental management, on the factory floor it will be possible to significantly reduce heat emission, as well as reducing the noise caused by machines in operation. According to data provided by the company, the average daily consumption of electricity is 1005.8 kWh. Which in monetary terms constitutes a total of 4,807.724 MT (four million, eight hundred and seven meticals and seven hundred and twenty-four cents). With the introduction of the energy management system proposed by the author, the average energy consumption per day is 734.23 kWh, which represents a reduction of 27% when compared to current consumption. Therefore, it was concluded that automated electrical energy management has a great impact on the company's economy.

Keywords: Power quality, Energy efficiency, Automation, Power management.

RESUMEN

El enfoque principal es gestionar o controlar automáticamente las cargas que consumen energía eléctrica con el objetivo de reducir las pérdidas, especialmente en etapas no productivas. Para ello se realizó la siguiente investigación: análisis de viabilidad de la gestión automática de la energía eléctrica en Capital Star Steel, SA con el uso de sistemas de supervisión y control. Como forma de automatizar el control de procesos se propuso el uso de controladores lógicos programables, donde se puede programar todo el proceso industrial y en consecuencia predecir los

periodos de inoperatividad de ciertos equipos con el objetivo de retirarlos de la red eléctrica. El caso de estudio se llevó a cabo en Capital Star Steel, una empresa con sede en Bebeluane cuya función es la producción de tubos de acero. A nivel medioambiental, se puede decir que con la introducción del control automático de los procesos industriales y, en consecuencia, de la gestión medioambiental, en la fábrica será posible reducir significativamente la emisión de calor, así como reducir el ruido provocado por las máquinas en funcionamiento. Según datos facilitados por la empresa, el consumo medio diario de electricidad es de 1.005,8 kWh. Lo que en términos monetarios constituye un total de 4.807.724 TM (cuatro millones ochocientos siete meticales con setecientos veinticuatro céntimos). Con la introducción del sistema de gestión energética propuesto por el autor, el consumo medio de energía al día es de 734,23 kWh, lo que supone una reducción del 27% respecto al consumo actual. Por lo que se concluyó que la gestión automatizada de la energía eléctrica tiene un gran impacto en la economía de la empresa.

Palabras clave: Calidad de energía, Eficiencia energética; Automatización; Gestión de energía.

INTRODUÇÃO

Uma abordagem abrangente aa gestão de energia gera dividendos ao longo do tempo, ajudando as organizações a reduzir o consumo e os custos de energia, melhorando a confiabilidade do sistema e aprimorando a segurança do pessoal. Um aspecto fundamental de uma abordagem holística de Gestão de energia são as soluções de controlo e automação que ajudam as organizações industriais, comerciais, institucionais e de serviços públicos a aumentar a eficiência, identificar problemas antes que eles causem tempo de inatividade e fornecer os dados necessários para oferecer suporte a energia confiável, eficiente e segura.

Este artigo tem como proposta da análise da viabilidade técnica para a implementação da automação na gestão de energia eléctrica na

planta industrial. Não é novidade que diversos sistemas indústrias vêm sendo automatizados como forma de aumentar a produtividade e a qualidade dos produtos e/ou serviços, considerando que todos os processos automáticos dependem inteiramente da energia eléctrica, torna-se relevante um Gestão desta no sentido de garantir a continuidade dos processos. O estudo de caso, foi realizado na empresa Capital Star Steel SA, com sede em Moçambique, uma subsidiária da empresa sul-africana Lionsteel, que fabrica tubos de aço soldado de alta frequência e atende a indústria internacional de petróleo e gás e mineração em toda a África, com centros de vendas e distribuição baseados em todo o mundo. A sua missão é ser um provedor de soluções de projectos de alta integridade na África e tornar-se líder da indústria por meio de conhecimento técnico especializado, suporte internacional, tendo uma análise geral a viabilidade técnica para implementação da automação na gestão de energia na planta Industrial. Contudo, para se atingir um sistema de supervisão e controlo eficiente é necessário substituir os procedimentos manuais pelo uso dos processos automáticos que implicam diversos benefícios económicos. Ainda neste âmbito, foram abordados três aspectos, sendo o primeiro a abordar sobre a gestão de energia eléctrica na planta industrial, como se pode esperar, o tempo de resposta sem sistemas automatizados é bastante reduzido em relação a sistemas manuais, fazendo com que se atinja uma eficiência satisfatória na gestão de falhas. O segundo âmbito, é de aumentar a regularidade do processo industrial através das tecnologias ininterruptas das cargas críticas em caso de defeito. Por fim, ou seja, o terceiro âmbito visa identificar os principais parâmetros de projecto necessários na selecção de novos componentes para a automatização de Gestão de energia.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este artigo é realizado com base de revisões bibliográficas, como forma de trazer a actualidade do estudo da arte, e questões relevantes sob ponto de vista da gestão de energia em plantas industriais. É uma pesquisa de carácter quantitativo e qualitativo, porque

busca trazer dados referentes a viabilidade técnica para implementação de um sistema sofisticado de gestão de energia.

Gestão de Energia

Uma unidade produtiva é mais eficiente energeticamente que outra, quando proporciona as mesmas ou até melhores condições operacionais, com menor quantidade de energia possível para a produção de determinado produto ou serviço. A tecnologia permitiu aos profissionais e equipes especializadas em gestão de energia planejar, executar e avaliar estratégias de gestão de energia por meio de análises estatísticas, aprendizado de máquina, big data e com isso, até ir além de tecnologias de monitoramento e controle.

Definição

Sistemas de gestão de energia (SGE): De acordo com (Miranda et al, 2016) são comumente referidos como ferramentas ou softwares usados para monitorar, controlar e otimizar o desempenho energético de determinada carga consumidora. Os sistemas de Gestão de energia são frequentemente segmentados com base na aplicação, por exemplo de sistemas de Gestão de energia de utilidade pública, sistemas de Gestão de energia industrial, sistemas de Gestão de energia de instalações, sistemas de Gestão de energia predial, Gestão de energia residencial e assim por diante. Embora a funcionalidade de cada um desses sistemas possa variar, em sua essência, um sistema de Gestão de energia é projectado para ajudar os profissionais de energia a gerenciar e reduzir efectivamente os custos e os custos associados aos seus negócios e operações de uma maneira economicamente eficiente. Segundo (Filho 2017) é importante observar que há uma diferença significativa entre sistemas de gestão de energia e um software de Gestão de energia. As plataformas baseadas em software para gestão de energia são centrais de dados e analíticas essenciais para: analisar tendências e anomalias de consumo de energia; medir e verificar o impacto de acções / projectos de economia de energia; identificar os equipamentos / áreas mais intensivas em energia, desperdício e

melhoria da eficiência operacional; produção de relatórios sobre os dados necessários para conformidade e certificação.

Gestão de energia através da demanda

O facturamento de energia é de responsabilidade da concessionária, entretanto, a medição desta energia interessa tanto o fornecedor quanto o utilizador desta energia. Do ponto de vista de Gestão, a medição de energia tem um impacto significativo, pois é possível verificar se a empresa está a operar dentro dos parâmetros da demanda contratada. É de responsabilidade da entidade contratante, gerenciar o consumo de energia como forma de reduzir os custos. A má utilização de energia eléctrica transforma-se em um passivo para a empresa que são as perdas de energia eléctrica consumida na indústria. A tarifação de energia varia em função de categoria ou grupo de consumidores “alta, media e baixa tensão”. A sua atenção se faz necessário, para análises e simulações de economia na conta de energia, entender os conceitos de demanda constitui factor relevante no facturamento da energia.

Demanda: a demanda pode ser definida como a média das potências eléctricas activas ou reactivas, solicitadas ao sistema eléctrico pela parte da carga instalada em operação na unidade consumidora, no decorrer de um período de tempo especificado, apresentada em quilowatts (kW) e quilovolt-ampère-reactivo (kvar), respectivamente (ANEEL, 2016).

Demanda contratada: demanda de potência activa a ser obrigatória e continuamente disponibilizada pela distribuidora, no ponto de entrega, conforme valor e período de vigência fixados em contracto, e que deve ser integralmente paga, seja ou não utilizada durante o período de facturamento, expressa em quilowatts (kW) (ANEEL, 2016);

Demanda registada: maior demanda de potência activa, verificada por medição, integralizada em intervalos de 15 (quinze) minutos durante o período de facturamento (Aneel, 2016);

Demanda facturável: valor da demanda de potência activa, considerada para fins de facturamento, com aplicação da respectiva tarifa, expressa em quilowatts (kW) (Aneel, 2016);

Demanda versus Consumo

Os consumidores confundem os valores de demanda e consumo numa tarifa de energia eléctrica, o que prejudica os seus custos. Aqui, chama-se a atenção dos engenheiros e técnicos a exercerem um papel conscientizado como forma de melhor informar o cliente. Segundo (Ozur et al, 2011) a demanda representa a estrutura de geração e transmissão da energia eléctrica que a concessionária disponibiliza ao consumidor. Ela é disponibilizada perante contracto com a concessionária, onde esta se responsabiliza em manter essa estrutura de fornecimento e o consumidor, por sua vez, compromete-se a pagar por essa estrutura, usando-a ou não, e ele também não deve ultrapassar os valores contratados podendo ser cobradas multas pesadas, caso isso ocorra. Já o consumo representa a quantidade de energia activa consumida (Ozur, 2011). Comparando com um sistema mecânico, a demanda representa a procura e/ou a necessidade de um trabalho executado (potência) e o consumo representa o passivo ou do que se retira do trabalho executado. Portanto, para um mesmo consumo, podem ter demandas diferentes.

Ultrapassagem da demanda

O monitoramento é realizado usando a média dos 15 minutos de integração. A demanda de energia é contratada junto à concessionária (paga-se por ela independentemente do uso), (Ozur, 2011). Segundo Melo (2019), a ultrapassagem de demanda eléctrica é controlada com base nos valores médios da integração de 15 minutos, ou seja, a demanda média de 15 minutos não pode ultrapassar a demanda contratada, na decorrência da ultrapassagem a concessionária cobrará a multa com base no maior valor registrado.

1.6 Gestão de Energia através da Eficiência Energética

A eficiência energética em seu aspecto mais abrangente pode ser vista como a gestão do uso

de equipamentos energéticos (ou seja, inclui energia além da fonte eléctrica), de forma geral há diversos estágios para tratar programas de eficiência energética (Ohi, 2018) como seja a auditorias de energia que consiste em revisões históricas das características de uso dos equipamentos energéticos; melhorias nos processos de operação e manutenção: preventiva, preditiva e correctiva; substituição (retrofit): modernização de sistemas por outros mais eficientes; estratégias de gestão da demanda: load-shaping strategies como reservas térmicas ou alteração dos perfis de demanda; automação e controlos, com o SGRE; geração distribuída em aplicações de GD.

Embora usualmente ao pensar em eficiência energética imagine-se como solução apenas a substituição (retrofit) de equipamentos eléctricos, o maior ganho para programas deste tipo está na integração das soluções acima, unidas por avaliações econométricas que consolidem práticas efectivas junto aos consumidores. Uma lista similar: Uso de dispositivos mais eficientes; sistemas adicionais de controlo; sistema tradicional de controlo; e sistemas de comunicação, trata apenas dos aspectos de resposta a demanda (Ohi, 2018).

Importância dos Indicadores de Eficiência Energética

De acordo com Viana et al (2012), de um modo geral, pode-se afirmar que a eficiência energética aumenta quando se consegue realizar um serviço e/ou produzir um com uma quantidade de energia inferior a que era usualmente consumida. Para se poder quantificar esta melhoria utiliza-se os chamados indicadores de eficiência energética. Dentre os mais comuns e os que apresentam maior utilização, pode-se destacar o consumo específico de energia (CE); factor de carga da instalação (FC) e custo médio de energia.

$$FC=CA/(h \times DR) \quad (1)$$

Onde:

FC – factor de carga do mês na ponta e fora de ponta;

CA – Consumo de energia (kWh) no mês na ponta e fora de ponta;

H – Número médio de horas no mês, sendo geralmente 66 horas para a ponta e 664 horas para o período fora de ponta;

DR – Demanda registrada máxima de potência no mês na ponta e fora de ponta.

E o factor de carga para as tarifas é determinado das seguintes formas:

Convencional

$$FC=CA/(730 \times DR) \quad (2)$$

Hora de ponta

$$FC_p= [CA]_p / (66 \times [DR]) \quad (3)$$

Horário fora de ponta

$$FC_f= [CA]_f / (664 \times [DR]) \quad (4)$$

Para análise do custo médio de energia, tem-se:

$$[CM]_e = (\text{Consumo anual de energia}) / (\text{Consumo de energia no mês}) = Mt/kWh \quad (5)$$

Onde: CMe – custo médio de energia

Função de um sistema automático de gestão de energia

Existem no mercado algumas dezenas de soluções para a gestão de energia em prédios residenciais, comerciais e industriais. No caso de instalações industriais, a complexidade desses sistemas é função dos requisitos do processo, da quantidade de fontes energéticas consideradas e da natureza tecnológica dos equipamentos de produção. Genericamente, as principais funções que um sistema de gestão de energia pode oferecer são, segundo Parede & Gomes (2011):

Administração das fontes de energia

No caso das indústrias com uma unidade geradora de energia eléctrica própria, o sistema de gestão de energia (SGE) deve ser alimentado de todos os parâmetros técnicos, económicos e financeiros que lhe permitem decidir quais os períodos durante o dia, mês e ano em que é mais vantajoso substituir ou não a geração própria pela geração da empresa

fornecedora, já que, os preços de energia tendem a variar significativamente (Lamb, 2015).

O sistema automático de Gestão de energia (SAGE), deve ser capaz de exibir em tela os consumos instantâneos de energia eléctrica e os respectivos consumos do mês e ano, decide qual a fonte que produz energia mais económica e financeiramente satisfatória.

A título de exemplo, são listados algumas informações necessárias a um SGE, a partir das quais ele possa tomar decisão, (Lamb, 2015): tarifa de demanda e consumo da fornecedora, na ponta e fora de ponta, na ponta seca e na ponta húmida; condições de pagamento ou do inglês (take-or-pay) do contracto de energia com a fornecedora e suas implicações financeiras; custo de combustível utilizado na Auto produção de energia eléctrica; condições de paga ou do inglês (take-or-pay) do combustível previsto no contracto com a empresa fornecedora e suas implicações financeiras; curva de carga esperada da indústria; valores diários e horários dos preços de energia praticados diariamente no mercado

de curto prazo que é instantâneo do inglês (mercado spot).

Metodologia do Trabalho

Para a concretização desta foi realizada com base do levantamento de dados e avaliação dos métodos usados para a gestão de energia por parte da empresa Capital Star Steel SA. É uma pesquisa de carácter teórico e prático. A teoria nesta pesquisa, serve de base para a compreensão da necessidade de sistemas autónomos que gerenciem a energia na indústria de forma energeticamente eficiente. Esta teoria, também aborda questões relacionadas com a administração das fontes de energia. É sabido que, maior parte das indústrias têm sistemas de energia de emergência.

Fluxograma de controlo

Aqui, são apresentadas as mais diversas fases do processo de produção empregado pela Capital Star Steel, como forma de implementar uma filosofia de controlo do processo industrial.

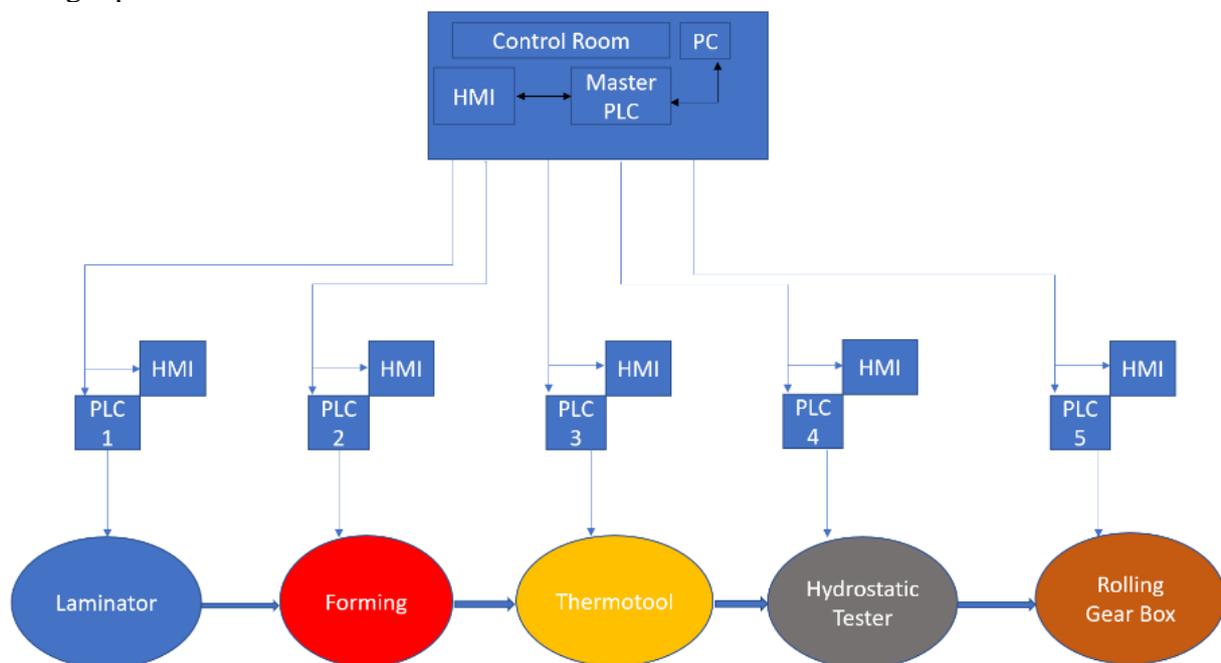


Figura 1: Diagrama de produção

Fonte: Autor

Tabela 1. Leitura do consumo de diário de energia na capital star Steel

Horas	Consumo Actual	
	kW/h	MT

O total	hora	valor
	10:00	966
	11:00	966
	12:00	968
	13:00	921,7
	14:00	921,7
	15:00	923
	16:00	955
	17:00	985
	18:00	985,33
	19:00	962
	20:00	921,9
	21:00	921,7
	22:00	921,7
	23:00	921,7
	00:00	921,7
	01:00	921,7
	02:00	921,7
	03:00	921,7
	04:00	921,7
	05:00	921,7
	06:00	921,7
	07:00	921,7
	08:00	1089,89
	09:00	1089,89

Fonte: Capital star Steel, 2023

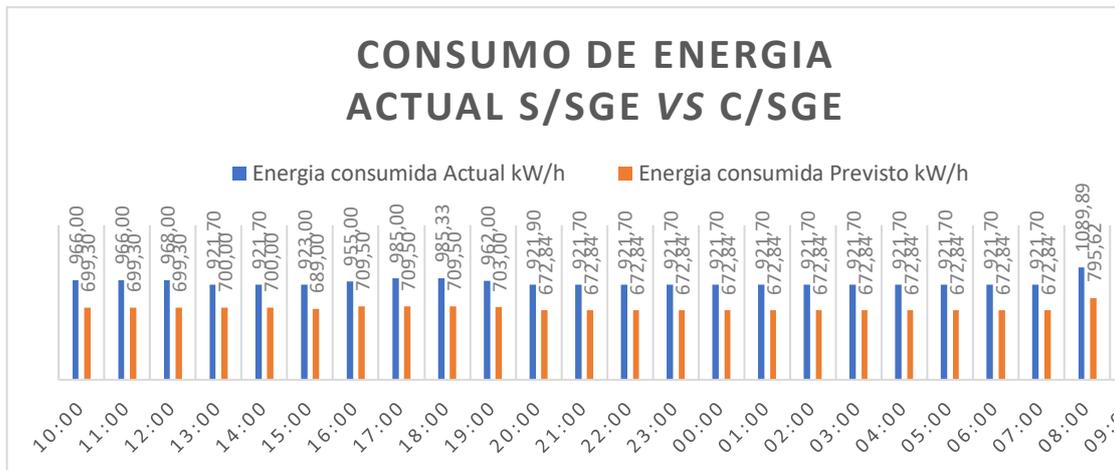


Figura 1: Comparação do consumo sem sistema de gestão de energia vs com o SGE

Fonte: Autor

economizado por dia está em torno de: 29.207,61 MT

Com isso, o valor a ser economizado por ano será:

poupança (ano)=(365 dia ×29207.61/dia)×75%

poupança (ano) =7995583,2375 MT

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A introdução da gestão de energia eléctrica na planta industrial é de crucial importância

devido a dificuldade das concessionaria em sustentar a demanda crescente nas industriais.

Não obstante a isso, a energia eléctrica

constitui um importante e vital papel nos processos industriais, pode-se afirmar que sem ela “nada” acontece. No caso vertente, a capital star Steel, possui uma ferramenta de gestão de energia no seu todo (recursos de geração própria vs concessionária) no entanto, notou-se que o mesmo não é operacionalizado como deveria. Para colmatar esta situação, fez-se a simulação dos custos (considerados previstos) em caso do uso eficiente deste sistema.

Para o uso eficiente do sistema de gestão automatizada de energia, faz-se a combinação de dispositivos de controlo avançado, como os controladores lógicos programados (CLP), com a programação correcta, é possível eliminar a funcionalidade das máquinas em determinadas etapas, sempre que estas não estiverem em operação.

Conforme os dados fornecidos pela empresa, o consumo médio diário de energia eléctrica é de 1005,8 kWh. O que em termos monetários constitui um total de quatro milhões, oitenta e três meticais e quinhentos e quarenta e oito cêntimos (4.807,724 MT). Com a introdução do sistema de Gestão de energia, proposto pelo autor, o consumo médio de energia ao dia é de 734.23 kWh, que constitui uma redução de 27% quando comparado com o consumo actual.

Actualmente a indústria consome anualmente um total de energia eléctrica orçado em duzentos e noventa e oito milhões, vinte e seis e seiscentos e setenta e quatro mil, oitenta e nove meticais (29826674,89 MT). Com a utilização do sistema de Gestão de energia, que pode ser controlado em tempo real seja de forma remota ou local, estima-se poupar cerca de setenta e nove milhões, noventa e cinco mil, quinhentos e oitenta e três meticais e vinte e quatro cêntimos (7995583,24 MT). O que representa uma poupança de vinte e sete por cento (27%).

CONCLUSÃO

Em relação ao alcance dos resultados, nesta pesquisa, pode-se concluir que a gestão de

energia com a utilização de ferramentas técnicas e tecnológicas é possível reduzir a operação e manutenção na indústria. Outrossim, aumenta a confiabilidade e continuidade dos processos industriais, a melhoria de controlo com a introdução de partidas e interrupções automatizadas em cada etapa de produção.

Em consideração a estes resultados, pode-se afirmar também que a gestão de energia impacta de forma positiva na redução de custos operacionais bem como, os custos de manutenção pois as máquinas não operam durante todas as etapas do processo de produção, e que de certa maneira, reduz-se a temperatura média na fábrica, sendo este um impacto ambiental positivo e ainda, não se pode esquecer o treinamento profissional dos técnicos existentes para lidar com as novas filosofias de controlo.

Sob ponto de vista do autor, no que concerne ao impacto tecnológico, conclui que este trabalho é de vital importância porque introduz sistemas modernos utilizados na indústria nacional e internacional, também possibilita o acréscimo de conhecimento aos profissionais da indústria e sob ponto de vista académico a pesquisa contribui como fonte de referência bibliográfica para as pesquisas futuras na área de qualidade e gestão de energia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cruz, R. R. (2014). *Gestão de energia eléctrica para otimizar a qualidade e a eficiência energética e grandes consumidores.*
- Das, J. C. (2012). *Power System Analysis* (2nd ed.). (M. H. Rashid, Ed.) CRC Press.
- Dias, G. A. (2002). *Harmônicas em Sistemas Industriais.* (2nd ed.). EDIPUCRS.
- Filho, J. M. (2013). *Manual de Equipamentos Eléctricos.* (4ª ed.). (L. -L. Ltda., Ed.) LTC.
- IEEE Std 1453. (2015). *Recommended Practice for the Analysis of Fluctuating Installations.* Autor.

31 - 03 | 2024

GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E DO SANEAMENTO EM ANGOLA, CASO DE ESTUDO PROVÍNCIA DE LUANDA, PERÍODO 2020-2022.

Management of Water Resources and Sanitation in Angola, Case Study Luanda Province, Period 2020-2022

Gestión de los recursos hídricos y saneamiento en Angola, estudio de caso Provincia de Luanda, período 2020-2022

Olívio João Sacaia Fernando¹

¹UMA-Universidade Metodista de Angola, ANGOLA, <https://orcid.org/0009-0007-7905-398X>, sacaiaolivio@gmail.com.

Autor para correspondência: sacaiaolivio@gmail.com

Data de recepção: 14-11-2023

Data de aceitação: 16-02-2024

Como citar este artigo: Fernando, O. J. (2024). Gestão dos Recursos Hídricos e do Saneamento em Angola 2020-2022. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 2(3), pp. 193-206.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objectivo conhecer como o processo de Gestão dos Recursos Hídricos e do Saneamento, e de forma específica: compreender os canais e métodos utilizados, verificar o tipo de tratamento dado a água e aos resíduos antes e depois de utilizados, conhecer as vantagens do modelo de gestão de recursos hídricos e do Saneamento Francês, Holandês, Alemão em relação ao Angolano, identificar os principais problemas e apresentar propostas de soluções. O método utilizado foi a pesquisa explicativa, com abordagem qualitativa e quantitativa, recurso bibliográfico e documental, delimitado a um estudo de caso. Os resultados apurados foram satisfatórios uma vez que Luanda faz a gestão dos recursos hídricos captando a água a partir dos rios Zenza e Kwanza ao passo que mais dos 70% dos resíduos recolhidos não são reciclados. Apresentamos a ideia da implementação da proposta do rio artificial - Projecto "Rio Luanda" trazendo para o interior dos municípios um corpo de água que esteja disponível para usos diversos, valorize o espaço urbano, turismo e albergue as águas pluviométricas em casos de inundações.

Quanto ao saneamento, a necessidade de construção de um novo aterro sanitário na zona Sul, a interligação das valas de macro-drenagem, a municipalização do Serviço de Gestão dos recursos hídricos e do Saneamento com particular incidência para a gestão das bacias hidrográficas, a utilização dos instrumentos de gestão eficazes nos aterros sanitários, CD's e nas valas de macro-drenagem é um objectivo a alcançar com envolvimento dos stakeholders.

Palavras-Chave: Água, Gestão de Recursos Hídricos, Saneamento.

ABSTRACT

This research aimed to understand the Water Resources and Sanitation Management process, and specifically: understand the channels and methods used, verify the type of treatment given to water and waste before and after use, learn about the advantages of the water resources management model and French, Dutch, German Sanitation in relation to Angolan, identify the main problems and present proposals for solutions. The method used was explanatory research, with a qualitative and quantitative approach,

bibliographic and documentary resources, limited to a case study. The results obtained were satisfactory since Luanda manages water resources by capturing water from the Zenza and Kwanza rivers, while more than 70% of the waste collected is not recycled. We present the idea of implementing the artificial river proposal - “Rio Luanda” Project, bringing to the interior of municipalities a body of water that is available for different uses, enhances urban space, tourism and shelters rainwater in cases of floods. Regarding sanitation, the need to build a new landfill in the South zone, the interconnection of macro-drainage ditches, the municipalization of the Water Resources and Sanitation Management Service with particular focus on the management of river basins, the use of effective management instruments in landfills, DCs and macro-drainage ditches is an objective to be achieved with the involvement of stakeholders.

Keywords: Water, Water Resources Management, Sanitation.

RESUMEN

Esta investigación tuvo como objetivo comprender el proceso de Gestión de los Recursos Hídricos y Saneamiento, y específicamente: comprender los canales y métodos utilizados, verificar el tipo de tratamiento que se le da al agua y a los residuos antes y después de su uso, conocer las ventajas del modelo de gestión de los recursos hídricos y el francés, Sanidad holandesa, alemana en relación con la angoleña, identifican los principales problemas y presentan propuestas de solución. El método utilizado fue la investigación explicativa, con enfoque cualitativo y cuantitativo, recursos bibliográficos y documentales, limitado a un estudio de caso. Los resultados obtenidos fueron satisfactorios ya que Luanda gestiona los recursos hídricos mediante la captación de agua de los ríos Zenza y Kwanza, mientras que más del 70% de los residuos recogidos no se reciclan. Presentamos la idea de implementar la propuesta de río artificial - Proyecto “Río Luanda”, llevando al interior de los municipios un cuerpo de agua disponible para diferentes usos, valoriza el espacio urbano, el turismo y

protege el agua de lluvia en casos de inundaciones. En materia de saneamiento, la necesidad de construir un nuevo vertedero en la zona Sur, la interconexión de macrozanjas de drenaje, la municipalización del Servicio de Gestión de Recursos Hídricos y Saneamiento con especial foco en la gestión de cuencas hidrográficas, el uso de instrumentos de gestión eficaces en vertederos, centros de distribución y zanjas de macrodrenaje es un objetivo que debe lograrse con la participación de las partes interesadas.

Palabras clave: Agua, Gestión de Recursos Hídricos, Saneamiento.

Palabras clave: Água, Gestão de Recursos Hídricos, Saneamento.

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa abordar “A gestão dos Recursos Hídricos e do Saneamento em Angola tendo como caso de estudo a província de Luanda. A pesquisa realizou-se nos municípios da província de Luanda. A água, recurso imprescindível para a manutenção da vida, tem sido grande destaque de estudos e nas mídias, devido a sua escassez em reservas próprias para o consumo humano. O sector económico que neste aspecto lida com um imenso trade-off do estudo económico: balancear crescimento económico e preservação ambiental, deve olhar para a água como um bem de valor social e económico, o que remetemos à uma gestão eficiente dos recursos hídricos. O crescimento populacional, o aumento da actividade económica e as demandas de qualidade de vida conduzem a um aumento da competição pelos recursos hídricos, e conflitos pela pouca disponibilidade de água em África e no mundo.

O objectivo principal é abordar a temática da água e do saneamento na perspectiva neoclássica, tendo como referência a província de Luanda, mostrar através de teorias e factos a necessidade de tratar a água como um bem inestimável, dotado de valor económico, já que é o motor da vida e da sobrevivência no planeta e que a Economia tem papel activo e eficiente para combater desperdícios e o mau uso, através de medidas reais e executáveis.

Procura-se explicar a experiência, Holandesa, Francesa e de outros países africanos na GRH, bem como identificar deficiências e propostas de soluções na logística de distribuição que causam prejuízos enormes tanto ao sector ecológico quanto aos cofres públicos, conhecer a realidade sobre o modelo de captação, transporte, tratamento, distribuição, consumo, rejeição e reaproveitamento da água. A gritante falta de água que se verifica nos distintos municípios da província de Luanda, o fenómeno do garimpo (venda ilegal de água retirada das condutas públicas, furos, bacias hidrográficas) deste bem precioso, as reclamações que se ouvem e assistem nos programas radiofónicos e televisivos da parte de moradores das diferentes circunscrições, Urbanizações, empresas, instituições e serviços públicos (escolas, hospitais, creches, mercados), os problemas que se vivem em anos consecutivos com as constantes inundações dos bairros sempre que ocorram precipitações (chuvas) resultando nalguns casos em percas de vidas humanas e bens das famílias e empresas, a insuficiência e ineficácia do sistema de captação, tratamento, transporte e distribuição de água e dos resíduos resultando no aumento de número de mortes de

crianças e adultos por malária e doenças diarreico- agudas (principal causa de morte em angola), o impacto que esta situação tem na economia das famílias, empresas, catalisou o nosso interesse na análise do problema, compreensão do fenómeno e apresentação de propostas de soluções.

Referencial Teórico- Gestão de Recursos Hídricos

Segundo Barth et al. (1987, p.16), os critérios observados na formulação de um modelo de gestão de recursos hídricos relacionam-se directamente com as peculiaridades dos recursos hídricos (unidade do ciclo hidrológico, existência de múltiplos usos e usuários, necessidade de controlo do regime, poluição e erosão), as condicionantes político-institucionais (maior/menor intervenção do Estado), os aspectos físicos e socio-económicos (centralizar/descentralizar) e a efetivação gradual da gestão poderá ser assim orientada para um modelo ideal ao qual se chegará segundo estratégias adequadas, forma politicamente viável em função dos prazos esperados para a obtenção dos resultados.

QUADRO 1 - Evolução dos modelos de GRH

Modelos de Gestão		
Aspecto institucional	Abrangência	
Burocrático	Recursos hídricos isolados	
Económico-financeiro	Recursos hídricos	visão setorial
		visão da bacia
Sistêmico de integração participativa	Recursos hídricos inseridos no ambiente da bacia	
Gestão integral de bacia hidrográfica	Ambiente integral da bacia	

Fonte: (Lanna, 1995; Leal, 1998)

Na visão de Agthe, (1980) a gestão dos recursos hídricos (GRH) pode ser definida como um processo sistemático para o desenvolvimento, distribuição e monitoramento sustentável dos recursos hídricos nos contextos sociais, económico e ambiental. É multisectorial e, portanto, em flagrante contraste com a tradicional abordagem sectorial que tem sido adoptada por

muitos países, difere das abordagens tradicionais de três maneiras. As metas múltiplas e os objectivos são transversais, de maneira que a GRH se distingue da tradicional abordagem sectorial;

- O foco especial é a bacia hidrográfica, ao invés de cursos de água;
- Saiu dos estreitos limites ou perspectivas profissionais e políticas e ampliou a

participação de tomadores de decisão ao incorporar todos os actores (Inclusão versus exclusão).

QUADRO 2 - Comparação entre modelos de gerenciamento dos recursos hídricos (BARTH, 1999)

Gestão		Modelo de GRH		
		Conservador	Inovador	Avançado
Correspondência		Burocrático	económico-financeiro	sistêmico-participativo
Instrumento de gestão	Cobrança	Obter receitas para as actividades de GRH Recuperação dos custos públicos de investimentos	Contribuição dos usuários para melhoria da qualidade/quantidade recursos hídricos da BH	Relacionada ao valor económico da água Sujeita às leis do mercado
	Outorga	Registo dos direitos de uso dos recursos hídricos Proteção dos direitos dos usuários, intransferível e Irrevogável	Registo dos direitos de usos Conciliação dos conflitos por negociação nos Comitês de Bacia	Direito de uso transacionável no mercado.
Órgão de gestão	Agência de Água	Executora/operadora do sistema de fornecimento de água bruta	Entidade de gestão de recursos financeiros em parceria com o poder público, usuários e comunidades	Reguladora do mercado, com autonomia em relação ao Poder Público
	Comitê de Bacia	Apenas como meio de interlocução do poder público com os usuários e as comunidades, sem atribuição deliberativa	Com atribuição deliberativa e poder de decisão sobre os valores a serem arrecadados e o plano de aplicação recursos	Dispensável ou simples supervisor da Agência de Água.

Sistema de Gestão de Recursos Hídricos

Para Barth et al. (1987, p.215), um sistema “é qualquer estrutura, esquema ou procedimento, real ou abstrato, que num dado tempo de referência interrelaciona-se com uma entrada, causa ou estímulo de energia ou informação, e uma saída, efeito ou resposta de energia ou informação”.

Segundo Lanna (1999), um sistema de gestão de recursos hídricos (SGRH) reúne os instrumentos para o preparo e a execução do planeamento do uso, controle e proteção das águas.

Neste artigo, os países foram escolhidos aleatoriamente, com base em seus modelos de GRH, pela proximidades e relações com Angola e por apresentar características semelhantes devido à colonização e aspectos sócio-económicos:

- Europeus: Alemanha, França e Portugal, países participantes da União Europeia

(tem uma política de gestão compartilhada entre os países); os dois últimos foram colonizadores/participantes da colonização do continente africano;

- Africanos: Moçambique, por suas semelhanças geográficas e relações históricas, políticas e culturais; Zimbabwe compartilham rios transfronteiriços.

Gestão dos Recursos Hídricos da França

A gestão dos recursos hídricos na França teve o seu início a partir da publicação da Lei de 1898, que organizou os princípios de uma política administrativa dos recursos hídricos. Em 1964 foi publicada nova lei que permitiu a criação de agências de bacias, assegurou uma melhor repartição das águas entre os usuários, estabeleceu o princípio do poluidor-pagador e a criação de seis agências, ou seja, a divisão do país em seis regiões de bacias hidrográficas (Devaux, 2012),

- Segundo Barreta et al. (2012), a França adoptou dois instrumentos de planeamento:

Esquema Director de Planeamento e Gestão das Águas - SDAGE: documento de planeamento, em um período entre 10 e 15 anos, para uma gestão equilibrada, na escala das seis bacias hidrográficas, e renovada a cada seis anos

- Esquema de Planeamento de Gestão das Águas – SAGE: define os objectivos e as regras para uma gestão integrada da água ao nível local.

Gestão dos Recursos Hídricos em Portugal

A preocupação com a GRH em Portugal remonta ao final do século XIX, inicialmente centrada na construção dos serviços hidráulicos, tendo como principal objectivo o aproveitamento hidreléctrico. Relatam Vasconcelos et al. (2011) que, gradualmente, outro conjunto de preocupações passou a fazer parte deste objectivo, como a inclusão dos aspectos ambientais, económicos e sociais dos usos da água. Em março de 1884, foi definida, por lei, a estruturação do sector das águas em Portugal quanto aos aspectos jurídicos e institucionais, com a elaboração de um plano para a organização dos serviços hidráulicos, embora sua regulamentação tenha sido estabelecida, por decreto, apenas em outubro de 1886 (Melo, 2009). Os serviços hídricos exerceriam sua competência e jurisdição no domínio público hídrico, em âmbito regional organizados em quatro circunscrições hidráulicas, que abrangiam todas as bacias hidrográficas: ao norte do reino de Portugal, do rio Minho ao rio Douro; do rio Douro ao rio Liz; do rio Liz ao rio Tejo; do rio Tejo ao limite sul do reino de Portugal.

Foi apenas no século seguinte que Portugal passou a seguir os mesmos caminhos que os demais países europeus, ou seja, na década de 1980, editou a Lei de Bases do Ambiente para atender às exigências das novas políticas ambientais europeias, elaborando um novo Sistema de Gestão de Recursos Hídricos (Melo, 2009). Foi com o Decreto Lei nº 45/1994 que o país implementou um regime económico financeiro apoiado nos princípios do poluidor-pagador e do utilizador-pagador e definiu a bacia hidrográfica como unidade de gestão participativa do recurso hídrico

envolvendo agentes económicos e as populações directamente interessadas, visando alcançar consensos na gestão dos recursos hídricos (Melo, 2009) definiu as instituições que cumpririam as novas orientações:

- Instituto Nacional da Água (INAG): planeamento e coordenação geral.
- Conselho Nacional da Água (CNA): órgão consultivo para analisar planos e projectos relevantes para os meios hídricos, contribuindo para o estabelecimento de opções estratégicas de gestão sustentável dos recursos.
- Conselhos de Bacia (CB): discutir as dificuldades de gestão dos recursos hídricos, das bacias hidrográficas e apontar as possíveis soluções para a gestão dos recursos hídricos;
- Administração de Recursos Hídricos (ARH): Competências próprias na gestão dos recursos hídricos exercidas a nível regional e por bacia hidrográfica.

Gestão dos Recursos Hídricos na Alemanha

Com 357 mil km² de superfície, clima temperado húmido possui um amplo sistema hídrico composto por seis importantes bacias hidrográficas. A federação formada por 16 estados, é o Governo Federal que elabora a legislação geral sobre os recursos hídricos e os governos estaduais são responsáveis para legislar sobre as particularidades dos recursos hídricos de cada estado, bem como de arcar com a sua gestão. De acordo com o Environmental Protection Department (EDMS), apenas as hidrovias continuam sob jurisdição do Governo Federal (EDMS, 2007). A primeira lei voltada à GRH foi publicada em 1930 e estabeleceu a estrutura básica para gestão das águas (Machado, 1998). A GRH alemã centraliza sua atenção nos aspectos relacionados à qualidade da água fornecida aos usuários, porque durante muitos anos, o processo de industrialização e o crescimento desordenado prejudicaram a qualidade da água dos rios e lagos com o lançamento de substâncias tóxicas, matéria orgânica e metais pesados.

No entanto, cabe observar que a descentralização é uma das características da

gestão das águas na Alemanha e numerosas associações regionais cumprem este papel. Contudo, os municípios também são muito fortes e autônomos quanto aos investimentos em obras de saneamento e de proteção à qualidade e quantidade de água, ainda que no país exista um órgão centralizador, o Ministério Federal do Meio Ambiente, factor que acaba por diferenciar o SGRH alemão do francês e do brasileiro (EDMS, 2007; Theesfeld; Schleyer, 2011).

Gestão dos Recursos Hídricos em Zimbábue

País da África Austral, de acordo com a Southern African Development Community (SADC), o Zimbábue tem 390.757 km² de extensão, limita-se ao norte com Zâmbia e Moçambique; a leste, com Moçambique; ao sul com a África do Sul; a oeste, com Botsuana (SADC, 2003; KI-ZERBO, 2010). Colônia britânica no final do século XIX, em 1953 passou a se denominar Rodésia do Sul. Em 1980 tornou-se independente da Inglaterra passando a se denominar Zimbábue, com o uma nova divisão administrativa: oito províncias e duas cidades com estatuto de província (Kujinga, 2004; Mapedza; Geheb, 2010). Até 1927, o uso da água era gerido por um arcabouço legal que a dividia em sectores urbanos, mineração, transporte ferroviário e agrícola.

Embora tenha se tornado independente em 1980, as reformas no sector das águas tiveram início apenas na década de 1990. Em 1993 foi criado um comité interministerial para identificar as áreas a serem reformadas e estabelecer as bases para a promulgação, em 1998, de uma nova Lei da Água (CHIKOZHO, 2002; MITSI, 2011), em que foram determinantes atender a três objectivos no processo de reforma no sector das águas no país:

1. Elaborar uma lei mais apropriada para o Zimbábue depois da sua independência;
- Aumentar a participação das partes interessadas e descentralizar a GRH para as comunidades;
- Permitir o acesso à água para todos os habitantes aplicando o princípio do justo

acesso e do reconhecimento de que o meio ambiente também é um utilizador de água.

Gestão dos Recursos Hídricos em Moçambique

Com uma extensão territorial de 801.590 km². Limita-se ao norte com a Tanzânia; a leste, com o Oceano Índico; ao sul, com a África do Sul; a oeste, com o Zimbábue e a noroeste, com a Zâmbia. Ex-colônia portuguesa, tornou-se independente em em 1975 (Mário; Nandja, 2006). Antes da independência do país, o sistema de GRH, sob o domínio português, era centralizado, sem a participação da sociedade nas decisões de gestão. A Lei n° 16/1991, ou Política Nacional de Águas, e a Resolução n° 7/1995, constituem os principais instrumentos legais reguladores da GRH, enquanto a Direção Nacional de Água (DNA) é a instituição responsável pela gestão nacional dos recursos hídricos (Vasconcelos et al., 2011).

A Lei de Águas destaca, os vários ministérios uns desafios constantes integram: Obras Públicas e Habitação, Agricultura e Pescas, Negócios Estrangeiros e Cooperação, Indústria e Comércio. Recursos Minerais e Energia, Administração Estatal. Saúde, Coordenação e Acção Ambiental.

Foram criadas cinco Autoridades Regionais da Água (ARA), segundo explica Vasconcelos et al. (2011): ARA Sul, cobrindo a fronteira sul do país até a bacia do Rio Save; ARA Centro, incluindo a bacia do Rio Save até a bacia do Rio Zambeze; ARA Zambeze: cobrindo a bacia do Rio Zambeze; ARA Centro Norte: cobrindo a região da bacia do rio Zambeze ao Rio Lúrio; ARA Norte: cobrindo a bacia do Rio Lúrio até a fronteira norte.

Gestão dos Recursos Hídricos em Angola

Localizado na África Austral, ao sul do equador, entre a latitude 12°30' Sul e longitude 18°30' Este, tem uma superfície de 1.246.700 km² com uma costa de 1.650 km e uma fronteira terrestre de 4.837 km. A gestão dos recursos hídricos em Angola teve início na década de 1950. Em 1951, com a colecta de dados hidrométricos para a realização de estudos sobre o aproveitamento

hidroeléctrico/construção da estação de Cambambe, na bacia do Kwanza.

O Instituto Nacional de Recursos Hídricos (INRH) é o órgão dependente do Ministério da Energia e Águas (MINEA), criado pelo Decreto Presidencial nº 253 / 10, de 16 de Novembro ao qual cabe assegurar as actividades de planeamento e gestão dos recursos hídricos ao nível das Bacias Hidrográficas até à efectiva criação e instalação dos Órgãos de Administração de Bacias Hidrográficas (OABH), a preparação da Política Nacional de Recursos Hídricos, o asseguramento do planeamento e o ordenamento dos recursos hídricos

A EPAL, EP- Empresa Pública de Água de Luanda, é uma pessoa colectiva do sector empresarial público criada pelo Decreto Presidencial nº 72-/A/01, de 5 de outubro, cuja função é realizar estudos, projectos, operação e manutenção dos sistemas de captação, tratamento, adução e distribuição de água, em regime de serviço público. A sua zona de influência abarca a província de Luanda e é abastecida por 14 estações de tratamento (Luanda, Sudeste, Candelabro, Luanda Sul, Calumbo, Kilamba, Kikuxi, Bom Jesus, Capari, Cabiri, Kaxicane, Caquengue e Muxima) e 32 Centros de Distribuição.

Distribuição de água no Mundo

Para Shiklomanov (1993), a água é distribuída de maneira irregular entre os diferentes países do mundo. Daí a importância da preservação desse recurso esgotável, pois a poluição dos recursos hídricos pode torná-los raros ou

inexistentes, comprometendo deste modo a sustentabilidade e ou disponibilidade de água em quantidade e qualidade para as necessidades actuais e as das gerações De acordo com Shiklomanov (1993), dados oficiais sobre o acima referido, temos os seguintes:

- 97,5% da água no mundo encontram-se nos oceanos e mares, que contêm água salgada;
- 2,5% Corresponde à toda a água doce existente no planeta A água doce constitui; desses 2,5%, as geleiras representam 77,2%; as águas subterrâneas, 22,4%; os rios, lagos e pântanos. 0,36%, e a atmosfera. 0,04% de toda a água doce;

Menos de 0.1% da água encontrada na Terra é doce, própria para o consumo humano.

Estresse hídrico e suas consequências

Os países que não possuem quantidade de água satisfatória para atender às necessidades da sua população vivem uma situação chamada de estresse hídrico. A maioria desses países está localizada em áreas de clima árido ou semiárido tais como: América do Norte (Estados Unidos, Canadá e México), América do Sul (Venezuela, Equador, Argentina e Brasil), África (norte, central e sul), Europa (Espanha, Ucrânia, Rússia, Turquia), Ásia (Arábia Saudita, Iêmen, Cazaquistão, Mongólia). Para agravar a situação, muitas bacias hidrográficas são transnacionais, ou seja, seus rios atravessam diferentes países que, em alguns casos, não conseguem realizar um acordo legal de como essa água deve ser dividida.



Figura 1: Reservas de Água Chile (Natwargadh, emGujarat.)



Figura 2: Fontenário em Luanda

Fonte: Google

Disputa pela água no Oriente Médio e na região Austral

O Oriente Médio é uma região que envolve países do oeste da Ásia e do nordeste da África. Grande parte destes países são banhados pelo Mar Vermelho, Mar Mediterrâneo, Golfo Pérsico, Mar Negro e Mar Cáspio. Um dos casos que podem exemplificar o conflito pela água na região é protagonizado por Israel, Jordânia e Síria, envolvendo também os territórios palestinos. A Guerra dos Seis Dias, em 1967, teve como um dos pontos de tensão o controle do Rio Jordão. O Acordo de Paz de

Oslo, de 1993, estipulou que os Palestinos devem ter mais controle sobre o uso da água na região, mas até hoje a distribuição da água entre os povos é injusta.

No território palestino da Cisjordânia, cada pessoa dispõe de apenas 35 litros de água por dia, enquanto que a ONU recomenda 110 litros de água por dia para atender as necessidades básicas de um ser humano. Enquanto isso, na mesma Cisjordânia, colonos israelenses desfrutam de piscinas e gramados irrigados. Por Adriano Liziero (Fonte: em www.geografiavisual.com.br).



Figura 3: Disputa pela Água

Fonte: www.geografiavisual.com.br Google.

Em África, tensões e até conflitos também acontecem em torno da posse e controle de recursos hídricos. Na bacia do Rio Nilo, há uma disputa por sua maior utilização por parte de Egito, Etiópia, Uganda e Sudão, o que pode transformar-se em um conflito generalizado de graves impactos caso acordos não sejam realizados.

A bacia do rio Okavango, que abrange áreas territoriais de Angola, Botswana e Namíbia, no futuro, conflitos generalizados e graves podem instalar-se, isso sem falar nos conflitos locais e regionais que podem envolver a população e, até mesmo, o contrabando de água feito por desvios ilegais (Rodolfo F. Alves Pena). O século XXI promete ser o século dos conflitos internacionais pela água. Desde tempos antigos, já existem registros de conflitos pela

água envolvendo nações e civilizações. No entanto, até hoje, as disputas quase sempre envolveram a posse de territórios estratégicos que abrigam nascentes e leitos de rios entre Turquia, Iraque e Síria, uma vez que as nascentes desses rios encontram-se no território turco e o abastecimento é realizado para os três países.

Agenda 2030 da ONU - Objectivos do Desenvolvimento Sustentável

A agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é um conjunto de 17 objectivos que visam orientar responsabilizar e envolver os países membros através de um esforço colectivo para um desenvolvimento quer as Nações Unidas quer os seus países membros, até 2030, sob o lema: “*Transformar o nosso mundo*”.

O que torna o caso da água em Angola interessante e porventura paradigmático, do ponto de vista metodológico é antes de mais o facto de o país dispor de uma situação privilegiada em matéria de recursos hídricos no contexto regional (SADC) e, apesar dessa relativa abundância, não assegurar as necessidades básicas da população, indústria, agricultura e outros usos.

Instrumentos Económicos para a Gestão da Água

A necessidade do uso de instrumentos económicos na gestão de águas surge ao haver um desequilíbrio entre oferta e demanda nos serviços de água. As autoridades podem considerar a introdução de instrumentos similares a mercados, como *licenças de águas ou poluição transacionáveis*. Nós definimos instrumentos económicos como:

- a) tipo-preço ou instrumentos administrados como preço, tarifas de água, taxas e subsídios;
- b) taxas de conexão à rede, retirada de águas (do manancial) e de lançamento;
- c) instrumentos tipo-mercado: permitindo que direitos sobre águas sejam plenamente ou parcialmente comercializados no mercado.

Cobrança pela captação de água: por outro lado, são similares a tarifas de água, mas são cobradas a vários usuários na fonte de captação de água. Essas cobranças são cada vez mais importantes para o financiamento de actividades GIRH. Elas podem tanto ser cobradas por um valor fixo (como uma taxa) ou depender do uso de água. Tais cobranças também são conhecidas como precificação de água bruta, e pode ser diferenciada conforme os tipos de usuários (industrial, agrícola ou serviço público). Elas são instrumentos económicos potencialmente importantes para gestão inter-sectorial de alocação de água.

Cobrança pela poluição: é aplicada a actividades que liberam efluentes em corpos de água. Esses encargos são cada vez mais usados para controlar e reduzir a poluição das águas especialmente em países desenvolvidos e variará com base na quantidade e qualidade da carga sendo lançada. Os custos de gerenciar e

monitorar esses lançamentos são geralmente altos

Saneamento

A história da engenharia Sanitária começou a mais de 3000 anos A.C desde os tempos remotos na Babilónia, na Índia antiga e na Roma, o desconforto e o perigo de conviver em insalubridade foi um grande problema das aglomerações urbanas. Os Judeus em relatos do velho testamento tinham como prática tampar e limpar seus poços de água para evitar a contaminação. A China chegou a cavar centenas de metros para encontrar a água preciosa.

A febre Bubónica ou Peste Negra foi uma pandemia que acometeu a Europa no século XIV provocada pelo bacilo *Yersinia pestis* e deflagrada a partir do ano de 1348. Esse acontecimento figurou entre aqueles que caracterizaram a **crise da Baixa Idade Média**. A actividade comercial e grande concentração demográfica fez com que 25% da população europeia morresse com a doença, o que provocou um dos maiores decréscimos demográficos da história.

1. *A Etapa da revolução Sanitária:* com as descobertas da bacteriologia e dos microrganismos, registados agora pelo microscópio;
2. *A revolução do Urbanismo* que criou as grandes avenidas e reconfigurou as casas e ruas para que se adaptassem aos hábitos da segurança e higiene;
3. *Revolução da Engenharia e Infraestrutura Sanitária,* auxiliadas pela conquista da revolução industrial.

A CRA- Constituição da República de Angola, consagra no seu artigo 39.º, como um Direito Fundamental, o direito de todos viverem num ambiente sadio e não poluído, bem como o dever de o defender e preservar, e ao Estado impõe o dever de adoptar as medidas necessárias à protecção do ambiente e das espécies da flora e da fauna em todo o território nacional. E em conformidade com Decreto Presidencial n.º 181/14, de 28 de Julho, a Agência Nacional de Resíduos tem competências de regular, fiscalizar e promover actividade de interesse público do sector de

resíduos, a ANR ganhou a natureza de Agência Pública, nos termos do artigo 30.º do decreto acima mencionado.

A água e saneamento são grandes investimentos para um país, proporcionando fortes retornos:

- Cada dólar investido em água e saneamento gera um retorno quatro vezes superior.
- As perdas económicas totais associadas a serviços desadequados são estimadas em 260 mil milhões anualmente, o que equivale a uma perda média anual de 1,5% do PIB global.

Em Luanda de uma forma geral exceptuando a parte urbana (baixa da cidade e bairros nos arredores como vila alice, são - paulo, maianga, maculusso, martires do kifangondo, cassenda, alvalade, miramar, bairro operário e outros), Urbanizações do Kilamba, Zangos, Sequele, KK 5000, o saneamento é feito sob

duas vertentes: a) Recolha e deposição de resíduos sólidos em contentores e outros locais devidamente indicados pela empresa ELISAL; b) recolha e encaminhamento das águas pluviais e residuais é feita por meio de colectores instalados nas estradas asfaltadas e daí para as valas do Suroca, Cazenga Cariango, Cambamba, Senado da Câmara, vala do Angolano (leito corte), Lagoas de são-pedro, Catumbela, Tunga Ngó. Em zonas em que este mecanismo não está assegurado, a água residual e ou pluvial é encaminhada para pontos de cota baixa (Bacias de retenção e valas). A gestão de resíduos em Angola é feita com base no *Plano Estratégico de Gestão de Resíduos PESGRU*, cada província elabora o seu Plano Provincial de Gestão de Resíduos Urbanos–PAPGRU que devem estar alinhados com o PESGRU e submete à aprovação da ANR; Luanda, Benguela, Bié, Huambo e Huíla são as províncias que mais reaproveitam e tratam os resíduos que produzem.

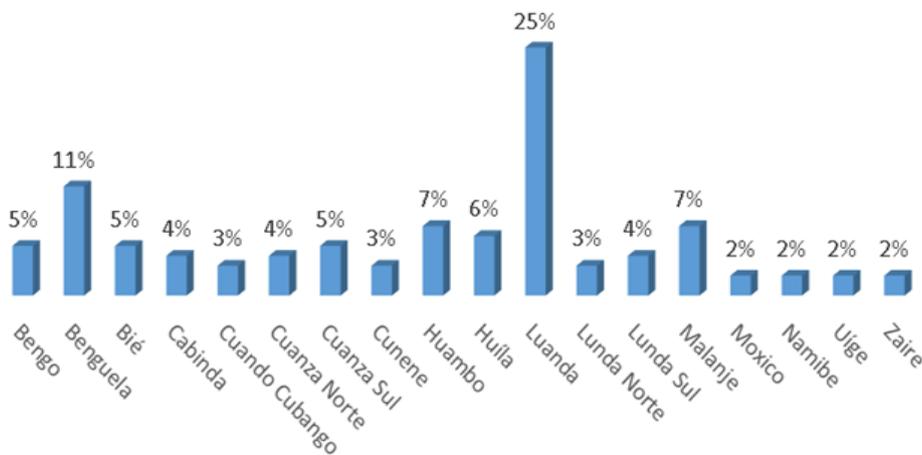
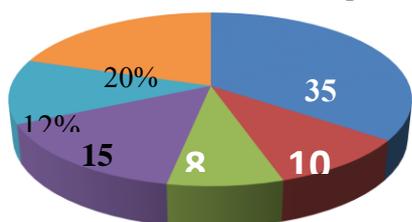


Figura 4: Percentagem de Recolha de Resíduos por Província- Angola
 Fonte: Relatório do INE 2022

Angola gasta com sistema de recolha e saneamento básico 100 milhões de dólares norte americano/ano. Estima-se que só a província de Luanda, tem um potencial para

produzir 550 milhões de dólares com o processo de reciclagem dos resíduos que produz (gráfico abaixo).



35% - Resíduos Domésticos;
 10% - Hotel. e de restauração;
 8% - Hospitalares;
 15% - Indústria Transformadora;
 12% - Obras Construção Civil;
 20% - Outras Origens

Figura 5: Volume de resíduos Recolhidos por tipologia
 Fonte: Agência Nacional de Resíduos 2022

MATERIAIS E MÉTODOS

Para elaboração deste artigo foi realizado um estudo transversal com abordagem Quali-Quantitativa, utilizamos uma amostragem não probabilística e probabilística. A colecta dos dados foi realizada por meio de entrevista não estruturada e em questionário fechado.“

Da pesquisa participaram funcionários da área de Engenharia e Comercial da EPAL- Empresa Pública de águas de Luanda, ELISAL, EP- Empresa de Limpesa e Saneamento de Luanda e UTGSL- Unidade Técnica de Gestão e Saneamento de Luanda selecionamos 10 funcionários sendo 5 (ELISAL), 2 (UTGSL), 3 (EPAL), tendo em conta a especificidade do tema e a qualidade dos dados desejados. Após a colecta dos dados, apresentamos os resultados por meio de tabulação, codificação, selecção tabelas e gráficos. Usou-se a Ferramenta Microsoft Office Word para a digitalização das informações e a análise de conteúdo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que a GRH e do Saneamento diz respeito os Principais problemas identificados foram:

- Falta de fornecimento ou inexistência água em muitos bairros;
- Alagamentos e inundações sempre que ocorram chuvas;
- Contaminação hídrica nos principais rios onde é feita a captação da água;

- Reaproveitamento de apenas 25% dos resíduos recolhidos;
- Alteração da Topografia (Estradas e novas Urbanizações nos últimos 20 anos;
- Existência de um único aterro sanitário (Mulenvos);
- Pouco investimento em Saneamento aliado á principal causa de morte (Malária) no país.
- Falta de Interligação entre as valas da Macro e Micro Drenagem e as Bacias de retenção Bacias do Coelho, Tio Kimbundo, São-Pedro, Talatona, Catumbela etc.

As cobranças são feitas por estimativa no valor de 3.400 kz/ mês para consumo doméstico. Sendo que cerca de (60-70%) dos consumidores pagam a água que consomem. cerca de 37% da população recorre ainda a água dos poços, tanques, furos de famílias individuais, além dos camiões cisternas abastecendo, dados do MINEA apontam que com a conclusão dos projectos do Bita e Longa mais de 7 milhões de Luandenses beneficiarão de água potável.

Ao analisarmos os dados constantes das tabelas, gráficos, permitiu-nos concluir que verificou baixas no volume de água produzida por razões que podem ser atribuídas ao baixo caudal do rio Kwanza ou desvio de água à montante do mesmo.

Descrição	2020		2021		Variação	
	m ³	%	m ³	%	m ³	%
ETA Luanda Sudeste	54 536 100	28,73	52 560 560	28,14	(1 975 540)	(3,62)
ETA Kifangondo	46 518 416	24,51	45 839 428	24,54	(678 988)	(1,46)
ETA Candelabro	33 849 061	17,83	30 777 047	16,48	(3 072 014)	(9,08)
ETA Luanda Sul	17 661 536	9,30	16 859 812	9,03	(801 724)	(4,54)
ETA Calumbo	9 459 320	4,98	10 725 220	5,74	1 265 900	13,38
ETA Kilamba	10 624 107	5,60	12 400 858	6,64	1 776 751	16,72
ETA Kikuxi 2	8 500 934	4,48	8 226 494	4,40	(274 440)	(3,23)
ETA Bom Jesus 2	4 336 380	2,28	4 738 960	2,54	402 580	9,28
ETA Capari	1 224 472	0,65	1 502 732	0,80	278 260	22,72
ETA Kikuxi 1	2 202 102	1,16	2 161 662	1,16	(40 440)	(1,84)
ETA Cabiri	631 920	0,33	679 958	0,36	48 038	7,60
ETA Kaxicane	93 780	0,05	126 000	0,07	32 220	34,36
ETA Caquengue	56 544	0,03	58 080	0,03	1 536	2,72
ETA Muxima	122 275	0,06	121 666	0,07	(609)	(0,50)
Total	189 816 947	100,00	186 778 477	100,00	(3 038 470)	-1,60

Figura 6: Volume de água produzida

Fonte: Relatório de Contas de Gerência da EPAL-2021.

Para o tratamento de água a EPAL consumiu cerca de 1.417,78 toneladas de sulfato de alumínio, 88,74 toneladas de cloro Gasoso, 1.22 toneladas de cal hidratada,

26,99 toneladas de hipoclorito de cálcio (granulado), 13,57 toneladas de polímero (líquido), e 0.03 de micro-areia, como ilustra a tabela abaixo:

Descrição	Consumo de Reagentes (ton.)							
	Sulfato Alumínio	Cloro Gasoso	Cal Hidratada	Hipoclorito Cálcio - Granulado	Hipoclorito Cálcio - Pastilha	Polímero Líquido	Polímero Sólido	Micro-areia
ETA Luanda Sudeste	474,15	9,35	0,00	2,70	0,30	6,92		
ETA Kifangondo	111,14	17,94	0,00	4,14	0,75	3,65		-
ETA Candelabro	116,55	0,92	0,00	0,33	0,00	0,82		
ETA Luanda Sul	164,01	10,99		1,24	0,00			
ETA Calumbo	186,60	20,80	0,90	2,48	0,00	1,05		-
ETA Kilamba	205,20	21,13		8,97	1,93	1,13		-
ETA Kikuxi 2	26,66	7,61	0,20	0,92				0,03
ETA Bom Jesus 2	40,76		0,00	2,20		-		0
ETA Capari	42,26	-	0,00	0,69		-		-
ETA Kikuxi 1	45,41		0,00	1,70				
ETA Cabiri	2,22			0,40		-		-
ETA Kaxicane	0,96			0,49		-		-
ETA Caquengue	0,76		0,12	0,31				-
ETA Muxima	1,10			0,42		-		0
Total	1 417,78	88,74	1,22	26,99	2,98	13,57	-	0,03

Figura7: Consumo de reagentes

Fonte: Relatório de Contas de Gerência da EPAL-2021.

Registou-se uma diminuição comparativamente ao período homólogo do ano anterior, na ordem dos 4,40% tendo alcançado 60,127 milhões de metros cúbicos.

Descrição	2020		2021		Variação	
	Akz	%	Akz	%	Akz	%
Indústria	2 581 781	4,11	3 423 658	5,69	841 877	32,61
Comércio	2 942 121	4,68	2 748 964	4,57	(193 157)	-6,57
Serviços	6 805 876	10,82	6 781 355	11,28	(24 521)	-0,36
Agro-pecuária	102 457	0,16	53 604	0,09	(48 853)	-47,68
Domesticos	42 961 992	68,31	39 501 911	65,70	(3 460 081)	-8,05
Fontenários	156 526	0,25	56 117	0,09	(100 408)	-64,15
Girafas	2 409 320	3,83	2 178 426	3,62	(230 894)	-9,58
Estado	2 665 292	4,24	2 577 279	4,29	(88 013)	-3,30
Água Bruta	2 267 024	3,60	2 806 486	4,67	539 462	-
Outros	305	0,00	170	0,00	(135)	-44,26
Total	62 892 695	100,00	60 127 971	100,00	(2 764 724)	-4,40

Figura 8: Volume de água facturada em m³

Fonte: Relatório de Contas de Gerência da EPAL-2021.

Proposta de construção de um rio artificial urbano - rio Luanda;

Segundo António Venâncio e Francisco Lopes (Eng.º Civil e Sanitarista, respectivamente), considerando que grande parte dos Centros de Distribuição de água em Luanda recebem água do Canal do Kikuxi e Kifangondo respectivamente, já tratada e depois volta a ser tratada no respectivo CD antes de distribuída em horários previamente definidos e, considerando ainda que este modelo tem se mostrado ineficaz, porque não responde a

demanda, bastante honeroso aos cofres do estado, há a necessidade de garantir um corpo de água o mais próximo possível nos municípios que possa ser utilizado quer no encaminhamento das águas pluviais (evitando as constantes inundações), deposição dos resíduos líquidos depois de devidamente tratados nas ETAR's com base nos parâmetros internacionais aprovados, bem como incluir no projecto uma componente muito forte e coordenada de educação e sensibilização ambiental para a população. A implementação apresentaria as seguintes

vantagens: “(Valor estético, melhoria do ordenamento territorial e urbanístico, drenagem escoamento das principais valas, captação, tratamento e distribuição de água potável doméstica e industrial; irrigação dos espaços verdes, limpeza pública; recreação e turismo; conservação da biodiversidade; produção de energia eléctrica, amortização dos efeitos sísmicos; criação de reservas hídricas em caso de mudanças climáticas)”, sobre a tal ideia sou à favor.

Alguns exemplos de projectos de rios artificiais no Mundo temos: Rio Água Branca, Brasil: construído como parte de um projeto de revitalização urbana, Rio artificial no Egipto (22 Km de tubos subterrâneos, 92 km de Extensão), Canal do Panamá, Panamá- Uma hidrovia artificial importante que liga o Oceano Atlântico ao Pacífico permitindo a passagem de navios pelo istmo do Panamá, Rio Los Angeles - Estados Unidos: modificado para atender às necessidades de água da cidade de Los Angeles, Rio Tamisa, Reino Unido: modificado para melhorar a navegação e a drenagem, com trechos controlados por comportas e barragens, Canal do Norte, China: também chamado de Grande Canal, é uma série de rios e canais artificiais que conectam cidades como Pequim e Tianjin.

CONCLUSÃO

A partir dos resultados apurados no roteiro de entrevista, mapas e tabelas e nas tabelas, verifica-se que: A captação é feita a partir dos rios Zenza e Kwanza na conduta de 1200mm, passando pela Conduta do Kifangondo / candelabro e Marçal, recebe 2x/dia e em média tem 7/8 hora de funcionamento, o Centro de Distribuição funciona perto 80% da sua capacidade nominal;

É necessário adoptar o melhor uso dos instrumentos económicos e financeiros, para uma melhor gestão de água, arrecadação de receitas para investimentos em obras hidráulicas;

Os principais devedores da EPAL, EP são Escolas, Hospitais, Mercados, Ministérios, Universidades, Estádios e Pavilhões

Nacionais, fazendas, hotéis, indústrias diversas, etc.

Continuar a elaborar estudos para aferir de a viabilidade económica, técnica e financeira da implementação do Projecto “Rio Luanda”, tendo em conta o traçado, demolições a serem feitas, realojamentos previstos, reaproveitamento dos espaços urbanos adjacentes, fontes de financiamento e outros;

Há a necessidade de construção de um novo aterro sanitário na zona sul e municipalizar o Serviço de Gestão dos recursos hídricos e do Saneamento com particular incidência para a Gestão das Bacias Hidrográficas;

Continuar a desenvolver estudos tendentes a aferir de facto a viabilidade económica, técnica e financeira da implementação do Projecto “Rio Luanda”, tendo em conta o traçado, demolições a serem feitas, realojamentos previstos, reaproveitamento dos espaços urbanos adjacentes ao futuro Rio Luanda e outros;

Elaborar estudos conducentes a localização estratégica do espaço na zona sul de Luanda para construção de um novo aterro sanitário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agthe, D. E. E. B. (1980). Dynamic models of residential water demands. *Water resources research* 16(3): 476-480.
- Baumol, W. J. & Oates, W. E. (1971). The use of standards and prices for protection of environment. *Swedish j. Econ.mar/71*, pp 42-54.
- Buckland, J. I. T. (1998). *Economic instruments of water management and financing of infrastructure in f.* Nunes correia (ed.) 1998, selected issues in water resources management in europe, balkema, Rotterdam.
- Freixo, M. J. V. (2011). *Metodologia científica: fundamentos, métodos e técnicas*. 3ª ed. Lisboa: Piaget.
- Zeca, M. F. (2013). *Avaliação do sistema de gestão dos recursos hídricos em Angola*. Curitiba: Universidade positivo.

Marconi, M. A.; lakatos, E. M. (2011). *Técnicas de pesquisa*. 6ª ed. São Paulo: Atlas.

Onu (2003). Water for people, water for life. World water development report, nova iorque: un (wwap);

Decreto presidencial 196/12 de 30 de agosto - plano estratégico para gestão de resíduos urbanos - pesgru;

Decreto presidencial nº 107/16 de 20 de maio – regime jurídico da taxa dos serviços de limpeza;

Decreto presidencial 83/14 de 21 de abril – regulamento de abastecimento público de água e saneamento de águas residuais.

31 - 03 | 2024

IMPACTO DA GESTÃO DE EVENTOS ACADÉMICOS SUSTENTÁVEIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.

Impact of managing sustainable academic events: challenges and perspectives

Impacto de la gestión de eventos académicos sostenibles: desafíos y perspectivas

José Elias Machado¹

¹*Instituto Superior de Formação, Investigação e Ciências (ISFIC), Moçambique. <https://orcid.org/0009-0002-1490-2278>, zefanias.magodo@gmail.com*

Autor para correspondência: jchamado@gmail.com

Data de recepção: 15-11-2023

Data de aceitação: 16-03-2024

Data de recepção: 14-11-2023

Data de aceitação: 16-02-2024

Como citar este artigo: Machado, J. E. (2024). Impacto da gestão de eventos académicos sustentáveis: desafios e perspectivas. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 2(3), pp. 207-213.

RESUMO

O artigo analisa o impacto da gestão de eventos académicos sustentáveis, destacando os desafios e perspectivas. Eventos académicos têm gerado impactos negativos no meio ambiente, mas a gestão sustentável aparece para mitigar esses efeitos. Eventos desempenham papel fundamental na promoção de pesquisas e interação académica, minimizam o impacto ambiental por meio de práticas ecológicas. A pesquisa identificou desafios: resistência à mudança, custos iniciais elevados, falta de consciência sobre práticas sustentáveis e barreiras institucionais. Superar esses obstáculos requer consciencialização, educação e traçar políticas institucionais pró-sustentabilidade. As perspectivas são ótimas, à medida que a consciencialização sobre mudanças climáticas e o uso generalizado da tecnologia facilitam o monitoramento e a redução do consumo de recursos. Incentiva as instituições a adoptar práticas sustentáveis em eventos académicos, proporcionando um meio ambiente saudável. Impacto de práticas sustentáveis: redução do impacto ambiental, economia financeira, promoção da reputação da instituição de ensino e educação sobre sustentabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Eventos académicos, desenvolvimento sustentável, desafios, perspectivas

ABSTRACT

The article analyzes the impact of managing sustainable academic events, highlighting the challenges and perspectives. Academic events have generated negative impacts on the environment, but sustainable management appears to mitigate these effects. Events play a fundamental role in promoting research and academic interaction, minimizing environmental impact through ecological practices. The research identified challenges: resistance to change, high initial costs, lack of awareness about sustainable practices and institutional barriers. Overcoming these obstacles requires awareness, education and designing pro-sustainability institutional policies. The prospects are great as climate change awareness and widespread use of technology make it easier to monitor and reduce resource consumption. Encourages institutions to adopt sustainable practices at academic events, providing a healthy environment. Impact of sustainable practices: reduction of environmental impact, financial

savings, promotion of the reputation of the educational institution and education on sustainability.

KEYWORDS: Académic events, sustainable development, challenges, perspectives

RESUMEN

El artículo analiza el impacto de la gestión de eventos académicos sostenibles, destacando los desafíos y perspectivas. Los eventos académicos han generado impactos negativos en el medio ambiente, pero la gestión sostenible parece mitigar estos efectos. Los eventos juegan un papel fundamental en la promoción de la investigación y la interacción académica, minimizando el impacto ambiental a través de prácticas ecológicas. La investigación identificó desafíos: resistencia al cambio, altos costos iniciales, falta de conciencia sobre prácticas sustentables y barreras institucionales. Superar estos obstáculos requiere concientización, educación y diseño de políticas institucionales pro-sostenibilidad. Las perspectivas son excelentes, ya que la concienciación sobre el cambio climático y el uso generalizado de la tecnología facilitan el seguimiento y la reducción del consumo de recursos. Alienta a las instituciones a adoptar prácticas sustentables en eventos académicos, brindando un ambiente saludable. Impacto de las prácticas sostenibles: reducción del impacto ambiental, ahorro económico, promoción de la reputación de la institución educativa y educación en sostenibilidad.

PALABRAS CLAVE: Eventos académicos, desarrollo sostenible, desafíos, perspectivas

INTRODUÇÃO

A crescente preocupação com os impactos sócio ambientais negativos causados pelas instituições em geral, tem motivado a adoção de práticas e ações que minimizem tais efeitos. A sustentabilidade é um tema emergente, cada vez mais difundido e discutido no mundo todo, por isso, deve ser estimulada em todas as atividades, inclusive no campo dos eventos.

Existe uma grande variedade de eventos, (fórum, simpósio, seminário, painel, congresso, convenção, palestra, jornada, colóquio, conferência, debate, desfile, exposição, feira, oficina, *workshop*). Mediante essa variedade de eventos, as empresas têm a oportunidade de atingir seu público-alvo, buscando sempre apresentar inovações (Sachuk e Correa, 2007).

O artigo com o tema impacto da gestão de eventos acadêmicos sustentáveis: Desafios e perspectivas, tem como objetivo avaliar o impacto da gestão de eventos acadêmicos sustentáveis no meio ambiente, na economia e na sociedade. A gestão de eventos acadêmicos sustentáveis visa reduzir o impacto ambiental, promover a conscientização sobre a importância da sustentabilidade nos organizadores, participantes e comunidades acadêmicas. As práticas sustentáveis adotadas devem incluir a redução do consumo de energia, minimização de resíduos, o uso de materiais sustentáveis e a promoção de opções de transporte mais ecológicas.

A superação dos desafios na adoção de práticas sustentáveis requer uma abordagem holística, desde a conscientização da importância da sustentabilidade, o papel da educação na transformação de mentalidades e a implementação de políticas institucionais que fomentem a sustentabilidade. À medida que a conscientização global sobre as mudanças climáticas e a necessidade de preservar o meio ambiente continuar a crescer, as perspectivas futuras indicam uma maior adoção de práticas sustentáveis em eventos acadêmicos. Esse avanço é impulsionado não apenas pela conscientização, mas também pelo papel crucial da tecnologia na facilitação da gestão sustentável e na monitorização e redução do consumo de recursos em eventos acadêmicos.

Os benefícios da gestão de eventos acadêmicos sustentáveis vão além da sustentabilidade ambiental e economias financeiras, proporciona uma maior eficiência na utilização de recursos, o fortalecimento da reputação das instituições de ensino superior e a promoção da conscientização sobre questões de sustentabilidade entre os participantes.

A gestão de eventos acadêmicos sustentáveis não é apenas uma necessidade premente, mas

uma oportunidade para as instituições de ensino superior liderarem pelo exemplo. É uma oportunidade de educar suas comunidades e contribuir activamente para um mundo cada vez mais sustentável. Para que isso seja eficaz, a superação dos desafios na adopção de práticas sustentáveis é fundamental.

Com o aumento da consciencialização sobre as mudanças climáticas e a necessidade de proteger o meio ambiente, a gestão de eventos académicos sustentáveis se tornou essencial. Os eventos académicos reúnem um grande número de participantes, e suas actividades podem impactar significativamente o meio ambiente. É fundamental adoptar práticas sustentáveis para reduzir esse impacto.

A gestão de eventos académicos sustentáveis não se limita apenas à redução do impacto ambiental, também pode elevar as economias financeiras, ao aumento da consciencialização sobre a sustentabilidade entre os participantes e ao fortalecimento da imagem da instituição de ensino, desenvolvendo estratégias eficazes. Explorar as perspectivas futuras ajuda a antecipar as tendências emergentes e a preparar-se para elas.

Revisão Teórica

Historicamente, a pesquisa em torno do tema sustentabilidade é recente, tendo o seu início na década de 1970. A realização de eventos mais sustentáveis é uma realidade que os promotores estão atentos, sempre com muita criatividade e inovações, proporcionando ao seu cliente uma postura ambientalmente correcta, socialmente justa, economicamente viável.

Monzoni *et al* (2011), consideram eventos sustentáveis, os que atingem seu objectivo de maneira financeiramente viável, causando o menor impacto possível ao meio ambiente e propiciam melhorias na distribuição de oportunidades e geração de riqueza para a população local.

Um evento emite directa ou indirectamente muitas toneladas de gases, neste sentido, seus gestores devem entrar na chamada “onda verde”, realizando acções que contribuem de forma positiva, tanto no uso eficiente dos recursos energéticos e ambientais como nas

acções de mitigação de gases de efeito estufa (Altmeyer E Belebou, 2007).

A gestão de eventos refere-se ao processo que envolve o planeamento, execução e na fase de pós evento. Como em qualquer outra forma de gestão, abrange a definição de estratégias adequadas, *feedback* de avaliações, direcção, resolução de problemas, controlo, apoio às pessoas e gerenciamento de tempo, finanças e outros recursos para atingir os objectivos do evento (Megheirkouni, 2018). Na gestão de eventos utilizando como premissa a sustentabilidade, torna os eventos mais responsáveis socialmente e comprometidos com os propósitos ambientais, melhorando desta feita a imagem de seus participantes (Fontes, et al. 2008).

O mundo dos eventos, tem hoje, um poder de movimentar economias. É uma espécie de montra que expõe ao público o que se pretende vender, (produto ou uma imagem institucional). Desempenha uma função que vai além de uma reunião de determinado grupo alvo, nesses eventos, precisa incorporar acções que despertem em seus participantes uma nova forma de ver os assuntos da sustentabilidade e da forma socialmente responsável que as organizações estão inseridas na sociedade (Fontes, et all. 2008).

O conceito de **desenvolvimento sustentável**, apresentado por Brundtland (1987), é fundamental para entender a importância da gestão de eventos académicos sustentáveis. Ele aborda a necessidade de atender às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das futuras gerações e atender às suas próprias necessidades. A gestão sustentável de eventos académicos contribui para esse objectivo, minimizando o impacto ambiental e promovendo a responsabilidade social.

A **ecologia industrial** é uma teoria que aborda a optimização dos sistemas económicos, visando à minimização de resíduos e da poluição. Aplicada à gestão de eventos académicos sustentáveis, a teoria promove a ideia de que eventos podem ser projetados de forma a minimizar o desperdício e maximizar a eficiência no uso dos recursos (Ayres e Kneese, 1969).

Para entender a adopção de práticas sustentáveis em eventos académicos, a **teoria da mudança de comportamento** é relevante, porque explora os factores que influenciam as pessoas a adoptarem comportamentos sustentáveis e é aplicada para compreender porque os organizadores e participantes de eventos académicos podem resistir ou aderir às práticas sustentáveis (Ajzen, 1991).

Responsabilidade social corporativa (RSC)

– A RSC envolve a integração de preocupações sociais e ambientais nas operações e nas interações de uma organização e as instituições de ensino e os organizadores de eventos académicos podem aplicar princípios de RSC para promover práticas sustentáveis, alinhando suas actividades com os objectivos de sustentabilidade (Carroll, 1999).

Economia circular: A economia circular é um conceito que visa minimizar o desperdício, promovendo a reutilização, reciclagem e redução do consumo de recursos naturais. Essa teoria pode ser aplicada na gestão de eventos académicos sustentáveis, incentivando a redução do consumo de recursos e a minimização de resíduos por meio de práticas como a reutilização de materiais e a redução de consumo de recursos (Ellen, 2013).

Teoria da sustentabilidade organizacional:

Esta teoria explora como as organizações podem incorporar práticas sustentáveis em suas operações e estratégias e entender como as instituições de ensino superior podem integrar a gestão de eventos académicos sustentáveis em suas práticas organizacionais (Bansal, 2005).

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa começa com a revisão bibliográfica que discute os conceitos de Sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e de eventos académicos. O presente trabalho baseou-se numa metodologia qualitativa e quantitativa, onde recorreu-se a uma análise estatística dos dados (Gil, 1999). A análise quantitativa foi usada para fornecer uma visão geral dos dados encontrados e permitir a identificação técnica de tendências ou padrões, e a qualitativa para produzir informações aprofundadas e

ilustrativas acerca do tema em estudo. Ela preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e na explicação da dinâmica das relações sociais.

O método de procedimentos foi o estudo de caso. A coleta de dados foi realizada por meio do inquérito por questionário aplicado a 52 respondentes entre docentes, estudantes e pessoal não docente. Contudo, apenas responderam ao questionário 35 participantes. As respostas foram categorizadas e codificadas de acordo com as perguntas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram arrolados 52 inquiridos e 35 responderam, o que corresponde a 67,3%.

Quanto ao impacto resultante da adopção de práticas sustentáveis na gestão de eventos académicos, mais respondentes 23 (65,7%) acreditam que a gestão de eventos académicos sustentáveis contribui positivamente para a preservação do meio ambiente, destacando desta feita um reconhecimento da importância da sustentabilidade ambiental na organização de eventos académicos. No entanto, é importante notar que cerca de 12 (34,3%), não concordam, indicando que ainda há espaço para consciencialização às comunidades até que deixe de ser uma das barreiras na adopção de práticas sustentáveis na gestão de eventos académicos sustentáveis com intuito de preservar o meio ambiente.

A gestão de eventos académicos sustentáveis tem um impacto muito maior em várias áreas: na área ambiental, os eventos académicos sustentáveis minimizam o impacto ambiental, reduzindo os desperdícios, promovendo práticas de reciclagem, economiza o gasto de consumo de energia, incentivando o uso de transporte público ou alternativo de baixa emissão de carbono. Ao olharmos para a sustentabilidade, os eventos académicos muitas vezes envolvem a comunidade local, contribuindo para o desenvolvimento social e económico, o que promove a inclusão social.

Um outro impacto está no aumento da consciência e educação nos participantes e em toda a comunidade académica, sobre questões

relevantes da preservação do ambiente. Melhora o uso racional de recursos como água, alimentos, materiais e ajuda a otimizar os custos. Melhora de certa forma a reputação da instituição hospedeira no seio da sociedade, atraindo cada vez mais estudantes, professores qualificados e patrocinadores alinhados com os valores da sustentabilidade.

Eventos académicos sustentáveis podem servir de plataformas para a apresentação de pesquisas e inovações de várias áreas do saber e promove o desenvolvimento. Deixa um legado duradouro, como instalações de reciclagem, programas de voluntariados contínuos ou parcerias com organizações locais. A gestão de eventos académicos sustentáveis não apenas reduz o impacto ambiental, contribui para o crescimento social, educacional e económico, beneficiando a instituição anfitriã e a comunidade em geral.

A pesquisa identificou a falta de consciencialização como maior desafio na adopção de práticas sustentáveis na gestão de eventos académicos, 30 respondentes (85,71%) uma percentagem significativa, concorda que a falta de consciencialização é um desafio de maior relevo e 5 (14,29%), um número relativamente menor, não concorda que a falta de consciencialização seja o maior desafio na adopção de práticas sustentáveis.

A gestão de eventos académicos sustentáveis por parte das Instituições de ensino superior, constitui um desafio, mas ao mesmo tempo uma oportunidade de contribuir para um mundo cada vez mais verde e consciente. A consciencialização, a educação e acção estratégica são fundamentais para superar os desafios associados à adopção de práticas sustentáveis, alguns dos desafios são:

Quanto a consciencialização e engajamento, as instituições académicas podem não estar plenamente conscientes da importância da gestão sustentável de eventos académicos, e esse comportamento, pode resultar em falta de engajamento e apoio necessários para implementar práticas sustentáveis. – **Custos iniciais,** a incorporação de práticas sustentáveis em eventos académicos pode exigir investimentos iniciais elevados em infraestrutura, treinamento e materiais. Os

custos podem ser um obstáculo para algumas instituições, sobretudo as com recursos financeiros limitados.

Mudança de mentalidade- a transição para a gestão sustentável de eventos académicos muitas vezes requer uma mudança de mentalidade em relação aos procedimentos e tradições existentes, (desafio cultural) em algumas instituições.- **Medição e avaliação-** avaliar o impacto das práticas sustentáveis e a eficácia da gestão sustentável de eventos pode ser complicado, porque a definição de indicadores apropriados e a colecta de dados relevantes são desafios frequentes – **Sustentabilidade social e económica,** para além da sustentabilidade ambiental, é importante considerar a sustentabilidade social e económica, de modo a garantir que os eventos académicos sejam acessíveis a todos e que não afectem negativamente a economia local.

Na perspectiva futura quanto a adopção de práticas sustentáveis, 31 respondentes (88,57%), afirmaram que a adopção de práticas sustentáveis em eventos, traz mais-valia na gestão ambiental.

A consciencialização e educação das comunidades académicas tem impacto na forma como as futuras gerações irão abordar questões ambientais, e 4 (11,43%), não concordam. Estes resultados demonstram uma forte tendência em favor da consciencialização contínua e da educação sobre práticas sustentáveis para o benefício futuro. A grande maioria, quase 89% dos respondentes, apoia essa abordagem, o que indica um alto nível de consciencialização sobre a importância da sustentabilidade.

A baixa taxa de respostas negativas (11%) sugere que apenas uma minoria parece não apoiar a consciencialização e a educação sustentável, que pode ser devido a várias razões, como falta de informação. É encorajador observar que a maioria das pessoas está disposta a apoiar e investir em práticas sustentáveis, e os resultados mostram que há uma base sólida para promover iniciativas educacionais e consciencialização contínua sobre a sustentabilidade.

Entendemos que com a **crescente consciencialização** sobre as questões ambientais e a divulgação da importância da sustentabilidade continuar a crescer, as instituições académicas estarão mais propensas a adotarem práticas sustentáveis em eventos académicos. – i) A adoção de soluções tecnológicas inovadoras, como sistemas de gestão de eventos e aplicativos móveis, pode melhorar a eficiência e reduzir o impacto ambiental. À medida que mais instituições académicas compartilham suas experiências e melhores práticas em gestão de eventos sustentáveis, outras irão se inspirar e implementar mudanças semelhantes.

A colaboração entre instituições académicas, governos locais, empresas e organizações da sociedade civil pode facilitar o avanço da gestão sustentável de eventos académicos, proporcionando recursos e conhecimento - A gestão de eventos académicos sustentáveis proporciona benefícios a longo prazo, como economia de custos, eleva a reputação institucional e contribui para a educação ambiental.

Para o autor deste trabalho, olhando para o posicionamento em termos das respostas dos respondentes, dizer que a maioria concorda que a gestão de eventos académicos sustentáveis é benéfica para a preservação do meio ambiente, é encorajador, e a sustentabilidade é vista como uma abordagem eficaz para minimizar o impacto ambiental dos eventos académicos.

Os resultados, destacam igualmente a necessidade contínua de consciencialização e educação sobre práticas sustentáveis, bem como o reconhecimento à importância da sustentabilidade no campo académico, no campo social e no campo económico, e a ênfase vai para as áreas ambientais e económicas, sugerindo que essas áreas tenham maior atenção e desenvolvimento no futuro. Foi elencado como o principal desafio a consciencialização e educação sobre as práticas sustentáveis.

CONCLUSÃO

Os resultados da pesquisa, fornecem informações valiosas sobre a percepção e as

opiniões em relação à gestão de eventos académicos sustentáveis. Da análise feita aos resultados da pesquisa, concluímos que a adoção de práticas sustentáveis tem impacto significativo nas várias áreas da vida humana.

Os eventos académicos sustentáveis minimizam o impacto ambiental, reduzem os desperdícios, promovem práticas de reciclagem, aumenta o desenvolvimento económico, economiza o consumo de energia, incentiva o uso de transporte público ou alternativo de baixa emissão de carbono e promove a inclusão social.

Um outro impacto está no aumento da consciência e educação nos participantes e em toda a comunidade académica, sobre questões relevantes da preservação do ambiente. Iii) Melhora o uso racional de recursos como água, alimentos, materiais e ajuda a otimizar os custos.

Melhora de certa forma a reputação da instituição hospedeira no seio da sociedade, atraindo cada vez mais estudantes, professores qualificados e patrocinadores alinhados com os valores da sustentabilidade. Os eventos sustentáveis, servem de plataformas para a apresentação de pesquisas e inovações de várias áreas do saber e promove o desenvolvimento. Deixa um legado duradouro, como instalações de reciclagem, programas de voluntariados contínuos ou parcerias com organizações locais.

A gestão de eventos académicos sustentáveis não apenas reduz o impacto ambiental, contribui para o crescimento social, educacional e económico, beneficiando a instituição anfitriã e a comunidade em geral.

Em termos de desafios, a pesquisa identificou que a adoção de práticas sustentáveis em eventos académicos enfrenta diversos desafios, dentre os quais se destacam a resistência à mudança por parte dos organizadores e participantes, custos iniciais mais elevados associados a materiais sustentáveis, falta de consciencialização sobre práticas sustentáveis e barreiras institucionais. Superar esses desafios requer esforços de sensibilização, educação e a criação de políticas institucionais que promovam a sustentabilidade.

Quanto as perspectivas futuras, concluímos que com a crescente consciencialização global e divulgação sobre as mudanças climáticas, importância da sustentabilidade usando as novas tecnologias de comunicação e informação facilitando na gestão sustentável, várias instituições passarão a adoptar as práticas sustentáveis em eventos académicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ajzen, I. (1991). The theory of planned behavior. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50(2), 179-211.
- Ayres, R. U., & KNEESE, A. V. (1969). Production, consumption, and externalities. *The American Economic Review*, 59(3), 282-297.
- Bansal, P. (2005). Evolving sustainably: A longitudinal study of corporate sustainable development. *Strategic Management Journal*, 26(3), 197-218.
- Brundtland, G. H. (1987). *Our common future*. Oxford University Press.
- Carroll, A. B. (1999). Corporate social responsibility: Evolution of a definitional construct. *Business & Society*, 38(3), 268-295.
- Ellen Macarthur (2013). *Towards the Circular Economy: Economic and Business Rationale for an Accelerated Transition*.
- Fontes, N. et al. (2008) *Eventos mais sustentáveis: uma abordagem ecológica, econômica, social, cultural e política*. São Carlos: EdUFSCar.
- GIL, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5.ed. São Paulo: Atlas.
- Monzoni-Neto, Mario Prestes et al. (2011) *Sustentabilidade e a Copa do Mundo de 2014. Anais do SIMPOI 2011 (Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais)*. São Paulo: FGV, 16
- Sachuk, Maria Iolanda; Correa, Tamy Carla. (2007), *Ferramentas de marketing utilizadas em organização de eventos: o caso do Paraná Fashion*. *Gestão e Regionalidade*, v. 23, nº 67, maio-ago.

OFERTAS FORMATIVAS

LICENCIATURAS

- ▶ Administração Pública
- ▶ Contabilidade e Auditoria
- ▶ Direito
- ▶ Educação e Serviço Social
- ▶ Gestão Bancária e Mercados Financeiros
- ▶ Gestão de Empresas
- ▶ Gestão de Recursos Humanos
- ▶ Marketing E Publicidade
- ▶ Psicologia Social e do Trabalho
- ▶ Relações Internacionais

FORMAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA COM RESPECTIVOS CREDITOS ACADÉMICOS (CA)

- | | |
|--|---------|
| ▶ Avaliação de aprendizagens dos estudantes | – 3 CA |
| ▶ Didática Geral – a arte de ensinar | – 10 CA |
| ▶ Psicopedagogia e intervenção psicopedagógica | – 3 CA |
| ▶ Ética e Deontologia do Docente do Ensino Superior | – 3 CA |
| ▶ Teorias do Ensino e Teorias de aprendizagem | – 4 CA |
| ▶ Currículo e Desenho Curricular | – 8 CA |
| ▶ Desenho de materiais de ensino e instrucionais | – 9 CA |
| ▶ Indução do Estudante, Docente e CTA – Escrituração Académica | – 3 CA |
| ▶ Orientação Profissional e Orientação Vocacional | – 5 CA |

FORMAÇÃO EM INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA COM RESPECTIVOS CREDITOS ACADÉMICOS (CA)

- | | |
|--|---------|
| ▶ Estatística para Investigação usando SPSS | – 9 CA |
| ▶ Investigação Qualitativa | – 10 CA |
| ▶ Investigação Quantitativa | – 6 CA |
| ▶ Técnicas de Análises de Dados | – 5 CA |
| ▶ Escrita
om acompanhamento até a publicação) | – 10 CA |

TEMÁTICAS DOS ARTIGOS

- ▶ Administração Pública
- ▶ Contabilidade e Auditoria
- ▶ Direito
- ▶ Educação e Serviço Social
- ▶ Gestão Bancária e Mercados Financeiros
- ▶ Gestão de Empresas
- ▶ Gestão de Recursos Humanos
- ▶ Marketing E Publicidade
- ▶ Psicologia Social e do Trabalho
- ▶ Relações Internacionais

Os autores devem utilizar o modelo do artigo original, enviá-lo juntamente com as declarações de responsabilidade, conflito de interesses e transferência de direitos autorais devidamente assinadas pelo autor principal.

Para receber os documentos diretrizes e enviar os trabalhos, deverá escrever para o email: albaisfic@gmail.com ou alba@isfic.ac.mz

O arquivo a ser enviado deve estar em formato Microsoft® Word® tipo carta (21,5 x 29,7). O texto deve ter espaçamento entre linhas simples, espaço de 6 pts antes e depois do parágrafo. A fonte deve ser Times New Roman, tamanho 12. As expressões em língua estrangeira devem ser escritos em itálico. Todas as ilustrações, figuras e tabelas devem estar dentro do texto no local que lhes corresponde e não no final, portanto não são aceites anexos. Deve ter no mínimo 10 referências bibliográficas e no máximo 20, escritas no estilo APA (*American Psychological Association*) sétima edição.

LINK DA REVISTA CIENTÍFICA ALBA
<https://alba.ac.mz>



ALBA

ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL

ONDE NASCE A CIÊNCIA



Indexada em



<https://alba.ac.mz>

 MAPUTO. MOÇAMBIQUE